UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA
PORTUGUESA

CARLA REGIANE DIAS

E morreo curado por pózes e raízes: edição semidiplomática e
estudo de um processo-crime de feitiçaria e homicídio no
Brasil Império (século XIX)

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2017

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Filologia de Língua Portuguesa

E morreo curado por pózes e raízes: edição semidiplomática e estudo de um processo-crime de feitiçaria e homicídio no Brasil Império (século XIX)

Carla Regiane Dias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verena Kewitz

**Versão corrigida
De acordo**

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

D541e Dias, Carla Regiane
 E morreo curado por pózes e raízes: edição
semidiplomática e estudo de um processo-crime de
feitiçaria e homicídio no Brasil Império (século XIX)
/ Carla Regiane Dias ; orientadora Verena Kewitz. -
São Paulo, 2017.
 273 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Letras Clássicas e
Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua
Portuguesa.

1. Filologia. 2. Língua Portuguesa. 3. Edição de
manuscrito século XIX. 4. Tradições Discursivas. 5.
Feitiçaria e Homicídio. I. Kewitz, Verena, orient. II.
Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME: DIAS, Carla Regiane

TÍTULO: E morreo curado por pózes e raízes: edição semidiplomática e estudo de um processo-crime de feitiçaria e homicídio no Brasil Império (século XIX)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: **12 de dezembro de 2016**

Banca Examinadora (Titulares)

Prof^a Dr^a Verena Kewitz (orientadora) **Instituição:** Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. José da Silva Simões **Instituição:** Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof^a Dr^a Renata F. Costa Bonifácio **Instituição:** Universidade Federal de Sergipe.

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Banca Examinadora (Suplentes)

Prof. Dr. Anderson Magalhães **Instituição:** Universidade Federal de São Paulo.

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. Phablo R. Marchis Fachin **Instituição:** Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. Manoel M. Santiago-Almeida **Instituição:** Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

aos meus amados pais, Telma e Carlos Dias
à minha amada irmã Karina Dias
ao meu amadinho filho, Lorenzo Dias
à minha amada amiga Aline Cristina N. de Almeida
à minha querida orientadora e amiga Verena Kewitz

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à CAPES pela bolsa de mestrado concedida em 2014.

Agradeço, especialmente, à minha querida professora, orientadora e amiga Verena Kewitz, que me acolheu no mestrado sem sequer me conhecer. Com muita paciência, compreensão e humanidade ajudou-me em momentos de fragilidade pessoal, sem me deixar desesperar e esmorecer. Aos poucos, foi me ensinando e orientando a fazer pesquisa, levou-me a entender e a gostar de linguística, logo eu, que nem pensava em passar na porta da área! Espero que mesmo com meu entendimento movido a manivelas, eu possa tê-la como minha orientadora (ainda que informalmente) e amiga por anos a fio.

Aos professores José da Silva Simões e Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida pelas importantíssimas contribuições, apontamentos, críticas, elogios e observações feitos durante o Exame de Qualificação. Muito obrigada!

Aos professores José da Silva Simões e Renata Ferreira Costa Bonifácio pelas contribuições e críticas valiosas durante a defesa desta dissertação.

Ao fotógrafo Flávio Morbach Portella, que gastou um dia inteiro (de graça) fotografando os originais do documento manuscrito. As fotos ficaram excelentes, e graças a ele pudemos oferecer neste trabalho imagens de alta qualidade para a edição fac-similar.

A todos os funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), que gentilmente nos receberam e, em especial, agradeço a Aparecido Oliveira, paleógrafo e Diretor Técnico do Núcleo de Assistência ao Pesquisador, que disponibilizou os documentos originais para a consulta e digitalização.

À minha querida amiga Aline Cristina, que mesmo lá na gelada e ventante Portsmouth sempre arranjava um tempo para minhas reclamações sobre tudo, sobre a vida, sobre o filho pequeno, sobre o cachorro. Basicamente, eu fui uma velha resmungona! E mesmo assim, mesmo quando ela ganhou o seu próprio pequeno rebento, ainda teve tempo para me ouvir reclamar, ajudar-me a pensar, ou como definiu a Verena, a fazer essa “tar de ciência”, que não se faz no gabinete, mas nas boas discussões e com trocas de ideias.

Por último e, muito importante, quero agradecer em escala à minha família. Meus pais não chegaram sequer perto da faculdade, minha mãe terminou o supletivo, enquanto eu ingressava no mestrado e chegar ao fim deste mestrado é uma vitória para mim e para eles. Para mim, por que “ufa acabou” e para eles, porque “ufa acabou, ela conseguiu”. Consegui, mas com muita ajuda deles, durante a graduação e, sobretudo, durante o mestrado

Primeiro agradeço ao meu pai, que mesmo sem entender até hoje o que eu estudo, sempre o achou importante e sempre ficou cuidando com todo amor e carinho do meu bebê enquanto eu tentava editar o manuscrito, entender o feitiço, descobrir a tradição discursiva, ou pesquisar quem foi o tal do Delegado.

Em segundo lugar, à minha irmã que, tal qual meu pai, cuidava do Lorenzo toda vez que eu precisava, principalmente, nas benditas crises de vesícula. A Karina sobe uma escada no agradecimento porque ela sabe dar banho no bebê e fazer o jantar, diferente do meu pai. Além disso, mesmo sendo da área de Design, ela leu mil vezes as tais das tradições discursivas e ouvi-me explicar o que era isso umas mil e quinhentas vezes, sem sequer se interessar pelo assunto.

E, principalmente, à minha mãe, que ficava e cuidava do Lorenzo quando eu precisava ir às aulas em São Paulo, que passou um ano de madrugadas geladas no Pronto-Socorro dos UPA's enquanto eu tomava os remédios que aliviam as dores, que cuidava de mim e do meu bebê, para que no fim do dia/noite eu pudesse tentar produzir algo.

Esse mestrado quase nasceu de parto fórceps, mas escrevê-lo foi prazeroso, ainda que eu o tenha feito quase que em ostracismo, por vários motivos, principalmente, de saúde, e se não fossem essas pessoas que eu aqui citei (todas elas) e, principalmente, minha família e minha professora Verena, eu jamais teria terminado este trabalho, então a todos vocês só quero dizer muito obrigada.

RESUMO

DIAS, C.R. *E morreo curado por pózes e raízes: edição semidiplomática e estudo de um processo-crime de feitiçaria e homicídio no Brasil Império (século XIX)*. 2016 265 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Esta dissertação tem por objetivos: (i) apresentar a edição fac-similar e semidiplomática justalinear de um processo-crime produzido no século XIX na cidade de Campinas; (ii) analisar a macroestrutura do documento manuscrito. A leitura e a edição do documento manuscrito foram balizadas nos conhecimentos das áreas de Filologia e Linguística Histórica. A análise da macroestrutura pautou-se no modelo das Tradições Discursivas, com base em Koch & Osterreicher (1990) e Kabatek (2006). A análise também levou em consideração os aspectos linguísticos-discursivos propostos por Simões e Kewitz (2006, 2009) para os *corpora* do português brasileiro. Ao todo são 37 fólios recto e verso que tratam de um crime de feitiçaria e homicídio ocorrido em 1871, sendo rica fonte de dados históricos, socioeconômicos e, sobretudo, linguísticos. A partir desta pesquisa, obtivemos importantes dados acerca de algumas das tradições discursivas que ajudam a reconstruir o português brasileiro em textos da esfera jurídica.

Palavras-chaves: manuscrito, processo-crime, tradições discursivas, homicídio, feitiço, Campinas, século XIX, Filologia.

ABSTRACT

DIAS, C.R. *And he died cured by powder and roots: semidiplomatic edition and study of a criminal proceeding of witchcraft and homicide in the Empire of Brazil*. 2016 265 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This dissertation aims at: (i) presenting a facsimile and semidiplomatic edition of a criminal proceeding which took place in the city of Campinas in the 19th century; and (ii) analyzing the macrostructure of the manuscript document. The reading and the editing of the document were based on the assumption of Philology and Historical Linguistics. The analysis of the macrostructure was based on the Discursive Traditions Model proposed by Koch & Osterreicher (1990) and Kabatek (2006). Furthermore, we considered the linguistic-discursive aspects suggested by Simões e Kewitz (2006, 2009). Overall, there are 37 folios recto and verso that concern the crime of witchcraft and homicide occurred in 1871, which represent a rich source of historical, socioeconomic and, primarily, linguistic data. This research provided important information about some of the discursive traditions that helps reconstruct Brazilian Portuguese registered in texts of legal environment.

Keywords: manuscript, criminal proceedings, discursive traditions, homicide, witchcraft, Campinas, 19th century, Philology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ordenações Filipinas (1643).....	26
Figura 2. Anúncios do médico Julio Lehmann na Gazeta de Campinas de 03/11/1872 (fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo: http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/jornais/GC18721103.pdf).....	46
Figura 3. Esquema das Tradições Discursivas (Kabatek 2006: 508).....	55
Figura 4. Tensão proximidade e distância segundo Koch & Oesterreicher (1985, apud Simões 2007: 183)	57
Figura 5. Escriba: Escrivão da Delegacia de Polícia, Joaquim Franco de Pontes	72
Figura 6. Assinatura do escriba: Escrivão da Delegacia de polícia, Joaquim Franco de Pontes (fl. 2v).....	73
Figura 7. Escriba: Delegado de Polícia, Joaquim Quirino dos Santos.....	73
Figura 8. Assinatura do escriba: Delegado, Joaquim Quirino dos Santos (fl. 6v)	73
Figura 9. Escriba: Advogado de defesa, Delfino Pinheiro de Uchoa Cintra Junior.	74
Figura 10. Assinatura do escriba: Advogado de defesa, Delfino Pinheiro de Uchoa Cintra Junior (fl. 32r)	74
Figura 11. Escriba: Promotor, Moraes Salles.....	74
Figura 12. Assinatura do escriba: promotor, Moraes Salles. (fl. 33r)	74
Figura 13. Escriba: Delator, Manoel Nogueira (fl.2r).....	75
Figura 14. Assinatura do escriba: Manoel Teixeira Nogueira(fl. 2r)	75
Figura 15. Escriba: Caetano José da Silva Costa (assina a rogo dos réus)	75
Figura 16. Escriba: Oficial de Justiça, João de Almeida Camargo	76
Figura 17. Escriba: Escrivão do juízo municipal, José Henrique Pontes.....	76
Figura 18. Assinatura do escriba: escrivão José Henrique de Pontes (fl. 35v)	76
Figura 19. Escriba: Juiz Municipal, Francisco Gonçalves da Silva.....	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Comparação das fases do procedimento sumário nos séculos XIX e XX.....	36
Quadro 2. Dados do processo-crime editado.....	67
Quadro 3. Lista das partes constituintes do processo-crime por fólio.....	68
Quadro 4. Principais abreviaturas do processo-crime	71
Quadro 5. Lista das partes constituintes do processo-crime por tipos de documento	220
Quadro 6. Peças do processo-crime quanto às categorias: documentos protocolares, prescritivos, narrativos, perguntas/respostas, argumentativos e outros.....	222

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE QUADROS.....	11
INTRODUÇÃO.....	14
Capítulo 1 – PANORAMA HISTÓRICO: CONTEXTUALIZANDO O PROCESSO- CRIME DE FEITIÇARIA E HOMICÍDIO NO SÉCULO XIX.....	17
1.1 Ressonâncias do período colonial no Poder Judicial do Brasil Imperial	17
1.2 A consolidação da Independência e o Sistema Judiciário	20
1.3 Tipificação Penal e o crime de feitiçaria no XIX.....	25
1.4 Os ritos processuais do século XIX	32
1.5 Vozes do processo-crime editado	39
1.5.1 <i>Personagens do processo-crime (Operadores do direito)</i>	41
1.5.2 <i>Outras personagens do processo crime (Não-operadores do Direito)</i>	45
1.5.2.1 Alfabetizados.....	45
1.5.2.2 Não-alfabetizados.....	47
1.6 História do processo-crime editado.....	49
Capítulo 2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	52
2.1 Pressupostos Teóricos	52
2.1.1 <i>Filologia e Linguística Histórica</i>	52
2.1.2 <i>Modelo de Tradições Discursivas</i>	54
2.3 Procedimentos metodológicos	59
2.3.1 <i>Da seleção do documento</i>	60
2.3.2 <i>Da edição semidiplomática e das normas de edição</i>	62
2.3.3 <i>Metodologia de análise dos aspectos linguístico-discursivos</i>	63
Capítulo 3 – CARACTERÍSTICAS CODICOLÓGICAS E PALEOGRÁFICAS E EDIÇÃO FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA DO PROCESSO-CRIME	66
3.1 Breve descrição das características codicológicas do documento	66
3.2 Aspectos paleográficos.....	67
3.3 Edição fac-similar e semidiplomática do processo-crime de feitiçaria e homicídio de Campinas – 1871.....	79
Capítulo 4 – ANÁLISE LINGUÍSTICO-DISCURSIVA DO PROCESSO-CRIME.....	218
4.1 Documentos protocolares.....	223
4.1.1 <i>Sumário crime</i>	224

4.1.2 [Certidão].....	224
4.1.3 Conclusão.....	226
4.1.4 Publicação.....	228
4.1.5 Juntada	229
4.1.6 Assentada.....	230
4.1.7 Vista	231
4.1.8 Dacta	232
4.1.9 Remessa	232
4.1.10 Recebimento.....	234
4.2 Documentos prescritivos	235
4.2.1 Conclusos	236
4.2.2 Mandados	237
4.3 Documentos “narrativos”	240
4.3.1 Auto de busca e apreensão	241
4.3.2 Auto de prisão.....	242
4.4 Documentos de Perguntas/Respostas	243
4.4.1 Auto de Exame	245
4.4.2 Autos de Qualificação	247
4.4.3 Auto de perguntas feitas aos Réus	249
4.4.4 [Autos testemunhais]	249
4.4.5 Interrogatório	252
4.5 Documentos Argumentativos	253
4.5.1 [Alegações da Defensoria].....	254
4.5.2 [Alegações da Promotoria]	256
4.6 Outros documentos	257
4.6.1 [Carta Denúncia]	257
4.6.2 [Recibo de Nota de Culpa].....	259
4.7 Conclusões Parciais das características e potencialidades do documento.....	260
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	262
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	266
ANEXO I – Normas para a edição de documentos manuscritos	270
ANEXO II – Alguns aspectos codicológicos do manuscrito.....	272

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivos a edição fac-similar e semidiplomática de um processo-crime de feitiçaria e homicídio ocorrido na cidade de Campinas no ano de 1871 e a análise de sua macroestrutura tomando como base o modelo das Tradições Discursivas (TD), proposto por Koch (1997 *apud* Simões 2007) e com vários desdobramentos na linguística românica (cf. Koch & Osterreicher 1990, Kabatek 2006, entre outros), e sua aplicação em *corpora* do português brasileiro a partir de estudos de Simões & Kewitz (2006, 2009).

A escolha deste documento manuscrito, que foi transcrito filologicamente, está condicionada a critérios metodológicos propostos pelo modelo das Tradições Discursivas, que advoga pela diversificação de tipologia textual na coleta e investigação de dados linguísticos. O trabalho está inserido no *Projeto de História do Português Paulista (PHPP II)*, em sua segunda fase, que tem como objetivo central resgatar a história da variedade paulista do português brasileiro sob diversas perspectivas e níveis de análise.

Especificamente, a presente pesquisa vincula-se ao Subprojeto *Formação de Corpora do Português Paulista*, coordenado pelo Prof. Dr. José da Silva Simões (USP), que propõe a organização de textos de tipologia diversificada de várias sincronias, para, assim englobar as diversas normas presentes nos textos. Dessa forma, o *corpus* do PHPP II está dividido em três grandes grupos: *corpus mínimo manuscrito*, *corpus mínimo impresso* e *corpus diferencial*. Este trabalho enquadra-se no grupo *Corpus Mínimo Manuscrito* e visa a preencher uma das lacunas ali existentes, a de processo-crime.

A hipótese inicial de nosso trabalho parte do conhecimento de que um processo-crime é um tipo de documento composto por vários outros que, por sua vez, abrem espaço para as mais variadas vozes dos mais variados estratos sociais. Assim sendo, espera-se “ouvir” juízes, delegados, testemunhas, escrivães, peritos e réus, lembrando que é normal haver escravos ou ex-escravos, pessoas mais pobres, mais ricas, analfabetas e alfabetizadas envolvidos no processo-crime. Espera-se, portanto, que sejam produzidos enunciados bastante diversificados ao longo de todo o documento manuscrito.

Neste trabalho, além de editar o documento manuscrito e observar as principais

características linguísticas-discursivas dos documentos constituintes do processo-crime um a um, procuramos constatar se essa variação de vozes realmente tem ou não espaço dentro do processo-crime. Dessa forma, foi necessário fazer uma pesquisa em torno da contextualização sócio-histórica e temporal em que o processo-crime surge, além de suas personagens, procurando obter informações como grau de instrução, posição político-social, função dentro do processo etc.

Partindo das considerações feitas até aqui, o primeiro capítulo desta dissertação traça o perfil histórico da sociedade brasileira, da função do poder judiciário na formação e manutenção do Estado-Nação e da posição do negro dentro dessa sociedade. Apontamos, também, no primeiro capítulo, a questão da feitiçaria como um crime no século XIX. Por fim apresentamos as personagens relevantes para a construção e elaboração do processo-crime, tais como juízes, escrivães, promotor, advogado de defesa, testemunhas e réus.

Na sequência, no segundo capítulo, fizemos uma breve revisão dos pressupostos teóricos que nortearam os estudos do presente trabalho. Iniciando por uma conceituação acerca de Filologia e Linguística Histórica, sua intersecção e sua importância na preparação e análise de textos que servirão de *corpus* para os estudos linguísticos, sobretudo de mudança. Em seguida, apresentamos os principais conceitos do modelo de Tradições Discursivas (TD), com base sobretudo nos estudos de Koch & Oesterreicher (1990) e Kabatek (2006), no que diz respeito à tensão entre *oralidade* e *escrituralidade* (ou *proximidade* e *distância* comunicativas), e sua aplicação aos *corpora* do português brasileiro, tomando por base a proposta de Simões & Kewitz (2006, 2009). Este segundo capítulo conta ainda com a descrição dos procedimentos metodológicos para a seleção, a edição e a análise do processo-crime editado.

No terceiro capítulo, são apresentados, inicialmente, alguns aspectos codicológicos do manuscrito, seguidos da descrição paleográfica que nos auxiliou na identificação das personagens do processo-crime e de cada documento que o compõe. A parte central deste capítulo é a edição fac-similar e semidiplomática justalinear do processo-crime na sua totalidade.

No capítulo final deste trabalho, apresentamos a análise da macroestrutura do processo-crime editado. Estudando cada um dos documentos existentes no interior do processo-crime, analisamos suas condições e estratégias comunicativas, a partir dos estudos de Koch & Oesterreicher (1990), Kabatek (2006) e Simões & Kewitz (2006, 2009). Dessa forma, classificamos e rotulamos cada um dos documentos constituintes do processo-crime,

não apenas da forma como o escrivão os coloca, mas também por suas estruturas mais ou menos fixas e tradições discursivas. Além disso, apresentamos elementos linguísticos constitutivos e definidores desses documentos, que permitem uma “reclassificação” à luz de uma análise baseada do modelo de Tradições Discursivas.

Por fim, traçamos as considerações finais e apresentamos as referências bibliográficas da dissertação. Nos Anexos, reproduzimos as normas de edição semidiplomática publicadas em Mattos e Silva (Org. 2001) e apresentamos algumas considerações sobre as características codicológicas do manuscrito.

Ressalta-se que a análise linguística aqui empreendida não se dá de forma exaustiva, assim como a contextualização sócio-histórica apresentado no primeiro capítulo. Várias são as possibilidades de pesquisa a partir de um documento qualquer, e não seria diferente com um processo-crime dessa natureza produzido no século XIX no Brasil.

Capítulo 1 – PANORAMA HISTÓRICO: CONTEXTUALIZANDO O PROCESSO-CRIME DE FEITIÇARIA E HOMICÍDIO NO SÉCULO XIX

Processos, julgamentos e punições de cunho criminal são comuns, principalmente se considerarmos sociedades em que há um corpo de leis vigentes. Entretanto, o conteúdo do que pode ou não ser conceituado crime muda ao longo do tempo e da sociedade, e essa criminalização diz muito a respeito dos aspectos históricos, sociais e morais constituintes dessas comunidades.

Este capítulo focaliza apenas os aspectos gerais do documento manuscrito editado neste trabalho para a sua compreensão e contextualização. Para tanto, traçaremos uma linha que conecta o sistema judiciário no Brasil Império com a constituição e solidificação de poder no território brasileiro. Além disso, demonstraremos como alguns fatores sociais do Brasil estão diretamente conectados à justiça. Para isso, levantamos dados sobre a constituição étnica da sociedade brasileira, sobretudo de Campinas, a fim de ilustrar a presença do negro em relação ao total da sociedade campinense na segunda metade do século XIX. Na última parte do capítulo, apresentamos um resumo do desenvolvimento do processo editado, atentando para as personagens que nele atuam, em termos de dados sócio-históricos sempre que possível, uma vez que não foram encontradas informações de todos eles.

1.1 Ressonâncias do período colonial no Poder Judicial do Brasil Imperial

Com o Grito do Ipiranga e a emancipação política do Brasil vieram as leis que moldam o Estado. A primeira foi a *Constituição do Império* outorgada por D. Pedro I em 1824. Ela deu nova feição ao judiciário brasileiro no que diz respeito à justiça como um dos poderes do Estado (Poder Judicial – Título VI da *Constituição de 1824*), entretanto, as instâncias da justiça e muitos dos cargos do império já existiam em tempos de Colônia.

Ao consultarmos dois importantes corpos de leis vigentes no Brasil Colônia, as *Ordenações Filipinas*, conjunto de leis encomendadas por Filipe II de 1605, e *As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* de 1707, constatamos a presença de órgãos como Casa de Suplicação, Cortes para feitos crimes e feitos civis, a definição e as atribuições

de cargos tais como juiz ordinário, juiz de fora, desembargadores, promotores, escrivães e, sobretudo, diretrizes jurídicas e ideológicas que se perpetuam no Brasil Império.

No período da Colônia, cada uma dessas pessoas da Justiça estava designada a uma instância e função. Na primeira instância, por exemplo, o juiz ordinário era o responsável por ordenar que fossem feitas diligências em busca de provas e de indiciados; já na segunda instância, existia o órgão de Relação da Bahia e posteriormente a do Rio de Janeiro, em que atuavam os desembargadores, funcionando como um tribunal de apelação da Colônia; na terceira instância, havia a Casa da Suplicação entre outros órgãos, que tiveram suas jurisdições especializadas com a chegada da Coroa lusitana aos portos cariocas em 1808. Essa estrutura dividida em instâncias e cargos como os supracitados já eram descritos no Livro I das *Ordenações Filipinas* (1605) e são, em certa medida, perpetuadas no Brasil Império. De acordo com Mendes (2007: 967), o Poder Judicial era nacional e formava-se da seguinte maneira:

a) 1ª Instância – Composto por juízes e jurados.

Juízes de Paz – A eles competia a conciliação prévia das contendas civis e a partir da lei de 15 de outubro de 1827, também instruíam inicialmente crimes, sendo que cada juiz era eleito em cada distrito.

Juízes de Direito – Julgavam contendas civis e criminais e eram nomeados pelo Imperador.

b) 2ª Instância

Tribunais das Relações nas Províncias – Tinham por função rever as sentenças; era um órgão recursal.

c) 3ª Instância

Supremo Tribunal de Justiça – Revisava as decisões e contendas relacionadas a jurisdição dos Tribunais de Relação.

Ainda em relação às ressonâncias das condutas judiciais da Colônia no Brasil Imperial, ressaltamos *As constituições primeiras do Arcebispo da Bahia* (doravante apenas *Constituições*) promulgadas em 1707. Esse livro é importante particularmente para compreender as relações sociais do Brasil e a função religiosa na formação da tão específica sociedade colonial. Dividido em cinco livros que servem como orientadores pedagógicos e

religiosos, as *Constituições*, tal qual ou até mais que as *Ordenações Filipinas*, estabelecem o comportamento do clero e dos colonos em várias matérias religiosas e de transgressões.

Segundo Dom Sebastião Monteiro de Vide, as *Constituições* servem “*para o bom governo do Arcebispado, direção dos costumes, extirpação dos vícios e abusos, moderação dos crimes, e recta administração da justiça*” (1853, *apud* Casimiro 2006b:39, grifo nosso).

Apesar de se tratar de um livro proveniente da Igreja Católica, notemos que ele não se presta apenas às matérias de cunho religioso. O Brasil Colônia, tal qual o Brasil Império, vive o sistema de padroado, em que Estado e Igreja andam lado a lado para a construção e manutenção da ordem social tal como ela é, privilegiando brancos e discriminando negros, índios e cristãos novos.

Conforme explica Casimiro (2006a:6), esse conjunto de leis religiosas é baseado nas tradições da bíblia, nas constituições portuguesas e nas diretrizes do Concílio Tridentino; sua função é contribuir para a manutenção da sociedade e dos privilégios. Ao lado dos órgãos judiciários *Mesa de Consciência e Ordens* e do *Conselho Ultramarino*, as *Constituições* servem primordialmente como preceitos jurídicos e ideológicos para legitimar e sustentar o poder do Estado e da Igreja, perpetuando o quadro social vigente.

Revestido de um discurso catequizador, os textos das *Constituições*

mostram em seu teor, clara opção pela defesa dos direitos da classe dominante – formada de portuguesas e seus descendentes, brancos – em detrimento dos índios, negros ou cristãos novos, seja no que diz respeito à escravidão e às consequências sociais, seja quanto aos direitos e deveres do clero e dos fiéis, ou, ainda, quanto à imposição de modelos, atitudes e comportamentos considerados “*adequados*” à conduta social (Casimiro 2006a:7).

Do ponto de vista de organização do sistema, os cargos e competências dos operadores do Direito, que estavam regulamentados no *Código de Processo Criminal de Primeira Instância* de 1832 (CPC), são em larga medida os mesmos que constam no Livro I das *Ordenações Filipinas*. Do ponto de vista de conteúdo, ainda que as transgressões presentes tanto nas *Ordenações* quanto nas *Constituições* não sejam contempladas na *Constituição* de 1824 ou no *Código Penal* do Império de 1830, na prática observamos um judiciário ainda mais preocupado com a sustentação do poder e manutenção da ordem social vigente do que com a promoção da igualdade e equidade entre as várias camadas que compunham a população brasileira do século XIX.

1.2 A consolidação da Independência e o Sistema Judiciário

Sabemos que o nascimento do Brasil enquanto Estado é diferente dos demais da América Latina. Sua independência e soberania política é resultante, sobretudo, de negociações tripartite que envolveram a elite local luso-brasileira, Portugal e ainda a Inglaterra. Após a Proclamação da Independência, o cenário no qual o Brasil se fortalecerá é marcado por ambiguidades em várias esferas, a começar pelo próprio soberano, que ao mesmo tempo em que encabeçava a direção da nova nação, era o príncipe herdeiro da antiga Metrópole “opressora”.

Em períodos de pré e pós Independência, o antilusitanismo e o nativismo são levados ao extremo, e esses ânimos começam a se refletir na figura do Imperador. Os primeiros sinais de dificuldades quanto à formação e afirmação da soberania nacional dar-se-ão no plano interno com os impasses para elaborar a *Constituição Brasileira*. Enquanto a Assembleia negava-se a dar plenos poderes ao Imperador, uma ala mais conservadora da política brasileira entendia como necessário um Executivo forte “capaz de enfrentar as tendências democráticas e desagregadoras, justificando-se assim a concentração de maiores atribuições nas mãos do imperador” (Fausto 2006:148).

Por fim D. Pedro I decide dissolver a Assembleia Constituinte e promulgar a *Constituição* em 1824. Em termos de “direitos” previsto na *Constituição* imposta por esse Imperador, ela diferia muito pouco daquilo que já era cogitado pela Assembleia, porém, é importante tomar nota de que essa Carta Magna é outorgada, o que significa dizer que ela é imposta de “cima para baixo”. Dessa maneira,

um contingente ponderável da população – os escravos – estava excluído de seus dispositivos. Deles não se cogita, a não ser obliquamente, quando se fala dos libertos. O outro ponto se refere à distância entre os princípios e a prática. A Constituição representava um avanço, ao organizar os poderes, definir atribuições, garantir os direitos individuais. O problema é que, sobretudo no campo de direitos, sua aplicação seria muito relativa. Aos direitos se sobrepunha a realidade de um país onde mesmo a massa da população livre dependia dos grandes proprietários rurais, onde só um pequeno grupo tinha instrução e onde existia uma tradição autoritária. (Fausto 2006:149)

Aqueles que fizeram a Independência no país configuravam o topo da pirâmide social, e a mudança de um país colônia para independente não significava modificar as instituições sociais até então vigentes, isso também significa que a suposta segurança jurídica que o corpo de leis do *Código Penal* (CP) de 1830 traria não valia para toda a sociedade, visto

que a justiça serviria a interesses de particulares ou do Estado.

Não tendo havido uma revolução violenta e, tampouco, uma ruptura dos padrões da sociedade durante todo o processo de formação nacional, o sistema jurídico brasileiro também não sofrerá uma forte revolução, mantendo em parte a cultura jurídica já praticada nos anos anteriores à independência.

De acordo com Bretas (1998), as questões referentes à organização das esferas sociais e econômicas estavam diretamente atreladas às estruturas organizacionais e burocráticas do país. O autor afirma que,

a história do Brasil independente se elaborava em torno da formação das instituições e órgãos da justiça criminal, tomados como símbolos ou campos de luta para a constituição da nova nação, local privilegiado da disputa entre as tradições do absolutismo português e as novas ideias do liberalismo então em expansão. Marcos da história política, na sua forma mais tradicional, é a criação dos códigos criminal e de processo penal, e sua reforma, que representa o triunfo da reação conservadora, permitindo a consolidação do Império (Bretas 1998:219, grifo nosso)

Com esse panorama de formação do Brasil como Estado-Nação independente, é possível compreender o porquê de ideologias e até práticas coloniais sendo perpetuadas e perduradas ao longo do século XIX nos meios jurídicos.

Durante esse período de afirmação do Estado, a justiça tem papel importante, pois, apesar de desavenças e disputas internas de poder, não fazia parte dos planos da elite qualquer participação popular na vida política do país. Em consonância ao que já era anteriormente visado pelas *Ordenações Filipinas* e *Constituições do Arcebispado da Bahia*, as leis serão decretadas em busca da ordem e tranquilidade públicas, preocupação constante às autoridades nacionais. Manter essa ordem muitas vezes significava dizer “*aumento da vigilância e das restrições às classes populares*” (Santos 2008:96), ou seja, de escravos, de libertos e de pobres livres que tiveram manifestações de todo tipo, principalmente as culturais e religiosas diferentes da oficial, cerceadas.

Esse cerceamento fica patente quando observamos tanto a *Constituição* (1824) quanto os *Códigos* e *Leis* reguladoras do Brasil Imperial (CPP 1830, CPC 1832, Lei nº 261 de 1841, Regulamento 120 de 1842). Trata-se de textos jurídicos que têm em seu arcabouço teórico ideais liberais, no sentido de garantirem direitos individuais aos membros da elite brasileira, mas ao mesmo tempo, negligenciam uma parcela significativa da sociedade: os escravos, ex-escravos libertos e pobres livres. Exemplo claro disso é que no artigo 179, XVIII, da *Constituição do Império* de 1824, diz que há a necessidade de se “*organizar, quanto*

antes, um código civil e um criminal, fundado em sólidas bases de Justiça e Equidade.” (grifo nosso). Apesar desse dispositivo legal na Carta Magna, fato é que ele só fora cumprido parcialmente, com o *Código Penal* de 1830 revogando a legislação anterior. Em matéria civil, as leis da colônia, as *Ordenações Filipinas*, só são revogadas no Brasil República em 1916 com o *Código Civil*.

Como já observado brevemente no item 1.1, a organização judiciária brasileira é conservadora em relação ao que era feito anteriormente e será moldada de acordo com interesses que agradem às elites. Apesar de declarar a necessidade de justiça e equidade, e de regulamentação civil e criminal, o principal objetivo da elite do Estado Nacional é a manutenção da ordem estabelecida e a preservação do poder. Tudo o mais que não pertencesse a esses padrões é tratado como subversão à ordem.

O sucesso nessa empreitada de consolidação de governo reflete-se, por exemplo, na manutenção da unidade territorial. Uma das características marcantes do Brasil após a independência é a manutenção, e até mesmo ampliação, de suas fronteiras, e isso é possível através de uma elite bem articulada, usando os sistemas jurídicos a favor da preservação de seus interesses.

Apesar do debate entre historiadores sobre quais teriam sido os motivos para esse fato peculiar dentro da história da América Latina, Carvalho (1990, *apud* Fausto 2006:184) destaca, dentre outros fatores, “*a natureza da elite política imperial*” e seu êxito em construir um Estado forte e centralizado. Segundo Fausto (2006), havia uma homogeneidade na elite, tanto por serem uma “*ilha de letrados num mar de analfabetos*”, quanto por terem educação superior em estudos concentrados no âmbito jurídico; a profissão contribuía

para aumentar os índices de homogeneidade da elite política em termos de visão de mundo, interesse e objetivos a serem alcançados. (...). Apesar de não ser nada representativa do conjunto da população, tece condições de realizar uma política de construção de um Estado centralizado e conservador, que acabou por assegurar a unidade do país. (Fausto 2006:184)

Ainda nos estudos de História e Direito e de acordo com Fonseca (2004), a cultura jurídica brasileira também não sofrerá grandes rupturas em relação às ordens e leis anteriores, e nesse sentido, o Brasil

continuará a aplicar a velha legislação herdada dos tempos coloniais sem proceder a grandes e radicais rupturas, adaptando-a às tradições específicas dos brasileiros, à cultura jurídica então em formação e sobretudo aos interesses econômicos das elites agrárias brasileiras. (Fonseca 2004:66, grifo nosso).

O autor ainda lembra que, apesar do teor libertário da Constituição, a própria escravidão se arrasta no território brasileiro até um ano antes da Proclamação da República, sendo visto, aliás, por muitos historiadores como um dos fatores que sela a crise do Império. As mentalidades sociais, cujo maior exemplo é a de redução de uma pessoa à coisa, é persistente da época colônia, tal como é renitente as estruturas arcaicas perpetuadas no sistema político-jurídico que andaram lado a lado na “transformação” e consolidação das instituições brasileiras.

Partindo das constatações de vários historiadores, podemos considerar que, apesar de haver um único código penal e um único código de processo criminal, há um descompasso entre a teoria e sua aplicação. Não era incomum as leis “se adaptarem” a fim de atingir e controlar determinada parcela da população, em especial a afrodescendente. Nesse sentido Machado (1987) afirma que,

considera-se a sociedade escravista como produtora de uma ampla rede de controle social, capaz de combinar o argumento da força com outros mecanismos de dominação. Juízes, padres, feitores, camaradas, agregados e outros tornaram-se atores importantes neste cenário, pois, manipulando diferentes mecanismos de dominação, tornaram o sistema funcional e legítimo aos olhos dos contemporâneos. (Machado 1987:17, grifo nosso)

Essa necessidade de controle dentro das concepções da elite da época era justificada também e em parte pelo grande contingente de escravos negros no Brasil. Lembremos que, durante todo período de colonização até o ano de 1850, o tráfico negreiro foi o comércio mais rentável do Brasil, e com isso o número de negros que compunha a população brasileira, em muitas regiões, ultrapassava a metade do total.

A presença do negro estava diretamente ligada à prosperidade econômica de daquela região específica, ou seja, em uma região que não fosse economicamente bem-sucedida, a presença do negro era reduzida. O sudeste, por exemplo, passa a receber mais escravos negros no período de mineração, intensificado na época da expansão cafeeicultura. Em relação à cidade de Campinas, palco em que se desenrola o processo-crime sob análise nesta dissertação, suas origens também remetem à época da descoberta do ouro pelos bandeirantes

paulistas ainda sob a denominação “Campinas do Mato Grosso de Jundiáhy”¹. Ela funcionava como uma passagem para Goiás, tendo dentre suas atividades a agricultura de subsistência e um comércio voltado para tropas que vinham de Santos em direção ao interior.

De acordo com Martins (2011:16), Campinas ainda no século XVIII recebe um grande número de mão de obra escrava africana com as lavouras de cana-de-açúcar, e já no ano de 1797 a população campinense caracterizava-se por um grande número de escravos. No início da segunda metade do século XIX a população negra representava 57,7% da população total do município.

Esses números ajudam a ilustrar a forte presença do negro e da cultura por eles trazida, em especial nas práticas religiosas. Já em fins do século XIX, Raimundo Nina Rodrigues, um dos introdutores da antropologia criminal no Brasil, interessa-se pelas religiões afrodescendentes como uma forma de estudar o intelecto das raças e destaca a presença do negro na formação da mentalidade cultural brasileira. O antropólogo e médico, enveredando por esses estudos graças à sua formação em Medicina Legal, aceita os dogmas da época que crê o negro como raça inferior e propícia ao crime: (Ferretti 1999:21) Esse fato é claramente exposto no processo sob análise, utilizado pelo próprio advogado de defesa que diz no fôlio 31r “*compreende-se facilmente que entre nós, havendo, como há escravos importados d’África e que de lá trouxeraõ tradições praticas e costumes extravagantes (...) É um mal social que revella o atraso moral da nossa população, composta, alias, de elementos tão heterogêneos*” (linhas 1603 a 1609).

Considerando esse panorama, percebemos que a consolidação do Estado aliado ao sistema jurídico serve como orientadores e restrições às populações pobres de maioria negra, seja liberta, seja escrava. Assim sendo, as acusações e julgamentos não são orientados necessariamente apenas por critérios jurídicos. Mais exemplo dessa distinção está no art.1º, do Título 11, de 13 de dezembro de 1831, que versa sobre a postura dos pretos dentro da câmara de Recife:

Fica proibido desde já, fazer em qualquer hora que seja, vozerias, alaridos e gritos pelas ruas, sem ser por objetos de necessidade, assim como fica proibido, que os pretos carregadores andem pelas ruas cantando, desde o recolher até o nascer do sol, sob pena dos primeiros pagarem 1\$reis de multa, e os segundos 800 reis aplicada a pena nos capatazes, os quais pagará de uma vez 2\$reis a benefício das obras da câmara² (grifo nosso).

¹ Campinas emancipou-se de Jundiá em 1797, com sua elevação à condição de vila. (cf. http://www.cmu.unicamp.br/arqhist/fec_peo_tjc.php, acesso em 17/08/2016).

² Artigo 1º do Título 11º das posturas da câmara de 1831, sobre Vozerias, injúrias, indecências e palavras obscenas nas ruas, contra a modéstia publica e polícia sobre os pretos. In: LAPEH Diário de Pernambuco 3/12/1831.

No que concerne à população escrava, ex-escrava, libertos e livres, “a atenção redobrada da Polícia (...) não decorria do receio de ‘rebeldias’ no sentido consagrado do termo, tais como fugas ou assassinatos. Antes tratava-se de desordens corriqueiras” (Campos 2003: 158 *apud* Santos 2008: 99).

O *Código Criminal* de 1830, suas leis processuais e reformadoras não trarão os ares de independência e liberdades preconizados na *Constituição* Imperial de 1824 a todos os setores da sociedade brasileira. Boa parcela dela ficará sob o julgo da cultura jurídica anterior, com o agravamento de que o novo país enfrenta pressões internas e externas para se manter como um país uno.

Os representantes do poder têm nos Códigos e nos órgãos de repressão (polícia e sistema judiciário) uma efetiva, eficaz, mas sobretudo, necessária maneira de impor a ordem à força, manter o sistema escravocrata (tão importante à economia e à elite brasileira), a unidade territorial e a centralização do poder. É por essas leis que a elite assegurará a exclusão cultural e política da grande parcela da população – afrodescendente ou pobre livre, vista como rebelde e perigosa – e a consolidação do Brasil como Estado Nação.

1.3 Tipificação Penal e o crime de feitiçaria no XIX

Conforme exposto acima, grande parcela da população sofria uma repressão institucionalizada. Lembremos, porém, que essa população reprimida pelo “novo” sistema judiciário já padecia nas garras da justiça muito antes do novo Código e da “nova” Justiça. Até a liberação da primeira codificação penal de 1830, o conjunto de leis que regulamentava a sociedade portuguesa (Europa e possessões) era conhecido como “*Ordenações Filipinas*”, de 1605, que por sua vez são um copilado e sistematização das *Ordenações Afonsinas* (1466) e *Manuelinas* (1521). Essas *Ordenações Filipinas* (1605), nascidas sob o julgo espanhol e ratificadas por Portugal em 1643, versavam sobre diversas matérias do direito e eram divididas em 5 livros:

Livro I – Direito Administrativo e Organização Judiciária
Livro II – Direito dos Eclesiásticos, do Reis, dos Fidalgos e dos Estrangeiros
Livro III – Processo Civil
Livro IV – Direito Civil e Direito Comercial
Livro V – Direito Penal e Processo Penal

Figura 1. Ordenações Filipinas (1643)

No que tange à matéria específica tratada no documento manuscrito editado neste trabalho (homicídio e feitiçaria), importa atentar ao livro V, pois é o livro que trata do Direito Penal e de Processo Penal. Esse livro é emblemático, segundo historiadores do Direito Penal, por uma série de características. Primeiramente, a julgar as datas de concepção e elaboração das *Ordenações*, percebe-se que muitas matérias, hoje pertencentes ao Direito Canônico, constam no livro como Direito Penal, traçando um paralelo muito claro entre crime e pecado, conceitos que serão perpetuados na sociedade ao longo dos anos, atingindo até mesmo a sociedade laica brasileira dos séculos XIX e XX.

Outra característica marcante desse conjunto de leis é a severidade com que os crimes devem ser punidos. Segundo as palavras do desembargador Vicente Piragibe o livro V é um

Espeelho, onde se refletia, com inteira fidelidade, a dureza das codificações contemporâneas, era um misto de despotismo e de beatice, uma legislação híbrida e feroz, inspirada em falsas ideias religiosas e políticas, que invadindo as fronteiras da jurisdição divina, confundia o crime com o pecado, e absorvia o indivíduo no Estado fazendo dele um instrumento (...) Piragibe (1932: 14, Vol. II)

Nas *Ordenações Filipinas*, que marcou a vida da Colônia, encontramos o Título III, *Dos Feiticeiros*, em que há uma descrição do que era considerado “artes de feitiçaria” que incluía, entre outras coisas, fazer mal a outra pessoa por meio de feitiço. A palavra “feitiço” em si não é definida, mas o ato de carregar objetos de tipo variado com a finalidade de adivinhação ou de fazer algo a outrem poderia incriminar o seu portador, sendo considerado feiticeiro e criminoso. Uma das penas para os acusados e condenados por esse crime era justamente o degredo para o Brasil.

Corroborando à formação da figura do feiticeiro na concepção popular, os já referidos textos das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* em seu livro V trata sobre as transgressões (heresias, blasfêmias, feitiçarias, sacrilégios etc), acusações e penas.

No título IV do referido livro, é dito claramente que a feitiçaria e qualquer de suas manifestações é expressamente proibida ainda que seja com boas intenções. Dentre as possibilidades de feitiçaria, os textos fazem referência a consultas a livros, ensino ou aprendizagem de feitiços, utilização de objetos sagrados ou bentos, entre outras possibilidades.

Tendo em mente esses dois importantes códigos não só de justiça e religião, mas também de conduta moral da sociedade brasileira, percebemos uma larga distância de conteúdo em relação aos novos códigos do Império. Observando especificamente o *Código Penal* de 1830, as palavras “feiticeiros”, “feitiçaria”, “magos” ou “magias” não são citadas sequer obliquamente pelo legislador. Não obstante, levantamentos de historiadores³ que se debruçam nas fontes de interpretação do Brasil do século XIX demonstram que, apesar de “feitiçaria” não estar codificado em lei, não significa que ela tenha sido extirpada do imaginário da sociedade, tampouco dos processos do Império.

Durante todo o período colonial, em que a feitiçaria era considerada crime, as manifestações afro-brasileiras enquadravam-se nesse corolário de feitiçaria e feiticeiros. Apesar de não haver um Tribunal do Santo Ofício no Brasil, a Inquisição fiscalizava a colônia através das Visitações. O Tribunal, no entanto, ajuda a espalhar a figura do feiticeiro como um adorador satânico, pois isso ajudava a combater ritos e costumes pagãos, associando divindades pagãs ao Demônio, o que justificava o combate a essas crenças tidas como “arcaicas”. Segundo Bethencourt (2004), nessa época, a construção da figura do *homo magus* possuía certas habilidades como,

[...] a comunicação com os espíritos (almas, demônios, anjos e santos) obtida por revelação [...] conjuro, transe, fervedouros. [...] As capacidades taumátúrgicas raras vezes se assumiam abertamente, permanecendo envolvidas pela manipulação formal de algumas técnicas tradicionais de cura: benção, unções, rezas, mezinhas, emplastros, unguentos e lavatórios. (Bethencourt 2004, *apud* Santos 2014:02)

Esse imaginário persiste no Brasil Império. Apesar de não ser mais considerado crime, todo homem ou mulher que apresentasse, em certa medida, essas características poderia ser considerado(a) culpado(a). Caso a crença e as práticas cotidianas daquele cidadão divergissem da oficial, ele(a) entrava como possível “rebelde” da ordem, passível de punição. Ao percorrer processos criminais que vieram à luz durante a vigência do *Código Penal* de 1830, historiadores se depararam com vários processos em que os “crimes” de feitiçaria vêm

³ Cf. Coceiro (2008), Melo e Souza (1986) e Reis (1988).

atrelados e diluídos nos demais crimes previstos no *Código Penal*:

Feitiçaria, magia, cura, batuque são mencionadas nos documentos, às vezes indistintamente, mostrando que ambas as palavras eram utilizadas para caracterizar uma série de práticas enquanto erradas, desqualificadas e perigosas. (Santos 2013:03)

Segundo Reis (1988: 59), o que se conhece dessas expressões religiosas de matriz africana vem pelas mãos de escrivães de polícia “*que narravam invasões de terreiros ou derrotas de revoltas, por autoridades eclesiásticas e civis preocupadas em combater a “feitiçaria” e a subversão dos bons costumes*”. Em seu texto, o autor analisa a repressão de um terreiro em período colonial (1785) e outra represália no período imperial (1829), destacando um ponto de vista proposto por Mello e Souza (1986). Essa autora ressalta que o catolicismo tem uma tendência à “boa assimilação” a formas de magia e ao paganismo, o mesmo se reflete às práticas indígenas e negras. Entretanto, quando essas manifestações ajudam a reafirmar a cultura e a raiz dessa parcela afro-brasileira, a polícia e os órgãos competentes entram em ação a fim de dissipar um possível perigo. A questão da feitiçaria em território brasileiro é de longa data. Segundo Mellos e Souza (1986), a crença de feitiçaria era preocupação das autoridades e dos agentes de administração e justiça no período colonial.

Couceiro (2008) afirma que a relação entre magia, feitiço e crimes ocorridos no Brasil Império é frequente:

o Estado imperial brasileiro criou mecanismos institucionais de regulação da feitiçaria, mesmo tendo abolido do Código Criminal, promulgado em 1830, a punição e a definição da prática de feitiçaria como crime. A palavra feitiçaria sequer aparece nesse Código, o primeiro corpo de leis exclusivo do nosso território, não mais subordinado ao governo colonial português. Não era crime praticar a feitiçaria e nem acusar alguém de praticá-la, de provocar o infortúnio a outra pessoa mediante poderes mágicos – ao contrario do que fizeram as Ordenações Filipinas conjunto de leis que antecedeu aquele Código (Couceiro 2008:122).

O autor lembra, ainda, que, para entender o porquê de esses casos aparecerem em processos judiciais, é necessário verificar o entorno e as pessoas que fazem parte de tais processos; suas pesquisas demonstraram que

as acusações revelam que as relações entre africanos e outras pessoas eram tensas, pois os acusadores eram pessoas de todas as classes e em muitos casos as acusações se davam entre iguais [e que] a sociedade imperial acusava mais frequentemente os africanos de feitiçaria. (Couceiro 2008:13).

Segundo levantamentos e estudos realizados pelo autor, as autoridades no Brasil Imperial mantêm essa preocupação: ao depararem-se com um possível caso de magia, essas autoridades produziam uma “*documentação oficial*”, uma vez que acreditavam no poder da magia e da feitiçaria nas ações dos escravos e libertos que poderiam lhes causar malefícios” (Couceiro 2008:15), pois essa era uma das maneiras de coagir uma parcela da população, vista como subversiva.

O fato de que a ideia de feitiço permeia o imaginário e o cotidiano das pessoas no Império do Brasil se confirma quando analisamos o *Código Penal Republicano* (CPR 1890). Os legisladores e funcionários da República fazem questão de resguardar e regulamentar a matéria “feitiçaria” no corpo de leis do Estado republicano. Couceiro afirma que o artigo 156 do *Código Penal da República* proibia

Exercer a medicina em qualquer de seus ramos e a arte dentária ou farmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou o magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos. O artigo 157 proibia “Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar talismãs e cartomancia para despertar sentimentos de ódio e amor, inculcar cura de moléstias curáveis e incuráveis, enfim, para fascinar a credulidade pública”, e o artigo 158 proibia “Ministrar, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo, assim, o ofício denominado de curandeiro” (Couceiro 2008:44, grifo nosso).

Outro ponto importante a se ressaltar é que a feitiçaria pode ser entendida não só nos ritos que evocassem alguma festa religiosa, mas nas práticas do dia a dia, como, por exemplo, uma simples reza, benção ou emplastro. Existia uma crença de cura através de poderes mágicos. Como visto anteriormente, o *homo magus* teria esse poder através de “técnicas” próprias, pelas quais ele poderia promover o bem ou mal a outrem. De acordo com Couceiro (2008:15), o século XIX será um verdadeiro palco “*de uma guerra declarada de médicos contra aqueles que exerciam práticas de cura*”.

Mello e Souza (1986) afirma que as práticas de cura são provenientes desde o período colonial (ou até mesmo antes). O que há nas sociedades coloniais, estendendo-se ao período imperial, é o atrelamento entre os conhecimentos de ervas e procedimentos do universo indígena/africano ao da medicina popular europeia. Essa medicina alternativa justifica-se em grande parte porque havia a concepção de que doenças em geral tinham uma

⁴ Aqui, compreendemos por este termo, “documentação oficial”, todo documento escrito emanado por representantes do poder público.

origem sobrenatural, e só por tal via poderiam ser curadas⁵. Esses conceitos e crenças estão presentes em vários os depoimentos estudados no documento manuscrito editado neste trabalho. A fim de demonstrá-los, tomemos algumas falas de testemunhas e réus:

[...] Perguntado l se sabia qual **a doença deque - l se achava affetado o dito môsso?** l Respondeo que a doença de - l que se achava afetado era l feitiçaria por que o môsso l havia lançado cabellos, carvão, l fumo de sigarros, pélotas de al - l godaõ, tudo isso sem ter comi - l do, epor isso os remedios aplica - l **dos por elle foi para evitar l essas feitiçarias**. (Fólio 10r, linhas 389 a 400 – Fala do réu José Joaquim Penteado)

[...] **Perguntado se ti - l nhaõ aberto uma cizu- l no peito e se sabe com - l que fim?** Repondeo que l é verdade que fizeraõ l duas cizuras, uma no l peito e outra nas costas, l e que dissraõ ser com - l **o fim de tirar feitiçaria**, eque ella depoente vio l uns pedacinhos pretos queu disseraõ ser carvão [...] e estas couzas ella - l via ostradas umas vezes - l pelo próprio doente, eoutras l por José Tangara. (Fólio 13r, linhas 598 a 609 e 613 a 616 – Fala da testemunha Emilia Rosa de Souza)

Partindo do que apresentamos até então, faz-se necessário, para compreender o processo-crime sob análise, verificar o contexto histórico e social que o circunda. Ele vem à luz numa sociedade ainda escravocrata, recém liberta da condição de Colônia, e que tem em seu sistema judiciário a maneira mais eficaz de manutenção da ordem, territorialidade e poder. Unem-se a isso, o medo da subversão por parte das autoridades e o levante que a população escrava, ex-escrava e liberta pudessem causar. Portanto, controlá-los, podá-los e reprimi-los é necessário e isso inclui perseguições a qualquer tipo de manifestação da própria cultura.

O tema feitiçaria pode parecer anacrônico se pensarmos em um processo que surge nos fins do século XIX. Considerando, porém, a sociedade em que ele vem à tona, entende-se os porquês de ele ainda constar como preocupação às autoridades judiciárias do Brasil Império. Primeiramente, está diretamente atrelado não ao pecado, ou moral, mas ao escravo, à religião afro-brasileira e à coerção dessa parcela da sociedade. Em segundo lugar, esse tema desaparece do Código do Império, mas não do cotidiano brasileiro, e o simples fato de não haver dispositivo legal que regule a matéria, não impede as acusações. Mais do que isso, o silêncio do Código Penal quanto à matéria permite que qualquer um seja suspeito e tenha essa acusação diluída em outros crimes tais como homicídio, estelionato, charlatanismo e prática ilegal da medicina.

⁵ Nessa guerra, “ganharam” os médicos, pois é bom notar que no Código Penal Brasileiro ainda vigente (1941), as práticas de cura por vias não médicas são ainda consideradas crimes, previstas no artigo 284. Crime de curandeirismo que inclui prescrever ou ministrar qualquer substância, usando palavras, gestos ou qualquer outro meio.

Ao longo do processo, encontramos pistas e indícios que corroboram a interpretação de que a feitiçaria era mera desculpa quando queria-se instaurar um processo contra alguém. Apesar de a denúncia primeira contra os réus ter sido homicídio por meio de feitiçaria, a acusação formal vai, aos poucos, retirando do processo a questão da feitiçaria e substituindo-a pela prática ilegal da medicina. Seleccionamos abaixo alguns exemplos das falas dos peritos e advogados que demonstram esse “enviesamento” das investigações que atenuam e até desdenham da crença de feitiçaria e “conduzem” o processo para a acusação de exercício médico clandestino.

[...] procedessem á exame | nas raizes e mais objectos in- | contrados em poder de Jose Joa – | quim Penteado, conhecido por- | Juca Tangará, e Manoel de tal, a- | verificar se alguma, ou todas | são venenozas. | [...] todas conhe - | cidas por elles Piritos, e que as - | reconhece por innocentes. [...] (Fólio 5r, linhas 168 a 174; Fólio 5v, linhas 187 a 189)

Ainda nesse primeiro depoimento dos peritos, o delegado que conduz as investigações indaga a respeito de uma fava e seu potencial efeito tóxico e/ou de envenenamento. Os peritos reconhecem que ouviram dizer que a tal fava pode fazer mal, ou até mesmo causar envenenamento, mas logo em seguida alegam que nunca houve casos conhecidos por eles de tais consequências pelo uso da fava.

[...] quanto a fáva cha | mada Coroanha elles Piritos | tem ouvido diser que esta | fáva é venenóza, mas que - | nunca ao que lhes consta dêo- | se caso algum de envenenamen - | to produsido por ella, e que - | tendo um delles Piritos esperimen - | tado se ellas produzem o mes - | mo effeito da fava chamada | do Calabar, nenhum effeito ella | produsio neste sentido [...] (Fólio 5v e 6r, linhas 217 a 228)

Corroborando para essa manipulação do viés processual contra o crime de feitiçaria, tomemos a fala do advogado de defesa dos réus. Após a exposição de peritos, testemunhas e réus, o advogado do processo se pronuncia, e é importante atentarmos para como a construção da argumentação do advogado de defesa é feita. Ele alude à feitiçaria, pois esse mesmo termo é trazido por mais de uma personagem do processo, e desqualifica a crença em feitiços alegando que não passam de

tradições pra - | ticas e costumes extravagantes, [e que] apparecerão alguns com a pre - | tenção singular de indiciados na sciencia do futuro, ou nos | segredos da feitiçaria. (Fólio 31r, linhas 1604-1607)

Assim sendo, qualquer prática que os réus tivessem tomado em relação à vítima refletia “uma cultura atrasada” proveniente da África. Ademais, não estaria nas intenções dos réus a morte daquele que “*morreo curado*”. Seguindo sua linha de argumentação, o advogado então diz que, caso houvesse crime, seria, portanto, em virtude de remédios mal aplicados pelos réus, ou seja, seria um *exercício indevido* | *da profissão medica nos termos do Decreto numero 598 de 14 de setembro de 1850 e Decreto 628* [...] (fólio 31v, linhas 1662 a 1664).

Finalizando a argumentação o defensor ainda inocenta os réus alegando que os referidos decretos não tiveram execução na província de Campinas, logo, os acusados não poderiam ser enquadrados nesses decretos:

Que a ley numero 598 de 14 de setembro de 1850 e o Decreto numero 628 de 29 de 1 setembro de 1851, que deu-lhe Regulamento, creando ajunta central | de hygiene publica, ainda não tiverão execução nesta Provin- | cia. (Fólio 31v, linhas 1668 a 1671)

1.4 Os ritos processuais do século XIX

Nas subseções anteriores deste capítulo evidenciamos aspectos importantes em relação ao contexto histórico-social que permeiam e até mesmo possibilitam o nascimento do processo-crime que editamos neste trabalho. Na presente subseção, daremos um panorama de quais são os pontos principais de um processo-crime no século XIX, cujas informações, aliadas ao *Código de Processo Criminal* de 1832, formam o embasamento da análise empreendida no capítulo quarto desta dissertação.

Após acontecimentos históricos que já foram aludidos nas subseções anteriores, o Brasil torna-se finalmente Estado independente, e os trabalhos do corpo legislativo do país iniciam-se com a Constituição, conforme explicado na subseção 1.2 deste capítulo.

Em 1827 dá-se o início então aos trabalhos de elaboração do primeiro Código Criminal do Brasil, que ficaria pronto três anos mais tarde. Como espelhos para nosso primeiro código foram adotados outros códigos criminais recém-nascidos, tais como o código da Áustria (1803), da França (1810) e de Parma (1820).

Ao contrário das *Ordenações Filipinas* que trazem uma clara relação entre crime e pecado, o novo Código contém em seu arcabouço outros ideais que primam pelo fortalecimento do homem e da razão; tudo o que é matéria de direito canônico, em teoria, perde espaço na composição da justiça, inclusive o crime de feitiçaria.

O *Código Criminal* (1830), entretanto, é apenas um código de tipificação da matéria penal. Os procedimentos dos trabalhos jurídicos fazem parte do *Código Processual Criminal*, promulgado apenas em 1832, também chamado de *Código Processual Criminal de Primeira Instância*. Esses dois códigos são as balizas utilizadas para construir o processo criminal, sendo citados algumas vezes pelo escrivão e servindo de base para a argumentação da defensoria do processo-crime sob análise.

Além da matéria de *Direito Penal* em si, o *Código de Processo Criminal* (1832) prescreve como deve ser a *organização judicial* (órgãos, pessoas e competências) e qual a *forma do processo*. Em sua primeira parte, trata das questões mais administrativas definindo as competências e a estruturação do sistema judicial. Isso nos permite acessar quais eram as figuras presentes no cotidiano do sistema judiciário e, por conseguinte, quais são as “vozes” que possivelmente aparecerão dentro de um processo-crime.

A segunda parte trata da *forma do processo*, ou seja, como as matérias tratadas no Código Criminal devem ser aplicadas e executadas durante o processo criminal. Nesse ponto, não existe clareza sobre todos os ritos e “papéis” que deveriam compor o processo, mas, segundo Pierangeli (1983), existem 3 formas processuais:

- i. No procedimento inquisitivo ou inquisitório, o órgão jurisdicional assume preponderância, pois nele se concentram as funções de acusar, de defender e de julgar. Com a inquisitorialidade, põe-se perigo as garantias individuais asseguradas constitucionalmente. Muito embora apresente algumas vantagens sobre a contraditorialidade, são elas elididas pelas notórias imperfeições [...]
- ii. No procedimento acusatório existe uma acusação formulada, por meio da qual se busca formar no espírito do julgador a convicção da responsabilidade penal do acusado. Aqui, mediante a instrução, onde se estabelece o *actus trium personarum* de que falavam na Idade Média, a instrução resulta contraditória, com a amplitude assegurada e o debate público entre as partes é fato sensível [...]
- iii. O Código do Processo Criminal do Império dotou o procedimento misto ou eclético, muito embora o submetesse à regra da inquisitorialidade. O nosso legislador de 1832 ficou, portanto, num meio termo misto, adotado pela França, este inquisitivo na fase introdutória e acusatório na fase de julgamento, mas, indubitavelmente, o nosso *Código* era muito mais liberal, pois, no modelo francês o acusado era colocado em situação de inferioridade em relação do acusador oficial e o juiz exercitava uma atividade de produção de provas, valendo-se, para esse fim, até mesmo da tortura. (Pierangeli 1983, 102:103 *apud* Bicalho 2013:30, grifo nosso).

Já nos primeiros fólios do processo-crime sob análise, percebemos a sua forma inquisitorial. Além disso, é clara a institucionalização e divisão de tarefas dentro dele, em que cada operador do direito tem sua função própria e determinada. Também não há a invasão de competências, diferente do sistema jurídico no período Colonial, em que muitas vezes um

único juiz tinha várias competências. Essa burocratização e divisão são facilmente percebidas ao longo de todo o processo-crime que estudamos. A cada ato (mandado, intimação, assentada, conclusão entre outros) deve obrigatoriamente haver uma avaliação e autenticação da pessoa responsável por aquele procedimento, muitas vezes gerando uma série de documentos provenientes de diversas mãos para um único ato. Exemplo disso são as intimações, em que há pelo menos três documentos para intimar uma pessoa: primeiramente o documento sob o título de *concluso*, que é uma espécie de mandado do delegado, seguindo-se a *intimação* propriamente dita, expedida pelo escrivão e, por fim, o “relatório” do oficial de justiça que entrega, ou tenta entregar, o documento ao intimado.

O exemplo acima demonstra apenas um dos casos que observamos no processo-crime analisado nesta dissertação. Diversos documentos são produzidos ao longo das várias fases pelas quais o nosso objeto de análise passa. As peculiaridades linguístico-discursivas dessas peças⁶ serão discutidas adiante no capítulo quarto.

Importa ressaltar que, apesar de termos recorrido em larga escala ao CPC de 1832 para embasar nossa análise, nem todos os atos observados estão necessariamente descritos no CPC de 1832, porém, em comparação com descrições e definições genéricas de documentos como mandados, assentadas, conclusos entre outros, pudemos chegar a algumas conclusões que serão apresentadas e discutidas no capítulo quatro.

Essas observações ajudam a comprovar a afirmação de que há mais que um sistema jurídico ordenado e burocratizado. Há na realidade um *modus operandi* desse sistema jurídico, cuja divisão de tarefas e procedimentos lavráveis em papel serão fortificados, perpetuados e atualizados com o passar do tempo, e essa perpetuação é linguisticamente observável.

Ainda em relação aos procedimentos e ritos processuais do século XIX, gostaríamos de destacar algumas semelhanças aos ritos atuais, para melhor compreendermos as fases pelas quais um processo-crime deve passar.

Antes de mais nada, o processo-crime que aqui analisamos é um processo de formação de culpa dos réus e não um julgamento; seu objetivo é a investigação, a inquirição de testemunhas, o levantamento de fatos. Os documentos constituintes do processo-crime

⁶ Peça. Termo jurídico referente as manifestações em processos tais como: Inicial, Contestação (defesa), Embargos, Recursos. Jur. Documento que integra um processo. Disponível em <<http://www.aulete.com.br/peça>>. Acesso dez/2016.

pesquisado são na realidade um ajuntamento de peças⁷ que demonstram um processo de investigação e busca pela veracidade ou não. A forma pela qual esses procedimentos processuais correm é a forma sumária.

Atualmente há três formas de se encaminhar um processo-crime: ordinária, sumária e sumaríssima. No CPC de 1832, entretanto, há o procedimento sumário e ordinário apenas. No primeiro, verificam-se os processos de formação de culpa, quando a *queixa-crime* é recebida na Delegacia e o Delegado apura os fatos; depois desse processo de apuração, é decretada a culpa ou inocência dos réus. Caso haja culpa o processo passa a correr em rito ordinário, com a presença de júri de acusação. No caso do documento manuscrito aqui observado, estamos diante de um processo sumário, cuja principal característica é ser um procedimento mais resumido e que corre de forma mais rápida, pois em geral envolve a privação da liberdade do réu.

Partindo do conhecimento de que o processo-crime sob análise corre em procedimento sumário, fizemos um breve levantamento comparando o nosso processo-crime, a previsão do procedimento sumário no CPC de 1832 e o procedimento sumário do Código de Processo Penal de 1941. Esse olhar se torna importante, porque em conformidade com o que declaramos anteriormente, o processo que tem os seus ritos ditados pelo procedimento sumário é um processo que se desenvolve mais rapidamente em relação a outros⁸. Nessa comparação e com o apoio da doutrina jurídica atual, constatamos que nos documentos normativos (CPC de 1832 e CPP de 1941) há cinco fases distintas pelas quais um procedimento sumário deve passar, conforme demonstramos no quadro abaixo. Cada uma dessas fases apresenta elementos e características que descrevemos a seguir:

⁷ No documento manuscrito editado, os escribas referem-se aos documentos que constituem o processo-crime como sendo *termo* e *autos*. Ainda que juridicamente haja diferenças entre aquilo que possa ser denominado termo, auto, ou ainda, peça, nesse trabalho iremos tratá-los como sendo sinônimos. Ao longo do trabalho, cada um deles será explicado do ponto de vista jurídico com base nos dicionários atuais.

⁸ Ainda que atualmente exista o processo sumaríssimo, não o abordamos porque não há nenhuma menção desse tipo de processo no código de 1832, há regulamentação apenas para o processo sumário e ordinário.

Quadro 1. Comparação das fases do procedimento sumário nos séculos XIX e XX.

CPC de 1832	CPP de 1941
Fase 1. Oferecimento da denúncia ou queixa-crime. Base: Art 72 ao 80	Fase 1'. Oferecimento da denúncia ou queixa-crime. Base: Art. 41
Fase 2. Observância, pelo juiz, de regras aplicáveis em determinados casos. Base: Arts. 61 a 71	Fase 2'. Observância, pelo juiz, de regras em determinados casos. Base Arts. 395 a 397 aplicáveis a qualquer rito em razão do que prevê o art. 394, § 4º;
Fase 3. Provas, acareação, confrontação e interrogatório. Base: Arts. 84 a 99	Fase 3'. Audiência de instrução, interrogatório e julgamento. Base: Art.531
Fase 4. Alegações Finais. Base: -	Fase 4'. Alegações orais. Base: Art.534

(i) Fase 1 - oferecimento da Denúncia:

Na primeira etapa, há o oferecimento da denúncia/queixa-crime. Essa etapa, como o próprio nome revela, diz respeito ao conhecimento pela Justiça do crime ocorrido. Atualmente o artigo 41 do Código de Processo Penal de 1941 revela quais os conteúdos que deverão constar na denúncia de um crime; a forma textual de como essas informações devem ser dispostas não está descrita. Tal qual o código atual, o CPC de 1832 demonstrava em seus dispositivos 72 ao 80 o conteúdo da peça lavrada pelo escrivão e quem estaria habilitado a oferecer a denúncia de um crime. Nessa peça inicial do processo-crime há a exposição do fato criminoso, ou pela parte que foi ofendida, ou por algum representante para que se inicie o processo contra o autor, e ele pode ser oferecido por qualquer cidadão. No processo-crime pesquisado neste trabalho a peça que representa a fase 1, ou seja, a denúncia, é a carta enviada pelo vizinho da vítima ao Delegado da delegacia de Campinas.

(ii) Fase 2 - Observâncias do Juiz:

A segunda etapa, na realidade, corresponde ao acatamento ou não da denúncia pelo juiz. Trata-se na realidade de uma decisão do juiz de receber ou não a denúncia. Primeiramente devemos ressaltar que existem casos nos quais o juiz que recebe a denúncia está impedido de exercer seu cargo, quando há algum interesse pessoal ou qualquer tipo de situação que comprometa a imparcialidade do juiz. Esses impedimentos estão todos descritos no CPC de 1832, sob o título de *suspeição* ou *recusação*.

Já no Código de Processo Penal de 1941 essas observâncias do juiz não dizem respeito a sua própria inaptidão, mas ao mérito do crime. O juiz deve recusar a denúncia se acreditar que falem motivos para crer no crime ou se a denúncia for inepta. Essa recusa por motivos

relacionados ao crime ou a falta de provas na denúncia do crime não são citados no CPC de 1832.

De toda a forma, em ambos os casos, essa segunda etapa diz respeito às observâncias que o juiz fará e ao aceite ou não da denúncia. Uma vez que o processo vem à luz significa dizer que o juiz aceitou a denúncia e acreditou que existiam indícios suficientes de um crime. No caso do documento manuscrito que estudamos, a própria existência do processo-crime é a comprovação de que a fase de observâncias do juiz foi cumprida. É interessante notar, que ao contrário da primeira fase, não há documento dentro do processo-crime analisado que lavre esse aceite; há, no entanto, uma peça que denominamos como “mandado”, cuja função é expedir a ordem de acatamento da denúncia e os próximos procedimentos de investigação.

(iii) Fase 3 - Provas, acareação, confrontação e interrogatório:

A terceira etapa do processo-crime (na formação de culpa dos réus) corresponde ao levantamento de provas propriamente dito. Essa etapa está descrita no CPC de 1832 de forma bastante extensa dos dispositivos 84 ao 99. Nesses artigos há a prescrição de vários procedimentos tanto na obtenção de provas quanto na obtenção de testemunhos. É pertinente ressaltar que, em relação aos testemunhos e interrogatórios, há a prescrição inclusive das perguntas obrigatórias que devem ser realizadas. No Código atual (1941) um dispositivo semelhante versa apenas a ordem em que essas pessoas (testemunhas e acusado(s)) devem ser ouvidas.

Essa terceira etapa é semelhante nos dois códigos, e no processo-crime sob análise corresponde aos autos⁹ que lavram a inquirição dos peritos, testemunhas e, por fim, o interrogatório dos réus a fim de verificar se são culpados ou não. Essa é a fase mais extensa do procedimento sumário, pois aqui será contada e reconstituída a história por detrás do crime, através de coleta de provas físicas e orais.

Nessa terceira etapa há muitos atos encadeados e executados, frequentemente no mesmo dia. Os tipos de peças são variados, mas é importante atentar que, em linhas gerais, apesar da especificidade de cada peça, existem aquelas que se destinam a refazer os fatos do crime (interrogatórios e inquirições) e aquelas que são lavradas apenas para fins de oficialização ou prosseguimento do processo (tais como conclusão, conclusos e publicação). Esses últimos são documentos realizados ao longo de todo o processo-crime, ao passo que os

⁹ Auto – (Lat. actu.) S.m. Peça escrita por oficial público que contém a narração formal, circunstanciada e autêntica de determinados atos judiciais ou de processos. (Santos, 2001: 40-41)

demaís (denúncia, autos de testemunhos, alegações e sentença) são exclusivos a determinada etapa do processo-crime.

(iv) Fase 4 - Alegações Finais:

Dirigindo-se ao final das investigações e do processo-crime, conforme previsto no artigo 534 do Código Processual de 1941, depois de haver o interrogatório dos réus, devem ser feitas as alegações finais (defesa e promotoria) de maneira oral por 20 minutos prorrogáveis por mais 10, e em seguida, o juiz expede a sentença. O CPC de 1832, por outro lado, é silente nessa matéria. Entretanto, ao observarmos o processo-crime sob análise, constatamos que as alegações finais estão dispostas após os interrogatórios dos réus, e foram feitas de maneira escrita¹⁰.

Uma última observação quanto aos documentos que identificamos como pertencentes à quarta fase do procedimento sumário é que, no CPC 1832 em seu artigo 263, é prescrito em linhas gerais como a defesa deve apresentar sua argumentação, e em boa parte essas prescrições são observadas pelo defensor atuante no processo-crime analisado.

(v) Fase 5 – Sentença:

E finalmente, depois de feita a denúncia, ouvidas as testemunhas e réus e feitas as alegações de promotoria e defesa, é pronunciada a sentença. Devemos ressaltar que, enquanto num procedimento sumário da atualidade a sentença é expedida logo após as alegações finais, no processo-crime estudado a proposta de sentença é feita pelo defensor e acatada o promotor. A partir desse momento, os autos voltam ao escrivão do processo, Joaquim Franco de Pontes, que faz os “autos de conclusão” e os envia à mesa do Delegado para apreciação e sentença propriamente dita. Essa sentença é documentada por meio de uma peça cujo título é “conclusão”. O delegado aceita as alegações da defensoria e acata a despronuncia feita pelo promotor, pedindo que os autos sejam remetidos ao Juiz Municipal, conforme recomenda a lei 289 do regulamento de 31 de janeiro de 1842. Esses documentos de conclusão estão lavrados nos fólios 33v e 34r. Após esses trâmites de idas e vindas do processo-crime, ele se encerra.

¹⁰ Vale ressaltar que tudo o que foi enunciado por meio oral foi reproduzido de maneira escrita pelo escrivão Joaquim Franco de Pontes. Pela análise paleográfica podemos afirmar que os documentos das alegações (defesa e promotoria) são lavrados pelos próprios autores (advogado de defesa e promotor), ao contrário do que ocorre nos testemunhos e interrogatórios.

1.5 Vozes do processo-crime editado

Recapitulando o panorama traçado nas subseções anteriores, observamos que feitiçaria não era considerada crime do ponto de vista legal, caso estivéssemos embasados apenas nos códigos vigentes da época. Havia, porém, uma forte presença do passado jurídico/religioso colonial nos fins do século XIX, e a própria existência de processos cujos crimes estavam baseados na ideia de feitiçaria ajudam a perceber que esse tema ainda se faz presente no Brasil Imperial.

Existia também uma estrutura jurídica que garantia a perpetuação de uma elite conservadora e escravocrata e a manutenção da ordem social. Isso é observável graças à permanência de estruturas jurídicas tais como as anteriores com instâncias e operadores do Direito desempenhando funções parecidas aos dos tempos de Colônia.

Para a sociedade branca e dominante, os feiticeiros no Brasil são representados pelos índios, pelos negros africanos ou afrodescendentes, que exibem em suas “atrasadas crendices” saberes religiosos e culturais tidos não só como um atraso moral para a sociedade brasileira, mas também como um risco institucional de revoltas e desagregações que deveriam ser constantemente combatidas. É com esse panorama que lemos e entendemos de que se trata o processo-crime deste trabalho e quais são as vozes ali presentes através dos documentos do processo.

Por último, constatamos que todos os documentos pertencem a cinco distintas fases de um procedimento sumário, que é a forma pela qual o processo-crime corre. Em cada uma dessas fases são abertos espaços para a produção de documentos específicos que ao fim formam um conjunto ao qual chamamos de processo-crime.

Com esse panorama, expomos as vozes presentes no processo, indicando até onde foi possível e pertinente suas funções sociais/locais e suas funções dentro do processo-crime editado.

O primeiro ponto a que atentamos é o fato de o processo-crime ser um processo sumário, ou seja, de antemão sabemos que se trata de um procedimento mais rápido que o ordinário e que os documentos ali presentes são referentes ao processo de formação de culpa dos réus. A formação de culpa é uma etapa prévia que pode ou não levar os réus a julgamento a depender das provas materiais e testemunhais e da veracidade ou não da acusação.

O processo-crime originou-se de uma “carta denúncia”. Um homem chamado

Manoel Teixeira Nogueira acusa seu vizinho, conhecido por *Juca Tangará*, homem livre de forro, de ter em sua casa um preto velho curando e ensinando feitiços. *Manoel* ainda relata que Juca Tangará e o preto velho se ofereceram para curar um moço que estava doente, mas estava de pé; depois da cura, o moço veio a falecer.

O remetente termina dizendo que o portador da carta informaria ao Delegado mais detalhes acerca dos fatos. Com base nessa carta, o Delegado manda que se proceda a busca e apreensão na casa de Juca Tangará e que os indiciados sejam presos. Não sabemos o que o portador da carta relatou ao Delegado, pois não há nenhum documento lavrado sobre esse depoimento. Nota-se, porém, que a ideia de crime para feitiço “ainda que no sentido de fazer bem”, como foi observado nas instruções do livro V das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1720) e nas *Ordenações Filipinas* (1603), está presente, e mais, é o motivo pelo qual o acusador crê que o moço tenha morrido e não o fato de que esse já estava doente.

Nas próximas subseções (1.5.1 e 1.5.2), elencamos os principais atores do processo-crime, suas funções e atuação na sociedade campinense. Ao todo, há 37 nomes registrados ao longo do processo, ou seja, cujos nomes são citados alguma vez durante as investigações. No entanto, nem todas as pessoas citadas durante as oitivas são intimadas e algumas das intimadas não há o registro do testemunho. Aqueles que realmente escrevem, falam (isto é, tem suas falas transcritas) e assinam (aqueles que apenas assinam a rogo de réus e testemunhas) são 28.

Notemos que o processo-crime aqui tratado é a reunião de diversas peças encadeadas ao se desenrolarem as investigações acerca do crime. Apesar de haver um grande número de pessoas citadas e/ou intimadas para acompanhar as investigações e/ou assinando a rogo de réus e testemunhas, apenas 10 pessoas efetivamente escrevem alguma peça do processo.

Há, portanto, 10 diferentes caligrafias (descontadas as assinaturas que aparecem somente a rogo): 7 pertencentes a operadores do Direito (escrivães, juízes, oficial, advogados), 1 pertencente ao acusador, 1 pertencente a um cidadão que escreve uma pequena nota em nome dos réus e uma pertencente ao contador.

Em relação aos depoimentos presentes no processo-crime, dos onze depoentes (peritos, testemunhas e réus), apenas três são capazes de assinar seus próprios depoimentos. Essa observação levanta uma questão quanto ao acesso à palavra escrita das personagens envolvidas. Apesar de terem suas vozes registradas no documento manuscrito estudado, réus e praticamente todas as testemunhas são analfabetas, com exceção do médico francês Philemon

de Cuvillon (uma das testemunhas do processo-crime). Essa constatação é reflexo de uma das características da realidade social do Brasil no século XIX. De acordo com Alves (2015), o analfabetismo em processos-crime não é incomum, pois

grande parte de réus, vítimas e testemunhas necessitava que terceiros assinassem seus depoimentos a rogo, já que não sabiam ler nem escrever. É interessante notar que não apenas cativos e livres pobres tinham acesso restrito à palavra escrita; membros de classes mais abastadas em determinadas situações também precisavam da intervenção de parentes ou advogados para registrar suas vozes perante a Justiça. (Alves 2015:20-21)

Dessa maneira, apresentamos, em primeiro lugar, as figuras que efetivamente escrevem o processo e posteriormente as figuras que têm suas vozes transcritas no processo, ainda que indiretamente. Dividimos essas personagens em dois grupos: *operadores do direito* e *não operadores do direito*.

1.5.1 Personagens do processo-crime (Operadores do Direito)

Os primeiros a serem aqui tratados são os escrivães, pois são eles os responsáveis por grande parte da produção dos documentos do processo-crime. As funções de um escrivão são muitas e estão descritas ao longo de todo o *Código de Processo Criminal* de 1832 e também do *Código Penal* de 1830. No documento editado há a presença de dois escrivães: *Joaquim Franco de Pontes* e *José Henrique de Pontes*.

- (i) *Joaquim Franco de Pontes*: é o primeiro e principal escrivão. Ele é o responsável pelo andamento do processo, intimações, publicações, ofícios etc. na Delegacia de Campinas, presente em quase todos os atos processuais. Várias das peças são lavradas e assinadas por ele. Poucas informações, entretanto, foram encontradas a seu respeito. Contudo, vale ressaltar que seu nome é recorrente nas publicações dos atos do judiciário em jornais da época, aparecendo em várias edições da *Gazeta de Campinas* e o *Almanak de Campinas* de 1871.
- (ii) *José Henrique de Pontes*: é o segundo escrivão do processo e trabalha no Juízo Municipal. Ele exerce as mesmas funções que o primeiro escrivão, expedindo os

mesmos tipos de documentos dentro do processo. Mesmo havendo poucos exemplos desses documentos pudemos comparar suas estruturas na análise apresentada no capítulo 4. Tal qual o primeiro escrivão, pouco encontramos sobre sua biografia, porém seu nome também é recorrente nas publicações de atos do judiciário em jornais da época.

O segundo importante operador do direito para o processo-crime é o Delegado de Polícia, pois é ele quem aceita a denúncia de crime de homicídio e feitiçaria e pede o início das investigações. Segundo a Lei nº 261, de 03 de dezembro de 1841, os delegados e subdelegados podiam ser nomeados entre juízes de direito (que eram formados como bacharéis em Direito) ou entre os demais cidadãos. Essa autoridade tinha o poder de julgar e punir. No Regulamento nº120, de 31 de janeiro de 1842, ficam distintas as atribuições da polícia administrativa e da judiciária. Na função judicante, cabe ao delegado conceder mandados de busca e apreensão, proceder o corpo de delito, julgar crimes com penas até seis meses e multa até cem mil-réis Holloway (1997:170). A lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841 estabelece ainda em seu artigo 4º, que os delegados passam a exercer as funções que antes eram competentes ao Juiz de Paz. Essas informações são importantes para entendermos o porquê, por diversas vezes, o escrivão do processo-crime analisado refere-se ao Delegado como sendo Juiz. Ainda em relação às autoridades do processo-crime editado, há mais um juiz presente, o Juiz Municipal *Francisco Gonçalves da Silva*, a quem o processo é enviado findados as investigações os pronunciamentos dos advogados.

- (iii) *Joaquim Quirino dos Santos* está no rol de juízes de Paz no *Almanach Popular* de 1878. Nascido em Campinas em 1820 e falecido em 1889¹¹, ele carregava o título de coronel e integrava o partido conservador e a Guarda Nacional. Coronel Quirino foi uma figura importante do cenário campinense, pois fazia parte de família tradicional de que era membro seu irmão Francisco Quirino dos Santos, deputado, poeta, jornalista e advogado. Segundo Lapa (2008: 218), Joaquim Quirino dos Santos construiu “às suas custas por ocasião de uma epidemia” um hospital para variolosos em 1875 em Campinas.

¹¹ Dados obtidos em texto de Júlio Mesquita, fundador do jornal *O Estado de S.Paulo*, publicado em março de 1899. Fonte: <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com.br/2008/12/personagem-joaquim-quirino-dos-santos.html> (Acesso 20/08/2015). O ano de seu nascimento e morte consta também em Lapa (2008: 218).

- (iv) *Francisco Gonçalves da Silva*. Sobre este juiz nada encontramos em termos de dados biográficos ou informações a respeito de sua formação e atuação na sociedade de Campinas. Quanto às atribuições do Juiz Municipal, elas também estão elencadas no *Código de Processo Criminal* de 1832. O Juiz Municipal deve ser nomeado pela Corte e presidentes de províncias. Segundo o *Código*, uma de suas funções é receber os autos depois de pronunciado o réu. No documento manuscrito sob análise é precisamente isso que ocorre. Depois de todas as etapas concluídas, há a despronuncia¹² dos réus, e esses autos são remetidos ao Juiz Municipal que ratifica a sentença e encaminha o processo ao juiz competente.

Outras duas personagens dentro da esfera jurídica, relevantes ao processo são o promotor público e o defensor. Apesar de o texto constitucional de 1824 não fazer menção ao promotor, há a figura do Procurador da Coroa e Soberania Nacional, remanescente desde as *Ordenações Filipinas*, cabendo a ele a acusação “no Juízo dos crimes”. A lei de 18 de setembro de 1828 “cria” o cargo do promotor, prevendo suas funções e maneira de atuação. A princípio seu cargo acontecia por nomeação da Corte ou dos Presidentes de Províncias, por um período de três anos, mas com o Regulamento nº 120 de 1842, o promotor de Justiça é definido como servidor público demissível *ad nutum* pelo Imperador ou pelos Presidentes de Província.

Quanto ao defensor, nos já referidos códigos (penal/1830 e criminal/1832), leis e regulamentos (261 e 120) do período não há definições de suas atribuições, apesar de haver a previsão de defesa dos réus. No Brasil dessa época, não havia um órgão voltado para a defensoria pública dos mais necessitados. No processo-crime sob análise, o defensor é pago com 20.000 reis, como podemos verificar no fólio 37r, e só constatamos sua presença ao fim do processo de formação de culpa, quando o advogado apresenta a peça em defesa dos réus. No processo-crime que editamos, as duas importantes figuras de acusação e de defesa são *Antonio Carlos de Moraes Salles* e *Delfino Pinheiro de Ulhôa Cintra Junior*, respectivamente.

¹² A despronuncia é o ato pelo o qual o juiz manda libertar os réus e retirar a pronúncia contra eles, por julgá-la improcedente.

- (v) *Antonio Carlos de Moraes Salles*. Ele é uma importante figura da cidade de Campinas, nascido em 1846, formado pela Academia de Direito de São Paulo. Era monarquista e publicava seus ideais políticos numa coluna assinada no jornal *Correio de Campinas*. Moraes Salles ganhou notoriedade no mundo jurídico, sendo nomeado promotor público no ano de 1867 e juiz municipal de Campinas em 1880.
- (vi) *Delfino Pinheiro de Ulhôa Cintra Júnior* é uma figura relevante não só do cenário campinense como também do cenário nacional. Formado pela Academia de Direito de São Paulo, não se dedicava somente à vida jurídica. Foi também parte ativa da vida cultural, educacional e política nacional, além de Campinas e São Paulo. Delfino Pinheiro foi um dos fundadores do jornal *Diário de São Paulo*, na capital paulista, em 1865, e diretor do colégio Culto à Ciência de Campinas, em 1876. No âmbito político, foi nomeado, por meio de carta imperial, presidente da província de Santa Catarina no ano de 1872 e ainda fez parte da Assembleia Geral como deputado de São Paulo e da Assembleia Provincial do distrito de Campinas, nos anos de 1872 e 1884, respectivamente: Sodré (1998: 225).

O último funcionário do direito que tem escrita dentro do processo é o Oficial de Justiça *João de Almeida Camargo*. De sua biografia nada encontramos, porém, há referência a seu nome no *Almanak Popular* de 1878 como integrante da administração da justiça. A referência das funções dos oficiais de justiça está presente no *Código de Processo Criminal* de 1832. Ele é o encarregado de executar os mandados expedidos pelo juiz, fazendo as pessoas intimadas tomarem ciência da intimação.

Essas primeiras personagens citadas são as responsáveis por grande parte das peças produzidas durante o desenvolvimento do processo-crime. Entretanto, ainda há mais personagens importantes no processo-crime, cujas falas são registradas pelas mãos dos escrivães. Além desses, há ainda três personagens não pertencentes à esfera jurídica, mas que escrevem peças dentro do nosso *corpus*. Essas personagens são apresentadas na seção a seguir.

1.5.2 Outras personagens do processo crime (*Não-operadores do Direito*)

Nesta subseção apresentamos outras personagens que fazem parte do processo-crime (isto é, escrevem ou tem suas falas transcritas no processo), mas que não são funcionários da justiça, ou seja, não são operadores do Direito. Para suas apresentações, entretanto, fizemos duas divisões quanto ao seu grau de letramento: *alfabetizados e não-alfabetizados*.

1.5.2.1 Alfabetizados

Para além dos 7 operadores do direito acima apresentados, há ainda mais 5 personagens que são alfabetizados. As três primeiras personagens citadas nessa subseção, estão separadas das demais pessoas alfabetizadas, porque elas não são apenas citadas ou têm suas falas transcritas, elas de fato produzem peças que são anexadas ao processo-crime. São elas:

- (i) *Manoel Teixeira Nogueira*, personagem importante, pois ele é o remetente da carta denúncia que enseja todo o processo-crime;
- (ii) *Caetano José da Silva Costa Pessoa*, que está presente em vários momentos do processo assinando a rogo dos réus e emitindo uma breve nota de recebimento de culpa em nome dos réus;
- (iii) *Vieira Silva*, que faz as contas das custas do processo.

Sobre suas biografias nada encontramos, porém, desses três, há referências no *Almanak Popular* de 1878 a Caetano José da Silva Costa Pessoa no rol de solicitadores (termo português para *procurador*) e de Vieira da Silva como distribuidor.

As outras duas personagens alfabetizadas e relevantes para o prosseguimento do documento manuscrito analisado são os peritos *Julio Atathem Lehmann* e *Joaquim Correa de Mello*. Apesar da carência de biografia dessas figuras, encontramos seus nomes em Lapa (2008) e em alguns documentos da época.

- (iv) *Julio Atathem Lehmann* foi um médico alemão, dentre vários estrangeiros residentes na cidade de Campinas. Na *Gazeta de Campinas* de 1872, Lehmann publica dois anúncios:

Figura 2. Anúncios do médico Julio Lehmann na *Gazeta de Campinas* de 03/11/1872 (fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/jornais/GC18721103.pdf>)

- (v) *Joaquim Correa de Mello* tem seu nome em uma lista de boticas e em uma lista de eleitores (lembrando que o voto era censitário durante o Império) da freguesia de Santa Cruz. Lapa (2008: 268-269) insere esse farmacêutico num grupo de médicos, cientistas e farmacêuticos preocupados com a pesquisa científica na época, ao lado de Hercules Florence¹³. Nascido em Campinas em 1816 e falecido em 1877, estudou Botânica no Rio de Janeiro e manteve contato com diversas universidades e sociedades de Botânica no exterior.

No processo-crime, Julio Lehmann e Joaquim Correa de Mello são chamados pelo Delegado para prestarem esclarecimentos sobre os objetos e plantas apreendidos na casa dos réus. Suas falas são apresentadas de modo indireto e registradas pelo escrivão da Delegacia de Polícia. Além dos dois peritos, a única personagem alfabetizada, cuja fala aparece de modo indireto durante o processo, é a do médico francês *Philemon de Cuvillon*

- (vi) *Philemon de Cuvillon* aparece entre os médicos estrangeiros residentes em Campinas. Formado pela Academia de Medicina da França, dirigiu a Casa de Saúde de Campinas, inaugurada em 1868, em que havia “enfermaria para escravos” (Lapa 2008: 271 e 273). De todas as testemunhas presentes no processo, Cuvillon é o único letrado e sua presença no processo-crime é em

¹³ Sogro do defensor Delfino Pinheiro Ulhôa Cintra Junior. Florence, fotógrafo francês, atuou no Brasil na expedição científica chefiada pelo barão de Langsdorff entre 1825 e 1829 (cf. Kossoy 2006).

razão do seu contato com a vítima, uma vez que ele, na qualidade de médico, havia tratado o doente (“vítima” de assassinato), antes mesmo de os réus o medicarem. Interessante notar também que é registrada a profissão do médico francês, ao passo que das demais testemunhas o escrivão limita-se a registrar “*vive de seu trabalho*”¹⁴.

Além dos 7 operadores do direito, há apenas mais 5 pessoas alfabetizadas presentes no processo-crime. Dentre elas 2 registram suas “falas” de modo direto (quando eles mesmos escrevem) e 3 registram de modo indireto (quando suas falas são transcritas por terceiros, no caso, pelo escrivão Joaquim Franco de Pontes). A história e reconstituição desse crime a que hoje temos acesso são oferecidas, portanto, de modo indireto, condicionadas pelo filtro do escrivão Joaquim Franco de Pontes.

1.5.2.2 Não-alfabetizados

Nesta subseção, faz-se necessário ressaltar alguns aspectos do registro das falas das personagens não-alfabetizadas. Conforme é possível observar durante os depoimentos, ao prestar os esclarecimentos perante o juiz, as testemunhas tinham suas falas anotadas pelo escrivão. Em seguida, os depoimentos eram lidos e, estando tudo de acordo, havia algum cidadão que assinava a rogo dos réus. É por meio dessas falas que boa parte da “história” do crime é reconstituída, e também é por meio desses registros indiretos que tomamos conhecimento da versão dos acusados quanto ao crime: a versão dos réus *José Joaquim Penteado* e *Manoel*.

Nada, ou muito pouco, encontramos acerca da biografia dessas personagens. O primeiro, *José Joaquim Penteado*, é “qualificado” como natural de São Paulo, homem livre de ferro, e o segundo, *Manoel*, é um ex-escravo trazido da África. Os dois são analfabetos, estão presentes durante o depoimento das testemunhas, e suas vozes são registradas mais de uma vez durante o processo.

- (i) *Joaquim Penteado*, também chamado de Juca Tangará, aparece como réu no processo-crime, e tem sua fala transcrita pelo escrivão durante o auto de

¹⁴ Procuramos dados sobre as demais testemunhas em jornais e almanaques da época, porém, não encontramos registros de nenhum dos nomes citados.

qualificação, em que as informações como nome, idade e profissão são registradas; em seguida há um auto de perguntas sobre o caso.

- (ii) *Manoel*, é o segundo réu e também tem suas informações registradas num auto de qualificação; porém, não há auto de perguntas feitas a ele. Ao fim da oitiva de todas as testemunhas os réus voltam a ser ouvidos, e suas falas estão registradas em dois autos separados intitulados “interrogatórios”.

Conforme mencionado, sobre suas biografias nada encontramos. No entanto, em relação a José Joaquim Penteado, aparentemente¹⁵, o caso de sua prisão não fora registrado apenas na esfera jurídica. Há uma nota no jornal *Gazeta de Campinas*, em 14 de maio de 1871, com a chamada de “bruxaria”. A nota diz:

“**Bruxaria** - Parece que os adeptos do celebre Ju-lca Rosa¹⁶, feiticeiro ultimamente preso na corte, não ti-lham assento só lá na capital do império. A policial acaba de apreender um delles aqui, tendo conheci-lmento de que esse tal, com sortilegios e tisanas, pro-lpunha-se, há algum tempo, ao estudo e pratica de uma medicina especial, e tão certa a ponto de ter dado al pensar sobre a marcha de suas curas. Por via das du-lJoão Tangará, que assim é o nome do sugeito, acha-se de oratorio em frente à matriz velha, assistin-l do de vez e quando às indagações das autoridades sobre suas artes e sciencias” (Transcrito da *Gazeta de Campinas*, 14 de maio de 1871, p.2)

Além dessas personagens até aqui apresentadas são ouvidas mais 6 testemunhas, todas analfabetas, cujas biografias não foram encontradas, nem mesmo os nomes foram citados nos almanaques e jornais da época.

Com esta breve apresentação das personagens do processo-crime sob análise traçamos um panorama acerca das principais vozes do processo, de suas posições dentro da sociedade campinense e, em certa medida, observamos em que esfera cada um deles poderia ser “encaixado” de acordo com a contextualização apresentada nas seções anteriores do presente capítulo. Tendo essas informações em mente, podemos compreender mais amplamente esse processo-crime de feitiçaria e homicídio, percebendo a qual camada social pertencia aqueles que acusavam e conduziam o processo-crime e a qual camada pertenciam aqueles que eram acusados e ouvidos em relação ao crime.

¹⁵ Não é possível afirmar se se trata da mesma pessoa, uma vez que não encontramos dados biográficos do réu.

¹⁶ Segundo Sampaio (2001: 159), Juca Rosa, também conhecido como Pai Quilombo, foi “um dos mais importantes líderes religiosos negros que o Rio de Janeiro conheceu”. Ainda segundo a autora, ficou tão famoso na época, que era procurado por pessoas de todas as classes sociais para conselhos e curas.

1.6 História do processo-crime editado

Como exposto anteriormente, o processo-crime inicia-se em 9 de maio de 1871, através da carta de denúncia entregue Manoel Teixeira Nogueira, e logo no mesmo dia muitos atos são executados. A partir do momento em que o Delegado aceita a denúncia, ele inicia o processo de formação de culpa. Esse processo-crime é na realidade o processo em que é verificada a culpa dos réus. Nele, são reunidas provas materiais e testemunhais para saber se houve ou não crime de homicídio. Ao aceitar a denúncia no dia 9 de maio de 1871, o Delegado pede que sejam feitas as buscas na casa dos indiciados – Juca Tangará e Manoel. Após essa ordem, são lavrados os autos de busca e apreensão, em que são descritos os objetos e ervas encontrados, e em seguida o auto de prisão dos acusados. Depois da prisão, ainda no mesmo dia, são chamados os dois peritos que fazem uma descrição dos objetos e dos seus possíveis usos.

Segundo os peritos, objetos como rosários, espinhos de ouriços, ervas e outras substâncias são “inocentes” e não causariam a morte, no máximo alguns sintomas como diarreia, suores etc. Tendo o depoimento dos peritos em mãos, o Delegado manda que chamem três testemunhas para deporem no dia 10 de maio. Antes do depoimento das testemunhas, porém, há a qualificação dos réus e o auto de perguntas feitas a José Joaquim Penteado. Ele relata que foi aplicado à vítima um remédio contra feitiçaria. Para ele, essa era a causa da doença do rapaz. Ele descreve que, além da aplicação do remédio, foram feitas também algumas incisões no peito da vítima, tudo o com fim de remover a feitiçaria que afetava o homem.

Ainda no dia 10 de maio, as três primeiras testemunhas são ouvidas e reafirmam que a vítima estava doente e se tratando com o médico Cuvillon; relatam ainda que um dos motivos pelo qual o pai do rapaz recorreu aos réus foi a falta de dinheiro para continuar o tratamento, tendo tomado uma garrafada de ervas feita pelos réus, com aparente melhora. Por fim, afirmam que depois disso, o rapaz caiu de cama, sofrendo de diarreia. Nos três dias seguintes são intimadas mais três testemunhas, incluindo o médico, que dentre outros detalhes, afirma que o doente sofria de tísica e que seu estado era muito grave e sem reversão.

No dia 15 de maio, é chamada a sexta e última testemunha, para a qual são feitas as mesmas perguntas dos interrogatórios anteriores. E por último no dia 17 de maio são ouvidos os réus separadamente. O Delegado pergunta a eles se sabem de algum motivo para o

processo e se eles possuem alguma prova de sua inocência. Os dois dizem não saber o porquê do processo e que apresentarão suas defesas por escrito.

Após todos os depoimentos, é anexada ao processo-crime a peça de defesa escrita pelo advogado dos réus. Nela defende que o crime pelo qual eles estão sendo acusados não tem lugar na *Constituição* de 1824 ou nos códigos e leis vigentes; alega ainda que o conceito de bruxaria remete a épocas passadas da história da humanidade e que o que é entendido como feitiço na sociedade brasileira nada mais é que uma “crença ridícula” disseminada entre “classes inferiores”. Por fim, ele levanta a questão de que, caso a vítima morresse em virtude dos remédios, os réus jamais poderiam ser acusados de homicídio, pois não era essa a intenção dos “pobres curandeiros”.

Essa peça não está datada, porém, o escrivão lavra os autos de conclusão passando a vista para o Delegado que, por sua vez, encaminha ao promotor no dia 22 de maio. O promotor escreve a peça com o aceite de despronuncia sugerido pelo advogado de defesa, discordando, entretanto, dos argumentos apresentados pelo advogado dos réus. Ele defende que jamais se cogitou feitiçaria, e que o Delegado jamais se basearia em leis caducas, mas que era tão somente a verificação da existência ou não de prática “indevida” da medicina.

O processo volta, portanto, para as mãos do Delegado que julga improcedente a culpa dos réus, no dia 24 de maio. O mandado de soltura, porém, acontece apenas no dia 29 de maio, quando os autos do processo são encaminhados para a avaliação do Juiz Municipal. O processo se encerra efetivamente no dia 27 de dezembro de 1871, quando os autos são remetidos para a contabilização das custas processuais e encerramento do processo-crime.

Com o que foi até aqui exposto, compreende-se a sociedade na qual surge o processo-crime analisado nesta dissertação. Por outras palavras, compreendemos os porquês que permitem que ele exista em fins do século XIX, percebemos que a ideia do feitiçeiro não é só uma crendice popular, mas uma personagem presente na mentalidade e no cotidiano da sociedade campinense e brasileira. Por fim, apresentamos em linhas gerais a história contada no documento manuscrito analisado tal qual as personagens, suas classes sociais e seus papéis dentro do processo-crime estudado.

Não pretendemos com isso esgotar os aspectos da história da formação do Direito Penal no Brasil e seus processos, tampouco fazer longas análises historiográficas e antropológicas a respeito da questão racial, sua crença e influências na sociedade brasileira. Nosso objetivo aqui foi situar o leitor através de um esboço dos aspectos que julgamos mais relevantes para a análise das partes do processo criminal e da contextualização do processo

em si dentro deste período do século XIX, demonstrando quais os motivos que permitiram o surgimento desse processo e, com isso, evidenciando a relevância e a contribuição desse processo para os estudos linguísticos, o que nos remete ao próximo capítulo em que apresentaremos os pressupostos teóricos que serviram de base tanto para a edição, apresentada no capítulo 3, quanto para a análise empreendida no capítulo 4.

Capítulo 2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresento os principais aspectos das teorias que nortearam tanto a análise linguístico-discursiva do processo-crime editado quanto os procedimentos metodológicos de seleção e edição do documento. Na primeira parte, apresentamos as noções gerais da Filologia e da Linguística Histórica, ciências que balizam a leitura e edição do documento manuscrito. Em seguida, na seção 2.2, trataremos dos conceitos fundamentais do modelo de Tradições Discursivas, com base principalmente em Koch & Oesterreicher (1990) e Kabatek (2006), e sua aplicação em *corpora* do Português Brasileiro a partir dos estudos de Simões & Kewitz (2006, 2009). Por fim, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados em cada etapa da presente dissertação.

2.1 Pressupostos Teóricos

2.1.1 Filologia e Linguística Histórica

Conforme anunciado na introdução e no primeiro capítulo do presente trabalho, o nosso estudo está voltado para a edição e análise de um documento manuscrito do século XIX. Sem pretender esgotar quaisquer definições de língua, compartilhamos a acepção de Faraco (1991), no que diz respeito à dinamicidade intrínseca da linguagem, e de Leoni (1858), quanto à função de transmissão de ideias do homem. Assim, estudar a linguagem envolve identificar muitas variáveis que estão além de normas estáveis e imutáveis e de estruturas fixas e pré-determinadas.

A modalidade oral evidencia a dinamicidade da linguagem mais do que a modalidade escrita. O advento do gravador proporcionou uma grande mudança nos estudos do funcionamento da linguagem em geral, fazendo surgir diferentes teorias, a exemplo da Sociolinguística, da Análise da Conversação, entre outras. No Brasil, destacam-se a perspectiva Textual-Interativa (Jubran Org. 2015) e a abordagem Multissistêmica (Castilho 2010).

No entanto, a única forma de analisar as línguas antes do gravador é por meio de textos escritos. Dentre as várias ciências que se dedicaram ao estudo do texto escrito, a Filologia destaca-se pelo fato de promover “a disponibilização de textos fidedignos de épocas pretéritas, além do resgate do legado cultural, artístico, linguístico etc., percebidos nestes textos.” Queiroz (2012: 834, grifo nosso).

Através do estudo filológico de um texto, ao lado da Paleografia, da Codicologia e da

Diplomática, o estudioso tem a possibilidade de produzir um trabalho que restitui um documento antigo à sua forma mais genuína possível, sobretudo quando se trata de vários testemunhos de um texto. O filólogo fornece material de estudo não só para os pares da área de estudos de língua, mas também para a História, o Direito, a Sociologia, a Psicologia, dentre várias outras. Segundo Santiago-Almeida (2009: 223-224), a Filologia “*se dedica ao estudo da língua em toda a sua plenitude – linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico etc. – no tempo e no espaço, tendo como objeto o texto escrito, literário e não-literário (...)*”.

A Filologia, porém, não encerra seu trabalho na simples (re)produção de um documento. Segundo Spina (1977: 77), ela possui funções divididas em: *substantiva*, *adjetiva*, *transcendente*. Resumidamente, a primeira função diz respeito à explicação, restituição e preparação do texto para publicação. A segunda função empenha-se em *deduzir* do texto aquilo que não está aparente, como datação, biografia do autor, avaliação estética etc. Na terceira função, “*o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica, para se transformar num instrumento que permite ao filólogo reconstituir a vida espiritual de um povo ou comunidade de determinada época*” (Spina 1977: 77).

Para nosso trabalho, as funções que se destacam são a *substantiva* e a *transcendente*. A primeira porque a restituição e a preocupação com a reprodução fidedigna de um documento são intrínsecas ao trabalho filológico, e obviamente, foram constantes ao produzirmos a edição do processo-crime com o qual trabalhamos. A função *transcendente* justifica-se por ser mais ampla e adequada ao nosso objeto de estudo, já que envolve diversos aspectos da história local e nacional no contexto político, jurídico e social da época em questão (século XIX).

A Filologia guarda também uma interseção com a Linguística Histórica pois existe um trabalho conjunto de ambas as ciências, como coloca Mattos e Silva (2008). A Linguística Histórica, em seu sentido estrito, dependeria da primeira função da Filologia, uma vez que é a responsável pela formação de *corpora*, recuperando documentos manuscritos e impressos por meio das edições. Com esses *corpora* o estudioso acessa a dados *indispensáveis às análises das mudanças linguísticas de longa duração* (Mattos e Silva 2008:10). Ainda segundo a autora, Filologia e Linguística Histórica “*ressuscitam*” aquilo que já era esquecido e jazia em papéis antigos; citando Lass e Labov, coloca as duas ciências como “*ouvir o inaudível (...) ou 'arte de fazer o melhor uso de maus dados'*” (Mattos e Silva 2008: 7). A associação que a autora faz entre esses dois linguistas diz respeito ao papel do linguista ao reconstituir a história de uma língua, que envolve lidar com documentos escritos e fragmentados, pois “*fragmentado é o espólio de que dispõe o pesquisador*” (Mattos e Silva 2006: 34), dado que seu estudo se baseia no que sobreviveu ao longo do tempo em acervos públicos e privados.

Buscar as mudanças das línguas ao longo do tempo através de textos antigos é o objetivo da Linguística Histórica tradicional, de acordo com Mattos e Silva (2008: 9). Inspirada em Coseriu (1979), autora divide a Linguística Histórica em *stricto sensu* e *lacto sensu*. A primeira trabalha com dados datados e localizados, já a segunda com o que “*muda e como muda nas línguas ao longo do tempo*” (Mattos e Silva 2008: 9).

Seguindo o raciocínio da autora, no plano *stricto sensu*, a Linguística Histórica estaria voltada não somente para os fatores intralinguísticos, mas também para fatores extralinguísticos ou sociais, coincidindo com a função *transcendental* da Filologia. Ao levar em consideração as condições extralinguísticas, a Linguística Histórica alia-se à Filologia, agora essa não mais um “suporte” que fornece *corpora*, mas preocupada em reconstruir os fatos e eventos que permitiram aquele documento vir à luz.

Partindo desses conceitos, a preocupação do estudioso recai, portanto, na constituição do material que fornecerá o objeto de estudo do filólogo e do linguista. O desafio é colher material que seja fonte de dados linguísticos para os mais diversos níveis de análise. Por muito tempo, a base para isso foram os textos literários, desconsiderando, ou até mesmo negando, documentos não-literários de tipologia diversa, tais como processos, memórias, cartas, atas etc.

É importante notar que, para reconstituir a história de uma língua, são necessários textos representativos de todas as esferas sociais, produzidos por pessoas de diferentes graus de instrução, contendo diversas normas etc. A diversidade de tipologia textual abre mais espaço para diferentes realizações linguísticas. Pistas da norma culta podem ser encontradas em documentos mais oficiais, ao passo que cartas pessoais, por exemplo, são mais propensas a apresentar indícios de oralidade e reconstrução do que era a “fala”. Ambos interessam aos linguistas.

Com base nessa aceção, Simões & Kewitz (2006, 2009) vem propondo critérios mais precisos para a constituição de *corpora* do Português Brasileiro e do Português Paulista, no âmbito do *Projeto de História do Português Paulista* em sua segunda fase, em que se insere esta dissertação. Tais critérios serão descritos na próxima seção, que tem como norte o modelo de Tradições Discursivas.

2.1.2 Modelo de Tradições Discursivas

O conceito de Tradições Discursivas tem como origem a *Linguística Textual* de Coseriu (1988, *apud* Kabatek 2006, Simões 2007) e a *Pragmática Histórica* proposta por Schlieben-Lange (1993), cuja discussão girava em torno da *oralidade* e *escrituralidade* sob o prisma histórico (Kabatek 2006). Os conceitos de ambas abordagens foram reformulados e ampliados para o que

hoje se conhece como modelo de *Tradições Discursivas* (doravante, TD), termo cunhado por Koch (1987, *apud* Simões 2007).

Essas perspectivas alertam para a existência de “*uma história dos textos independente da história das línguas*” (Kabatek 2006: 507). Por outras palavras, os pesquisadores da Romanística Alemã atentam para o fato de que certas expressões ou itens linguísticos não aparecem em todos tipos de texto simplesmente porque não há espaço para que sejam usados (Jacob 2001).

De acordo com Kabatek (2006: 508), definem-se as TD partindo de dois fatores no nível histórico: o primeiro é a própria língua, com suas regras gramaticais, semânticas e lexicais; o segundo são as TD tradições discursivas. Esses dois filtros são representados de acordo com o seguinte esquema:

Figura 3. Esquema das Tradições Discursivas (Kabatek 2006: 508)

Qualquer finalidade comunicativa deve passar por esses dois filtros para se chegar ao enunciado (texto, produto). O exemplo dado pelo autor é o da saudação pela manhã. O falante de português poderia expressar essa saudação com a frase “emito uma saudação para você”, o que seria adequado considerando somente o filtro do sistema da língua. No entanto, o filtro das TD exige que se diga “bom dia” por ser uma tradição que vai além das regras da língua, podendo até mesmo “ferir” a regra corrente da língua, em que o adjetivo vem anteposto ao substantivo: Kabatek (2006: 508-9). As TD podem estar atreladas a determinadas culturas, instituições, grupos sociais etc., independentemente de uma língua particular:

Além de atos de fala fundamentais como a saudação, o agradecimento, a promessa, as tradições discursivas podem estar também ligadas a finalidades mais complexas exclusivas a determinadas culturas, como p. ex. todas as TD escritas, restritas às culturas com escrita, e dentro delas, TD ligadas a determinadas instituições, como p. ex. os gêneros jurídicos. (Kabatek 2006: 509)

Kabatek (2006) também chama-nos a atenção para um ponto importante referente às TD e gêneros discursivos: uma tradição discursiva marca um gênero, porém TD não é sinônimo de

gênero discursivo. Num mesmo gênero pode haver mais de uma TD. Algumas condições são colocadas para definir melhor as TD:

(i) “uma TD deve ser discursiva”, ficando assim “excluídas todas as *repetições* não linguísticas” (*op.cit.*, p. 510);

(ii) “mesmo no caso da *repetição* de elementos linguísticos, nem toda repetição forma uma TD”. A estrutura *é que*, por exemplo (como em *o lance é que tive de ir embora*) pode ser repetida diversas vezes mas nem por isso formar uma TD. O contrário é válido, pois para se ter uma TD é preciso que algo seja repetido (*Ibidem*);

(iii) a *evocação*, ligada ao conteúdo dos textos, ou seja, os temas que são tratados nos textos. Um sermão, por exemplo, evoca os textos bíblicos e religiosos, um processo-crime evoca os códigos processuais e penais vigentes da época, ou ainda TD evocadas pelo canal em que ocorrem, como o telefone, o telegrama, o SMS etc., e assim por diante (*op.cit.* p. 510-511).

Sob essas condições propostas pelo autor, as TD se estabelecem quando há relação entre dois enunciados, seja no aspecto semântico, seja no aspecto formal, estabelecendo uma permanência e atualização das tradições textuais.

Aliadas a isso, as TD também dizem respeito à *intertextualidade* e à *interdiscursividade* (Koch 1997, apud Simões 2007). Na primeira, haveria a repetição de conteúdos temáticos, ao passo que na segunda haveria a repetição de *esquemas textuais*, orientadas por regras pragmáticas: Simões & Kewitz (2009: 700-701). No plano da interdiscursividade, estruturas fundamentais a determinados tipos de textos são retomadas, o que permite dizer que “*pertencem a um determinado estilo ou corrente*” (*op. cit.*, p. 700), como é o caso das fórmulas de abertura e fechamento de documentos oficiais “*anno de nascimento do nosso senhor Jesus christo*”, ou “*eu escrevão, que escrevi*”.

De acordo com Koch (1997, apud Simões 2007:135), é necessário diferenciar o “*domínio das tradições discursivas dos outros complexos da língua*”. O autor elenca relações entre (i) TD e língua particular; (ii) TD e competência linguística; (iii) TD e discurso; e (iv) literatura e linguística.

Neste trabalho, interessa-nos particularmente apresentar as relações estabelecidas em (ii) e (iii), pois, quando tratamos de TD e competência linguística, devemos considerar que as regras discursivas definem “*a escolha dos atos de fala e dos discursos textuais que darão forma aos gêneros textuais*” (Simões 2007:136). Essas regras dizem respeito a condições sob as quais os falantes serão submetidos: *enunciado oral ou escrito, diálogo ou monólogo, hierarquia entre os falantes, grau de conhecimento dos interlocutores* etc. Todas essas condições de produção do enunciado são importantes para o estabelecimento das TDs evocadas e observáveis no texto

produzido.

As condições comunicativas prévias à produção dos textos foram propostas por Koch & Oesterreicher (1990) para desfazer a dicotomia entre *oral* e *escrito*, já que se aplica apenas em termos de **meio**, no caso *fônico* e *gráfico*. Os autores estabelecem um *continuum* entre *oralidade* e *escrituralidade* levando em conta a **concepção** dos textos a partir de certas condições e estratégias comunicativas. As condições e estratégias comunicativas por eles elencadas são as seguintes:

Figura 4. Tensão proximidade e distância segundo Koch & Oesterreicher (1985, *apud* Simões 2007: 183)

Segundo essa concepção de textos, é preciso levar em conta a possibilidade de uma determinada situação comunicativa envolver certas condições e estratégias dos dois pólos e não apenas de um ou de outro. Para exemplificar, consideremos uma *conversação*, uma *carta pessoal*, uma *palestra* e um *artigo científico*. Cada um desses textos será produzido em função de condições específicas e podem ser assim representados em termos conceptuais e mediais:

+falado / +fônico: *conversação*
 +escrito / +gráfico: *artigo científico*
 +escrito / +fônico: *palestra*
 +falado / +gráfico: *carta pessoal*

A *conversação* e o *artigo científico* podem ser inseridos nos polos opostos da oralidade e da escrituralidade, respectivamente, dadas as condições de sua produção e do meio que os caracterizam como tal. Já a *palestra*, embora veiculada fonicamente, pressupõe planejamento prévio, tema fixo, alto grau de elaboração do texto, baixo grau de conhecimento entre os interlocutores, baixo ou nenhum grau de dialogicidade e espontaneidade etc. A *carta pessoal*, por sua vez, apesar de ser gráfica, envolve diversas condições típicas da oralidade, como alto grau de intimidade entre remetente e destinatário, tema livre, baixo grau de planejamento do texto, certo grau de dialogicidade (se se considera a possibilidade de troca de cartas), alto grau de emoção etc., ao lado de outras condições típicas da escrituralidade, como distância física entre os interlocutores e grau zero de cooperação no momento da produção do texto.

Essa visão desfaz, assim, a dicotomia entre *oral* x *escrito*, que não dá conta da complexidade da produção linguística como um todo, nem mesmo da produção gráfica de sincronias passadas, ainda que seja fragmentada, nos termos de Mattos e Silva (2006). Conforme atesta Oesterreicher (1996), as distinções entre oralidade e escrituralidade não são estanques, pois escrita e fala são modalidades de uma mesma língua e existem *matizes* e *reciprocidade* entre elas. Conclui-se, assim, que não existem traços exclusivamente pertencentes a uma ou outra modalidade; em vez disso, deve-se falar em *tendências*.

Essas condições podem ser observadas muitas vezes dentro de um mesmo “gênero”, pois como afirma Kabatek (2006: 523), “*a suposta homogeneidade de um “gênero” pode apresentar uma heterogeneidade interna considerável, observável, entre várias possibilidades, identificando sintomas textuais diferentes para cada TD*”.

Com base no modelo de TD, na tensão *proximidade* e *distância* comunicativas (Koch & Oesterreicher 1990) e nas categorias discursivo-pragmática da língua falada (Alwood 1976 e Henne & Rebock 1982, *apud* Simões & Kewitz 2009: 714), Simões & Kewitz (2006, 2009) propuseram cinco categorias linguístico-discursivas para os *corpora* do português brasileiro, a saber:

- (i) *grau de publicidade do documento* (particular, semiparticular ou público);
- (ii) *grau de simetria entre emissor e receptor* (ascendente, horizontal ou descendente);
- (iii) *fixidez temática* (sem fixidez, núcleo temático fixo ou tema altamente fixo);
- (iv) *dimensões da ação comunicativa ou objetivos do texto* (narrar, exigir, repreender, reclamar, confirmar, agradecer, atacar, etc.);
- (v) *grau de planejamento do texto* (livre, semicontrolado ou altamente controlado) (Simões & Kewitz 2009: 715)

Essas categorias quando associadas às informações extratextuais podem auxiliar na análise do texto, abrangendo a complexidade de gêneros diversos como cartas, processos, atas, entre

outros. Com essa base teórica, apontamos no capítulo 4 desta dissertação os aspectos linguístico-discursivos que encaminham a análise e a classificação macroestrutural dos documentos componentes do processo-crime editado. Nele há diversos tipos de documentos, com graus distintos de simetria, estruturas mais ou menos formulaicas que se repetem, maior ou menor grau de publicidade etc.

Ao considerarmos, portanto, esse modelo para a análise de um processo-crime, percebemos que muitas das estratégias de linguístico-discursivas presentes nos textos são evocações, repetições e inovações em relação a modelos estabelecidos e firmados no próprio código processual daquele lugar (cidade, estado ou país), e mais, são repetições dos processos-crime que o antecederam.

Dessa maneira, observamos no *corpus* deste trabalho fenômenos linguísticos que são tradições “esperadas” e que “atestam” a oficialidade do texto. Ao iniciar ou terminar uma das partes do processo (*queixa-crime, juntada, assentada* etc.), com a data, local e fórmulas como “*anno do nascimento do Nosso senhor Jesus christo*”, o escrivão segue tradições que já eram parte desse tipo de documento e que se perpetuarão em documentos posteriores.

Ressalta-se, por fim, que os ritos do processo envolvem, além das TD da instituição jurídica atrelada aos fatores sociais da época, uma sorte de “escrituralização de um discurso”, conforme Oesterreicher (2001):

no es ni pretende ser una reproducción fiel de lo previamente declarado: en estos casos existe, por así decir, um 'hiato' temporal e local entre la realización fónica de un discurso y la redacción gráfica, que permite correcciones, ampliaciones o precisiones, es decir, una reelaboración (...) sino que corresponde claramente a lo que llamamos escrituralización de un discurso, (...) (Oesterreicher 2001:203).

As marcas dessa escrituralização do discurso podem ser observadas, por exemplo, no uso da voz passiva, presente em todos os depoimentos das testemunhas, réus e peritos no processo-crime que analisamos. Esse e outros aspectos serão analisados mais detalhadamente no capítulo 4 desta dissertação.

2.3 Procedimentos metodológicos

Nesta seção apresentamos o *corpus* editado neste trabalho, o processo-crime de 1871 lavrado em Campinas, quanto aos critérios de seleção e de edição. Na última parte, delineamos a metodologia de análise macroestrutural do processo.

2.3.1 Da seleção do documento

Nosso estudo está inserido no *Projeto de História do Português Paulista* (PHPP II), cujo objetivo central é reconstituir a história da variedade paulista do português sob diversas perspectivas teóricas e níveis de análise. Os estudos de mudança linguística do projeto baseiam-se, em grande parte, num *corpus* fundamentado no modelo de TD.

O *corpus* do PHPP II divide em três grandes grupos¹⁷, a saber:

A – *Corpus mínimo manuscrito*: consideram-se, neste conjunto, documentos produzidos no Brasil de forma geral, como *cartas, testamentos, inventários, atas e processos*.

B – *Corpus mínimo impresso*: composto de *anúncios, notícias e cartas de leitores e de redatores* de jornais dos séculos XIX e XX.

C – *Corpus diferencial*: inserem-se, neste conjunto, documentos manuscritos, impressos e orais ora exclusivos de uma determinada região, ora de um período específico, como *diários de viagem e memórias históricas* dos séculos XVIII e XIX, *inquéritos orais* do século XX, entre outros.

Coordenada pelo Prof. Dr. José da Silva Simões (USP), a equipe de formação de *corpus* do PHPP II leva em conta a diversidade de tipos de texto com base na proposta de Koch & Oesterreicher (1990) quanto à oralidade e escrituralidade conceituais. No entanto, essa tarefa depende não apenas de critérios claros de seleção de documentos e de especialistas em edição filológica, mas também do que sobreviveu nos acervos públicos e privados. Por conta disso, há ainda diversas células¹⁸ a serem preenchidas no *corpus* do PHPP II quanto à tipologia e aos séculos.

Assim, o primeiro critério de seleção de um documento como contribuição ao *corpus* do PHPP II foi preencher uma das lacunas referentes ao tipo de texto, começando pelo *Corpus Mínimo Manuscrito*. O segundo critério foi selecionar documentos que pudessem servir de fonte para os estudos linguísticos. Decidimos então por selecionar um processo-crime do século XIX. Para tanto, recorreremos aos documentos depositados no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), responsável legal pelo recolhimento, arquivamento, conservação e organização de documentos do poderes executivo, legislativo e judiciário de várias localidades paulistas e

¹⁷ O critério para *corpus mínimo* proposto pelo PHPP II refere-se à existência de documentos comuns a várias capitais/cidades brasileiras desde os primeiros séculos de colonização.

¹⁸ A palavra *célula* diz respeito à página de *corpus* do PHPP II na internet (www.phpp.fflch.usp.br/corpus) em que são disponibilizadas as edições de documentos separados por metade de século e tipo de texto.

brasileiras.

O documento selecionado é proveniente das ações concernentes ao Poder Judiciário da cidade de Campinas do século XIX e está arquivado sob o título “Autos Crimes do Interior”. São ao todo mais de 2.500 processos identificados pela tipificação criminal. Segundo o prefácio do catálogo disponibilizado pelo próprio AESP, tal disposição foi adotada para preservar a composicionalidade dos documentos, lembrando que a definição legal dos delitos está elencada e organizada no arquivo de acordo com o tipo de crime definido à época do processo.

Sabe-se que um processo criminal é elaborado e “ganha vida” vagarosamente, a partir de *documentos* que são adicionados à “pasta” ou “ao corpo” do processo. Cada um desses documentos, chamados de termo¹⁹, peça, auto ou mesmo documento, possui uma finalidade específica e pertence a uma fase essencial dos ritos processuais jurídicos (aquisição da notícia do crime; inquérito; instrução e julgamento). Essas peças é que compõem o documento final intitulado *processo-crime*.

A primeira etapa de busca por processos-crime se deu através do catálogo *online* disponível na página do APESP. Nela há a possibilidade de fazer a busca por data, localidade, tipo de delito, órgão, réu, vítima, entre outros quesitos. Dentre vários tipos de delitos, encontramos “vadiagem”, “homicídio”, “fraude”, “roubo”, “uso de título indevido (exercício ilegal da medicina)”, “comercialização de homens livres”, entre vários outros. Quaisquer desses delitos poderiam propiciar o surgimento de descrições e narrativas de interesse aos estudos linguísticos. Sabendo que em 1871 “feitiço” não era crime reconhecido pela lei vigente, decidimos pelo único processo-crime de “feitiçaria” constante em todo o acervo do APESP²⁰, tanto do ponto de vista linguístico quanto histórico-social.

O primeiro contato com o documento foi através das imagens em microfilme no APESP. Na ocasião, pretendíamos verificar se o processo estava completo e se era legível quanto à caligrafia e ao estado de conservação. Sendo preenchidos todos esses requisitos, tivemos acesso ao documento original²¹ para digitalizá-lo por meio de fotografia digital em alta resolução. A digitalização do documento incluiu não só os fólios contendo escrita, mas também os fólios em

¹⁹ **Termo** – S.m. Limite que assinala uma determinada área circunscrita; declaração escrita nos autos. Ampliando o seu conceito, é o ato pelo qual o notário registra por escrito. (Santos, 2001:239)

²⁰ Machado (1987) realizou uma pesquisa que envolvia a relação entre crime e escravidão de 1830 a 1888. Nesse trabalho, a autora apresenta um quadro geral dos crimes ocorridos nas cidades de Taubaté e de Campinas, em que constam dois processos de feitiçaria. Numa primeira busca no APESP, também nos deparamos com dois processos de feitiçaria. Ressalta-se, no entanto, que um deles não consta mais no catálogo da página do AESP, sendo o único arrolado o processo-crime editado nesta dissertação. Isso talvez se deva à possível renomeação dos processos, constando atualmente um processo rotulado como “Charlatanismo e Feitiçaria” de 1847, porém incompleto (http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/base_dados/Auto_crimes_interior. Acesso 30/09/2016).

²¹ O Paleógrafo e Diretor Técnico do Núcleo de Assistência ao Pesquisador do APESP, Aparecido Oliveira, disponibilizou-nos os originais em 2013, que foram fotografados por Flávio Morbach Portella em novembro de 2013.

branco. Ao todo o processo é composto por 37 fólhos *recto* e *verso*, dos quais editamos apenas aqueles com texto.

2.3.2 Da edição semidiplomática e das normas de edição

A leitura de documentos manuscritos visando à edição fidedigna e cuidadosa requer conhecimentos filológicos e de ciências auxiliares, como a Paleografia, a Codicologia e Diplomática.

Há vários tipos de edição de documentos manuscritos, que têm diferentes públicos-alvo e graus de intervenção do editor. Resumimos abaixo os principais tipos relacionados a documentos de testemunho único²² (Santiago-Almeida 2009, Cambraia 2005):

(a) *fac-similar*: reprodução mecânica da imagem do texto, como microfilme, fotografia digital, escaneamento etc.; não há nenhuma intervenção do editor, representando assim o texto tal como no original; destina-se apenas a pessoas que têm a habilidade de ler manuscritos, ou seja, especialistas em Paleografia, Diplomática, Filologia e Ciências afins.

(b) *diplomática*: “reprodução tipográfica em que se conservam todas as características estruturais, gráficas e linguísticas do texto original” (Santiago-Almeida 2009:227). São reproduzidas também eventuais marcas de terceiros, como anotações de arquivistas e outras marcas posteriores, carimbos da instituição etc. O editor apenas reproduz o texto e as marcas ali presentes a partir de sua leitura/decodificação. Esse tipo de edição conservadora é adequada a pessoas especializadas em determinadas ciências, como História, Linguística, Filologia, mas ainda assim, o entendimento do texto pode ficar comprometido por conta de eventual desconhecimento de certas marcas.

(c) *semidiplomática*: reprodução conservadora, mas com algumas intervenções do editor, como o desenvolvimento das abreviaturas, sinalização de algumas marcas (como correção, rasuras, trechos incompreendidos, inserções posteriores etc.). Para os estudos linguísticos, a intervenção deverá ser mínima, mantendo-se apenas as ocorrências que sejam relevantes para a compreensão do texto em si e de tudo o que se observa em seu entorno (carimbos, selos, marcas do papel etc.).

(d) *modernizada*: reprodução tipográfica que apresenta o maior grau de intervenção do editor, desde ortografia até estruturas sintáticas, pontuação e escolha de vocabulário adequado ao público alvo da edição, seja o público leigo em geral, sejam historiadores e outros pesquisadores interessados apenas no conteúdo do texto e não na forma.

As pesquisas em Linguística Histórica, especialmente aquelas no âmbito dos projetos *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB) e *História do Português Paulista* (PHPP), tem-se apoiado na edição semidiplomática.

A edição do processo-crime selecionado é semidiplomática, mas apresentamos também o

²² Não descrevemos neste trabalho as edições voltadas a documentos politestemunhais, *edição crítica* e *edição genética*, por estarmos lidando com um documento de testemunho único.

fac-símile de cada fólio contendo texto²³, oferecendo ao leitor a oportunidade de cotejo entre a transcrição e a imagem do original.

O grau de intervenção do editor deve seguir determinadas normas para cada tipo de edição. Os dois projetos citados acima vêm adotando o conjunto de normas publicadas em Mattos e Silva (2001 Org.), que reproduzimos no Anexo I deste trabalho. Algumas adaptações, no entanto, foram necessárias, quais sejam:

- (i) A edição é justalinear, seguindo as linhas do original como se vê no fac-símile (não adotamos, portanto, barras verticais para a separação das linhas).
- (ii) As anotações marginais foram reproduzidas respeitando-se sua localização conforme o original. Há, no entanto, fólios em que o delegado assina nas margens laterais na posição vertical. Nesse caso, optamos por reproduzir entre < > a assinatura ao fim do fólio, indicando em nota de rodapé sua localização original.
- (iii) Intervenções posteriores à elaboração do processo, tais como carimbos do APESP e numeração dos fólios pelo arquivista não foram reproduzidas da edição semidiplomática, nem descritas em notas de rodapé.
- (iv) Palavras, sílabas etc. repetidas de um fólio a outro (*reclames*) ou no mesmo fólio não foram marcadas com os sinais [[]] por serem raras ou inexistentes.

Essas adaptações visam, sobretudo, a facilitar a leitura do documento, com o mínimo possível de intervenções do editor.

2.3.3 Metodologia de análise dos aspectos linguístico-discursivos

No primeiro capítulo, na seção 1.4.1 (fases do procedimento sumário) apresentamos a abordagem e a ordenação dos documentos que compõem do processo-crime do ponto de vista jurídico. Demonstramos que existem cinco fases distintas que ao todo perfazem um processo-crime que corre pelos ritos do procedimento sumário. Para esclarecer essas cinco fases, elencamos no Quadro 1, a descrição de cada fase e os respectivos artigos e códigos que, em certa medida, “prescreviam-nas”. Também as comparamos com o que atualmente consta nos códigos penal e processual vigentes (1940 e 1941, respectivamente).

Para a análise linguístico-discursiva, no entanto, optamos por uma classificação dos documentos não de acordo com a ordem do documento na estrutura do processo-crime, mas em

²³ A edição fac-similar pressupõe a reprodução também dos fólios em branco. Na edição apresentada neste trabalho, entretanto, optamos por reproduzir apenas os fólios com escrita, visto que nosso objetivo de estudo não recaía sobre aspectos codicológicos.

função das características linguísticas e discursivas preponderantes em cada documento presente no processo-crime.

Ao todo foram identificados vinte e três diferentes tipos de documentos. Dentre eles, alguns foram produzidos independentemente da fase jurídica em que o processo-crime se encontrava (ex. *conclusão*); outros, porém, só tiveram espaço em fases como a de “oferecimento da denúncia” (ex. *carta-denúncia*).

Esses documentos, no entanto, possuem características que permitem defini-los e agrupá-los sob critérios mais abrangentes, por assim dizer: (i) a presença ou não de protocolos (início e fim); (ii) a finalidade preponderante dos documentos analisados (inquirir, mandar, julgar etc.); e (iii) a função jurídica do autor material do documento (se era ou não detentor de fé pública). A partir desses critérios gerais, dividimos os vinte e três tipos documentais em seis grandes grupos, a saber: *protocolares*, *prescritivos*, “*narrativos*”, *de pergunta/resposta*, *argumentativos* e *outros*²⁴.

Após essa primeira etapa de classificação, outros aspectos foram considerados para grupo de documentos, como o grau de publicidade, a finalidade comunicativa, o grau de simetria, considerando não só emissor e destinatário, mas também o autor intelectual e material de cada documento, o grau de planejamento e a fixidez temática (cf. Koch & Oesterreicher, 1990 e Simões & Kewitz 2009). Para as considerações em relação ao contexto em que essas peças foram produzidas, foi necessário um levantamento de dados das personagens do processo, como a origem de cada um, sua função social, seu papel dentro do processo-crime e seu grau de instrução. Esses dados foram colocados no Quadro 2 da seção 1.5 do primeiro capítulo. Vale lembrar que nem todos os dados dos participantes diretos ou indiretos do processo foram encontrados, o que exigiria pesquisas mais minuciosas em diversos acervos, como o Arquivo da Cúria de São Paulo e de Campinas, o que foge do escopo da presente pesquisa.

Por fim, numa terceira etapa, cada documento foi analisado a partir de alguns pontos de intertextualidade e interdiscursividade, conforme apresentado na seção 2.1.2 deste capítulo. Para tanto, comparamos os documentos do processo-crime às definições de determinadas espécies documentais dadas por Bellotto (2002) e aos códigos e leis vigentes no período em que o documento manuscrito foi produzido (Código Penal de 1830; Código de Processo Penal de 1832; Lei regulamentadora nº 120 de 31/01/1842) e, em último caso, aos dicionários jurídicos da atualidade²⁵.

²⁴ Vale ressaltar que esses documentos foram analisados tipo a tipo, isto é, mandados, certidões, juntadas etc. no capítulo quarto desta dissertação.

²⁵ Apenas recorremos aos dicionários jurídicos caso não encontrássemos nenhuma definição ou referência em Bellotto (2002) ou nos códigos citados (CP 1830, CPC 1832, Lei 120 de 1842).

Acrescenta-se a isso, como pode ser visto no capítulo quarto, que nem todos os documentos presentes no processo-crime foram intitulados pelo escriba. Portanto, nessa terceira etapa de análise, coube-nos ainda a tarefa de rotular os documentos de acordo com os critérios acima citados. Para tanto, consideramos a intertextualidade e interdiscursividade entre as peças presentes no processo-crime com as definições de Bellotto (2002) e dos códigos da época e os atuais. A título de exemplo, citamos os documentos que rotulamos como *mandados*, que aparecem sem título no processo. Mas a partir da definição de Bellotto (2002), do Código de Processo Criminal de 1832, da finalidade e dos tempos verbais empregados, concluímos que se tratava de *mandado*.

Capítulo 3 – CARACTERÍSTICAS CODICOLÓGICAS E PALEOGRÁFICAS E EDIÇÃO FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA DO PROCESSO-CRIME

Neste capítulo, apresentamos primeiramente alguns aspectos da descrição codicológica do documento manuscrito, seguindo-se a descrição paleográfica dos documentos que compõem o processo-crime. Por fim, na seção 3.3 apresentamos a edição fac-similar e semidiplomática do processo-crime de Campinas datado de 1871.

3.1 Breve descrição das características codicológicas do documento

O documento manuscrito editado neste trabalho está depositado no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Na página web do APEESP consta a seguinte descrição relacionada aos Autos Crimes (de São Paulo e do Interior):

Autos Crimes é o nome genérico dado a parte dos documentos cartoriais e judiciais sob a guarda do Arquivo Público do Estado. Trata-se de documentação produzida especialmente em São Paulo, Campinas, Sorocaba, Jundiaí e São Luiz do Paraitinga, e composta, entre outros, de processos criminais, execuções de sentença, recursos e apelações, habeas corpus e termos de bem viver. Esses processos passavam por diversas instâncias, tais como o juízo municipal, o juízo de direito, a secretaria de polícia e as delegacias de diversas localidades. Hoje estão acondicionados em 219 caixas-arquivo, totalizando cerca de 17 mil processos, com datas-limite de 1717 a 1913. Com o patrocínio da Caixa Econômica Federal, através do Programa de Adoção a Entidades Culturais, o Arquivo Público do Estado de São Paulo promoveu a higienização, o restauro, o tratamento arquivístico e a microfilmagem dos conjuntos documentais relativos a Campinas e Sorocaba (...)²⁶.

O processo-crime que editamos foi microfilmado, e nosso primeiro acesso ao documento foi por esse meio. Os dados no Quadro XXX abaixo referem-se àqueles obtidos pelo sistema de busca da página web do APEESP:

²⁶ http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/base_dados/Auto_crimes_interior. Acesso em 28/09/2016.

Quadro 2. Dados do processo-crime editado.
http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/base_dados/Auto_crimes_interior

Filme	ACI-152
Documento	008
Órgão	Delegacia de Polícia de Campinas
Série	Processo Crime
Local	Campinas
Instância	Juízo Municipal
Tipo de crime	Feitiçaria e Homicídio
Réu	José Joaquim Penteado e Manoel, preto liberto
Autor	A Justiça
Vítima	Sem informação
Período	1871 a 1871
Observação	Sem informação

Conforme já expusemos no capítulo 2 desta dissertação, após a seleção do documento, tivemos acesso ao documento original manuscrito para a digitalização por fotografia digital em alta resolução.

Em cada caixa-arquivo, os processos são identificados pela natureza do processo (criminal, civil etc.), datas limites (ex. de 1871 a 1880), número de documentos dentro da caixa e a referência de localização no arquivo. Os processos são separados entre si por papéis-cartões brancos, contendo uma etiqueta com os seguintes dados: (i) referência do processo dentro do arquivo (C000793 Doc. 08); (ii) órgão público de proveniência do documento (delegacia de Campinas); (iii) o tipo de documento (processo-crime); (iv) os principais personagens do processo, no caso, os réus (José Joaquim Penteado e Manoel, preto liberto); e (v) ano em que ele ocorreu (1871).

Em termos gerais, o processo é composto de 37 fólios *recto* e verso, o que equivale a 74 páginas. Alguns fólios estão em branco, mas em geral cada peça do processo é inserida sequencialmente. Os fólios foram numerados sequencialmente no *recto* pelo escrivão, mas a lápis vê-se a numeração em todos os fólios, provavelmente inserida posteriormente pelo arquivista. Devido aos objetivos deste trabalho, os demais aspectos codicológicos foram sumarizados no anexo II desta dissertação.

3.2 Aspectos paleográficos

Para a descrição das características paleográficas mais relevantes da tarefa de transcrição do manuscrito tomamos como base os seguintes aspectos elencados por Cambraia (2005: 24), sem a pretensão, no entanto, de esgotar quaisquer análises:

- (a) classificação da escrita, localização e datação;
- (b) descrição sucinta da escrita quanto à forma das letras, seu traçado ou *ductus* (ordem de sucessão e sentido dos traços de uma letra), ângulo (relação entre os traços verticais das letras e a pauta horizontal da escrita), módulo (dimensão das letras em termos de pauta) e peso (relação entre traços finos e grossos das letras);
- (c) descrição sucinta das abreviaturas utilizadas;
- (d) descrição dos demais elementos não-alfabéticos, como números, diacríticos, sinais de pontuação, separação vocabular intralinear e translinear, paragrafação etc.;
- (e) descrição de pontos de dificuldade na leitura e as soluções adotadas.

O primeiro aspecto paleográfico a ser destacado, senão o principal, ao lidarmos com um processo-crime, é a variedade de caligrafias / punhos, o que em certa medida dificultaria o trabalho do editor. Conforme descrito nos capítulos anteriores, o processo-crime é composto por diversos documentos ou partes/peças que vão sendo elaboradas conforme os ritos concernentes ao processo. Assim, peças como denúncia, mandados, interrogatórios, laudos periciais etc. foram registrados por pessoas diferentes e/ou funcionários específicos, designados e competentes para tais atos. Logo, ao longo do documento manuscrito, há diversidade de caligrafias, além de várias assinaturas que comprovam da veracidade e oficialidade dos atos ali registrados.

Para melhor apresentarmos a descrição de natureza paleográfica e do processo de leitura, elaboramos um quadro em que constam as peças constituintes do processo e seus respectivos escribas.

Quadro 3. Lista das partes constituintes do processo-crime por fólio

Fólio	Data	Gênero	Escriba
1 recto	28 maio 1871	Sumario Crime	Escrivão principal - Joaquim Franco Pontes
2 recto	9 maio 1871	[Carta denúncia]	Delator - vizinho – Manoel F. Nogueira
2 recto	9 maio 1871	[Certidão]	Delegado – Joaquim Quirino Junior
2 verso	9 maio 1871	[Mandado]	Escrivão principal
3 recto	9 maio 1871	Auto de busca e apreensão	Escrivão principal
3 verso	<i>9 maio 1871²⁷</i>	Auto de prisão	Escrivão principal
3 verso	<i>9 maio 1871</i>	Juntada	Escrivão principal
4 recto	9 maio 1871	[Mandado]	Delegado
4 verso	9 maio 1871	[Certidão]	Escrivão principal
5 recto	9 maio 1871	Auto de exame	Escrivão principal
5 verso	<i>9 maio 1871</i>	<i>Auto de exame</i>	<i>Escrivão principal</i>
6 recto	<i>9 maio 1871</i>	<i>Auto de exame</i>	<i>Escrivão principal</i>
6 verso	9 maio 1871	Conclusão	Escrivão principal
6 verso	9 maio 1871	Conclusos	Delegado
7 recto	10 maio 1871	Publicação Intimação	Escrivão principal
7 verso	<i>10 maio 1871</i>	Juntada	Escrivão principal

²⁷ As datas ou informações que não estão expressas no documento mas são inferidas ou deduzíveis pela leitura foram marcadas em itálico na tabela.

8 recto	10 maio 1871	[Nota de recebimento culpa]	Caetano José Costa Pessoa
9 recto	10 maio 1871	Auto de qualificação	Escrivão principal
9 verso	10 maio 1871	Auto de pergunta	Escrivão principal
10 recto	<i>10 maio 1871</i>	<i>Auto de pergunta</i>	<i>Escrivão principal</i>
10 verso	<i>10 maio 1871</i>	<i>Auto de pergunta</i>	<i>Escrivão principal</i>
10 verso	<i>10 maio 1871</i>	Auto de qualificação	<i>Escrivão principal</i>
11 recto	<i>10 maio 1871</i>	<i>Auto de qualificação</i>	<i>Escrivão principal</i>
11 recto	<i>10 maio 1871</i>	Assentada	Escrivão principal
11 recto	10 maio 1871	Testemunha Primeira	<i>Escrivão principal</i>
11 verso	<i>10 maio 1871</i>	<i>Testemunha Primeira</i>	<i>Escrivão principal</i>
12 recto	<i>10 maio 1871</i>	<i>Testemunha Primeira</i>	<i>Escrivão principal</i>
12 verso	<i>10 maio 1871</i>	Testemunha Segunda	<i>Escrivão principal</i>
13 recto	<i>10 maio 1871</i>	<i>Testemunha Segunda</i>	<i>Escrivão principal</i>
13 verso	<i>10 maio 1871</i>	<i>Testemunha Segunda</i>	<i>Escrivão principal</i>
14 recto	<i>10 maio 1871</i>	<i>Testemunha Segunda</i>	Escrivão principal
14 recto	<i>10 maio 1871</i>	Testemunha Terceira	<i>Escrivão principal</i>
14 verso	<i>10 maio 1871</i>	<i>Testemunha Terceira</i>	<i>Escrivão principal</i>
15 recto	<i>10 maio 1871</i>	<i>Testemunha Terceira</i>	<i>Escrivão principal</i>
15 verso	<i>10 maio 1871</i>	<i>Testemunha Terceira</i>	Escrivão principal
15 verso	10 maio 1871	[Certidão]	Escrivão principal
16 recto	10 maio 1871	Conclusão	Escrivão principal
16 recto	10 maio 1871	Conclusos	Delegado
16 recto	10 maio 1871	Publicação	Escrivão principal
16 verso	10 maio 1871	[Certidão]	Escrivão principal
17 recto	11 maio 1871	Assentada	Escrivão principal
17 recto	11 maio 1871	Testemunha Quarta	Escrivão principal
17 verso	<i>11 maio 1871</i>	<i>Testemunha Quarta</i>	<i>Escrivão principal</i>
18 recto	<i>11 maio 1871</i>	<i>Testemunha Quarta</i>	<i>Escrivão principal</i>
18 verso	<i>11 maio 1871</i>	<i>Testemunha Quarta</i>	<i>Escrivão principal</i>
19 recto	<i>11 maio 1871</i>	<i>Testemunha Quarta</i>	<i>Escrivão principal</i>
19 verso	<i>11 maio 1871</i>	<i>Testemunha Quarta</i>	Escrivão principal
19 verso	11 maio 1871	[Certidão]	Escrivão principal
19 verso	11 maio 1871	Conclusão	Escrivão principal
19 verso	11 maio 1871	Conclusos	Delegado
20 recto	11 maio 1871	Publicação	Escrivão principal
20 recto	11 maio 1871	[Certidão]	Escrivão principal
20 verso	11 maio 1871	Juntada	Escrivão principal
21 recto	11 maio 1871	[Mandado]	Delegado
21 recto	11 maio 1871	[Certidão]	Oficial de Justiça – João de Almeida Camargo
22 recto	12 maio 1871	Assentada	Escrivão principal
22 recto	<i>12 maio 1871</i>	<i>Testemunha Informante</i>	Escrivão principal
22 verso	<i>12 maio 1871</i>	<i>Testemunha Informante</i>	Escrivão principal
23 recto	12 maio 1871	[Certidão]	Escrivão principal
23 recto	12 maio 1871	Conclusão	Escrivão principal
23 recto	12 maio 1871	Conclusos	Delegado
23 verso	12 maio 1871	Publicação	Escrivão principal
23 verso	12 maio 1871	[Certidão]	Escrivão principal
23 verso	13 maio 1871	Juntada	Escrivão principal
24 recto	12 maio 1871	[Mandado]	Delegado
24 recto	12 maio 1871	[Certidão]	Oficial de justiça – João de Almeida Camargo
25 recto	13 maio 1871	Assentada	Escrivão principal
25 recto	13 maio 1871	Testemunha Quinta	Escrivão principal
25 verso	<i>13 maio 1871</i>	<i>Testemunha Quinta</i>	<i>Escrivão principal</i>
26 recto	<i>13 maio 1871</i>	<i>Testemunha Quinta</i>	Escrivão principal
26 recto	13 maio 1871	[Certidão]	Escrivão principal
26 recto	13 maio 1871	Conclusão	Escrivão principal
26 recto	13 maio 1871	Conclusos	Delegado

26 verso	15 maio 1871	Publicação	Escrivão principal
26 verso	15 maio 1871	[Certidão]	Escrivão principal
27 recto	15 maio 1871	Assentada	Escrivão principal
27 recto	15 maio 1871	Testemunha Sexta	Escrivão principal
27 verso	15 maio 1871	Testemunha Sexta	Escrivão principal
28 recto	15 maio 1871	[Certidão]	Escrivão principal
28 recto	15 maio 1871	Conclusão	Escrivão principal
28 recto	15 maio 1871	Conclusos	Delegado
28 verso	16 maio 1871	Publicação	Escrivão principal
28 verso	16 maio 1871	[Certidão]	Escrivão principal
29 recto	17 maio 1871	Interrogatório (Jose Joaquim Penteado)	Escrivão principal
29 verso	17 maio 1871	Interrogatório (Jose Joaquim Penteado)	Escrivão principal
30 recto	17 maio 1871	Interrogatório (Manoel)	Escrivão Principal
30 verso	17 maio 1871	Interrogatório (Manoel)	Escrivão Principal
31 recto	Sem data	[Alegação da Defesa]	Defensor – Defino Pinheiro
31 verso	Sem data	[Alegação da Defesa]	Defensor – Defino Pinheiro
32 recto	Sem data	[Alegação da Defesa]	Defensor – Defino Pinheiro
32 recto	Sem data	Conclusão	Escrivão principal
32 recto	22 maio 1871	Conclusos	Delegado
32 verso	22 maio 1871	Publicação	Escrivão principal
32 verso	22 maio 1871	[Certidão]	Escrivão principal
32 verso	22 maio 1871	Vista	Escrivão principal
32 verso	Sem data	[Alegação da Acusação]	Promotor – Moraes Salles
33 recto	Sem data	[Alegação da Acusação]	Promotor – Moraes Salles
33 verso	24 maio 1871	Dacta	Escrivão principal
33 verso	24 maio 1871	Conclusão	Escrivão principal
33 verso	27 maio 1871	Conclusos	Delegado
34 recto	27 maio 1871	Conclusos	Delegado
34 verso	27 maio 1871	Publicação	Escrivão principal
34 verso	28 maio 1871	[Certidão]	Escrivão principal
34 verso	28 maio 1871	Remessa	Escrivão principal
35 recto	28 maio 1871	Recebimento	Escrivão secundário – José Henrique de Pontes
35 recto	28 maio 1871	Conclusão	Escrivão secundário – José Henrique Pontes
35 recto	29 maio 1871	Conclusos	Juiz Municipal – Francisco Gonçalves de Almeida
35 recto	29 maio 1871	Publicação	Escrivão secundário – José Henrique Pontes
35 verso	30 maio 1871	[Certidão]	Escrivão secundário – José Henrique Pontes
35 verso	26 junho 1871	Remessa	Escrivão secundário – José Henrique Pontes
35 verso	03 julho 1871	Recebimento	Escrivão principal
35 verso	03 julho 1871	Conclusão	Escrivão principal
36 recto	03 julho 1871	Conclusos	Delegado
36 recto	03 julho 1871	Publicação	Escrivão principal
36 recto	05 julho 1871	[Certidão]	Escrivão principal
36 verso	27 dezembro 1871	Remessa	Escrivão principal
36 verso	Sem data	Conta	Contador – Vieira da Silva
37 recto	Sem data	Conta	Contador – Vieira da Silva

As primeiras considerações referem-se às características comuns a todos os escribas e ao processo como um todo. As particularidades de cada escriba vêm descritas logo a seguir.

Observando a tabela e retomando o que já foi apresentado na seção 1.5 do primeiro capítulo, constatamos que existem ao todo como personagens 1 delator, 2 escrivães, 2 juízes (dado que o

Delegado de Polícia também tem atribuições judiciais), 1 oficial de justiça, 1 defensor, 1 promotor, 1 cidadão que assina a rogo dos réus, 2 peritos, 7 testemunhas, 2 réus e 1 contador. Apesar da grande quantidade de personagens que integram o processo-crime, em sua maioria são os operadores da justiça que deixam sua caligrafia registrada. Das demais personagens tomamos conhecimento somente de forma indireta, através dos registros feitos pelo escrivão.

Com exceção da carta-denúncia e da nota de recebimento de culpa, pode-se afirmar que o processo-crime foi produzido por mãos hábeis, o que quer dizer que os registros foram feitos apenas pelos profissionais da justiça, com certa padronização e clareza no traçado das letras. De maneira geral, o documento manuscrito é bastante claro e legível, ainda que se note certa semelhança entre algumas letras, sobretudo na caligrafia do principal escrivão.

Observa-se certa homogeneidade no tamanho das letras, e todos os escribas respeitam a pauta e as margens, as quais, em sua maioria, já estavam traçadas no próprio suporte (conforme descrito no anexo II).

A letra em todo o documento manuscrito é cursiva, com traçado mais rápido (Berwanger & Leal 1991) As fronteiras entre palavras, em grande medida, assemelham-se ao padrão atual, mas verificamos ocorrências de junção entre artigos e preposições a substantivos, verbos e conjunções, como em *deCampinas*, *oque*, *abusca*, *eficaraõ*.

Os escribas valem-se pouco do uso das abreviaturas, sendo as mais recorrentes listradas no quadro a seguir:

Quadro 4. Principais abreviaturas do processo-crime

por		OEscrivam
para		Testemunha
que		Conclusos
manhã		Doutor

Notamos que boa parte das palavras que aparecem abreviadas também são grafadas por extenso, exceto os nomes próprios em algumas assinaturas. Nota-se, no entanto, que o defensor faz maior uso de abreviaturas, comparando-se à extensão dos documentos lavrados pelos demais escribas. Embora não tenhamos quantificado e sistematizado as abreviaturas presentes no processo, as mais recorrentes foram: *Campinas*, *que*, *Joaquim*, *por*, *Santos*, *conclusos*, *senhor*, *testemunha*, números em geral, advérbios terminados em *-mente* (tais como *facilmente*, *evidentemente*), *quanto*, *quando*, entre outras. É importante notar que, se levarmos em consideração a extensão do documento e a variedade de mãos que o produzem, há pouco uso das abreviaturas. Boa parte delas são realizadas nas assinaturas, e o escriba que mais lança mão dessa maneira de notar é o advogado de defesa.

Reproduzimos abaixo alguns trechos que exemplificam a caligrafia dos principais escribas do processo e sua respectiva assinatura.

Anno do Nascimento de Nosso
 Senhor Jesus Christo de mil oi
 to centos Setenta e um, aos dés
 de albas nesta Cidade de Cam
 pinas em meo cartório autuo
 uma denuncia, com autos

Figura 5. Escriba: Escrivão da Delegacia de Polícia, Joaquim Franco de Pontes

Fólio 1r – Anno de Nascimento de Nosso | Senhor Jesus christo de mil oi | to centos Setenta e um, aos dés | de
 Maio nesta Cidade de Cam | pinas em meo cartório autuo | uma denuncia, com autos.

João Franco de Pontes

Figura 6. Assinatura do escriba: Escrivão da Delegacia de polícia, Joaquim Franco de Pontes (fl. 2v)

Fólio 2v – O Escr^m Jaq^m Franco de Pontes.

Julgo procedente o pre
 sente exam. e proceda se
 o sumario em vista da de
 nuncia dada contra os
 Reos p. crime de morte da

Figura 7. Escriba: Delegado de Polícia, Joaquim Quirino dos Santos

Fólio 6v – Julgo procedente o pre | sente exam; eproceda se | o sumario em vista da de | nuncia dada contra os
 Reos por crime de morte da

João Quirino dos Santos

Figura 8. Assinatura do escriba: Delegado, Joaquim Quirino dos Santos (fl. 6v)

Fólio 6v – Joaq^m Quirino dos Santos

No nosso processo criminal, o interrogatório do Réo não é, como em outras eras mal alumiadas, uma tortura moral, qd. não era tão bem physica; é antes de tudo uma peça de defesa. É a occasião q. se offerece ao Réo na formação da culpa, em que os meios de defesa são tão restrictos, de explicar os factos e tirar a limpo sua innocencia.

Figura 9. Escriba: Advogado de defesa, Delfino Pinheiro de Uchoa Cintra Junior.

Fólio 31r – No nosso processo criminal, o interrogatorio do Réo não é, como | em outras eras mal alumiadas, uma tortura moral, quando não | o era tão bem physica; é antes de tudo uma peça de defesa. | É a occasião que de oferece ao Réo na formação da culpa | em que os meios de defesa são tão restrictos, de explicar os | factos e tirar a limpo sua innocencia.

Figura 10. Assinatura do escriba: Advogado de defesa, Delfino Pinheiro de Uchoa Cintra Junior (fl. 32r)

Fólio 32r – Delfino Pinheiro de UlhoaCunhaJ^{or}

por motivos diferentes dos ex-
postos na defesa de fl. of
ferecida por occasion do in-
terrogatorio. Nunca se cogitou
da feitiçaria (adoptamos a expres-
são da defesa alludida) por que

Figura 11. Escriba: Promotor, Moraes Salles

Fólio 33r – por motivos diferentes dos ex- | postos na defesa de folha, of | ferecida por
occaaão do in- | terrogatorio. Nunca se cogitou | da feitiçaria (adoptemos a expres- | são da
defesa alludida), por que

Figura 12. Assinatura do escriba: promotor, Moraes Salles. (fl. 33r)

Fólio 33r – Moraes Salles

Participo a Vossa Senhoria que um meo Visinho | Juca Tangara. Consta q tem um Preto velho | em Sua Casa Curando em Sinando a Surtici | este Tangara apoco Dias o fereçoço para | Curar a qui um moço q andava doente

Figura 13. Escriba: Delator, Manoel Nogueira (fl.2r)

Fólio 2r – Participo a Vossa Senhoria que um meo Visinho | Juca Tangara. Consta que tem um Preto velho | em Sua Casa Curando em Sinando o Feitiço | este Tangara apoco Dias o fereçoço para | Curar a qui um moço que andava doente

Manoel Teixeira Nogueira

Figura 14. Assinatura do escriba: Manoel Teixeira Nogueira(fl. 2r)

Fólio 2r – M^{cl}T.Nogueira

Recebemos do S^r Joaquim Franco de | Pontes, Escrivão da delegacia a nota cons- | titucional. Cadea em Campi^{na} 10 de | Maio de 871- | Arrogo dos presos José Joaq. da S^{ilva} e Manoel | Caetano J. da S^{ilva} Costa Pessoa

Figura 15. Escriba: Caetano José da Silva Costa (assina a rogo dos réus)

Fólio 8v – Recebemos do Senhor Joaquim Franco de | Pontes, Escrivão da delegacia a nota cons | titucional. Cadea em Campinas 10 de | Maio de 1871 _ | Arrogo dos presos José Joaquim daSilva e Manoel – | Caetano Jose daSilva Costa Pessoa

Certifico que fui ao sitio de
 Joao Ferras de Campos, e sendo
 hi citei a testemunha Jose Cle-
 mente, em sua propria pessoa pelo
 o conteudo no mandado de seu des-
 pacho supra do que elle bem
 Sciante ficou Orefrido e Verdade
 do que dou fl. Campinas 11 de
 Maio de 1871
 O Official de Justica
 Joao de Almeida Camargo

Figura 16. Escriba: Oficial de Justiça, João de Almeida Camargo

Fólio 21r – Certifico que fui ao sitio de | Joao Férras de Campos, e sendo | hi citei
 atestemunha Jose Cle= lmente, em sua própria pessoa pelo | o conteudo no mandado e
 seo des = | pacho supra do que elle bem | Sciante ficou Orefrido é Verdade | do que
 dou fé Campinas 11 de | Maio de 1871 | Oofficial de Justica | Joao deAlmeida
 Camargo

Aos vinte oito de Maio de mil oito centos e setenta
 e um annos nesta Cidade de Campinas no meo
 cartório recebi estes autos do escrivão da Delegacia

Figura 17. Escriba: Escrivão do juízo municipal, José Henrique Pontes

Fólio 33r – Aos vinte oito de Maio de mil oito centos e setenta | e um anos nesta Cidade de Campinas em
 meo | cartório recebi estes autos do escrivão da Delegacia

O Escrivão José H. de Pontes

Figura 18. Assinatura do escriba: escrivão José Henrique de Pontes (fl. 35v)

Fólio 35v – OEscr^m José H. de Pontes

Figura 19. Escriba: Juiz Municipal, Francisco Gonçalves da Silva

Fólio 35r – Vistos estes autos etc sustenta o despa=cho de não pronuncia proferido afolha 34. por ser conforme a direito, e do que consta dosl mesmo autos. O Escrivã passe alvará de soltura em favor do réo e devolva o pro ces l so ao juiz donde veio _ | Campinas 29 de Maio de 1871 | Francisco Gonçalves da Silva

Observando as Figuras 5 a 19 acima, podemos afirmar que as hastes superiores e inferiores de determinadas letras raramente ultrapassam a pauta e invadem outra linha. Há clareza e padronização em todos os escribas, além de marcarem por pressão constante o instrumento de escrita. Dessa forma, não há borrões, nem excesso desigual de tinta nas hastes das letras.

As dificuldades de leitura concentraram-se na caligrafia do escrivão principal, Joaquim Franco de Pontes, por apresentar traçado muito semelhante em letras distintas como <E>/<N>/<M>/<S> e <R>. Graças à cursividade, que confere escrita rápida e corrida, as letras mencionadas ganham traços muito semelhantes entre si, dificultando alguns trechos da leitura, dependendo do contexto em que essas letras foram traçadas. O contexto sintático-semântico e a repetição de fórmulas fixas auxiliaram na solução das dúvidas.

Já a escrita do delegado de polícia, Joaquim Quirino dos Santos, apresentou maior dificuldade por conta da caligrafia mais inclinada à direita, frequentemente ultrapassando as pautas superiores e inferiores. O traçado do delegado aparenta ser mais rápido, forte e irregular, com aspecto de “garrancho” se comparado às caligrafias dos demais escribas do mesmo documento. Outra dificuldade apresentada pela caligrafia do delegado refere-se à ligação entre as letras.

Quanto aos demais escribas, cuja escrita também é cursiva, com regularidade no traçado, destacamos a dificuldade no trabalho de leitura se deu por haver pouco material por eles produzido, de modo que a comparação entre documentos não fosse possível.

A elaboração do alfabeto de cada escriba²⁸ auxiliou a elucidar pontos mais críticos e assim garantir a boa leitura do documento. Outro instrumento utilizado no processo de leitura foram dicionários contemporâneos especializados em determinada ciência, como Chernoviz (1890), dado que plantas e elementos químicos são citados no processo, nem sempre correspondendo ao que é usual na atualidade, como *plato curureto de mercurio* (fl.5v). Ressalta-se, a esse respeito, que esses termos em especial podem ter sido pronunciados pelos peritos (médicos e farmacêuticos) de uma determinada forma e registrado de outra forma (como consta no manuscrito), talvez pela rapidez com que o escrivão lavrava os documentos.

²⁸ Por haver vários escribas e por questões de espaço, não reproduzimos os alfabetos nesta dissertação.

3.3 Edição fac-similar e semidiplomática do processo-crime de feitiçaria e homicídio de
Campinas – 1871

1871.

Deliberação da Câmara. f. 15

01

nº 828

Summa em

A Porter. Campst.

28 de Maio de 1871

Vinda das 3

A Justiça

José Joaquim Estivade,
Mansal. preto liberto

A -

R. P. p. m.

Obrigações José Estivade.

Amado do Município de São Paulo
também José Estivade de São Paulo
também Estivade e seu, aos dias
de Maio desta Cidade de Cam-
pinas em um cartão autêntico
em sua demanda, com autos
de humilhação, e assim, após ter
sido por autêntico, de que faz
um termo. José Joaquim Estivade
de São Paulo Estivade que meuci.

3

M

1871

Delegacia de Campinas

folha 1

5

Summario crime

A Pontes. *Campinas*

28 de Maio de 1871

10

Vieira daSilva

A Justica

A -

José Joaquim Penteado,

Manoel preto liberto

Reus presos

15

O Escrivao JoaquimPontes.

Anno do Nascimento de Nosso –

Senhor Jesus christo de mil oi-

to centos Setenta e um, aos dés

20

de Maio nesta Cidade de Cam –

pinas em meo Cartorio autuo

uma denuncia, com autos

de busca, e exame, oque tudo

hei por autuados; do que faço

25

este termo. Eu Joaquim Franco

de Pontes Escrivão que escrevi.

Amo de 1774

Off.º de Legado

02

Campana 7 de 1774

Participa a V.ª que um moço de nome
D.ª Tanguara, Costa, tem um Preto Velho
em sua Casa curando um menino a S.ª
este Tanguara apoco Dias o trouxe para
curar a qui um moço q andava doente
mas andava de R. este moço em 3 Dias
mores curado pelo os Deuza do Preto Velho
em Casa da Amilia q o Deaxava o Vaente
tem alguma Drogas q V.ª pode ver.
V.ª informara melhor de pertudo desta
q e Verinho m.º perto. //

João de
Prado e a b.ª ob.ª
como a Caja in
diada, e a b.ª ob.ª Logeiva
do m.º de 1774
João de 1774
João de 1774

Guimarães

2

*Illustrissimo*²⁹ Senhor De legado

30 Campinas 9 de Maio 1871

Partiço a Vossa Senhoria que um meu Vesinho
Juca Tangara³⁰. Consta *que* tem um Preto Velho
35 em Sua Casa Curando em Sinando a Feitiço
este Tangara apoco Dias o fereçoço para
Curar aqui um moço *que* andava doente
mas andava de Pe. este moco em 3 Dias
moreo Curado pelos os Juca e o Preto Velho
40 em Casa da Imilia *que* o Seaxava o Doente
tem alguma Drogas *que* Vossa Senhoria pode Ver.
e Vossa Senhoria im formara melhor do portador desta
que e Vesinho muito perto.

45 Seo Amigo
Proceda se a bus \ obrigado Criado
ca na Caza in
dicada, e acham \ Manoel Teixeira Nogueira
do se vestigios sei
50 jaõ todos os indiciados
prezos. Campinas, 9 de Maio de 1871

Quirino Junior³¹

²⁹ Há um risco a lápis em cima da palavra [*Illustrissimo*].

³⁰ Do início deste fólio até esta sentença a tinta está bastante descorada, dando uma aparência de ter sido grafado com grafite.

³¹ O delegado Quirino Junior insere seu texto à esquerda da finalização da carta de Manoel Teixeira Nogueira, separando-o com duas barras inclinadas \ muito próximas de "obrigado Criado" e "Manoel Teixeira Nogueira". Neste trecho, transcreve-se com fonte menor (11) para diferenciar da escrita do denunciante (fonte 12).

03

certificando que intermim a José
Joaquim Coutinho, com de
Pessoa, e com afeição as to-
tamente da casa da
Tor Raphael Lopes Soares,
e com afeição de Maria
da Magalhães, e promissas
para frangir a casa
para ser dada a casa,
Campanha, 9 de Maio, 1846.

Cornelius J. Van der Bilt

[Fólio: 2v]

55 Certifico que intimei a José
 Joaquim Penteado, dono da
 casa, e bem assim as tes -
 temunhas da busca Dou
 tor Raphael Lopes Branco,
60 e Luiz Gonzaga deAlmei-
 da Magalhães oprimeiro
 para franquear a casa
 para ser dada abusca,
 Campinas 9 de Maio 1871

65 O Escrivam Joaquim Franco de Pontes

Ante de Branca e afilhados.
Ante de Nascimento de Chaves de
ilhas que se acham de mil e oito
centos e setenta e um, os seus
de ellos e com a cidade de Cascaes
fina e chasara em que me-
ra que pagaram custado ante
um o Delgado de Policia Capitao
Joachim Berrim dos Santos com
linguagem e de direito e co-
municado, alii presentes de a-
mora e consueira de casa na
casa do mesmo Berrim, e
municipal de Livramento, obje-
to e sazes, fizemos e senten-
cias e tutencias e gozamos o ellem-
tissimo Delgado mandamos que
porem aforismos e aforismos
e de presentes e a sua e a sua
em tudo; e a sua para cam-
tar honra e de ante que o-
jois aforismos e a official de
justicia e tutencias e pre-
sentes. Em Joazeiro de Branca
e de Santos e de Branca e de Branca.

João de Branca dos Santos.
Raphael Lopes Branco.
Luiz Gonzaga d'Almeida, Bay.

Auto da Busca e aprihenção.
Anno do Nascimento de Nosso se-
nhor Jesus christo de mil oito
70 sentos Setenta e um, aos nove -
de Maio nesta Cidade de Cam -
pinas e chacara em que mo -
ra José Joaquim Penteado onde
veio o Delegado de Policia Capitão
75 Joaquim Quirino dos Santos com -
migo escriptaõ adiante no -
meado, ahi procedeo-se a -
uma menuciosa busca na
casa do mesmo Penteado, e -
80 encontrou-se diverços objec -
tos e raizes, pózes e mais
substancias as quaes o Mere
tissimo Delegado mandou que
fossem aprihendidos afim
85 de se proceder á um exame -
em tudo; doque para cons -
tar lavro este auto que o -
Juis assigna com o official de -
Justiça e testemunhas pre
90 sentes. Eu Joaquim Franco
de Pontes Escrivaõ escrevi.

Joaquim Quirino dos Santos

Raphael Lopes Branco

Luiz Gonzaga d' Almeida Magalhaes

95 Auto de prisaõ.
Em seguida o Meretissimo Juís
ordenou que recolhessem-se
aprizaõ José Joaquim Pentea -
do, conhecido por Tangará,
100 e um preto velho de nome -
Manoel que foi encontra -
do na mesma casa, oque -
tudo foi fielmente cumpri -
do pelo official de Justiça
105 da deligencia. Para constar
lavro este auto. Eu Joa -
quim Franco de Pontes, Escri -
vam que escrevi e assignei.

110 Joaquim Franco de Pontes

 Juntada -
Em nove de Maio de mil oito
115 centos Setenta e um, nesta Ci-
dade deCampinas em meo
Cartorio junto á estes autos
aportaria que em fren -
te se vê; doque faço
120 este termo. Eu Joaquim
Franco de Pontes escrevi.

Delegacia de polícia de Lamego
9 de Maio de 1875

06

Rescreva deste Juizo intima ao
Farmaceutico Joaquim Lourenço
de Mello, e Juizo Lamego, para
as 4 horas da tarde, na Sala das
Audiencias, apresentarem uma
pessoa de Lamego, e m. objecto de
falta a qualidada p. este Juizo -
em Ocho de Lamego de Lamego e Lamego
para, e p. o Juizo de Lamego de Lamego
e a assignação numeraria, de
as de Lamego p. este Juizo. —

Delegado

Joaquim Lourenço de Lamego

Delegacia de policia deCampinas
9 de Maio de 1871

125

130 O Escrivão deste Juizo intime aos
Farmaceuticos – Joaquim Correa
deMello, e Julio Lamam, para
as 4 oras da tarde, na salla das
Audiencias examinarem uma³²
porção de raizes, e *mais* objectos *que*
135 foraõ aprendidos *por* este Juizo -
em Caza de Juca de tal Tan
gará; eproceda se em seguida
as averiguações nesseçarias s[o]b
[ar]³³ do us prezos *por* este Juizo. ____

140

ODelegado

Joaquim Quirino dos Santos

³² Há um til sobre a letra "m".

³³ Leitura aproximada, dada a semlhança entre as letras "a" e "o" do escrivão, que por vezes não indica a separação de palavras de uma linha a outra por um traço.

Mr. James A. Carter

[Fólio: 4v]

145 Certifico que intimei os Piri -
 tos Joaquim Correa de Mello,
 e Julio Lehman, e para -
 testemunhas Caetano José da -
 Silva Costa Pessoa, e José Fran-
 cisco de Camargo Brito, efica-
150 raõ Scientes. Campinas 9 de
 Maio de 1871.

O Escrivam Joaquim Franco de Pontes

[illegible]

Auto de exame.
155 Anno de Nascimento de Nosso se -
nhor Jesus christo de mil oito
centos Setenta e um aos nove de -
Maio nesta Cidade de Campi -
nas e Salla das audiencias onde -
160 veio o Delegado de Policia Capitaõ
Joaquim Quirino dos Santos com -
migo escriptaõ adiante nomeado,
perguntas os Pharmaceuticos Julio -
Agatham Lehmam e Joaquim
165 Corrêa de Mello, á elles o Juis difirio
o juramento dos Santos Evangelhos
na forma de lei, e encarregou -
lhes que procedessem á exame
nas raizes e mais objectos in -
170 contrados em poder de José Joa -
quim Penteado, conhecido por -
Juca Tangará, e Manoel de tal, a -
verificar se alguma, ou todas
são venenozas. Passando os Piritos
175 a fazerem os exames necessarios -
concluidos os quaes declararaõ
oseguinte: = Que encontraraõ
deverças raizes taes como a cha
mada Sipó de cruz, jarrinha,
180 Amendoirãna, de guiné, gen -
gibre, cascas de Semaruba, e -
casca d'anta; alem disto in -
contraraõ mais pedaços de -
fumo, de cêra da térra, pemen -
185 ta negra, inxõfre, rozarios,
benzos, espinhos de oriços, [eou] -

e outras substancias, Das asen-
 tidas por elle Cristo, e por as-
 sumptas por innocentes.
 Declarando mais que encan-
 sas em uma terra de felato-
 rum de innocens, muer-
 rados com o castigo de muer-
 rir em fereças que calen-
 taras em uma artava de
 fereças, fereças esta que se
 fereça dada a alguém em gerir
 toda de uma vez pelo offi-
 cio pulgatus de fereças egi, de
 platocurris de muer-
 rir illuminado e o castigo que
 multum offi-
 cio fereças fereças
 fereças, sem o alio offi-
 cio de fereças a salvação.
 E por mais muer, egi, salvação.
 E por mais fereças de muer
 rir muer, em se muer fereças
 de aplicados como tal em fere-
 as de muer de lagarta, como fere-
 ta de muer. Cocham, e muer
 fereças de muer de oris,
 que se aditão fereças. E por
 fereças por diti que garante a
 fereças de oris, e fereças de
 lagarta muer substancias per-
 fectamente innocentes, quanto
 a fereças egi, garante a fereças abra-
 mada. Cocham elle Cristo
 tem assado de muer que esta

e outras substancias, todas conhe -
cidas por elles Piritos, e que as -
reconhece por innocentes.
190 Declararaõ mais que encontra -
raõ uma mis tura de ploto -
Clurureto de mercurio³⁴ mistu -
rado com deotoxo³⁵ de mercu -
rio em porçaõ que calcu -
195 laraõ em uma oitava de -
peso porçaõ esta que se -
fosse dada á alguem em gerir -
toda de uma vez pelo effeito
pulgativo do proprio digo, do
200 plato curureto de mercurio se -
ria illumiado o deotoxo que -
nenhum effeito toxico poderia
produzir, sendo aseo effeito a -
penas de produsir a salivação
205 Epor nada mais, digo, salivação.
Pelo Juis foi perguntado se naõ
era venêno, ou se naõ poderia
ser aplicado como tal um peda -
ço de couro de lagarta, uma fru -
210 ta de nome – Coroanha e uma -
porçaõ de espinhos de Oriço,
que se achaõ presentes. Pelos -
piritos foi dito que quanto ao -
espinho de oriço, e pélle de -
215 Lagarto eraõ substancias per -
feitamente innocentes; quanto
a faga, digo, quanto a fáva cha
mada Coroanha elles Piritos
tem ouvido diser que esta

³⁴ Provavelmente *plotoclurureto* por protocloreto de mercúrio, também conhecido calomelano, usado atualmente como purgante, laxante antissifilítico. Fontes:
http://sistemasinter.cetesb.sp.gov.br/produtos/ficha_completa1.asp?consulta=CLORETO%20MERCUROSOSO;
http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/calomelano%20_921771.html. (Acesso 04/06/2016).

³⁵ Possivelmente *deotoxo* por *dióxido*.

220	fáva é venenóza, mas que - nunca ao que lhes consta dêo - se caso algum de envenenamen - to produsido por ella, e que - tendo um deles Piritos esperimen -	6
225	tado se ellas produzem o mes - mo effeito da fava chamada do Calabar, nenhum effeito ella produsio neste sentido, alem disto elles Piritos têm ouvido diser por -	
230	ums que ella é purgativa, por - outros que é util applicada con - tra o tetano. Epor nada mais terem visto e que declarar dêo - se por findo o exame ordena -	
235	do, ede tudo se lavrou opre - sente auto que o Juis assigna - com os Piritos, etestemunhas. Eu Joaquim Franco de Pontes Escrivaõ que escrevi.	
240	<u>Joaquim Quirino dos Santos</u> <u>Julio Agathan Lehmann</u> <u>Joaquim Corrêa de Mélo</u> <u>Caetano Jose daSilva Costa Pessoa</u> <u>Jose Francisco de Camargo Brito</u>	

245 Conclusaõ –

Elogo no mesmo dia, em -
meo Cartorio faço estes au -
tos conclusos ao Delegado -
250 de Policia Capitão Joaquim
Quirino dos Santos; do que -
faço este termo. Eu Joa -
quim Franco de Pontes Escri-
vam que escrevi.

255 *Conclusos*

Julgo procedente opre
zente exame; eproceda se
o sumario em vista da de
260 nuncia dada contra os
Reos *por* crime de morte da
pessoa de Manoel Mulla
to, e oEscrivaõ intime as
testemunhas – Emilia de
265 tal – João liberto – Jose Cle
mente, e sua Mulher, -
Manoel da Silva Pedro
zo, e Manoel Teixeira -
Nogueira; e o *Doutor* Promotor
270 Publico *para* assistir a for
mação do processo; dando
se notta de culpa aos *Reos*
Jozé Joaquim Penteado, e
ao preto velho de nome -
275 Manoel – Campinas 10
de Maio de 1871 _____
 Joaquim Quirino dos Santos

Publicação

2

12

8

Mr. J. M. Thomas & Co.

280

7

Publicação.

Em dés de Maio de mil oito centos
setenta e um nesta Cidade de -

285

Campinas em meo Cartorio foraõ
entregues estes autos por parte
do Delegado de Policia com sua -
sentença em frente; doque faço
este termo. Eu Joaquim Franco
de Pontes Escrivão que escrevi.

290

Certifico que intimei asen -
tença em frente ao Doutor
Promotor Publico, aos Réos José
Joaquim Penteado, e Manoel
de tal, bem como as teste -
munhas Emilia Rosa de -
Souza, Manoel da Silva Pe -
droso, e Maria Gertrudes
da Silva, eficaraõ Scientes.
Campinas 10 de Maio 1871

295

300

O Escrivam Joaquim Franco de Pontes

13

Yuntada

Elogio ao nosso sato m
 agapida a entidas inter,
 frente a' notis antes a -
 frente da sato a. mpa
 gen foi dado ao Rio,
 agem em frente a
 foi; agem fues mto
 tempo. Com pagam
 Oms de Cabst - msi

[Fólio: 7v]

Juntada

305 Elogo no mesmo acto em
seguida a certidão retro
junto á estes autos o -
recibo da nóta de culpa
que foi dado aos Réos,
310 oque em frente se
vê; doque faço este
termo. Eu Joaquim
Franco de Pontes escrevi

14
8
8
Recebemos do Sr. Joaquim Franco da
Ponte, Escrivão da delegação a nota cons-
titucional. Cabea em campo de
Maio de 898.
Ato do prior José Joag. da. e Manoel
Antonio J. da. Costa Pedro

8

315 Recebemos do *Senhor* Joaquim Franco de
Pontes, Escrivão da Delegacia³⁶ a nota con<s>-
titucional. Cadea em Campinas 10 de
Maio de 1871 _
Arogo dos presos José Joaquim da Silva e Manoel _
320 Caetano Jose da Silva Costa Pessoa

³⁶ A palavra *Delegacia* foi inicialmente grafada com "s" (*Delegasia*) tendo sido corrigida inserindo "c" por cima de "s".

15

Levin Henry

Auto de Qualificação feito á -
José Joaquim Penteado, conheci -
do por Juca Tangará.

325

Anno de Nasciemnto de Nosso -
Senhor Jesus christo de mil oito
centos setenta e um, aos dés de
Maio nesta Cidade de Campinas
na Salla das audiencias onde -
veio o Delegado de Policia Capitão
Joaquim Quirino dos Santos com -
migo escriptaõ adiante nomea -

330

do prezente José Joaquim Pen -
teado, a este o Juis fes as perguntas
do artigo cento e setenta e um -
do Regulamento de trinta e um -
de Janeiro de mil oito centos equa -

335

renta edois, atudo respondeo -
chamar-se José Joaquim Pentea -
do, filho de Joaquim Antonio
Penteado, ede sua mulher, casado,
de idade cincoenta e tres annos,
natural de São Paulo, e residente
nesta Cidade, onde vive de seo
trabalho, não sabe ler nem escrever.

340

Ecomo nada mais respondeo, o
Juis mandou lavrar oprezente
auto, que lido assigna com o qua -
lificado sendo arogo ante Joaquim -
digo José Francisco de Camargo Brito.
Eu Joaquim Franco de Pontes escrevi.

345

Joaquim Quirino dos Santos
José Francisco de Camargo Brito

350

<Quirino Junior>³⁷

³⁷ A assinatura do delegado foi feita na vertical, à margem direita.

Ante as frequentes festas a Jani
Joaquim Cantada -

Em acto de freguesia, frequentes o Rei Jo-
Joaquim Cantada, a elle o que se
de frequentes frequentes: Singu-
lar de tanta dade remissão.
a um mofes que se achava -
dante sua sua uigilância.
Respondeo que o freguesia de uns -
nos mofes por chamal - o -
freguesia de uns, e que elle em
cantada, em mais estado.
de. Um mofes garrafa de um -
eis, e freguesia de ter chamal -
o freguesia de uns freguesia para
e ter o freguesia, e freguesia, e ter
o freguesia de uns, e freguesia de
se achava morto, freguesia -
que se freguesia de uns, e freguesia
que elle freguesia de uns, e freguesia
tudo accitado de o freguesia, e freguesia
de freguesia de uns, e freguesia de
já achava - e de um mofes, freguesia -
rom que freguesia de uns, e freguesia
freguesia de uns mofes em sua
casa, - e freguesia de uns que de
freguesia a sua casa morto que -
a mofes de uns mofes
freguesia de uns, e freguesia de
freguesia de uns, e freguesia de
mofes, e de freguesia de uns, e freguesia
de freguesia de uns de mofes
de freguesia de uns de mofes

355 Auto de perguntas feitas a José
 Joaquim Penteado -

 Em acto sucessivo, presente o Reó Joze -
 Joaquim Penteado, a elle o Juis fes
360 as seguintes perguntas: Pergun -
 tado se tinha dado remedios
 á um mosso que se achava -
 doente na sua vizinhança ?
 Respondeo que o pai do mes -
365 mo mosso foi chamal-o -
 para benzer, eque, elle o en -
 contrando em máo estado
 deo-lhe uma garrafa de reme -
 dio, depois de ter chamado -
370 o pai do moço para fora
 e ter-lhe falado, digo, e ter -
 lhe declarado que elle ja -
 se achava môrto, porem -
 que se queria assim mesmo
375 que elle dava o remedio, oque -
 tendo aceitadao elle o fez, eque -
 de facto no dia immediato
 ja achava-se elle melhor, po -
 rem que appareceo-lhe o velho -
380 pai de dito môsso na sua -
 casa, e lhe foi dizer que elle -
 fosse a sua casa, visto que -
 a mulher do mosso estava
 querendo sofocal-o, eque sa -
385 hindo elle as nove horas da -
 noite, lá se apresentou, edeo
 lhe segunda dóse de remedio

efferen de lhu tie mpreguas as
 poulas, e as fuitas. Buzumtudo
 de talia geral a dancia eger
 de achiava afetado este mpo.
 Buzumtudo gen a dancia eger
 de achiava afetado era
 feticaria por gen o mpo
 havia lancado cabello, carnos,
 fume de cigarro, fute de al
 gadas, torde inte sem ter come
 do, e por iper os secundio, apria
 in por elle foi para evitar
 epar feticaria. Buzumtudo
 de cam gen fume fragarad
 o fute e e fragarad cam ca
 mudo de chifre. Buzumtudo i
 gen gen fite ipa afetado
 foi esse negro de Verdadeira
 ha de nome Manuel, eger
 apria foi um de por ali
 tirava alguma feticaria.
 Buzumtudo de Verdadeira a
 ttinger gen eche entre curan
 do o mpo foi gen ter
 lugar ipa afetado. Buzum
 tudo gen eger, eger de la
 brio dancia. Buzumtudo
 de talia geral foi a canja
 da morte de este mpo.
 Buzumtudo gen intende gen
 a canja foi feticaria,
 e este intende foi gen de
 foi gen eche apria o mpo

390 depois de lhe ter esfregado os -
pulços, e os peitos. Perguntado
se sabia qual a doença deque -
se achava affetado dito môsso?
Respondeo que a doença de -
que se achava afetado era
feitizaria por que o môsso
395 havia lançado cabellos, carvão,
fumo de sigarros, pelótas de al -
godaõ, tudo isto sem ter comi -
do, e por isso os remedios aplica -
dos por elle foi para evitar
400 essas feitizarias. Pergunta -
do com que fim rasgaraõ
o peito e chuparaõ com ca -
nudo de chifre? Respondeo
que quem fes essa operação
405 foi um negro de Indaiatu -
ba de nome Manoel, e que
ofim foi ver se por ali -
tirava alguma feitizaria.
Perguntado se durante o -
410 tempo que elle esteve curan -
do o môsso foi que teve -
lugar essa operação? Respon -
deo que sim, e que só sa -
hio sangue. Perguntado
415 se sabe qual a cauza -
da morte do dito môço?
Respondeo que intende que -
a cauza foi feitizaria,
e isto intende por que de -
420 pois que elle applicou o reme -

um do corpo, entrando, lan-
 çado, feito um arco sem ter
 sido comido. Pagou para
 contar o que me mandam
 fazer. Estava aqui quando
 me veio o Rei. Quando chegou
 aqui já se passaram de Camar-
 go Preto. Em pagarem tan-
 to de bens, deixados meus.
 João ^{meu} Pereira do Couto.
 João Francisco de Camargo Preto

Aut de Qualifications jointes au
gentil et bonnet, d'interne.

Slago um acto suspeito, fuzi-
to o facto liberto elbancal, a ule-
ofim por as frequenta de anti-
go emto e de tanta e um co-
Bogolamento de trinta e um
ter fassim de umil acto emto
ignamita eois, a tnd. sus-
grande feto fassa seguin-
to e chamar se elbancal, feto
de Dem fassim de sua unilhon sa-
cabo, de ida de moventia antio-
man em umos e ffricans,
nger fassim moventia de ba-
pitao Banto Dias, nger
haje e liure, e moventia
moventia de dade, mais de
ter ter um moventia. Eso

Quinn's Letter

425 dio estes corpos estranhos lan -
 çados pelo mesmo sem ter
 sido comidos. Doque para -
 constar o Juis mandou -
 lavar este auto que assig -
 na com o Reó. Sendo arogo -
 deste José Francisco de Camar -
 go Brito. Eu Joaquim Fran -
 co de Pontes. Escrivão escrevi.
430 Joaquim Quirino dos Santos
 José Francisco de Camargo Brito

435 Auto de Qualificação feito ao -
 preto Manoel liberto.

440 Elogo em acto sucessivo, prezen -
 te o preto liberto Manoel, á elle -
 o Juis fes as perguntas do arti -
 go cento e setenta e um do -
 Regulamento de trinta e um -
 de Janeiro de mil oito centos
 equarenta edois, atudo res -
445 pondeo pela forma seguin =
 te = chamar-se Manoel, filho
 de Dom José, e de sua mulher ca -
 sado, de idade noventa annos -
 mais ou menos Africano,
 eque foi escravo do Ca -
450 pitaõ Brito Dias, eque -
 hoje é livre, e morador -
 nesta Cidade, não sa -
 be ler nem escrever. Eco -

455 <Quirino Junior>³⁸

³⁸ A assinatura do delegado foi feita na vertical, à margem esquerda.

69

esperanza

Dear Sir

E como nada mais disse
nem foi perguntado man -
dou o Juis lavrar este
460 auto que assigna com o -
Réo sendo arogo deste José Fran -
cisco de Camargo Brito. Eu -
Joaquim Franco de Pontes
Escrivam que escrevi.
465 Joaquim Quirino dos Santos
José Francisco de Camargo Brito

Assentada
470 Elogo no mesmo dia, mes, an -
no, elugar retro declarado,
prezentes os indiciados, e -
testemunhas, as quaes saõ
inquiridas pela forma -
475 seguinte; doque faço
este termo. Eu Joaquim
Franco de Pontes Escrivão escrevi.

Testemunha Primeira
480 Manoel da Silva Pedroso Cezar, ca -
sado di idade quarenta an -
nos, natural de Cuiabá,
rezidente nesta Cidade
onde vive de Seo trabalho -
485 Aos costumes disse nada.
Jurou aos Santos Evange -
lhos na forma da lei, e -
prometeo diser a verdade
doque soubesse epergun -

490 eperguntado lhe fosse. Per -
guntado pela denuncia -
D disse que sabe que estava
doente um mosso de nome -
Manéco eque se achava -
495 tratando o Doutor Cuvillom,
e um outro Medico porem -
que mais tarde levarão 'no
para a casa do pai do mes -
mo môsso, que n'outro
500 dia elle depoente retirou -
se em negocios para Minas;
que em sua volta soube -
que dito mosso havia sido
tratado por Jose Tangará,
505 eque morrêo victima
dos remedios do mesmo.
Perguntado se quando -
daqui se retirou ainda
o môsso achava-se em -
510 bom estado, ou se a doen -
ça ja estava muito adi -
antada? Respondeo que
quando elle foi achava-se -
de cama o môsso eque sabe -
515 que sofria de uma infer -
midade chronica, porem -
a doença deque seacha -
va affectado nessa occaziaõ
elle a desconhece. Pergun -
520 tado se sabe que José Tanga -
rá é habituado adar reme -
dios á doentes? Respondeo -

que encorrendo a muito tempo
 a quem era da tua amizade e que
 a esse respeito, querem que
 intimamente tu amizade
 sempre e em que este esta
 encorrendo. Pelo Rio foi requerido
 que para esclarecimento da
 verdade se fizesse as seguintes
 perguntas: primeiro se do
 bel gene durante o tempo que
 tem dado remédio, ou não
 alguma outra coisa em
 que fioder - sendo exposto
 pelo juiz - respondendo a
 testemunha que além de
 facto de nenhum outro
 tem certeza. Segundo se
 ali testemunha, sabendo
 alguma coisa, tempo de mor-
 ta de tempo de algum elbano
 sendo esta por mim a
 tal respeito. Respondendo que
 sendo por tu amizade a
 fofura foi de mais, e a
 mulher de nome. Passa-
 a primeira vez Rio para con-
 tritar, sendo exposto. E
 do seguinte com o fofura,
 e Rio sendo o que foi
 Valentim Dias de Barros, e a
 do Rio Bartolomeu Jaci de
 Silva Costa e a de
 Joaquim Gomes de Costa

525 que morando muito tempo
 áqui nada tem ouvido dizer
 á esse respeito, porem que -
 ultimamente tem ouvido
 sempre diser que elle está
 curando. Pelo Réo foi requerido
530 que para esclarecimento da -
 verdade se fizesse as seguintes
 perguntas: primeiro se sa
 be que durante o tempo que -
 tem dado remédios morréo³⁹
535 algun outro doente em
 seo poder _ sendo defferido
 pelo Juis _ respondeo a tes -
 temunha que alem deste
 facto de nenhum outro
540 tem noticia. Segunda como -
 elle testemunha, estando
 auzente no tempo da mór -
 te do môsso de nome Manoel
 soube destes por menores a -
545 tal respeito_? Respondeo que
 soube por ter ouvido ao
 proprio pai do mosso, e a -
 mulher do mesmo. Dada -
 apalavra aos Reós para con -
550 testar, nada disseraõ. Eli -
 do assigna com o Juis,
 e Eeo sendo a Seo rogo José
 Tolentino Dias de Barros, e arogo
 dos Réos Caetano José da
555 Silva Costa Pessoa. Eu
 Joaquim Franco de Pontes

³⁹ O escrivão acentuou *morreo* com acento agudo, inserindo por cima o acento circunflexo, indicando correção.

Eu Joaquim Franco de Pontes
Escrivam que escrevi.

Quirino Junior

560 Jose Tolentino Rodriguez de Barros

A rogo – Caetano Jose da Silva Costa Pessoa

Testemunha Segunda

565 Emilia Rosa de Souza - viuva,
residente nesta Cidade, d'onde
é natural. Aos costumes
disse nada. Jurou aos San -
tos Evangelhos na forma da -
lei, eprometeo diser aver -
570 dade doque soubesse eper -
guntado lhe fosse. Pergun -
tado pela denuncia, disse
que Manoel Floriano do Espiri -
to Santo eque este moço
575 foi para sua casa depois
de ter-se tratado com -
o Doutor Cuvillom, e Lopes, -
eque lá esteve mais de -
quinze diaz sem tomar
580 medicamento algum, e -
que apresentou-se em -
sua casa José Tangará e -
disse ao proprio mosso
que em poucos dias opu -
585 nha bem, eaplicou-lhe -
um remedio que trouxe
uma diarrhéa continua
que não houve meio
para fazer atalhar, e mes -

590

13

e mesmo por que, vindo
elle Tangará asua⁴⁰ casa -
ver o mosso, nunca mais -
aplicou – lhe remedio algum,-

595

e que chegou atal ponto
que o mosso obrava na -
câma e absolutamente sem -
governo. Perguntado se ti -

600

nhaõ aberto uma cizura -
no peito e se sabe com -
que fim? Respondeo que
é verdade que fizeraõ

605

duas cizuras, uma no -
peito e outra nas costas,
eque disseraõ ser com -
o fim de tirar feitiçaria,
eque ella depoente vio
unz pedacinhos pretos
que disseraõ ser carvão,

610

um grão de milho que -
brado, e cabellos que disiaõ
ter elle lançado pela -
boca, e estas couzas ella -

615

via mostradas umas vezes -
pelo proprio doente, eoutras
por José Tangará. Pergun -
tado se sabe que José Tan -
gará é habituado a uzar -
de medicina? Respondeo -

620

que só de certo tempo
para cá é que tem ouvi -
do diser que elle está
curando. Pelo Réo foi re-

⁴⁰ O escrivão parece ter grafado inicialmente *casa*, corringindo-se para *asua* por cima da letra "c".

regemido que se exigisse
 da excedente, gessuvin
 spei elbancal que ajusau
 afacer a eizera. Unco ei-
 finoz pelo fin-essuvin
 tentumulu que i elbancal
 eital, fradiante da unilhon
 de jaci hartudo. Olo jaci fai-
 bras fergamtu do se auto
 da frimidia dege dade par-
 vari tangara, ja se achava
 uhi edon dachua, an se
 uhi afacem exaer. ³ Por-
 fenderos que antecorrem-
 te ja tencia exaer dachua
 faram que esta huaia.
 Desafacemise totalmente
 a fente de uhi factam
 as abas, faram que em-
 faramise de se afacida da
 per jaci tangara, rapan-
 er, e unilhon emai faram.
 Dada arolava de, Rio pa-
 ra e bostam. Olo Rio tam-
 ara por eiti que o unilhon
 que afacemise de unilhon
 tas immente, que uhi
 Rio, e a unilhon exaer
 tambeu o bostam tam-
 facer unilhon algum, eger
 o infirmo de achava grave-
 mente unilhon, e ja bostam-
 raer, tendo falamise por-

625 requirido que se exigisse
da depoente, quem éra
esse Manoel que ajudou -
afaser a cizura. Sendo di -
ferido pelo Juis – respondeo a -
testemunha que é Manoel -
630 de tal – padrásto da mulher
de José barbûdo. Pelo Juis foi -
mais perguntado se antes -
da primeira dóze dado por -
José Tangará, ja se achava -
635 lhe com diarhêa, ou se -
ella appareceo depois? Res -
pondeo que anteriormen -
te ja tinha sofrido diarhêa
porem que esta havia
640 desaparecido totalmente
ao ponto de lhe faltarem
as obras, porem que com -
a primeira dóse aplicada
por José Tangará, reapare -
645 ceo, e nunca mais parou.
Dada apalavra aos Réos pa -
ra contestarem. Pelo Réo Tan -
gará foi dito que o remedio
que applicou ao doente era
650 taõ innocente, que elle -
Réo, e a mesma depoente
também o beberaõ sem -
faser mal algum, eque
o infermo se achava grave -
655 mente mal, e já incu -
ravel, tendo falicido por -

14
14
25

Jose Antonio Pardo & Barros

Jose Francisco de Camargo Brito

Elbana Gutierrez de Camacho,
 casada de idade trinta annos,
 natural, casada em
 ta cidade, onde vive em
 companhia de seu mari-
 do. Elle e natural, e de
 da. Joram aos Santos Evan-
 gelho na forma da lei,
 jurando e dizer a verdade
 e segun da ley e segun-
 da. Que elle fosse Casado
 pela primeira vez, e que
 sabe que tratare de Elbana
 Camacho ao Espirito Santo, que
 Joram, e segun a ley
 e segun da ley, tra-
 tando de casar, e annos
 e dizer que elle casou
 com a casada, e que

isso, e não pelo remedio 14
que tomou. Elido assig -
na com o Juis, e Réos,
660 sendo a seorogo⁴¹ José Tolentino
Rodrigues de Barros, e arogo -
dos Réos José Francisco de -
Camargo Brito. Eu Joa -
quim Franco de Pontes
665 Escrivam que escrevi.
Quirino Junior
Jose Tolentino Rodrigues de Barros
Jose Francisco de Camargo Brito

670 *Testemunha Terceira*
Maria Gertrudes da Conceição,
casada de idade trinta annos,
natural, e morador des -
ta Cidade, onde vive na -
675 companhia de seo mari -
do. Aos costumes disse na -
da. Jurou aos Santos Evan -
gelhos na forma da lei,
eprometeo diser averdade -
680 doque soubesse epergun -
tado lhe fosse. Perguntado -
pela denuncia, disse que D.
sabe que tratou de Manoel
Florianio do Espirito Santo, José
685 Tangará, equé antes es -
tiverão dois Medicos tra -
tando do mesmo, e ouvio -
diser que elle morrêo vic -
tima dos remedios aplica -

⁴¹ As letras "seor" em *seorogo* estão borradas, indicando correção por cima de outra palavra não identificada.

26

aplicados para Jari Tanguara.
 Perguntado se sabia qual
 o effeito que estes remédios
 produziam? Respondeo
 que antes deizer que
 effeitos que elle conhe-
 ceu a Tamar temido
 e Jari Tanguara desmes-
 ura se tornou grande-
 diarrhea e em fôlego e
 a acanção da morte. Per-
 guntado se antes deizer
 que antes deizer se achava
 na afecção da diarrhea, ou
 se foi depois da applicação
 feita por Jari Tanguara?
 Perguntado que do antes
 deizer que tal diarrhea
 se manifestou depois
 da applicação feita por Jari
 Tanguara? Perguntado se sabia
 que fígura e rigores no corpo
 e deante, e com que pin?
 Respondeo que antes deizer
 que quando para de levar
 de fôrça de morte insentien-
 tes e rigores e com que
 ella. Respondeo que de ante
 com que lugar, que quanto
 ao fim de elle e de fôrça. Per-
 guntado se sabia que Jari
 Tanguara tem habito de
 aplicar Medicina a algum

690 aplicados por José Tangará.
Perguntado se sabia qual
o effeito que estes remedios
produsiraõ? Respondeo
que ouvio dizer que -
695 depois que elle comes -
sou a tomar remedios
de José Tangará desenvol -
veo-se uma grande -
diarrêa⁴² eque foi ella -
700 a acauza da morte. Per -
guntado se ouvio diser
que antes ja elle se acha -
va affectado pela dearrhéa, ou -
se foi depois da applicação
705 feita por José Tangará ?
Respondeo que só ouvio
dizer que tal dearrhéa
se manifestou depois
da applicação feita por José
710 Tangará. Perguntado se sabe
que fizeraõ cizuras no corpo -
do doente, e com que fim?
Respondeo que ouvio dizer
que quando foraõ lavar -
715 dipois de morto encontra -
raõ sizuras mas que -
ella depoente não sabe -
em que lugar, que quanto
ao fim ella ignóra. Per -
720 guntado se sabe que José
Tangará tem habito de
aplicar Medicina a algum -

⁴² O escrivão acentua essa palavra com acento agudo e circunflexo, podendo indicar correção, mas não é possível saber em que ordem.

conta. Respondendo que se
enternamente e que tem
amado dizer que esta foi
corativo. Oleguendo de
sabia qual a importância
que sofria o tempo e o
lucro. Sanitário. Res-
pondendo que amado dizer
que a importância degen se-
achava apitado em hijero-
pogia, e que guemto as
do estado, em asos de
tamar e remédio de gasi-
Pangaria, a seguntra po-
dia contar - e, ter a
Cazimba, porém já não
dava, e não amonta-
do, porém difere que to-
mam o remédio de dito Pa-
garia e não em casa
Pia, eito esta sabe po-
ter, eito em casa de
ter a casa em casa algu-
mas vezes, porém que
guemto as outras parti-
cularidade, sabe po-
ter amado a Remia Para de-
santa, e o pai do fallecido.
Dada a palavra aos Res-
para contentar-se, na-
da difere. Eito apig-
na abro e go gasi tran-
cino de Camargo Brite

	doente? Respondeo que só	15
	ultimamente é que tem	
725	ouvido diser que elle fás	
	curativos. Perguntado se -	
	sabia qual enfermidade	
	que sofria o môsso e o -	
	seo estado sanitario ? Res -	
730	pondeo que ouvio dizer	
	que a enfermidade deque se -	
	achava afetado era hÿdro -	
	pezia, eque quanto ao -	
	seo estado, era antes de -	
735	tomar o remedio de José	
	Tangará, oseguinte = po -	
	dia sentar-se, hir a -	
	cozinha, porem ja não	
	andava, se não encosta -	
740	do, porem depois que to -	
	mou o remedio de dito Tan -	
	gará nunca mais levan -	
	tou, isto ella sabe por -	
	ter visto, em rasaõ de -	
745	hir a mesma casa algu -	
	mas vezes, porem que -	
	quanto as outras parti -	
	cularidades, sabe por ter	
	ouvido a Emilia Rosa de	
750	Souza, eao pai do fallecido.	
	Dada apalavra aos Réos	
	para contestarem, na -	
	da disseraõ. Elido assig -	
	na aSeo rogo José Fran -	
755	cisco de Camargo Brito	

com o Juis, e Réos sendo arogo
destes Caetano José da Silva
Costa Pessoa. Eu Joaquim
Franco de Pontes Escrivão escrevi.

760

Quirino Junior

Jose Francisco de Camargo Brito
Caetano Jose daSilva Costa Pessoa

765

Certifico que intimei as teste -
munhas Manoel da Silva Pe -
droso Cezar, Emilia Rosa de -
Souza e Maria Gertrudes -
770 da Conceição para no
praso de um anno não
mudarem de residencia
sem participarem á este
Juiso, eficaraõ Scientes.
775 Campinas 10 de Maio de 1871.

OEscrivam Joaquim Franco de Pontes

Cartas

Logo em um livro em um
sua carta para este
auto conhecido ao Capitão
Dilegado de Polícia para
que em um livro de um
do livro para este livro. Em
Yaguaim Francisco de Paula e Silva.

Alu, 9

Proceda-se a inquirição
das testemunhas, e a
nas diligências, e mais o
diário das horas de, na sala
da de Prodições. Para
finais de de Paulo de Paula

Guilherme Figueira

Publicado.

Em 21 de Maio de mil e cento e setenta
e nove, nesta cidade de Campinas
em sua carta para este livro
auto conhecido para este livro de Dilegado
de Polícia com os seus oficiais su-
periores, do livro para este livro. Em
Yaguaim Francisco de Paula e Silva.

Conclusão -

780 Elogo no mesmo dia em -
meo Cartorio faço estes
autos conclusos ao Capitão
Delegado de Policia Joa -
quim Quirino dos Santos,
doque faço este termo. Eu
785 Joaquim Franco de Pontes escrevi.
Conclusos

790 Proceda se a inquirição
das testemunhas *que* ainda
não depuzeraõ, e marco o
dia 11 as óras déz, na sal
la de Audiencias. Cam
pinas 10 de Maio de 1871

795

Quirino Junior

Publicação.
Em dés de Maio de mil oito centos seten -
ta e um, nesta Cidade de Campinas
800 em meo Cartorio foraõ entregues
estes autos por parte do Delegado
de Policia com Seo despacho su
pra; doque faço este termo. Eu
Joaquim Franco de Pontes Escrivão
805 que escrevi.

30

Certifico que en el día
 de este mes de mayo a
 las once de la mañana
 en la ciudad de Lima
 en la casa de la
 Real Audiencia de
 Lima a las once de
 la mañana del día
 de mayo de mil ochocientos
 ochenta y cuatro.

Don Juan de Dios
 Don Juan de Dios

[Fólio: 16v]

810 Certifico que intimei
 o despacho retro ao -
 Doutor Promotor Publi -
 co, aos dois Reos, e a -
815 João de Souza, e para in -
 timar esta testemu -
 nha fui a chacara
 de Dona Anna Eufra -
 sina, e ficaraõ Scien -
815 tes. Campinas 10 de Maio de 1871.

O Escrivam Joaquim Franco de Pontes

Spantada -

Em nome de Deus e em nome do Imperio
do Brasil e em nome da
Cidade de Campinas na Sala das Audi-
encias de Direito e Delegado
de Policia Capitaes Joaquin
Cunha do, Santo e em nome
nosso adiante nomeado,
presente o Rio de Janeiro
para fazer no presente um
marco, a qual e a seguinte
pela primeira seguinte; do
nosso povo e do tempo. Em Ju-
rijo Franco e Porto e em nome

Letter 4a

[illegible]

Assentada –

820

Em onze de Maio de mil oito cen -
tos setenta e um nesta Cidade -
de Campinas na Salla das audi -
encias onde veio o Delegado -
825 de Policia Capitão Joaquim
Quirino dos Santos com migo
escrivão adiante nomeado,
prezentes os Réos etestemunha
para depor no presente sum -
830 mario, aqual é inquirida -
pela forma seguinte; do -
que faço este termo. Eu Joa -
quim Franco de Pontes escrivão escrevi -

835

Testemunha quarta

Joaõ José de Souza, viúvo, de ida -
de sessenta anos, natural da -
Cidade de São Paulo, residente
nesta Cidade, onde vive de
840 seo trabalho. Aos costumes
disse nada. Jurou aos Santos
Evangelhos na forma da lei,
eprometeo diser averdade -
doque soubesse eperguntado
845 lhe fosse. Perguntado pela -
denuncia, disse que é verda -
de que o doente de nome Mano -
el éra seo filho, eque se acham -
do doente primeiramente foi -
850 tratado em casa do fallecido
Manoel de Souza Bitencourtz
e disseraõ-lhe que pelo -
Medico Cuvillom, pois -

D.

[illegible]

855 pois que nessa occasiaõ elle taõ
bem se achava doente em casa -
de Joaquim Izahias, e quando
elle depoente melhorou, foi -
vizitar a seo filho eque apreta
da casa, dissera que tirasse o
860 doente para outra caza, e
que isto éra ordem de seo
senhor; nessa cirscunstancia
foi elle achacara de Dona -
Anna Eufrosina, pedio-lhe -
865 o bangué para transportar
o seo filho, para a casa de -
sua senhora moça Dona -
Emilia detal, ede facto reali -
sou-se, e oprimeiro remedio
870 que ali tomara fôra um pur -
gante que a mesma Dona
Emilia lhe applicara, eque -
parece que produsio bom -
effeito, por que seo filho sem -
875 tio-se aliviado, edormio bem -
essa noite. Perguntado por -
que rasaõ o Doutor Cuvillom
não continuou a curar -
seo filho? Respondeo que seo -
880 filho lhe dissera que não -
tinha dinheiro para con -
tinuar apagar o Medico. Per -
guntado por que maneira
José Tangará foi trasido a -
885 sua casa para tratar deseio -
filho? Respondeo que elle -

890 elle foi lá expontaneamen -
te, eperguntou qual a mo -
lestia do mosso, eque elle -
depoente respondera-lhe -
que era inflamação, dito
pelos Medicos, eque o Réo Tan -
895 gará disséra que não éra
tal, e sim couzas feitas, e -
que elle o curava sem que -
lhe pagasse nada eque de -
facto principiou a cûra,
900 applicando uma garrafa
com liquidos compôsta
por elle mesmo, eque pa -
recia-lhe que dava alivio a -
Seo filho, eque isto repetio -
905 se por duas vezes, edepois
disso trouxe uns pózes, pôs
em um pequeno vidro, en -
cheo de agoa mórna, e recom -
mendou que tomasse meia
910 chicara porque aquelle -
remedio era muito fórte,
pois que não se lembra -
se elle marcou praso -
para repetição deste remedio,
915 eque ao depois disso aper -
tou-lhe a diarrhéa de ma -
neira tal ate a sua mórte.
Perguntado se antes disso
920 elle não tinha desente -
ria ? Respondeo que sim -
mas muito pouco. Pergun -

guntado se éra verdade que -
por ordem de Juca Tangará
ou era presença d'elle esse
Seo companheiro de nome -
925 Manoel tinha feito umas,
cicatrices nas cóstas do do -
ente, e no peito ? Respondeo -
que é exacto, *que* das costas elle -
tem toda a certeza, porem -
930 que do peito, que contou
Sua Senhora môça, e que -
o tal operador de nome Ma -
noel, pôz um canudinho de -
chifre sobre a cicatris e chupou -
935 a ponto de ter sahido sangue
eque vio mais umas couzi -
nhas a maneira de sugeira
do chifre; quanto a cicatris do -
peito não póde afirmar, mas
940 Sua Sinhora moça afirmou -
lhe que fizeraõ a mesma -
operação no peito. Perguntado -
se sabe que o Réo presente de -
nome Manoel curava -
945 em Seo bairro? Respondeo -
que não sabe, eque apri -
meira vês que o incontrou
foi a casa de Juca Tangará.
Perguntado se o companhei -
950 ro deste de nome Mano -
el que fizera em seo filho
taes operaçoeš, não éra
oprezente? Respondeo que -

[illegible]

955 Respondeo que não, e que -
sim éra um preto de qua -
renta annos mais ou menos,
eque parece ser da Costa -
naõ sabendo se éra mo -
960 rador desta Cidade, ou naõ.
Perguntado se tinha pago -
ao Reo pela cura que tinha -
feito, ou remedios applicados ?
Respondeo que naõ, eque -
965 aquelle lhe tinha dito
que curava gratis. Pelo Réo
foi requerido que se pergun -
tasse a testemunha se naõ -
era verdade que seo filho
970 tinha recahido por diverças
vezes por motivo de ter cousi -
do leite, tomado café com -
leite, a noite, eterem-lhe apli -
cado en plastos nos pulços e -
975 [fontes]? Respondeo que sabe -
que tomára café com -
leite, e dos implastos nos -
pulços e boca do estomago,
e de ter cousido⁴³ leite naõ
980 sabe. Dada apalavra aos -
Réos, não contestaraõ.
Elido assigna asego rogo -
Francisco Borges de Souza,
com os Réos sendo arogo -
985 destes José Francisco de -
Camargo Basto com -
o Juis. Eu Joaquim

⁴³ Dada a semelhança entre várias letras na grafia deste escrivão, outra possível leitura para essa palavra é *comido*.

36

Em Jacquinham Franco e
 Obediente Escrivão de
 Caminho Junior

Franc. D. 911 à (F)
 Jo. Francisco de Almeida

Anteposito que foi a todos os
 outros que foram de sangue
 e satisfação da lei,
 e assim de direito. Cam-
 inho 11 de Maio 1841.

Obediente Jo. Francisco de Almeida

Conclusão

Logo, para este auto, conclu-
 do, ao Diligado de Oliveira
 Capitão Raimundo Junior,
 e assim para este termo.
 Em Jacquinham Franco e
 Obediente Escrivão de

Cam-
 inho

Obediente Jo. Francisco de Almeida
 para depois de mandado
 14 horas da tarde (Cam-
 inho 11 de Maio de 1841)

Francisco Jo.
 Almeida

- 990 Eu Joaquim Franco de -
Pontes Escrivão escrevi.
Quirino Junior
Francisco Borges de Souza
José Francisco de Camargo Brito
- 995 Certifico que fis a testemu -
nha João José de Souza -
a notificação da lei,
ficou Sciente. Cam -
pinas 11 de Maio 1871.
- 1000 O Escrivam Joaquim Franco de Pontes
- 1005
- 1010 Conclusão -
Elogo, faço estes autos conclu -
sos ao Delegado de Policia
Capitão Quirino Junior;
doque faço este termo.
Eu Joaquim Franco de -
Pontes Escrivão escrevi.
- 1015 *Conclusos*
Notifique se a Joze Clemente
para depor a manhã as
10 horas da *manhã* Campinas
11 de Maio de 1871
Quirino Junior

Publicações.

Em nome do alvará de mil auto
em 14 de Setembro de 1841
cidade de Campinas
nos Cartões para
terguem auto auto por par
to do Delgado de Polícia com
des de facto em facto; os
gen ficos auto termo. Carr
Yagimim de amor de Paulo
Expensas gen - - - - -

Cartão gen intencio a
expensas em facto em Rio
do Paulo Promotor Publi
co, expensas de facto em - 3
pelo 11 de Maio de 1841.

Oscar José Francisco de Paula

		20
1020	Publicação.	
	Em onze de Maio de mil oito	
	centos setenta e um nesta	
	Cidade de Campinas em -	
	meo Cartorio foraõ in -	
1025	tregues estes autos por par -	
	te do Delegado de Policia com -	
	Seo despacho em frente; do -	
	que faço este termo. Eu -	
	Joaquim Franco de Pontes	
1030	Escrivaõ que escrevi.	
	Certifico que intimei a -	
	despacho em frente aos Réos	
1035	e[a]o Doutor Promotor Publi -	
	co, eficaraõ Scientes. Cam -	3
	pinas 11 de Maio de 1871.	

O Escrivam Joaquim Franco de Pontes

38

Yuntada.

Em anyf de elbais er mil
 sito afinto, sitenta e nun
 anta leida de er campuia,
 em um cantaro juntu
 a' erito a'ito, e coranda-
 do cam cordado qum em
 frute de vñ, eolgar fac
 erte tennu. Esh janguin
 Ommos de Oanto e' e' e' e'.

[Fólio: 20v]

1040 Juntada -
Em onze de Maio de mil
oito centos setenta e um
nesta Cidade de Campinas
em meo cartorio junto
1045 á estes autos o manda -
do com certidaõ que em
frente se vê; do que faço
este termo. Eu Joaquim
Franco de Pontes escrevi.

34
21
39
Obajistas gangueiro e assim de
santa Pilegada de Calisina e esta
cidade de Campinas.

Albano agual que official de jus-
ticia que sendo chumbe apen-
do e ind. para mim e meo
um de cumprimento e ate a
gasi chumbe para campeon
em amando as de hancina
tudo das condicoes apim de
dijon como testemunha e por
isso assim que de meo a gasi
tanguia e albano e pinto li-
bato, sob as penas da lei. a
que cumprimento. Campinas 11
de Maio de 1871. Em gangueiro
tramar de Paulo e assim meo.

Guirio Junior

Certifico que fui ao Setor de
Joao Ferras de Campos, e sendo
hi citi a testemunha que se tele-
mente, em sua propria pessoa pelo
o contudo no mandado de seu des-
pacho supra do que elle bem
Sciante ficou Oriprio e Verdade
do que dou fl. Campinas 11 de
Maio de 1871

Official de justica
Joao de Almeida Camargo

Citao de
Cordao de
6
Campos
e meo
Albano

1050	O Capitão Joaquim Quirino dos - Santos Delegado de Policia desta Cidade de Campinas.	21
1055	Mando aqual quer official de Jus - tiça que sendo-lhe este apresen - tado indo por mim rubricado em seo cumprimento cito a - José Clemente para compare -	
1060	cer amanhã as des horas na - salla das audiencias afim de - depôr como testemunha no pro - cesso crime que se move a José Tangará e Manoel preto li -	
1065	berto, sob as penas da lei. a - que cumpra. Campinas 11 - de Maio de 1871. Eu Joaquim Franco de Pontes Escrivão escrevi. <u>Quirino Junior</u>	
1070	Certifico que fui ao Setio de João Ferras de Campos, e sendo hi citei a Testemunha Jose Cle =	
1075	mente, em sua propria pessoa pelo o conteudo no mandado e seo des = pacho supra do que elle bem Sciente ficou Oreferido é Verdade do que dou fé Campinas 11 de Maio de 1871	Citação [1]” 500 Cond[1]”500 [6] Com 4”00 5”00 Almeida ⁴⁴
1080	Oofficial de Justica <u>João deAlmeida Camargo</u>	

⁴⁴ Anotações laterais, feitas por punho diferente do escrivão e do delegado. Não foram identificadas as abreviaturas ali constantes, e não há certeza quanto aos números inseridos e à soma.

Assentada -

1085 Em dose de Maio di mil oito cen -
tos setenta e um nesta Cidade de -
Campinas na Salla das audiencias
onde veio o Delegado de Policia
Capitaõ Joaquim Quirino dos -
1090 Santos com migo escriptaõ adiante
nomeado, presentes os Réos, etes -
temunha para depor, aqual
é inquirida pela forma seguin
te, doque faço este termo. Eu -
1095 Joaquim Franco de Pontes Escri -
vam que escrevi.

Testemunha informante -
Jozé Mathias da Rocha casado,
1100 de idade cincoenta annos mais,
ou, digo, de idade trinta e cinco
annos mais ou menos natu -
ral e morador desta Cida -
de, onde vive de seo officio de -
1105 carapina. Aos costumes disse
ser cunhado do Réo José Joa -
quim Penteado. Naõ jurou, mas
o Juis encarregou lhe que di -
cesse a verdade doque soubesse
1110 eperguntado lhe fosse. Pergun -
tado pela denuncia, disse que
de nada sabe quanto ao cura -
tivo, eque indo esse dia
a casa do doente vizital-o a -
1115 chou completamente mal, e
que nessa occaziaõ, como elle
perguntou, como lhe conta -

D.

65

tamos qum tratado do sam-
to, e depois de li pallio
pai e chamado para tratar
do caso e nsta accao
fornecida qum Ezequiel elba-
tem de ligencia com elis
fornecida hacaas o cadaun-
para aitta, qum de obrean
qum tinda dms. espaldas
nos qradas a ditta e do
qumda, fornecida do msta
dms qum aitta ditta. Con-
gratado de mas f, aigo de mas
vis as aitta das aitta, do
finto. Responde qum mas
vis. Constatado de saber qum
o Rio finto aitta a de afa-
culdade de aitta no bairr.
aficiando aitta a msta e
aitta. Responde qum mas de-
be. Para aitta aitta a de aitta, mas
aitta. Elis aitta aitta
aitta. Para Baptista Baptista da
Kella Junior, com o finto a de aitta,
aitta aitta aitta aitta aitta
da ditta. Em Joaquim Franco de
aitta aitta qum aitta.

Emm Junior

Antônio Carlos da Silva

tarão quem tratava do doen -
te, e depois d'elle fallecido
1120 foi chamado para tratar
do corpo e nessa occasiaõ
presenciou que Ezequiel Mar -
tins de Siqueira com elle in -
formante lavaraõ o cadaver -
1125 para vistir, eque só observou
que tinha duas esfoladuras
nos quadris a direita e a es -
querda proviniente dos muitos
dias que esteve deitado. Per -
1130 guntado se não f, digo, se não
vio as cicatrizes das costas edo -
peito ? Respondeo que não -
vio. Perguntadose sabe que -
o Réo prezente arroga a si a fa -
1135 culdade de curar no bairro,
aplicando remedios a uns e -
outros ? Respondeo que não sa -
be. Dada apalavra aos Réos, não
contestaraõ. Elido assigna ase -
1140 rogo João Baptista Rodrigues da -
Silva Junior, com o Juis e Réos,
sendo arogo destes Antonio Carlos
da Silva. Eu Joaquim Franco de -
Pontes Escrivaõ que escrevi.
1145 Quirino Junior
João Baptista Rodrigues da Silva Junior
Antonio Carlos da Silva

23
23
42
Certifico que foi a testemur-
nha geral elaburada da Rocha
a instigação de lei, que
em virtude. Compromissos
12 de abril de 1841.

Osrs Jm. Gomes de Souza

Constituição -

Elogio em nome da sua força
fóto auto, constituição de Dele-
gado de Polícia Capataz Joaquim
Eunício dos Santos, segue para
este termo. Sem qualquer
trabalho e custo euclides meus.
ble, 23

Certifico de o D.^o (ovilhoso)
e Euzébio Martij de Silva
f. a mandata de 18 tobas da
mandata na sala de au-
dência, de acordo a res. p.
Joaquim 12 de Maio de 1841

Guarino Junior

- 1150 Certifico que fis a testemu -
nha Jose Mathias da Rocha
a intimação da lei, efi -
cou Sciente. Campinas
12 de Maio de 1871.
- 1155 O Escrivam Joaquim Franco de Pontes
- 1160 Conclusão -
Elogo no mesmo dia faço
estes autos conclusos ao Dele -
gado de Policia Capitão Joaquim
1165 Quirino dos Santos, doque faço
este termo. Eu Joaquim
Franco de Pontes Escrivão escrevi.
Conclusos
- 1170 Notifique se o Doutor Covilhom
e Ezequiel Martiz de Siqueira
para amanhã as 10 horas da
manhã na Salla de au
diencias, deporem a respeito
1175 Campinas 12 de Maio de 1871
- Quirino Junior

63

Perbhecasas.

Em loco de albari e mil ante
 cento setenta e uma multa bi-
 dade de campones em
 cartao feito antigamente
 ante sem o papelado neto,
 doque foy ante tempo. Em
 Joaquim Francisco de Santos Escri-
 vao geral da lei.

Certifico que antecede o papel-
 do ante ao Doutor Comissario
 Publico, e ao Bispo, ficando dei-
 xado. Campones 12 de albari 1841.

Des. e M. Francisco de Santos.
Pres. J. J. Francisco de Santos.

Yeritada.

Em tres de albari e mil ante
 cento setenta e uma multa
 bidade de campones em
 um cartao feito ante
 ante o papelado sem cer-
 tidas que um fonte de vi-
 doque foy ante tempo. Em
 Joaquim Francisco de Santos Es-
 crivao geral da lei.

Publicação.

1180 Em dose de Maio de mil oito
centos setenta e um nesta Ci -
dade de Campinas em meo -
cartorio ficao entregues estes
autos com o despacho retro;
soque faço este termo. Eu
1185 Joaquim Franco de Pontes Escri -
vam que escrevi.

Certifico que intimei a despa -
cho retro ao Doutor Promotor
1190 Publico, e aos Réos, eficaraõ sci -
entes. Campinas 12 de Maio 1871.

O Escrivam Joaquim Franco dePontes

1195

Juntada.

Em trese de Maio de mil oito
centos setenta e um nesta
Cidade de Campinas em -
1200 meo Cartório junto á estes
autos o mandado com cer -
tidaõ que em frente se vê;
doque faço este termo. Eu
Joaquim Franco de Pontes Es -
1205 crivam que escrevi.

24
24
44

Quirinus Junior

ent 500
 11. 500
 21500
 e. 11. 500

	O Capitão Joaquim Quirino dos - Santos Delegado de Policia desta Cidade e termos deCampinas.	
1210	Mando aqual quér official de - Justica que sendo-lhe este apre - sentado indo por mim ru - bricado, cite a Ezequiel Martins	
1215	de Siqueira, e Doutor Philemon de Cuvillom para comparece - rem amanhã as dés horas do - dia na salla das audiências	
1220	afim dedeporem no processo crime que se move a José Joa - quim Penteado, e Manoel preto liberto, sob as penas da lei. aque - cumpra. Campinas 12 de Maio 1871. Eu Joaquim Franco de Pon	
1225	tes Escrivão que escrevi. <u>Quirino Junior</u>	
	Certifico que hoje n'esta Cida	Cert 500
1230	de citei ao Doutor Philemon de Cuvillom em sua propria pessoa pelo o contudo nomandado e seo	<u>D 1"500</u> 2"500 Almeida
1235	despacho supra do que elle bem sciente ficou e não citei á Ezequiel Martins de Siqueira por que fui em formado por sua mulher que elle tinha feito Viagem para fora deste termo oreferi do é Verdade do que dou fé Campi nas 12 de Maio de 1871 official de justica	
1240	<u>Joaõ de Almeida Camargo</u>	

Assentada -

Em trese de Maio de mil oito centos
setenta e um nesta Cidade de -
1245 Campinas na sala das audien -
cias onde veio o Delegado de Po -
licia Capitão Joaquim Quiri -
no dos Santos com migo Escri -
vão adiante nomeado, prezen -
1250 tes os Réos, etestemunha para -
depor aqual é inquirida pela -
forma que segue; doque faço
este termo. Eu Joaquim Franco
de Pontes escriptaõ escrevi.

1255 *Testemunha Quinta*
Doutor Philemom de Cuvillom -
casado, deidade trinta e um -
anos, Frances, Medico, resi -
dente nesta cidade. Aos cos -
1260 tumes disse nada. Jurou aos -
Santos Evangelhos na forma -
da lei, eprometeo diser averda -
de do que soubesse eperguntado -
lhe fosse. Perguntado se se re -
1265 co<r>da de um doente que tratou
na rua do Comercio, esquina
do Alecrim (de nome Manoel)?
Respondeo que ha um mes,
e meio a dois, foi chamado
1270 para ver ahi um doente
que sofria de tizica, polmo -
nar. Perguntado qual o esta
do do infermo, quando elle
o tratou, e se a sua morte

- 1275 era ou não inevitavel, como -
consequencia da enfermidade?
Respondeo que o estado do doente
é já perigozissimo; que a
sua morte era consequen -
1280 cia inevitavel da própria in -
fermidade. Perguntado se algum
remedio mal aplicado não
poderia ter abreviado seos dias ?
Respondeo que não conhece
1285 os medicamentos que foraõ apli -
cados, e que com quanto a mór -
te tivesse de ser a consequencia
desta enfermidade com tudo -
uma applicação mal feita po -
1290 deria ter abreviado. Perguntado -
se a diarrêa é consequen -
cia dessa enfermidade, ou se -
poderia ter aparecido por -
algum uzo mal feito de reme -
1295 dios ? Respondeo que esta in -
fermidade tem como conse -
quencia no final de sua -
marcha não só a diarrhéa
como prostação, suores frios,
1300 e acessos febrios, e que quan -
to ao progresso que a infer -
midade póde ter, não há -
duvida que sendo algum -
remedio contra indicado
1305 a marcha da infermida -
de será muito mais promp -
ta e as suas consequencias

47

fubam univto unan rapenda.
 Dada a prabarra ao. do. do. do.
 cantatadas. Eliso a pignora
 com ofun. Semes a do. do.
 Rio. Cantam. Juri da Silva
 Carta. Cypan. Em Jangam
 Franco de Paulo. Escrivas novo.

Geririo Juri
~~Geririo Juri~~

Arogo Carlos J. da. Carta. Lassoa

Certidao que certifica a ter
 tencia de Paulo. Escrivas
 na forma da lei, e fisco
 de mto. Camphinas. Wilbair 1841.

Com J. M. Franco de Paulo

Camphinas

Elogio ao mesmo eia fisco.
 mto. mto. canchins ao Deliga-
 do de Policia. Capistao. Geririo Juri
 mto. eagen fisco. mto. mto.
 Em Jangam Franco de Paulo
 Escrivas que mto.

lehi

O Geririo ao mto. do. do.
 G. do. do. do. do. do. do.
 G. do. do. do. do. do. do.
 do. do. do. do. do. do. do.
 Geririo Juri

- 1310 fatais muito mais rapida.
Dada apalavra aos Réos não
contestaraõ. Elido assigna
com o Juis, sendo a<r>ogo dos
Réos Caetano José da Silva
Costa Pessoa. Eu Joaquim
1315 Franco de Pontes Escrivão escrevi
Quirino Junior
Doutor Philemon Cuvillon
- A rogo – Caetano Jose daSilva Costa Pessoa
1320
- Certifico que intimei a tes -
temunha Doutor Cuvillom -
na forma da lei, efficou
sciente. Campinas 13 Maio 1871.
1325
- O Escrivam Joaquim Franco de Pontes
- Conclusaõ -
1330 Elogo no mesmo dia faço
estes autos conclusos ao Delega -
do de Policia Capitaõ Quirino Ju -
nior; doque faço este termo.
Eu Joaquim Franco de Pontes
1335 Escrivam que escrevi
Conclusos
OEscrivaõ marque dia
para se prociguir na in
quiriçaõ do prezente proces
1340 so. Campinas 13 deMaio de1871
Quirino Junior

Certificacão

Em quinze de Junho de mil e oitenta e
 sete, no município de São Paulo, e
 de Campinas, no ano de mil e oitenta e
 sete, ante mim, o
 Juiz de Direito, de quem foy
 parte a parte. Em Juiz de Direito
 e de Santo Espirito de Minas.

Certifico que compareceram a
 Juiz de Direito do Juízo de
 Santo Espirito de Minas, e
 de quem foy parte a parte
 Juiz de Direito de Campinas,
 Juiz de Direito de Santo
 Espirito de Minas, em
 quinze de Junho de 1877.

Dr. João Francisco de Souza

Publicação

1345 Em quinze de Maio de mil oito centos setenta e um nesta Cidade de Campinas em meo Cartório recebi estes autos com o despacho retro; doque faço este termo. Eu Joaquim Franco de Pontes Escrivão escrevi.

1350

1355 Certifico que intimei o despacho retro ao Doutor Promotor Publico, e aos Réos, e bem assim a testemunha Ezequiel Martins de Sequeria, eficazão scientes. Campinas 15 de Maio de 1871.

1360 O *Escrivam* Joaquim Franco de Pontes.

Assentada -

27

1365 Em quinze de Maio de mil oito
centos setenta e um nesta Ci-
dade de Campinas e Salla das
audiencias onde veio o Dele -
gado de Policia Capitaõ Joa -
quim Quirino dos Santos
com migo escriptaõ adi -
1370 ante nomeado, prezen -
tes os Réos, etestemunhas
para deporem, as quaes -
são inquiridas pela for -
ma seguinte; doque faço
1375 este termo. Eu Joaquim
Franco de Pontes Escrivaõ
que o escrevi.

1380 *Testemunha Sexta*
Ezequiel Martins de Siqueira,
casado, de idade vinte e nove -
anos, natural de São Paulo,
e residente nesta Cidade, onde
1385 vive de seo trabalho. Aos costu -
mes disse nada. Jurou aos -
Santos Evangelhos na forma da -
lei, eprometeo diser averdade -
doque soubesse eperguntado
1390 lhe fosse. Perguntado pela -
denuncia disse que sabe -
que este móço de nome -
Manoel éra tratado por -
José Tangará, em uma
1395 occaziaõ que se achava -

D.

bastante mal en su
 asamblea por diuersas causas
 diferentes a las de la
 Lema Padre para o causa
 salio, y que es en si
 por el mismo para vis-
 tas elavar o conseruacion
 de facto y de derecho
 jo. Angelito de la causa de
 las mas vis mas cien-
 tos que o andan tanta
 no parte, y tambien es
 guberno. Representa que
 mas vis Angelito de
 mas saber que es en que
 una tangam de la suma
 de gubernacion de remedia de
 esente, y de la suma de
 una de suma de esente, y
 finalmente a esente. Rep-
 resenar que mas vis esente,
 mas que de la diuersas que
 esente de esente. Angelito de
 saber que esente tangam
 no esente con gubernacion
 esente de esente de esente
 a esente y a esente, esente
 de esente. Representa que
 mas saber. Para esente
 de esente mas esente
 esente de esente de esente
 esente de esente de esente
 de esente de esente, esente

bastante mal e nessa
occaziaõ pediraõ que elle
depoente viesse chamar -
um Padre para o confes -
1400 sal-o; e que depois disso -
foi chamado para vis -
tir e lavar o corpo, e que
de facto ajudou neste arran -
jo. Perguntado se nessa occa -
1405 siaõ não vio uma cica -
tris que o cadaver tinha
no peito, e hombro es -
querdo? Respondeo que -
não vio. Perguntado se -
1410 não sabe que depois que -
Juca Tangará déra uma -
garrafada de remedio ao -
doente, ed'ahi desenvol -
vera-se uma diarrhéa, e -
1415 finalmente a morte ? Res -
pondeo que não vio isto,
mas que lhe disseraõ que -
isto se dêo. Perguntado se -
sabe que Juca Tangará
1420 no bairro em que móra
exerce a profiçaõ de curar -
a uns e á outro,s aplican -
do remedio ? Respondeo que -
não sabe. Dada apalavra -
1425 aos Réos não contestaraõ -
Elido assina a seo rogo -
o Alferes Manoel Caetano
Abreu Junior, com -

28
8

54

o Senhor Bis. de São Paulo
Reverendo J. de A. Nogueira
Papa. Em 1841
Trasido de Officio de novo
Guerra Junia

Manoel Leal de A. Junia
Amago - Cartão J. de A. Nogueira

Cartão de J. de A. Nogueira
em 1841

Officio de J. de A. Nogueira

Cartão de J. de A. Nogueira

Officio de J. de A. Nogueira
em 1841

Procedimento de J. de A. Nogueira
em 1841

Guerra Junia

- 1430 o Juis, e Réo, sendo por estes
Caetano Jose da Silva Costa
Pessoa. Eu Joaquim
Franco de Pontos Escrivão escrevi.
Quirino Junior
- 1435 Manoel Caetano d'Abreu Junior.
Arogo _ Caetano Jose daSilva Costa Pessoa
- 1440 Certifico que fis a testemu -
nha a notificação da lei,
eficou sciente. Campinas
15 de Maio de 1871.
- 1445 O Escrivam Joaquim Franco de Pontes
- Conclusão -
- 1450 Elogo, faço estes autos conclu -
sos ao Delegado de Policia Ca -
pitaõ Joaquim Quirino dos
Santos; doque faço este termo.
Eu Joaquim Franco de Pontes
Escrivam que escrevi.
- 1455 Conclusos
Proceda se o interroga
torio dos Réos, amanhã as
10 oras da *Manhã* na Salla
de audiências 15 de Maio
de 1871
- 1460 Quirino Junior

52

Published.

Em ordem de ellas se mil eito
centos e setenta e nove mil e
oito de beneficencias em uma
cantina para sustentar os
doentes por parte do Delegado
de Pollcia Com. de. exp. de
retos; e agem para este fim.
Em ylaguim Funes de Paulo
Individo que reside.

Certifico que interroni
o supranter rito as Doulas
Promotor, e ao Rio pruz,
Javi Joaquim Pessenda, e
albanil de tal, fise as
semitas, camponas 10 de
elbas de 1841.

Dr. J. M. Davis & Co.

Publicação.

1465 Em dezesseis de Maio de mil oito
centos setenta e um nesta
Cidade de Campinas em meo -
Cartorio foraõ entregues estes
autos por parte do Delegado
de Policia com seo despacho -
1470 retro; doque faço este termo.
Eu Joaquim Franco de Pontes
Escrivaõ que escrevi.

1475 Certifico que intimei
o despacho retro ao Doutor
Promotor, e ao Reós prezos,
Jose Joaquim Penteado, e -
Manoel de tal, eficaraõ
1480 scientes. Campinas 16 de -
Maio de 1871.

O Escrivam Joaquim Franco de Pontes

- 1485 Interrogatorio ao Reó Jose Joa -
quim Penteado.
- Anno do Nas -
cimento de Nosso Senhor Jesus -
christo de mil oito centos
- 1490 setenta e um, aos dezesete
de Maio nesta Cidade de -
Campinas na Salla de audi -
encias onde veio o Delegado -
de Policia Capitão Joaquim Qui -
- 1495 rino dos Santos com migo escri -
vão adiante nomeado, pre -
sente o Réo livre de forro, e sem
coacção passa o Juis a interro -
gal-o do modo seguinte: Per -
- 1500 guntado qual o seo nome ? Res -
pondeo chamar-se José Joaquim
Penteado. Perguntado d'onde é -
natural ? Respondeo que é
de São Paulo. Perguntado on -
- 1505 de reside ou móra? Respon -
deo que móra nesta Cidade.
Perguntado ha que tempo ahi -
reside ? Respondeo que a vinte
annos. Perguntado qual asua -
- 1510 profiçaõ e meios de vida ?
Respondeo que vive de seo -
trabalho. Perguntado onde
estava ao tempo emque -
se dis aconteeo o crime ?
- 1515 Respondeo que estava nesta
Cidade. Perguntado se co -
nhece as testemunhas que
<Quirino Junior>⁴⁵

⁴⁵ A assinatura do delegado está na vertical, na margem direita.

jerradas no percaíse, e a
 que sempre. Represento
 que sempre todas, e uma
 a mais e outra, a mais
 tempo. Derogando de tem
 algum luctuoso partito
 Mas a que atribua este
 firocasso. Represento que
 mais. Derogando de tem
 facto, e a que em perdas
 que o justifica em seu
 termo de uma humilhação?
 Represento que tem, e offe
 der pro manifesto, e a
 que que se justifica ao
 nos lucto. Oito que se per
 deindo. E como nada
 mais represento mais
 de o que a mais este
 mais que todo a que
 com o Rio, sendo a que
 ante que a mais de
 Camargo Pinto. E a que
 que a mais de a mais
 e a mais a mais.

Jo. aff. Camargo de Camargo
 Jo. Francisco de Camargo Porto

juraraõ no processo, e á -
que tempo ? Respondeo -
1520 que conhece todas umas
a mais outras a menos
tempo. Perguntado se tem -
algum motivo particu -
lar á que atribua este -
1525 processo ? Respondeo que -
naõ. Perguntado se tem -
factos á allegar ou provas
que o justifiquem ou mos -
trem sua innocencia ?
1530 Respondeo que tem, e offe -
rece por escripto, e re -
quer que se junte aos
aos autos. Pelo Juis foi -
deferido. E como nada -
1535 mais respondeo man -
dou o Juis lavrar este
auto que lido assigna
com o Réo, sendo arogo
deste Jose Francisco de -
1540 Camargo Brito. Eu Joa -
quim Franco de Pontes
Escrivaõ escrevi
Joaquim Quirino dos Santos.
Joze Francisco de Camargo Brito

Vertebrata a Rio Alameda.

Em seguida, fôrmente o Rio
 limbo e fôrmente a fôrmente
 a intrinseca e fôrmente a
 seguinte. Consequente geral de
 nome? Responde: chamar
 se Alameda. Consequente. Dão
 de imaturo? Responde: o
 gen e fôrmente. Consequente
 de nome e fôrmente. Consequente
 Responde: que nome e fôrmente
 cidade. Consequente ha que
 tempo a fôrmente? Responde
 gen a fôrmente. Consequente
 Estado geral a fôrmente
 e fôrmente de vida? Responde
 que nome e fôrmente, visto
 sua idade. Consequente em
 de cidade e fôrmente, por
 gen de fôrmente e fôrmente
 crime? Responde: que nome e fôrmente
 cidade. Consequente
 de tempo algum fôrmente
 particular algum estado
 fôrmente e fôrmente? Respon-
 de: que nome. Consequente
 fôrmente de tempo fôrmente a fôr-
 gen em fôrmente gen e fôrmente
 fôrmente em fôrmente
 sua fôrmente? Res-
 ponde: que nome e fôrmente
 fôrmente fôrmente.

1545

30

Interrogatorio ao Réo Manoel.

1550

Em seguida, presente o Reó
livre de forro, passa o Juis
a interrogar-o do modo se -
guinte. Perguntado qual se o -
nome? Respondeo chamar -
se Manoel. Perguntado d'on -
de é natural ? Respondeo -

1555

que é Africano. Pergunta -
do onde reside ou móra?
Respondeo que móra nesta
Cidade. Perguntado ha que -
tempo ahi reside ? Respondeo

1560

que a cinco mezes. Pergun -
tado qual a sua profiçaõ
e meios de vida ? Respondeo
que não tem profiçaõ, visto
sua idade. Perguntado on -

1565

de estava ao tempo em -
que se dis aconteeo o -
crime ? Respondeo que estava
nesta Cidade. Perguntado
se tem algum motivo

1570

particular áque atri -
bua este processo ? Respon -
deo que não. Pergun -
tado se tem factos a alle -
gar ou provas que o justi -

1575

fiquem ou mostrem
sua innocencia ? Res -
pondeo que tem e que -
offerece por escripto.

56

o fim - mandou juntar
 (as cartas). E foi mandada
 mais responder com
 dan o fim havia esta
 carta que chide apigara
 com o fim, e foi mandada
 mais. E foi já Francisco
 de Camargo Porto. Com ja
 quem havia de Paulo. E
 ficou com o mesmo.
 João de Camargo do Porto.
 João Francisco de Camargo do Porto

[Fólio: 30v]

1580 o Juis mandou juntar
 aos autos. Epor nada -
 mais responder man -
 dou o Juis lavrar este
 auto que lido assigna
 com o Juis, e Reó sendo
1585 arogo deste José Francisco
 de Camargo Brito. Eu Joa -
 quim Franco de Pontes. Es -
 crivaõ que escrevi.
 Joaquim Quirino dos Santos.
1590 José Francisco de Camargo Brito

No nosso processo criminal, o interrogatório do Réu não é, como em outras eras mal aluminaadas, uma tortura moral, q^{da} não era tão bem physica; é antes de tudo uma peça de defesa. É a occasião q^a se offerece ao Réu na formação da culpa, em que os meios de defesa sas'tas rubricas, de explicar os factos e tirar a limpo sua innocencia.

Este processo veio a luz m^{to} tarde. Elle teria um merito de occasião, ou seria a proposito, se apparecesse ao tempo, em q^o havia se robusta nos feiticões, e as leis criminaes, inspiradas por essa fé, tomavao' ao serio os feiticieiros, impondo-lhes penas rigorosas. Hoje as ideas sas' outras comprehendem-se facil^{mente}. q^o entre nós, havendo, como lá, e cravos importados d'Africa e q^o de lá trouxeras tradições praticas e costumes extravagantes, appareceo' alguns com a presença singular de iniciados na sciencia do futuro, ou nos segredos da feiticaria. É um mal social q^o revulta o atroz moral da nossa população, composta, alias, de elementos tão heterogeneos. Nas' esta, porém, na alcada das leis penas preveni-o, nem puni-o. A feiticaria não é hoje um delicto. A ordenação do D. S. esta revogada. O cobrig^o criminal nas' cogitou desta especie. Quem sabemos como possa a lei oppor correctivo efficaz a semelhante mal. Elle esta evidentemente fora da alcada penal. Somente o tempo, o progresso das ideas, a educação moral e a diffusão das luzes q^o entre as camadas inferiores da sociedade, apurando a reforma lenta dos costumes, podem trazer a extincção desta creença ridicula. Antes disso, havemos de ter feiticões e feiticieiros, nas' do interior do Paiz, como m^{to} na corte, do que ha recentes exemplos.

Este processo pecc^a, supp^{ta} base, q^o q^o nas' ha delicto. O cod. crim. no art. 6.^o diz: "Nas' haverá crime ou delicto / palavras synonymas neste logico sem uma ley anterior q^o o qualifique".

onde no cod. crim. o art. q^o pune a feiticaria. 2.^o

Considerando-se o processo q^o os factos delle constantes, vem-se o seguinte.

1.^o Que todas as substancias applicadas p^ologicas, como medicamentos, eras innocentes. Vea-se o exame de p^o e 5.

2.^o Que os banhos floriano do log. 8.^o sopra de tizica palmar e q^o seu estado era mortal no juizo do medico que o tra-

- No nosso processo criminal, o interrogatorio do Réo não é, como em outras eras mal alumiadas, uma tortura moral, *quando* não o era tão bem physica; é antes de tudo uma pèça de defesa.
- 1595 É a occasião *que* se offerece ao Réo na formação da culpa, em que os meios de defesa são tão restrictos, de explicar os factos e tirar a limpo sua innocencia.
- Este processo veio a lus *muito* tarde. Elle teria um merito de occasião, ou viria a proposito, se apparecesse ao tempo, em
- 1600 *que* havia fé robusta nos feitiços, e as Leis criminaes, inspi - radas por essá fé, tomavaõ ao serio os feiticeiros impon - do-lhes penas rigorosas. Hoje as ideas são outras.
- Comprehende-se facilmente *que* entre nós, havendo, como há es - cravos importados d'Àfrica e *que* de lá trouxeraõ tradições pra -
- 1605 ticas e costumes extravagantes, appareçaõ alguns com a pre - tenção singular de iniciados na sciencia do futuro, ou nos segredos da feitiçaria. É um mal social *que* revella o atrazo moral da nossa população, composta, alias, de elementos tão heterogeneos. Não está, porem, na alçada das leis pe -
- 1610 naes prevenil-o, nem punil-o. A feitiçaria não é hoje um delicto. A ordenação do *Livro Quinto* está revogada. O Codi - go Criminal não cogitou d'esta especie. Enem sabemos como possa a lei oppor correctivo efficaz a semelhante mal. Elle está evidentemente fora da alçada penal. Sómente
- 1615 o tempo, o progresso das ideas, a educação moral e a diffusão das luses por entre as camadas inferiores da sociedade, [o]p[e]ran - do a reforma lenta dos costumes, pôdem trazer a extinção desta crença ridicula. Antes disso, havemos de ter feitiços e feiticeiros, não só no interior do Paiz, como mesmo na Côrte, do
- 1620 que ha recentes exemplos.
- Este processo péca, pois pela base, por *que* não ha delicto. O *Codigo Criminal* no artigo 1º diz - „Não haverá crime ou delicto /pa lavras synonymas neste Codigo sem uma ley anterior *que* o qualifique,,.
- 1625 Onde no *Codigo Criminal* o artigo *que* pune a feitiçaria ?!
- Considerando-se o processo, *quanto* aos factos delle constantes, ve-se o seguinte.
- Primeiro*
- Que todas as substancias applicadas pelos Reos como me -
- 1630 dicamentos, eraõ innocentes. Veja-se o exame afolha 5 e 6 .
- Segundo*
- Que Manoel Floriano do *Espirito Santo* sofria de tizica pulmo - nar e *que* o seu estado era mortal no Juizo do Medico que o tra -

38
seu, e Dr. Curillon. seja-se nos autos o depoim^{to} aq^{to}.

3.^o
L.^o a diarreia, a q^{ue} se attribuiã a morte do enfermo e q^{ue} de d^ups^{ta} punha ser conseq^{ua} do medicam^{to} applicado, pelos Reus, era symphoma da enferm^{id}. em seu ultimo periodo. seja-se a citada depoim^{to}. q^{ue} e digno de toda a f^e e auctoridade.

4.^o
Que nas^{ta} havia cicatris alguma nem no peito, nem no hom-
bro esquerdo do finado, como falsam^{te} se depra. seja-se o de-
poim^{to}. da 6.^a test.^a, q^{ue} depra a este respeito com pleno conhe-
cim^{to} de causa, q^{ue} q^{ue} lavou o cadaver.

Um n^uta do q^{ue} fiza exposto, torna-se vid^o. a toda luz
que falta assumpto ou objecto para acriminalisade dos
Reus.

E releva ponderar que, ainda q^{ue} adivesse provado q^{ue} o b^o ho-
riomo do Espirito Santo morreu em auside de remedios mal
applicados pelos Reus, nas^{ta} se daria n^ucia na especie o cri-
me de homicidio, visto como semelhante delicto videtur.
nas^{ta} estava nas intenções dos Reus. A. proprios Medicos
graduados nas^{ta} eidos isemptos de commetter um ou outro
erro, que seja fatal ao doente, sem q^{ue} se possa imputar-lhes a
morte do enfermo, como crime de homicidio.

Nas^{ta} se pode, nem se deve prescindir, q^{ue} de q^{ue} classificas
deviam^{te}. os delictos, do elemento moral da intenç^{ao}.
Mas iria um pobre curandeiro, se fosse incriminado p^{or} tan-
tor delictos da morte, q^{ue} fossem os doentes q^{ue} perecessem em su-
as mãos.

O delicto q^{ue} poderia caber neste caso era o do exercicio indevido
da profissao medica nos termos do decreto n.^o 598 de 14 de
julho de 1850 e Decreto n.^o 628 de 29 de julho de 1853. Mas conside-
rado o processo sob esta p^{er}spectiva juridica, unica q^{ue} assenta
no caso, convem ponderar o seguinte.

3.^o
L.^o a ley n.^o 598 de 14 de julho de 1850 e o decreto n.^o 628 de 29 de
julho de 1853, q^{ue} deu-lhe Regulamento, creando a Junta central
de hygiene publica, ainda nas^{ta} tiveram execuções nesta Provin-
cia.

2.^o
L.^o ainda q^{ue} em execuções nesta Provincia essas providen-
cias legais, o processo criminal ord^o. como o de q^{ue} de a^uta tra-
tando, mais seria o competente - mas sim o regulado nos

tou, o Doutor Cuvillon. Veja-se nos autos o depoimento afolha 25 .

1635

Terceiro

Que a diarreia, a *que* se attribuia a morte do enfermo e *que* se suppunha ser *consequencia* dos medicamentos applicados pelos Reos, era symptoma da enfermidade em seu ultimo periodo. Veja-se o citado depoimento *que* é digno de toda a fé e auctoridade.

1640

Quarto

Que não havia cicatris alguma nem no peito, nem no hombro esquerdo do finado, como falsamente se depos. Veja-se depoimento da 6ª testemunha, *que* depos a este respeito com pleno conhecimento de causa, *por que* lavou o cadaver.

1645

Em vista do *que* fica exposto, torna-se evidente á toda luz que falta assumpto ou objecto para acriminalidade dos Reus.

1650

E releva ponderar que, ainda *quando* estivesse provado *que* Manoel Floriano do Espirito Santo morresse em virtude de remedios mal applicados pelos Reus, não se daria nunca na especie o crime de homicidio, visto como semelhante delicto evidentemente não estava na intenções dos Reus. Os proprios Medicos graduados não estão isemptos de commetter um ou outro erro, que seja fatal ao doente, sem *que* se possa imputar-lhes a morte do enfermo, como crime de homicidio.

1655

Naõ se pode, nem se deve prescindir, *quando* se *quer* classificar devidamente os delictos, do elemento moral - da intenção.

1660

Mal iria um pobre curandeiro, se fosse incriminado *por* tantos delictos de morte, *quantos* fossem os doentes *que* perecessem em suas mãos.

1665

O delicto *que* poderia caber neste caso era o do exercício indevido da profissão medica nos termos do Decreto *numero* 598 de 14 de *setembro* de 1850 e Decreto *numero* 628 de 29 de *setembro* de 1851. Mas considerado o processo sob esta feição jurídica, unica *que* se assenta no caso, convem ponderar o seguinte.

Primeiro

1670

Que a ley *numero* 598 de 14 de *setembro* de 1850 e o Decreto *numero* 628 de 29 de *setembro* de 1851, *que* deu-lhe Regulamento, creando ajunta central de hygiene publica, ainda não tiverão execução nesta Provincia.

Segundo

1675

Que ainda *quando* em execução nesta Provincia essas providencias legaes, o processo criminal ordinario, como o *de que* se está tratando, não seria o competente - mas sim o regulado nos

59

90

Professo Surber & Michaelson Jan

Levinus Gunning

Enclaves

nos artigos 205, 206, 207, 208, 209, 210 e 211 do *Código do Processo Criminal*,
nos termos do citado Regulamento de 29 de setembro de 1851, capítulo 8º, artigo 77

Terceiro

1680 Que dos autos não consta *que* os Reus estejam no exercício effecti -
vo e publico da medicina, no caracter de profissão, mas
que dão remedios a um ou outro *que* da⁴⁶ alias *que* desesperado
da medicina, ou por outro qual *quer* motivo recorre a elles.

Em conclusão os Reus, em vista das razões expen -
1685 didas, esperão confiadamente *que* serão depronunciados, como
é de rigosa justiça.

Com Advogado dos Réus

Delfino Pinheiro de Uchoa Cunha Junior⁴⁷

1690

1695

Conclusão -

Elogo no mesmo dia, em meo
Cartorio faço estes autos con -
clusos ao Delegado de Policia
1700 Capitão Joaquim Quirino
dos Santos; doque faço este
termo. Eu Joaquim Franco
de Pontes Escrivão que escrevi.

Conclusos

1705

Vista ao Doutor Promotor.
Campinas 22 de Maio de 1871 _____

Quirino Junior

1710

Publicação

⁴⁶ Aqui presume-se que o escriba iria iniciar uma palavra com “p”, porém corrigiu-a sem rasurar.

⁴⁷ O advogado assina por cima de dois selos de 200 réis, dispostos à esquerda da folha. A caligrafia da assinatura é diferente da usada no texto de defesa.

Publicação.

- Em vinte dois de Maio de mil
oito centos setenta e um, nesta
Cidade de Campinas em meo -
1715 cartorio recebi estes autos
com odespacho retro; do -
que faço este termo. Eu -
Joaquim Franco de Pontes escrevi.
- 1720 Certifico que intimei o des -
pacho retro ao Doutor Pro -
motor Publico, e aos dois Réos
eficaraõ scientes. Campi -
nas 22 de maio de 1871.
- 1725 O Escrivam Joaquim Franco de Pontes

Vista -

- 1730 Elogo no mesmo dia, em
meo cartorio faço estes
autos com vista ao Dou -
tor Promotor Publico; do -
1735 que faço este termo. Eu
Joaquim Franco de Pontes
Escrivam que escrevi.
vista a Promotoria
- 1740 Acho plausível a depro-
nuncia dos *Reus* no pre-
sente processo, mas

por motivos diferentes dos es-
postos na defesa de J. B., af-
ferecia por occasion de in-
terrogatorio. Nunca se cogitou
da peticaria (adoptamos a expe-
são da offensa alludida) por que
ella de si constituisse delicto espe-
cial, mas porque podia ter dado
lugar a um homicidio, que seria
um parricidio; não é, pois, o ellep-
to banar-se na codex Or. do L.º,
mas no Código Criminal. Não
pouco Também com o homici-
dio deve ficar impune, quan-
do filho da impiedade do re-
des, mas julgo que se de-
formar-se a culpa ainda que
mate no proposito de curar, só
ao pur sabendo comheer de tal
circunstancia. Entretanto, o
depoimento do Dr. Cuvello far
ver que deve determinar a
mente e é sabido que a pro-
pria peticaria deve proovise o
receptoma attribuido à beberagem.
Puta o processo por um indici-
to de medicina, que deve ter au-
to e curso.

Morreu Sallus.

... e ...

... e ...

... e ...

1745

33

por motivos differentes dos ex -
postos na deffesa de *folha*, of
ferecida por occasiaõ do in-
terrogatorio. Nunca se cogitou

1750

da feitiçaria (adoptemos a expres-
saõ da deffesa alludida) por que
ella de si constituisse delicto espe -
cial, mas porque podia ter dado
lugar a um homicídio, que devia

1755

ser punido; não ia, pois, o *Meretissimo* Juis
basear-se na caduca *Ordenação* do *Livro 5º*,
mas no *Codigo Criminal*. Não

1760

penso também em o homici -
dio deva ficar impune, quan-
do filho da impericia do me
dico, mas julgo que se deve-
formar-lhe culpa ainda que
mate no proposito de curar, só

1765

ao jury cabendo conhecer de tal
circunstancia. Entretanto, o
depoimento do *Doutor* Cuvillon faz
ver que devia determinar a
morte e è sabido que a pro
pria *pthysica* devia produsir o

1770

symptoma attribuido à beberagem.
Resta o processo por uso indevi-
to de medicina, que deve ter ou-
tro curso.

Moraes Salles.

1775

Dacta –

Punto

En punto regular de elogiarse a
mil ante mil y setenta y un
miles de personas de la ciudad
y de las aldeas. En punto regular
ante el punto de la Puerta
Quinta con la casa
nueva. El que fue ante el punto.
En punto regular de la Puerta
Quinta con la casa
nueva.

Continuado

El que fue ante el punto
fue ante el punto de la Puerta
Quinta con la casa
nueva. El que fue ante el punto.
En punto regular de la Puerta
Quinta con la casa
nueva.

Chil.

Visto y examinado este ac-
to, juzgo procedente que
se abra instancia ex officio
contra el Sr. D. José Joaquín
Pérez, de la ciudad, liberto
implicado en crime de mor-
te p. u. de servidumbre, p.
to de su libertad p. a. de la
canciller de p. u. de la
inocencia de p. u. de la
canciller de p. u. de la
p. u. de la

Dacta -

1780 Em vinte equatro de Maio de -
mil oito centos Setenta e um -
nesta Cidade de Campinas
em meo Cartorio recebi estes
autos por parte do Doutor
1785 Promotor com Sua cóta
retro; do que faço este termo.
Eu Joaquim Franco de Pon-
tes Escrivão que escrevi.

1790
Conclusão –
Elogo no mesmo acto, faço
estes autos conclusos do Dele -
gado de Policia Capitaõ Joa -
1795 quim Quirino dos Santos; do -
que faço este termo. Eu -
Joaquim Franco de Pontes
Escrivão que escrevi.

Conclusos

1800 Vistos e examinados estes au-
tos: julgo inprocedente ajuizamento
sumario instaurado ex officio
contra os Réos Joze Joaquim
1805 Peteado, e Manoel, liberto
implicado em crime de mor-
te por uzo de medicina, por
tarde reconhecido *que* as subs-
tancias de *que* uzaraõ éraõ todas
1810 inogcentes digo innocentes, e *que*
o unico midicamento venenozo
que existia aplicado todo em

1815 ũma só doze não poderia
 produzir *mais que* ũma abun
 dancia de salivação, e nun
 ca a morte, e ainda *mais*
 pela declaração feita pelo
 Doutor Covillom *que* era o Me
1820 dico assistente do doente,
 dis ser a diharrea *consequencia*
 inivitavel da enfermidade
 nas suas ultimas fases, e *que*
 não se deveria atribui la
1825 nunca a remedios mal a
 plicados, e antes a ma<s>ela
 natural *que* deveria seguir
 tal enfermidade; *por tanto* o
 despronuncio, pague aMu
1830 nicipalide as custas em *que*
 o condena. O Escrivão re
 meta este processo ao Juiz
 Municipal do termo *para*
 seos devidos effeitos. Cam
1835 pinas 27 de Maio de1871

Joaquim Quirino dos Santos

1840

Publicação

Published.

64

Em vinte e seis de Maio de mil -
e oitenta e sete - em uma
cidade de camponeses em um
cantão para os estrangeiros
antes por parte do Delgado -
de Polícia com uma estrutura
estes, logo faz-se tudo. Em
junho houve de Paulo Escri-
torum quem escrevi.

Cutis argenteo-olivacea
saevitia ac Pustulae Pruriginosae,
Pili, et os. Rob. fici-
nas deinde. Campinus 28 elois 1871.

[illegible]

1 Brantley

Publicação.

- 1845 Em vinte e sete de Maio de mil -
oito centos setenta e um nesta
Cidade de Campinas em meu -
Cartório foraõ entregues estes
autos por parte do Delegado -
de Polícia com sua sentença
1850 retro; do que faço este termo. Eu -
Joaquim Franco de Pontes Escri -
vam que escrevi.
- 1855 Certifico que intimei a sen -
ta retro ao Doutor Promotor
Público, e aos dois Réus, e fica -
raõ scientes. Campinas 28 de Maio 1871.
- 1860 O Escrivam Joaquim Franco de Pontes

Remessa –

- 1865 Elogo no mesmo dia, em meu -
cartório faço remessa destes
autos ao Juízo Municipal, a
ser entregues ao escrivão
á quem forem distribuídos;
do que faço este termo. Eu
1870 Joaquim Franco de Pontes Es -
crivão que escrevi.
Remetidos

Resolução

Nos vinte e oito de Maio de mil e oitenta e sete
e com annos nesta Cidade de Campinas por uma
cartoria resolve estes autos do accuso da Deligencia
annua distribuidos; do que fago este termo. Edo
Josi Henrique de Pontes, escrivão que encerra.

Conclusão.

Elago no mesmo dia, mes, anno e lugar supra
fago estes autos conclusos ao illm. Juiz illm.
cipal Doutor Francisco Gonçalves da Silva; do
que fago este termo. Eu Josi Henrique de Pon-
tes, escrivão que o encerra.

Conclusão.

Visto esta auto de sustento e despa-
cho de não promissão proprio af 30. pro
ser comprome a direito; e as que consto da
mesma auto. O Escrivão faze agora de
soltura em favor do rei. e de outro e faze
as as fizes donde seis -

Compens 29 de Maio de 1841
Francisco Gonçalves de

Publ^{ca}

Nos vinte e nove dias do mes de Maio de mil
e oitenta e sete e com annos nesta Cida-
de de Campinas por uma cartoria publicou
a sentença supra do illm. Juiz illm.
cipal; do que fago este termo. Edo Josi Hen-
rique de Pontes, escrivão que encerra.

Juiz
municipal

Recebimento.

1875 Aos vinte oito de Maio de mil oito centos e setenta e um annos nesta Cidade de Campinas em meo cartorio recebi estes autos do escrivão da Delegacia amim distribuidos; do que faço este termo. Eu José Henrique de Pontes, escrivão que escrevi.

1880

Concluzão.

1885 E logo no mesmo dia, anno e lugar supra faço estes autos concluzos ao *Meretissimo* Juiz Municipal Doutor Francisco Gonçalves da Silva; do que faço este termo. Eu José Henrique de Pontes, escrivão que escrevi.

Concluzos.

1890 Vistos estes autos etc sustenta o despacho de não pronuncia proferido a *folha* 34. por ser conforme o direito, e ao que consta dos mesmo autos. O Escrivão passe alvará de de soltura em favor do Réo e devolva o processo ao Juis donde veio –

1895

Campinas 29 de Maio de 1871
Francisco Gonçalves daSilva

Publicaçam

1900 Aos vinte e um dias do mes de Maio de mil oito centos e setenta e um annos nesta Cidade de Campinas em meo cartorio publiquei a setença supra do *Meretissimo* Juis Municipal; do que faço este termo. Eu José Henrique de Pontes, escrivão que escrevi.

66

3

Carta que continha as sentenças sobre as Pen-
tas Prometidas Raphael Lopes Brunes e seus
seguidos, 30 de Maio de 1844.

Alvará do José Maria Santos.

Remessa

Das vinte e seis de Junho de mil e oito
centos e setenta e cinco annos, nesta Ci-
dade de Campinas com um cartão faze
sempre entre outros no Alvará de Juiz de O-
briga a serem entregues ao respectivo
cordeiro; e que faze este termo. Em José
Henrique de Santos, serenos que moram.

Remessa

Requerimento.

Em ter de Junho de mil e oito
centos e setenta e cinco annos, nesta Ci-
dade de Campinas com um cartão
requisição entre os novos cartões;
e que faze este termo. Em Joaquim
Francisco de Santos, serenos que moram.

Conclusão

Stago em um acto faze entre
apto e outros no Alvará de
Polícia Capital e outros, e que
faze este termo. Em Joaquim
Francisco de Santos, serenos que moram.

Letra

1905 Certifico que intimei as sentenças retro ao Dou -
3 tor Promotor Raphael Lopes Branco e réos
e ficaram scientes, 30 de Maio de 1871.

O Escrivão José Henrique de Pontes

1910

Remessa

Aos vinte e seis de Junho de mil oito
centos e setenta e um annos nesta Ci -
dade de Campinas em meo cartorio faço

1915 remessa destes autos ao *Meretissimo* Juizo da De-
legacia a serem entregues ao respectivo
escrivão; do que faço este termo. Eu José
Henrique de Pontes, escrivão que escrevi.

Remettidos

1920

Recebimento.

Em tres de Julho de mil oito cen-
tos setenta e um, nesta Cidade
de Campinas em meo cartorio

1925 recebi estes autos do escrivão Pontes;
do que fis este termo. Eu Joaquim
Franco de Pontes escrivão escrevi -

Conclusão -

1930

Elogo no mesmo acto, faço estes
autos conclusos ao Delegado de -
Policia Capitão Quirino Junior; do
que faço este termo. Eu Joaquim
Franco de Pontes Escrivão escrevi -

1935

Conclusos

34
67
Contador de curtos, ou
guarises. Livro
3 de Junho de 1874
Guarises J. J. J.

Publicação.

Em treze de Junho de mil oitenta
e sete, afluente de um, muita
leitura de camponeses em
nosso Cantão, para se
blar o engrasado de terra,
e o que para o mesmo.
Em Jaqueim Gomes de
Castro, morador em...

Certifico que em treze de
Junho de mil oitenta e sete,
o Comendador de Castro,
nos Jaqueim Gomes de
Castro, no alvará
pelo talento, o mesmo de
mil oitenta e sete. Camponeses 5 de
Junho de 1874.

Os Jaqueim Gomes de Castro.

Contadas as custas ar
quivi se. *Campinas*
3 de Julho de 1871
1940 Quirino Junior

Publicação.
Aos tres de Julho de mil oito
centos e setenta e um, nesta
1945 Cidade de Campinas em -
meo Cartorio faço pu -
blico o despacho supra;
doque faço este termo.
Eu Joaquim Franco de
1950 Pontes escrevaõ escrevi.

Certifico que intimei o -
despacho supra ao Dou -
tor Promotor Publico, eaos
1955 Reos José Joaquim deSi -
queira Penteado, e a Manoel,
preto liberto, eficaraõ sci -
entes. Campinas 5 de -
Julho de 1871.
1960

Escrivam Joaquim Franco de Pontes

	Remessa -		
	Em vinte e sete de Dezembro -		
	de mil oito centos setenta		
1965	e um, nesta Cidade de Cam -		
	pinas em meo Cartorio faço		
	remessa destes autos ao conta -		
	dor Vieira da Silva; do que		
	faço este termo. Eu Joa -		
1970	quim Franco de Pontes escrevi -		
	Remetido		
	Conta		
	Ao Juis Quirino Junior		
1975	Exame a folha 5 juramento aos peritos	2:400	
	Sustentação a folha 6	1:000	
	Inquirições 7	3:500	
	Assignatura de 2 mandados e 2 interrogatorios	1:400	
	Sustentação a folha 33	<u>2:000</u>	10:300
1980	Ao Doutor Juis Municipal		
	Sustentação		2:000
	Aos Peritos		12:000
	Ao Escrivam Pontes		
1985	Termos de recebimento; concluão; publicação e remessa	:900	
	Intimações	3:000	3:900
	Ao Escrivam Joaquim de Pontes		
	Autuação	:300	
1990	Intimações e diligencia	42:000	
	Autos de folhas 3,3, 5,9,9 e 10 e Est	15:000	
	Termos de 200 reis 18	3:500	
	Despachos de 300 reis 9	2:700	
	Inqueritos 7	7:000	
1995	Intimacoes feitas as testemunhas não mudaram de residencia	2:100	
	Mandados 2, e 2 interrogatorios	<u>4:400</u>	<u>77:100</u>
	Soma		105:300
			Segue

69

Vini sommas	105.300
Al Off. de just. af 21.24	8.000
Deffesa	20.000
Al Contador	
Dista e distrib.	<u>1.300</u>
Il Ricg	134.600
	<hr/>
	<u>Vini da Sg</u>

2000	<p>Vim Sommando</p> <p>Ao Official de justiça a <i>folha</i> <u>21</u> e 24</p> <p>Deffesa</p> <p>Ao Contador</p>	<p>105.300</p> <p>8.000</p> <p>20.000</p>
2005	<p>Desta e distribuição</p> <p>S. Rodriguez⁴⁸</p>	<p><u>1.300</u></p> <p>134.600</p>
		<hr/> <p><u>Vieira da Silva</u></p>

⁴⁸ Outra possível leitura: *Reis*.

Capítulo 4 – ANÁLISE LINGUÍSTICO-DISCURSIVA DO PROCESSO-CRIME

No presente trabalho ocupamo-nos de um documento produzido em âmbito jurídico, cuja finalidade é reproduzir eventos cotidianos a fim de desvendar a veracidade de um crime. Nos capítulos anteriores, por meio da contextualização histórica, apresentamos uma visão panorâmica a respeito do processo-crime e seus agentes. Neste último capítulo, concentramo-nos nos aspectos linguísticos do *corpus* com base no modelo das Tradições Discursivas, identificando as partes constituintes do processo-crime e as condições e estratégias comunicativas dos documentos que o compõem.

É pertinente salientar que um processo-crime é, antes de mais nada, um conjunto de documentos sequencialmente motivados (material e temporalmente). No âmbito dos estudos de linguística histórica, sobretudo no PHPP, discute-se muito em que medida documentos da esfera jurídico-administrativa são interessantes, e até mesmo relevantes, como fonte de dados linguísticos. De acordo com Maia (2002, *apud* Moraes de Castilho 2009: 665),

sob o ponto de vista linguístico não pode conceder-se o mesmo valor a todas as partes de que se compõe cada documento. Há partes de um mesmo documento onde se usam fórmulas feitas que passavam de geração em geração e que muitas vezes os notários copiavam de formulários, e outros, mais espontaneamente saídas da mão do notário, e que, por essa razão, constituem uma base mais segura para o conhecimento da língua da época.

Partindo desse ponto de vista, é comum encontrar na composição desses documentos textos essencialmente protocolares e mais “formulaicos”. Todavia, ao se tratar de um processo-crime, espera-se também encontrar partes que demonstrem essa “espontaneidade” de registro, isto é, dentro de processos-crimes é natural o registro das “vozes” de testemunhas, vítimas, réus, peritos, entre outros, abrindo espaço para outras realizações linguísticas além das fórmulas. Considerando esse duplo e complexo aspecto do processo-crime, utilizamos a definição de Bellotto (2002) que o define como um

documento não-diplomático informativo. Desenvolvimento de um expediente, incluindo tipos diversos de documentos e que, recebendo informações, pareceres e despachos tramita até que se cumpra o ato administrativo que gerou a sua criação. Unidade documental em que se reúnem oficialmente documentos de natureza diversa no decurso de uma ação administrativa ou judiciária, formando um conjunto materialmente indivisível. Bellotto (2002: 80-81, grifo nosso)

Ao compreendermos o processo-crime como *um todo indivisível*, defendemos que processos devam ser não só editados em sua integralidade, mas também estudados da mesma maneira, sabendo, entretanto, que nele haverá peças em “ritmos” desiguais, cada uma concernente a sua finalidade dentro do todo.

O processo-crime, portanto, dá margem ao surgimento de diferentes documentos, oferecendo aos estudos linguísticos multiplicidades discursivas. De acordo com Simões & Kewitz (2009) e Jacob (2001), as várias condições sob as quais as entidades discursivas⁴⁹ nascem abrem espaço para determinadas estruturas linguísticas ao passo que outras são deixadas de fora. Dentro dessa multiplicidade de discursos, verificamos que os diferentes documentos oscilam entre polos de oralidade e escrituralidade. Por outras palavras, sabemos de antemão que o fato de estarmos diante de um texto jurídico escrito não significa que todo processo-crime penderá para o pólo da escrituralidade. Desta maneira, espera-se que em determinadas peças do processo-crime haja traços de oralidade por meio da transcrição dos enunciados produzidos por testemunhas, peritos, réus etc.

Quando utilizamos o termo *transcrição*, no entanto, devemos ter em mente que as falas das personagens do processo não são meramente “passadas” do meio fônico para o gráfico. As falas não são supostamente transcritas da mesma maneira como foram realizadas e emitidas; o que há nesse contexto jurídico de oitiva e interrogatório de testemunhas e réus é, antes de mais nada, uma *retextualização*, da fala dessas personagens. Oesterreicher (2001:203) referindo-se a atas⁵⁰, chama-nos a atenção para esse fato, pois tal qual uma ata, o testemunho de um processo-criminal

no es ni pretende ser una reproducción fiel de lo previamente declarado: en estos casos existe, por así decir, un “hiato” temporal y local entre la realización fónica de un discurso y de la redacción gráfica, que permite correcciones, ampliaciones o precisiones, es decir, una reelaboración concepcional del discurso. En otras palabras, también en estos casos la redacción del texto nunca es una mera transposición medial o graficación (*passage au graphique; Verschriftung*) sino que corresponde claramente a lo que llamamos escrituralización de un discurso (...) (Oesterreicher, 2001:203).

Percebemos assim, que a distinção entre oral e escrito não é suficiente para apreendermos as complexas relações que existem num processo-crime. Há outras variáveis

⁴⁹ Adotamos a expressão “entidades discursivas” cunhada por Simões/Kewitz (2009), pois eles se referem aos tipos de discursos “que no eixo da distância/proximidade ora estão em um polo, ora em outro...” (Simões/Kewitz 2009:713). Essa variação entre polos de proximidade e distanciamento são observados ao longo do processo-crime.

⁵⁰ Valemo-nos dessa afirmação referente a atas, dado que se assemelham a algumas partes de processos-crimes, no que diz respeito à transcrição/escrituralização da fala de uma pessoa por outra, num contexto administrativo/jurídico.

que devem ser consideradas para a melhor compreensão das peças aqui estudadas. Retomando o que já foi apresentado no segundo capítulo deste trabalho, as cinco categorias linguístico-discursivas propostas por Simões & Kewitz (2006, 2009) nos ajudam a compreender a complexidade de vários textos de sincronias passadas, inclusive a do processo-crime, encaminhando-nos para a análise da macroestrutura do *corpus* sob análise. Identificamos na constituição do documento manuscrito sob análise vários tipos textuais que surgem de acordo com o “andamento” do ato administrativo ou jurídico e com a necessidade própria do processo-crime. O *corpus* que aqui analisamos é composto ao longo de vários dias, através do “ajuntamento” das peças⁵¹. Abaixo apresentamos quais são essas peças, quem são os responsáveis por sua elaboração escrita, validação jurídica e quantos exemplos há ao todo no processo-crime.

Quadro 5. Lista das partes constituintes do processo-crime por tipos de documento

Peças	Responsável pela elaboração escrita	Responsável pela validação jurídica	Nº total no processo	Localização por fólio
Sumário Crime	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	1	1r
Carta Denúncia	Manoel Teixeira Nogueira		1	2r
Mandado	Delegado – Joaquim Quirino dos Santos	Delegado – Joaquim Quirino dos Santos	2	2r;4r
Mandado	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	Delegado – Joaquim Quirino dos Santos	2	21r; 24r
Certidão	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes (16); Escrivão' – José Henrique de Pontes (1) – Oficial de Justiça (2)	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes (16); Escrivão' – José Henrique de Pontes (1) ; Oficial de Justiça (2)	19	2v; 4v; 7r; 15v; 16v; 19v; 20r; 21r; 23r; 23v; 24r; 26r; 26v; 28r; 28v; 32v ; 34v; 35v; 36r
Auto de Prisão	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	Delegado – Joaquim Quirino dos Santos	1	3v;
Auto de Busca e Apreensão	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	Delegado – Joaquim Quirino dos Santos	1	3r;
Auto de Exame	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	Delegado – Joaquim Quirino dos Santos	1	5r a 6v
Auto de Qualificação	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	Delegado – Joaquim Quirino dos Santos	2	9r; 10v
Auto de Perguntas	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	Delegado – Joaquim Quirino dos Santos	1	9v a 10v
Juntadas	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	4	3v;7v; 20v; 23v
Assentada	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	5	11r; 17r; 22r; 25r; 27r
Conclusão	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes (9); Escrivão' – José Henrique de Pontes (1)	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes (9); Escrivão' – José Henrique de Pontes (1)	10	6v; 16r; 19v; 23r; 26r; 28r; 32r; 33v; 35r; 35v

⁵¹ Termo jurídico utilizado para denominar cada um dos documentos anexados ao processo. Manteremos essa definição ao longo da análise. Um sinônimo para peça, utilizado pelos escrivães, é *termo*.

Conclusos	Delegado – Joaquim Quirino dos Santos (9); Juiz Municipal – Francisco Gonçalves de Almeida (1)	Delegado – Joaquim Quirino dos Santos (9); Juiz Municipal – Francisco Gonçalves de Almeida (1)	10	6v; 16r; 19v; 23r ; 26r; 28r; 32r; 33v a 34r; 35r; 36r
Publicação	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes (9); Escrivão' – José Henrique de Pontes (1)	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes (9); Escrivão' – José Henrique de Pontes (1)	10	7r; 16r; 20r; 23v; 26v; 28v; 32v; 34v; 35r; 36r
Inquirição de Testemunhas	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	Delegado – Joaquim Quirino dos Santos	7	11r a 12v; 12v a 14r; 14r a 16v; 17r a 19v; 22r a 22v; 25r a 26r; 27r a 28r
Interrogatório	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	Delegado – Joaquim Quirino dos Santos	2	29r a 29v; 30r a 30v
Alegações da Defesa	Advogado – Delfino Pinheiro de Uchoa Cunha Junior	Advogado – Delfino Pinheiro de Uchoa Cunha Junior	1	31r a 32r
Alegações da Acusação	Promotor – Moraes Salles	Promotor – Moraes Salles	1	32v a 33r
Vista	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	1	32v
Data	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes	1	33v
Remessa	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes (2); Escrivão – José Henrique de Pontes(1)	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes (2); Escrivão – José Henrique de Pontes (1)	3	34v; 35v; 36v
Recebimento	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes (1); Escrivão – José Henrique de Pontes (1)	Escrivão – Joaquim Franco de Pontes (2); Escrivão – José Henrique de Pontes (1)	2	35r; 35v
Nota de culpa	Caetano Jose da Silva Costa Pessoa		1	8v

O primeiro aspecto passível de discussão em relação a essas peças é que elas seguem uma sequência em conformidade com a descoberta de novos dados referentes à formação da culpa dos réus e também em conformidade com os ritos necessários ao processo-crime. A título de exemplificação, há peças cuja existência está atrelada ao rito do processo, como é o caso das conclusões, certidões, assentadas, entre outras. Observando a tabela acima, por exemplo, constata-se que após cada ato do judiciário, isto é, mandado, auto de perguntas, auto testemunhal, decisões de delegados ou juízes, movimentação física dos autos do processo etc., há um documento sem título, que aqui rotulamos como certidão que, como o nome revela, certifica, autentica e oficializa o ato anteriormente feito. Diferentemente das certidões, algumas outras peças do processo são apresentadas com um título próprio, indicando o tipo de texto, conteúdo ou finalidade daquela peça em específico. Além do título, no entanto, existem outras marcas linguístico-discursivas que, aliadas às definições apresentadas por Bellotto

(2002), às definições jurídicas pretéritas⁵² e às atuais⁵³, nos auxiliaram na identificação e classificação desses tipos de texto.

Ao estabelecermos o rótulo de cada peça, observamos que, apesar de elas destinarem-se a diferentes finalidades, muitas apresentam elementos linguísticos constitutivos e definidores que nos permite “reclassificá-las” à luz de uma análise linguística, baseando-nos no modelo das Tradições Discursivas. Assim sendo, agrupamos as peças apresentadas no Quadro 5 acima sob seis grupos de acordo com suas características linguístico-discursivas: *documentos protocolares; prescritivos; narrativos; perguntas e respostas; argumentativos e outros documentos*. Ficam, assim, as peças organizadas, as quais serão descritas adiante.

Quadro 6. Peças do processo-crime quanto às categorias: documentos protocolares, prescritivos, narrativos, perguntas/respostas, argumentativos e outros.

Categoria do documento	Peças (tipos de texto)
<i>Documentos protocolares</i>	Sumário crime
	[Certidão]
	Conclusão
	Publicação
	Juntada
	Assentada
	Vista
	Dacta
	Remessa
	Recebimento
<i>Documentos prescritivos</i>	Conclusos
	Mandados
<i>Documentos narrativos</i>	Auto de Busca e Apreensão
	Auto de Prisão
<i>Documentos de Perguntas/Respostas</i>	Auto de Exame
	Auto de Qualificação
	Auto de Perguntas feitas aos Réus
	[Auto Testemunhal]
	Interrogatório
<i>Documentos Argumentativos</i>	[Alegação da Defensoria]
	[Alegação da Promotoria]
<i>Outros documentos</i>	[Carta Denúncia]
	[Recibo de Nota de Culpa]

Pelo quadro acima, verifica-se que nem todos os documentos que compõem o processo-crime apresentam potencialidades para estudos de mudanças linguísticas, dada a repetição das TDs presentes na esfera jurídica (cf. Kabatek 2006). Por exemplo, documentos

⁵² As fontes de pesquisa foram as próprias leis vigentes à época - Código de Processo Penal (1832) e Lei Regulamentadora 120/1842.

⁵³ Principal fonte de consulta foram dicionários jurídicos disponibilizados pelo Supremo Tribunal Federal e de Santos (2001).

“mais protocolares” tendem a apresentar em sua composição mais repetições de TDs, ao passo que outros documentos oferecem mais espaços ao aparecimento de estruturas linguísticas que podem indicar mudanças, como é o caso da *carta-denúncia*.

4.1 Documentos protocolares

Em certa medida todas as peças do processo-crime, à exceção dos documentos “conclusos” e de “alegação” (defesa e promotoria), apresentam algum tipo de protocolo de início e término, contendo fórmulas fixas e que garantem a oficialidade do documento, juntamente à assinatura do funcionário responsável.

Além disso, os documentos que agrupamos sob esse rótulo são elaborados segundo uma estrutura “mais fechada” do ponto de vista linguístico, sendo constituídos essencialmente por protocolos iniciais, finais ou ambos. Em alguns deles, há também, a presença de preâmbulos. As peças aqui elencadas foram lavradas pelos “auxiliares” da justiça, isto é escrivães da Delegacia de Campinas e do juízo Municipal e oficial de justiça, com finalidades variadas, porém com uma importante característica em comum que é a de *ratificar* um ato anterior. Nos documentos protocolares, as principais características linguístico-discursivas apresentadas são:

- a) Contêm protocolos de abertura/fechamento;
- b) Os protocolos seguem um padrão formulaico;
- c) São textos, em certa medida, públicos, pois pertencem à esfera pública⁵⁴;
- d) Os textos são simétricos, pois não são documentos elaborados com o fim de serem remetidos a alguém, servem tão somente para o devido andamento do processo, confirmando atos praticados por um funcionário superior, ou ainda, atos praticados pelo próprio escriba; são documentos realizados com o intuito de conferirem oficialidade às etapas do processo-crime;
- e) Suas finalidades são ratificar/confirmar e fazer constar atos praticados dentro do processo;
- f) Há um alto grau de planejamento e controle dos textos;

⁵⁴ Os autos de um processo podem ser classificados como documentos híbridos quanto ao grau de publicidade. Apesar de não serem passíveis de consulta a todas as pessoas, apenas àqueles envolvidos no processo, não se trata de um documento entre particulares, pois todo ele é feito e gira em esfera pública, fato que será evidenciado nas próprias estruturas e escolhas linguístico-discursivas dos escribas ao registrarem os documentos.

4.1.1 Sumário Crime

O primeiro documento apresentado nesse rol dos protocolares é a peça que foi posta à frente das demais, porém não é a peça que iniciou o processo. O “Summário crime” é uma peça com duplo aspecto: o título significa tanto que em seu corpo há um brevíssimo relato do que está dentro do processo – a denúncia, os indiciados etc. – quanto o procedimento pelo qual o processo correu, isto é, o procedimento sumário⁵⁵. É um documento lavrado ao fim do processo (dia 28 de Maio de 1871), quando a sentença proposta pelo promotor, juntamente aos autos do processo, é expedida para o juiz municipal.

Não encontramos nenhuma definição a respeito desse tipo de documento em Bellotto (2002) ou nos códigos vigentes de 1871. No entanto, ele guarda características em sua estruturação que nos ajudou a incluí-lo no grupo dos documentos protocolares. É uma peça escrita pelo escrivão Joaquim Franco de Pontes, após o delegado de polícia acatar à proposta de sentença do promotor e mandar, através dos “Conclusos”, despachar os autos para o juiz municipal. Em sua estrutura há um cabeçalho constando data, localização, destinatários (réus), assinatura do escrivão; no corpo da peça há a repetição do protocolo inicial com fórmula linguística de abertura para registrar datas *Anno de nascimento do Nosso Senhor Jesus christo...* e a exposição do fato que enseja a peça. Por fim, o protocolo de encerramento é feito através de fórmula linguística *do que faço este termo. Eu (nome) escrivão que escrevi* e assinatura do funcionário responsável. Abaixo vê-se a peça com os termos citados em destaque:

(1) 1871 | Delegacia de Campinas | Summario crime | A Pontes. Campinas | 28 de Maio de 1871 | Vieira daSilva | A Justica | José Joaquim Penteado, | Manoel preto liberto | O Escrivao Joaquim Pontes. | Anno do Nascimento de Nosso – | Senhor Jesus christo de mil oi- | to centos Setenta e um, aos dés | de Maio nesta | Cidade de Cam – | pinas em meo Cartorio autuo | uma denuncia, com autos | de busca, e exame, oque tudo | hei por autuados; do que faço | este termo. Eu Joaquim Franco | de Pontes Escrivão que escrevi. [Fólio 1r; linhas 1-26]

4.1.2 [Certidão]

No processo-crime sob análise foram encontradas ao todo dezenove peças processuais sem título, emitidas após atos expedidos pelo delegado, cujas estruturas e finalidades assemelhavam-se entre si, distinguindo-se das outras peças do processo-crime, e foram, por

⁵⁵ O que é um *procedimento sumário* e suas etapas constituintes estão explicitadas na seção 1.4 do primeiro capítulo do presente trabalho.

essas características, classificadas como *certidões*. Sua classificação foi assim feita graças à comparação entre a estrutura e finalidade apresentadas por Bellotto (2002) com aquelas observadas nas peças analisadas.

A autora diz que a certidão é um “documento diplomático comprobatório” (Bellotto, 2002: 57), emanado de um funcionário que tenha fé pública. Esse documento tem por função transcrever algo que já fora registrado em documento anterior. Ainda de acordo com a autora, o documento apresenta um protocolo inicial, tal como

“*Certifico que...*” ou “*À pedido de...certifico que...*” ou o nome e a titulação de quem certifica, referência ao original do qual se extrai a certidão. Texto: cópia do documento original, inclusive de suas datas. Protocolo final: datas tópica e cronológica da certidão. Assinatura, nome e titulação de quem certifica. (Bellotto, 2002: 57).

Levando em consideração o modelo das Tradições Discursivas e sua intersecção com os apontamentos de Bellotto (2002), podemos afirmar que há documentos que tendem a repetir e atualizar fórmulas linguísticas e estruturas sintáticas de acordo com a tradição da qual derivam ou à qual pertencem. Assim sendo, os documentos rotulados como *certidões* só foram reconhecidos a partir de uma tradição discursiva evidenciada no sintagma verbal *certifico que* característico desse tipo de documento. Outras características citadas pela autora, no entanto, revelaram traços de mudança nas certidões.

Das dezenove peças classificadas como *certidão*, nenhuma delas apresentou como “corpo” da peça a cópia do documento ao qual se refere; o que há é uma reescritura do conteúdo anterior. Abaixo seguem alguns exemplos de certidões lavradas em diferentes momentos do processo-crime, produzidos por diferentes escribas.

O primeiro exemplo é de uma peça lavrada e assinada pelo escrivão logo no início do processo-crime. Ela é apresentada logo após um mandado de busca e prisão expedido pelo delegado. Conforme dito anteriormente, não há a cópia direta do mandado, mas apenas a certificação do que foi feito, contendo o protocolo inicial *certifico que*, e ao fim há a data, local e assinatura.

(2) **Certifico que** intimei a José | Joaquim Penteado, dono da | casa, e bem assim as tes - | temunhas da busca Dou | tor Raphael Lopes Branco, | e Luiz Gonzaga deAlmei- | da Magalhães oprimeiro | para franquear a casa | para ser dada abusca, | **Campinas 9 de Maio 1871 | O Escrivam Joaquim Franco de Pontes** [Fólio 2v; linhas 54-65]

O segundo exemplo de certidão segue o padrão do exemplo anterior. Trata-se de documento expedido após os conclusos em que o delegado manda que se continue com a inquirição das testemunhas não ouvidas.

(3) Certifico que intimei as teste - l munhas Manoel da Silva Pe - l droso Cezar, Emilia Rosa de - lSouza e Maria Gertrudes - l da Conceição para no l praso de um anno não l mudarem de residencia l sem l participarem á este Juiso, **eficaraõ Sciendes. l Campinas 10 de Maio de 1871. l OEscrivam Joaquim Franco de Pontes** [Fólio 16v; linhas 766-777]

Como terceiro exemplo, apresentamos uma certidão que corrobora o que foi dito anteriormente, pois, apesar de ser lavrada por escrivão diferente daquele que lavrou as demais certidões, os mesmos padrões linguístico-discursivos estão presentes. Novamente o escrivão não copia o conteúdo do documento ao qual se refere, mas apenas certifica que determinado ato fora cumprido. Entretanto, segue a fórmula linguística do protocolo inicial *certifico que*. Quem escreve e assina essa peça é o escrivão José Henrique de Pontes após o juiz municipal ratificar nos conclusos a sentença de despronuncia dos réus.

(4) Certifico que intimei as sentenças retro ao Dou - l tor Promotor Raphael Lopes Branco e réos l e ficaram sciendes, **30 de Maio de 1871. l OEscrivam José Henrique de Pontes** [Fólio 35v; linhas 1905-1909]

Por último, o exemplo (5) traz uma certidão expedida pelo oficial de justiça. Apesar de emitirem certidões em situações e assuntos diferentes, elas possuem a mesma finalidade: indicar que um ato do judiciário foi cumprido. Os três escribas apresentam textos com estruturas e fórmulas iguais ou muito semelhantes entre si, o que ajuda a identificar e classificar esse tipo de peça. Notemos, no entanto, que há acréscimo da fórmula linguística *oreferido é Verdade que dou fé* no protocolo final da certidão expedida pelo oficial de justiça. Essa fórmula está presente nos dois exemplos de certidões expedidas por esse escriba.

(5) Certifico que fui ao Setio de l Joaõ Ferras de Campos, e sendo l hi citei a Testemunha Jose Cle = l mente, em sua propria pessoa pelo l o conteudo no mandado e seo des = l pacho supra do que elle bem l Sciente l ficou **Oreferido é Verdade l do que dou fé Campinas 11 de l Maio de 1871 l Oofficial de Justica l Joaõ deAlmeida Camargo** [Fólio 21r; linhas 1071-1081]

4.1.3 Conclusão

Os documentos sob o rótulo *conclusão* foram intitulados pelos próprios escrivães do processo-crime (o da delegacia e do juízo municipal). Há, ao todo, dez exemplos desse tipo de documento, nove escritos pelo escrivão Joaquim Franco de Pontes e um por José Henrique de

Pontes. É um documento “encadeado” a outros dois: *conclusos* e *publicação*, que serão abordados mais adiante. Não encontramos referências às *conclusões* em Bellotto (2002), ou no CPC de 1832, porém, observando esses documentos identificamos características gerais que ajudam a defini-los.

A conclusão é um documento lavrado ao fim de um procedimento ocorrido dentro do processo-crime com o fim de encaminhar os autos a um funcionário de hierarquia superior. Dessa maneira, após atos tais como oitiva das testemunhas, interrogatórios dos réus, autos de exame etc., o escrivão responsável lavra uma conclusão. Sua finalidade, como já dito, é fazer constar que as peças do processo-crime foram enviadas para o superior responsável, aqui especificamente, para o delegado ou para o juiz municipal, a depender do órgão do judiciário em que se encontra o processo, a fim de que o funcionário superior emita algum julgamento, decisão ou ordem em relação ao andamento do processo.

Tal como os demais documentos deste grupo, a *conclusão* apresenta um texto “rígido” quanto à forma, estrutura e possibilidade de variação em comparação às demais peças do processo-crime. Sua composição é feita basicamente por meio de fórmulas fixas e apresenta protocolo inicial, corpo do documento e protocolo de encerramento.

O protocolo inicial é feito pelo próprio título *conclusão* e pela fórmula de abertura *logo no mesmo dia*, ou sua variação *logo no mesmo ato*, referenciando-se a outros atos judiciais praticados anteriormente. Após essa localização temporal, os escrivães por vezes indicam onde o documento foi produzido *em meo cartório*. O corpo do documento faz constar que há autos sendo encaminhados à autoridade responsável, sem discriminá-los, no entanto. Em geral, o escriba inicia o corpo do texto com a sentença *faço esses autos conclusos ao* [nome/função do funcionário superior]. Como protocolo final há as fórmulas de encerramento *do que faço este termo. Eu* [nome do escrivão], *escrivão que escrevi* ou a variação *Eu* [nome do escrivão] *escrevi*. Abaixo seguem quatro exemplos desses documentos (três do escrivão Joaquim Franco de Pontes e um de José Henrique de Pontes), que demonstram o que foi apontado acima, e ainda, que permitem observar a repetição de fórmulas mais fixas. Isso nos leva afirmar que os autos de conclusão são os documentos com menor grau de variação dentro do processo crime.

(6) Conclusão – | Elogo no mesmo dia, em - | meo Cartorio faço estes au - | tos conclusos ao Delegado - | de Policia Capitão Joaquim | Quirino dos Santos; do que - | faço este termo. Eu Joa - | quim Franco de Pontes Escri- | vam que escrevi. [Fólio 6v; linhas 245-254]

(7) Conclusão - Elogo no mesmo dia faço | estes autos conclusos ao Dele - | gado de Policia Capitaõ Joaquim | Quirino dos Santos, doque faço | este termo. Eu Joaquim | Franco de Pontes Escrivaõ escrevi. [Fólio 23r ;

linhas 1161-1167]

(8) Conclusão - | Elogo no mesmo dia, em meo | Cartorio faço estes autos con - | clusos ao Delegado de Polícia | Capitão Joaquim Quirino | dos Santos; **doque faço este | termo. Eu Joaquim Franco | de Pontes Escrivão que escrevi.** [Fólio 32r; linhas1696-1703]

(9) Concluzão. | E logo no mesmo dia, anno e lugar supra | faço estes autos concluzos ao *Meretissimo* Juiz Muni - | cipal Doutor Francisco Gonçalves da Silva; **do | que faço este termo. Eu José Henrique de Pon - | tes, escrivão que escrevi.** [Fólio 35r; linhas 1881;1887]

4.1.4 Publicação

Preenchidas as peças de conclusão, os autos são entregues ao superior responsável, que expede um documento sob o título de *conclusos*⁵⁶, trazendo sua avaliação sobre o conteúdo dos autos e as ordens para os atos posteriores, necessários ao prosseguimento do processo-crime. Cumpridas essas duas etapas, o escrivão lavra um novo documento e o intitula como *publicação*. Não encontramos definições sobre esse tipo de documento em Bellotto (2002) ou nos códigos da época, entretanto, percebemos que se trata de uma ratificação oficial e escrita da decisão/ordem do delegado ou juiz, registrada nos *conclusos*.

Por ser de um documento “encadeado” aos outros dois (conclusão e conclusos), o número de exemplos foi igual ao número de *conclusões* (dez), sendo nove lavrados pelo escrivão da delegacia e um pelo escrivão do juízo municipal. Sua disposição dentro do processo-crime é sempre a mesma, logo após aos *conclusos*.

É um documento cujo protocolo inicial é feito pelo título, seguido da data e local iniciados pelo sintagma preposicional *em* [data] [local]. O corpo do texto faz referência aos autos que foram entregues pelo Delegado/Juiz ao escrivão e faz referência também ao documento *concluso* que guarda o despacho ou sentença emitida. Diferentemente dos autos de conclusão, o corpo textual das publicações não se realizaram de maneira tão fixa; o protocolo final é feito com a fórmula de encerramento típica em todo o processo-crime aqui analisado “*do que faço este termo. Eu* [nome do escrivão] *escrivão que escrevi*”.

Assim como os demais documentos protocolares, que têm a função de ratificar e oficializar um ato praticado dentro do processo-crime, a *publicação* também para fazer constar a movimentação física do processo (os autos são entregues de uma pessoa a outra), o que se observa também para as *conclusões*. A estrutura e a finalidade observáveis nos dois

⁵⁶ Apesar de haver um encadeamento entre conclusão, conclusos e publicação, sempre nessa ordem, os documentos sob título de conclusos apresenta finalidade, estrutura e aspectos linguísticos discursivos diferentes dos outros dois. Dessa maneira, esses documentos foram classificados em outro grupo de documentos, os prescritivos, secção 5.1.2.2.

tipos de documentos são muito semelhantes, mesmo sendo dois documentos diferentes. A diferença entre eles reside não apenas no título, mas na simetria da movimentação física. Ambos são escritos pelo escrivão, mas a conclusão é um documento que faz constar a movimentação física do processo-crime de “baixo para cima” (o escrivão entrega os autos ao superior – *autos conclusos ao Delegado* [fólio 6v; linha 249]), ao passo que a publicação faz constar a movimentação física do processo-crime de “cima para baixo” (o superior entrega os autos ao escrivão – *entregues por parte do Delegado* [fólio 7r; linhas 285-286]). Abaixo seguem exemplos das peças de *publicação*, com os termos acima citados em negrito.

(10) Publicação. | Em dés de Maio de mil oito centos | setenta e um nesta Cidade de - | Campinas em meo Cartorio foraõ lentregues estes autos por parte | do Delegado de Policia com sua - sentença em frente; **doque** faço leste termo. Eu Joaquim Franco | de Pontes Escrivão que escrevi. [Fólio 7r; linhas 281-289]

(11) Publicação. | Em dose de Maio de mil oito | centos setenta e um nesta Ci - | dade de Campinas em meo - | cartorio ficao entregues estes | autos com o despacho retro; **doque** faço este termo. Eu | Joaquim Franco de Pontes Escri - | vam que escrevi. [Fólio 23v; linhas 1178-1186]

(12) Publicaçam | Aos vinte e um dias do mes de Maio de mil | oito centos e setenta e um annos nesta Cida - | de de Campinas em meo cartorio publiquei | a setença supra do Meretissimo Juis Muni - | cipal; **do que** faço este termo. Eu José Hen - | rique de Pontes, escrivão que escrevi. [Fólio 35r; linhas 1898-1904]

4.1.5 Juntada

Conforme a própria palavra sugere, *juntada* é um ato judicial em que o escrivão registra a entrada e anexação de novos documentos, petições, laudos e demais peças ao corpo do processo. Em Bellotto (2002), ele vem expresso como “termo⁵⁷ de juntada”, definido por ser uma “declaração escrita em processo ou em livro próprio, registrando um ato administrativo, contratual, de ajuste ou uma vontade.” (Bellotto, 2002: 88, grifo nosso).

No CPC de 1832 não há expressa a palavra *juntada* ou referência desse ato de ajuntamento aos autos. Recorrendo ao Código de Processo Penal atualmente vigente, o CPP de 1941, quando o legislador versa sobre documentos, utiliza a palavra *juntada* no artigo 234, referindo-se à anexação de documentos importantes ao processo. A definição é a mesma nos dicionários jurídicos consultados (STF e Santos 2001).

Ao todo, no processo-crime sob análise, ocorrem 4 registros sob essa designação, título auferido pelo próprio escrivão. Todos eles indicam em seu corpo textual que houve um documento acrescido aos autos. Nos nossos exemplos notamos como características do

⁵⁷ Segundo o dicionário *Priberam online*, o substantivo “termo” possui mais de 10 acepções. Tanto o escrivão quanto Bellotto utilizam a palavra no sentido de “registro escrito” de algo. Atualmente, a palavra *termo* aparece no Código Civil de 2002 relacionado a prazos legais segundo os artigos 131 a 135.

protocolo inicial além do título o sintagma preposicional “*em* [data] [local]” ou a oração coordenada “*e logo no mesmo acto*”. A sentença “*junto a estes autos*” inicia o corpo do texto e localiza espacialmente os documentos referidos, sempre adiante do termo de juntada. Como protocolo final, o escrivão utiliza a fórmula de fechamento “*do que faço este termo*”, lembrando que esta fórmula não é exclusiva do termo de juntada.

(13) Juntada - | Em nove de Maio de mil oito | centos Setenta e um, nesta Ci- | dade de Campinas em meo | Cartório junto á estes autos | portaria⁵⁸ que em fren - | te se vê; doque faço | este termo. Eu | Joaquim | Franco de Pontes escrevi. [Fólio 3v; linhas 113-121]

(14) Juntada | Elogo no mesmo acto em | seguida a certidão retro | junto á estes autos o - | recibo da nóta de culpa | que foi dado aos Réos, | oque em frente se | vê; doque faço este | termo. Eu Joaquim | Franco de Pontes escrevi [Fólio 7v; linhas 304-313]

(15) Juntada. | Em trese de Maio de mil oito | centos setenta e um nesta | Cidade de Campinas em - | meo Cartório junto á estes | autos o mandado com cer - | tidaõ que em frente se vê; | doque faço este termo. Eu | Joaquim Franco de Pontes Es - | crivam que escrevi. [Fólio 23v; linhas 1196-1205]

4.1.6 Assentada

A *assentada* é atualmente definida pelo dicionário comum como sendo um termo processual em que o escrivão declara a presença da testemunha e a qualifica, mencionando nome, profissão e domicílio, antes de lhe ser tomado o depoimento. Segundo o dicionário jurídico, a *assentada* é uma “*sessão forense para depoimento de testemunhas; declaração exarada do depoimento de testemunha; testemunho escrito e assinado pela parte declarante*”⁵⁹ (Santos, 2001: 38, grifo nosso).

Dentro do processo-crime analisado existem cinco documentos cujo título é *assentada*, todos dispostos antes das oitivas das testemunhas. A finalidade desses documentos é tal qual a apresentada nas definições dos dicionários comum e jurídico. A peça exhibe como protocolo inicial título, data, cidade e local. As fórmulas que compõem o protocolo inicial são iniciadas pelo sintagma preposicional “*em* [data], [local]” ou pela oração coordenada “*elogo no mesmo dia, mês, anno, e local retro declarado* [Fólio 11r; linhas 470-471]”. No corpo do documento são indicadas as pessoas que estão ali presentes, no caso os réus, o delegado, o escrivão e a testemunha que será inquirida naquele momento. Como protocolo final, há a

⁵⁸ No manuscrito o termo *portaria* aparece como sinônimo de *um mandado de intimação*, pois o que “*em frente se vê*” dessa *juntada* é a intimação aos farmacêuticos. Vale ressaltar que atualmente *portaria* em termos jurídicos significa um ato administrativo que visa a aplicação correta da lei (Santos 2001:190)

⁵⁹ No processo-crime sob análise nenhum termo de *assentada* foi escrito pelo declarante, o que pode ser explicado pelo fato de mais de 80% das testemunhas eram analfabetas.

utilização da fórmula de encerramento já vista anteriormente. “*do que faço este termo. Eu [nome] escrivão que escrevi*”. Abaixo seguem alguns exemplos encontrados no processo-crime.

(16) Assentada | Elogio no mesmo dia, mes, an - | no, elugar retro declarado, | presentes os indiciados, e - | testemunhas, as quaes são | inquiridas pela forma - | seguinte; **doque faço | este termo. Eu Joaquim | Franco de Pontes Escrivão escrevi.** [Fólio 11r; linhas 469-477]

(17) Assentada - | Em quinze de Maio de mil oito | centos setenta e um nesta Ci- | dade de Campinas e Salla das | audiencias onde veio o Dele - | gado de Policia Capitaõ Joa - | quim Quirino dos Santos com migo escrivão adi - | ante nomeado, prezen - | tes os Réos, etestemunhas | para deporem, as quaes - | são inquiridas pela for - | ma seguinte; **doque faço | este termo. Eu Joaquim | Franco de Pontes Escrivão | que o escrevi.** [Fólio 27; linhas 1361- 1377]

4.1.7 Vista

Não encontramos nenhuma definição sobre as peças intituladas como “*vista*”, seja em Bellotto (2002), seja no CPC de 1832. Nos dicionários jurídicos atuais (Santos 2001: 246), a vista dos autos é definida como o recebimento, por parte do advogado, dos documentos de um processo, cabendo ao advogado tomar ciência ou falar algo a respeito do conteúdo dos autos. Na definição atual, consta que eles devem ser consultados no próprio tribunal. A vista dos autos, portanto, é um ato praticado pelo advogado, em que ele toma conhecimento do conteúdo presente no processo e tal ato é registrado num documento protocolar homônimo – a vista⁶⁰.

Há apenas um registro desse tipo de peça dentro do processo-crime, cujo título foi escrito pelo próprio escrivão. Após todas as oitivas das testemunhas, os autos são estudados pelo advogado de defesa que lavra um documento com as alegações em favor dos réus. Após esse ato, o escrivão encaminha os autos ao delegado Joaquim Quirino, que o manda dar vistas ao promotor.

A *vista* é mais uma vez um documento que comprova a movimentação física do processo, não fica claro se os autos são vistos no cartório ou não, mas sabe-se que fica sob a responsabilidade do promotor. A peça é composta por um protocolo de início com título, indicação da data e do local. A fórmula utilizada em nosso exemplar foi a mesma de abertura já estudada e presente nas demais peças do processo-crime sob análise “*elogio no mesmo dia, [local]*”. No corpo do texto o escrivão diz à autoridade – no caso, o promotor – que aprecia os

⁶⁰ Segundo a lei 13.105/15 do CPC, porém, quando os autos são retirados do cartório a fim de promover o andamento do processor, ou apenas peticionar o processo, esse ato recebe o nome de *carga*.

autos e termina com protocolo final, com a repetição da fórmula já observada em outras peças estudadas do processo-crime “*do que faço este termo. Eu [nome] Escrivão que escrevi.*”.

(18) Vista - | Elogo no mesmo dia, em | meo cartorio faço estes | autos com vista ao Dou - | tor Promotor Publico; do - | que faço este termo. Eu | Joaquim Franco de Pontes | Escrivam que escrevi. | vista a Promotoria. [Fólio32v; linhas 1729-1738]

4.1.8 *Dacta*

Depois de os autos serem analisados pelo promotor, esselavra as alegações da acusação. Em seguida, devolve-os ao escrevão Joaquim Franco de Pontes, que ao recebê-los, lavra nova peça: a *dacta*. Mais uma vez, vale ressaltar que, por meio dos documentos aqui editados e analisados, não podemos afirmar que os documentos que compõem o processo-crime saem de fato de dentro do cartório. Essas peças (*dacta* e *vista*), no entanto, comprovam sob a responsabilidade de quem estava o processo-crime: ora sob a responsabilidade de uma pessoa autorizada (promotor), ora de outra (escrevão).

Quanto à *dacta*, não foi possível encontrar em Bellotto (2002), no CPC de 1832 ou nos dicionários e doutrinas jurídicos atuais a definição sobre essa peça. Por nosso estudo, no entanto, entendemos que se trata de um documento para novamente fazer constar a movimentação dos autos do processo. Enquanto o documento intitulado *vista* registrava que os autos processuais haviam sido entregues ao promotor, a *dacta* é o documento contrário, lavrado para constar o retorno dos autos à responsabilidade do escrevão do cartório.

No protocolo inicial além do título, o escrevão utiliza a fórmula de abertura anteriormente registrada em demais peças do processo iniciada pelo sintagma preposicional “*em [data], [local]*”. No corpo do texto o escrevão declara que recebeu os autos vindos do promotor e encerra a peça com o protocolo final com a fórmula de encerramento já referida “*do que faço este termo. Eu Joaquim Franco de Pontes Escrivão escrevi.*”.

(19) Dacta - | Em vinte equatro de Maio de - | mil oito centos Setenta e um - | nesta Cidade de Campinas em meo Cartorio recebi estes | autos por parte do Doutor | Promotor com Sua cota | retro; do que faço este | termo. Eu Joaquim Franco de Pon- | tes Escrivão que escrevi. [Fólio 33v; linhas 1778-1788]

4.1.9 *Remessa*

As *remessas* são documentos previstos em leis. No processo-crime analisado, esses documentos constituíram a parte das tramitações finais dos trabalhos judiciais. São

documentos expedidos toda a vez que os autos são remetidos de um órgão ao outro. No total há três exemplos de *remessas*. O primeiro exemplo é feito quando o delegado Joaquim Quirino dos Santos manda que sejam remetidos os autos para o juiz municipal. Esse, por sua vez, aprecia os autos e pronuncia a sentença por meio da peça *conclusos*, mandando que os autos sejam remetidos de volta à delegacia. Por último, os autos são novamente remetidos, dessa vez ao contador, para que sejam feitas as custas do processo.

A previsão desse tipo de ato está no regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842, art. 58, §13, que diz:

Art. 58. Aos Chefes de Policia na Côte e em toda a Provincia, a quem pertencerem, competem as seguintes attribuições policiaes: [...]

§13. Remetter, quando julgarem conveniente, todos os dados, provas e esclarecimentos que houverem obtido sobre um delicto, com uma exposição do caso e de suas circunstancias, aos Juizes competentes, a fim de formarem a culpa. (grifos nossos),

com complementação no art. 289 do mesmo regulamento:

Art. 289. Os Delegados e Subdelegados, que tiverem pronunciado ou não pronunciado algum réo, remetterão immediatamente o processo ao Juiz Municipal do respectivo termo para sustentar ou revogar o despacho de pronuncia, ou não pronuncia. (grifos nossos)

Conforme podemos ler nos documentos regulamentadores da época, o ato de enviar os documentos para os juízes era necessário para a validação da sentença, fosse caso de pronúncia ou de despronúncia dos réus⁶¹. A *remessa* é, portanto, mais um documento que oficializa a movimentação física dos documentos processuais. Também em Bellotto (2002:85), há referência a um documento não-diplomático denominado “relação de remessa”, cuja função é listar sumariamente os documentos que o acompanham na sua movimentação. Essa definição coincide com a finalidade apresentada nas três peças de remessa do processo-crime, porém em nenhuma delas há uma lista (ainda que sumária) dos documentos enviados. Bellotto (2002) não faz nenhuma menção a algum tipo de estrutura de texto ou protocolos que deveriam ser seguidos. Observamos, no entanto, que as três peças são expedidas e assinadas pelos escrivães e iniciam-se pelo título, data e local, com a fórmula de abertura “*elogio no mesmo dia*”, ou “*em [data] e [local]*”. O corpo do texto indica a quem é feita a remessa dos autos, e para o protocolo final o escrivão utiliza-se da fórmula típica de encerramento “*do que*

⁶¹ Essa parte do processo-crime editado, em que há a movimentação dos documentos entre os órgãos de justiça – delegacia e juízo municipal, pode ser lida nos fólios 33v a 35v, presentes no capítulo terceiro do presente trabalho.

faço este termo. Eu (nome) Escrivão que escrevi”, juntamente a palavra “*remettidos*”. Abaixo seguem os três exemplos encontrados.

(20) **Remessa** – | **Elogo no mesmo dia, em meo - | cartorio** faço remessa destes | autos ao Juizo Municipal, a | ser entregues ao escrivão | áquem forem distribuidos; | **doque faço este termo. Eu | Joaquim Franco de Pontes Es | crivaõ que escrevi. | Remetidos** [Fólio 34v; linhas 1863-1872]

(21) **Remessa** | **Aos vinte e seis de Junho de mil oito | centos e setenta e um annos nesta Ci - | dade de Campinas em meo cartorio** faço | remessa destes autos ao *Meretissimo* Juizo daDe- | legacia a serem entregues ao respectivo | escrivão; **do que faço este termo. Eu José | Henrique de Pontes, escrivão que escrevi. | Remettidos** [Fólio 35v; linhas 1910-1919]

(22) **Remessa** - | **Em vinte e sete de Dezembro - | de mil oito centos setenta | e um, nesta Cidade de Cam - | pinas em meo Cartorio** faço | remessa destes autos ao conta - | dor Vieira daSilva; **do que | faço este termo. Eu Joa - | quim Franco de Pontes escrevi - | Remetido** [Fólio 36v; 1962-1971]

4.1.10 *Recebimento*

Seguindo a mesma lógica das peças de remessas, há o termo de *recebimento*. Assim que os autos chegam ao órgão para o qual foram remetidos os escrivães lavram um auto para constar a recepção dos documentos do processo. Não encontramos menção a esse tipo de documento no CPC de 1832 ou em leis posteriores. Em Bellotto (2002), há uma referência a “nota de recebimento” definido como “*documento não-diplomático testemunhal de assentamento horizontal. Comprovante de material recebido ou transferido*” (Bellotto 2002: 76).

Não há previsão de protocolo inicial ou final em Bellotto (2002), todavia, nas duas peças encontradas no processo-crime o padrão de registro é o mesmo com iguais protocolos iniciais e finais, ainda que escritos por escrivães diferentes. Como protocolo inicial há o título, seguido da fórmula inicial “*em [data], [local]*”. No corpo do texto é informado que os autos foram recebidos, e no protocolo final há a fórmula de encerramento “*do que faço este termo. Eu (nome) Escrivão que escrevi*”.

(23) **Recebimento.** | **Aos vinte oito de Maio de mil oito centos e setenta | e um annos nesta Cidade de Campinas em meo | cartorio** recebi estes autos do escrivão da Delegacia | amim distribuidos; **do que faço este termo. Eu | José Henrique de Pontes, escrivão que escrevi.** [Fólio 35r; linhas 1873-1879]

(24) **Recebimento.** | **Em tres de Julho de mil oito cen- | tos setenta e um, nesta Cidade | de Campinas em meo cartorio** | recebi estes autos do escrivão Pontes; | **do que fis este termo. Eu Joaquim | Franco de Pontes escrivão escrevi** – [Fólio 35v; linhas 1919; 1927]

Observamos que os documentos protocolares seguem padrões semelhantes nos protocolos inicial e final, com algumas poucas variações de acordo com o escriba. O corpo do texto apresenta maior variação, a depender da finalidade da peça. Observamos ainda que, dos dez documentos classificados como protocolares, seis são lavrados com o intuito de fazer constar a movimentação física dos autos. A diferença entre eles, no entanto, reside na simetria entre aquele que entrega os autos e aquele que os recebe; dependendo da relação, um auto diferente é lavrado.

4.2 Documentos prescritivos

A segunda classe de documentos que identificamos no processo-crime são aqueles que denominamos *prescritivos*. Esses textos têm por característica instruir a seu destinatário acerca de algum procedimento ou ação, exigindo que se aja de determinada forma. As peças do processo-crime assim foram classificadas apresentam como característica predominante a injunção.

No que diz respeito aos recursos linguísticos utilizados, esse tipo de texto, assim como os documentos *protocolares*, *descritivos* e *de pergunta e resposta*, caracteriza-se pelo uso de linguagem clara e objetiva, com verbos no modo imperativo. É pertinente ressaltar que no processo-crime o imperativo muitas vezes é realizado conjuntamente com a voz passiva sintética, havendo ainda o uso da primeira pessoa do singular com os verbos *mandar* (peças de mandados) e *julgar* (peças de conclusos). São documentos mais “abertos” quanto ao caráter formulaico, diferentemente das peças protocolares, e suas extensões são variadas a depender do conteúdo de cada peça.

Algumas das peças do grupo dos documentos prescritivos são previstas no CPC de 1832 (os mandados de busca). Pelo próprio caráter de ordem dessas peças, espera-se que elas sejam elaboradas pelas autoridades superiores do sistema judiciário dirigindo-se a seus subordinados, o que efetivamente é observado nos exemplares do processo-crime analisado. A maioria dessas peças são escritas, portanto, pelo delegado da delegacia de Campinas, ou então pelo juiz municipal. Há alguns casos, no entanto, que quem lavra os documentos é o escrivão Joaquim Franco de Pontes, sempre cancelado pelo delegado, que é quem efetivamente assina a peça. As principais características dos documentos prescritivos observados são:

- a) Não há a presença de protocolos de abertura/fechamento ou fórmulas fixas;
- b) Morfossintaticamente observa-se a prevalência do uso dos verbos no modo imperativo, aliados à voz passiva sintética;
- c) São textos, em certa medida, públicos, pois pertencem à esfera pública;
- d) São textos cujo grau de simetria é descendente, pois partem dos superiores destinados aos escrivães, oficiais de justiça etc., a fim de instruírem quais atos devem ser praticados (busca, prisão, intimação etc.);
- e) Sua principal finalidade é ordenar atos a serem executados;
- f) Apesar de serem textos com certo grau de planejamento, há a presença de marcas de correção.

4.2.1 *Conclusos*

Conforme descrito na seção 4.1.3, após determinadas etapas do processo (depoimentos, busca, prisão etc.), são lavrados pelo escrivão os autos de *conclusão* para fazer constar que os autos do processo haviam sido encaminhados à autoridade superior (delegado e/ou juiz municipal) para sua apreciação. Na sequência, o delegado ou juiz emite o documento chamado *conclusos*. Há, ao todo, dez exemplos desse tipo de documento, sendo nove redigidos pelo delegado Joaquim Quirino dos Santos e um pelo juiz municipal Francisco Gonçalves de Almeida.

Conforme afirmamos acima, nesse documento o delegado ou juiz aprecia os autos ali presentes e pondera sobre os fatos, para então julgar, deferir ou indeferir os autos até então lavrados e instruir ou ordenar o próximo passo do processo. Nesse tipo de peça, em geral, não há presença de data, local ou fórmulas de início. Como protocolo inicial há apenas o título, escrito pelo próprio escriba, partindo para o corpo do texto. Aqui há a presença de verbos no modo imperativo aliados ou não à voz passiva sintética (*notifique se, proceda se, mande* etc.). O protocolo final é feito com a indicação da data e local, porém, sem o uso de fórmulas fixas. Abaixo seguem alguns exemplos desse tipo de peça:

(25) **Conclusos** | **Julgo** procedente opre | zente exame; **eproceda se** | o sumario em vista da de nuncia dada contra os | Reos por crime de morte da | pessoa de Manoel Mulla | to, e oEscrivaõ **intime** | as testemunhas – Emilia de | tal – João liberto – Jose Cle | mente, e sua Mulher, - | Manoel da Silva Pedro | zo, e Manoel Teixeira - | Nogueira; e o Doutor Promotor | Publico para assistir a for | mação do processo; dando | se notta de culpa aos Reos | Jozé Joaquim Penteado, e | ao preto velho de nome - | Manoel – **Campinas 10 | de Maio de 1871** ____ | **Joaquim Quirino dos Santos** [Fólio 6v; linhas 255-277]

(26) **Conclusos** | **Proceda se** a inquirição | das testemunhas *que* ainda | Não depuzeraõ, e marco o | dia 11 as óras déz, na sal | la de Audiencias. Cam | pinas 10 de Maio de 1871 | Quirino Junior [Fólio 16r; linhas 786- 796]

(27) **Conclusos** | Vistos e examinados estes au | tos: **julgo inprocedente ajuizamento** | sumario instaurado ex officio | contra os Réos Joze Joaquim | Peteado, e Manoel, liberto | implicado em crime de morl te *por* uzo de medicina, *por* | tarde reconhecido *que* as subs | tancias de *que* uzaraõ éraõ **todas | inogcentes digo innocentes**⁶², e *que* | o unico midicamento venenozo | *que* existia aplicado todo em | ãma só doze não poderia | produzir *mais* *que* ãma abun | dancia de salivação, e nun | ca a morte, e ainda *mais* | pela declaração feita pelo | Doutor Covillom *que* era o Me | dico assistente do doente, | dis ser a diharrea *consequencia* | inivitavel da enfermidade | nas suas ultimas fases, e *que* | não se deveria atribui la | nunca a remedios mal a | plicados, e antes a ma<s>ela | natural *que* deveria sigui | tal enfermidade; **por tanto o | despronuncio, pague aMu | nicipalide as custas** em *que* o condena. **O Escrivão re | meta este processo** ao Juiz | Municipal do termo *para* | seos devidos efeitos. **Cam | pinas 27 de Maio de 1871 | Joaquim Quirino dos Santos** [Fólios 33v-34r; linhas 1799-1837]

(28) **Concluzos.** | Vistos estes autos etc **sustenta o** despa= | cho de não pronuncia proferido afolha 34. *por* | ser conforme o direito, e ao que consta dos | mesmo autos. **O Escrivão passe** alvará de | de soltura em favor do Réo e devolva o proces | so ao Juis donde veio – | **Campinas 29 de Maio de 1871 | Francisco Gonçalves daSilva** [Fólio 35r; linhas 1888-1897]

4.2.2 Mandados

O *mandado* é um documento esperado dentro de processos-crimes, aparecendo em diversos momentos, sempre com o intuito de expedir uma ordem. Não tão presente quanto os *autos conclusos*, ao todo identificamos apenas quatro peças como possíveis *mandados*, pois essa classificação foi feita através dos elementos linguísticos-discursivos e pela comparação entre a peça do processo-crime e a previsão do CPC de 1832. Nenhuma peça no processo-crime foi intitulada como *mandado* pelos escribas.

De acordo com Bellotto (2002: 73), *mandado* é um “*documento diplomático dispositivo normativo, descendente. Ordem expedida por autoridade judicial ou administrativa para que se realize determinada diligência*”. Consta ainda no próprio CPC de 1832 em seu capítulo V que “*os mandados, como as precatorias, serão escriptos pelo Escrivão, e assignados pelo Juiz*”.

É importante ressaltar que, das quatro peças que identificamos como possíveis mandados, duas delas foram lavradas pelo próprio delegado e duas pelo escrivão; todas, porém, são assinadas pelo delegado.

Apesar de poucos exemplares, eles apresentam semelhança quanto à finalidade e diferenças nas estruturas. Os dois documentos lavrados pelo escrivão dispõem de uma estrutura linguística mais rígida, com protocolos de início (data, quem mandou), motivo da peça (o que está sendo requisitado) e protocolo de fechamento. Os documentos expedidos pelo delegado, por sua vez, são mais “diretos”, sem protocolo inicial ou final, e sua

⁶² Correção feita pelo escriba.

classificação foi feita não por reconhecimento de uma fórmula como *mando que*, mas sim pelo modo verbal (imperativo) utilizado e pela finalidade da própria peça.

No art.189, § 2 e 5 e no art.192 do CPC de 1832 estão elencados os casos em que devem ser expedidos mandados de busca e prisão, e o que deve constar no mandado. Observando os exemplos de mandados presentes no processo-crime sob análise quanto à estrutura aqui apresentada, percebemos que essa prescrição de mandado de busca estende-se a outros tipos de mandado (intimação, apreensão etc.). De acordo com o art. 192, o mandado de busca deve incluir:

Art. 192. O mandado legal de busca deve incluir:

§ 1º O nome das testemunhas, e seu depoimento.

§ 2º Indicar a casa pelo proprietário, ou inquilino, ou numero, e situação della.

§ 3º Descrever a pessoa, ou cousa procurada.

§ 4º Ser escripto pelo Escrivão, e assignado pelo Juiz com ordem de prisão ou sem ella. (Código de Processo Criminal de Primeira Instância, 1832, grifo nosso)

O primeiro mandado identificado no processo-crime foi o de busca e apreensão (fólio 2r). Apesar de não ser escrito pelo escrivão, de acordo com o que está previsto no § 4º do art. 192 CPC/1832, foi assim classificado graças a sua finalidade e características linguístico-discursivas. No aspecto morfosintático, essa peça apresenta os verbos no modo imperativo com voz passiva sintética. No plano discursivo, o documento é descendente (escrito pelo Delegado ao escrivão) e destina-se a ordenar uma diligência com duplo objetivo: encontrar artigos que pudessem ser considerados como instrumentos do crime de homicídio e também de prender a todos os que foram acusados pela carta-denúncia⁶³, que será tratada mais adiante neste capítulo.

Vale notar, ainda, que o delegado não reescreve o nome de testemunhas, depoimento, local, pessoa ou coisas procuradas, conforme o código previa, pois, o mandado em questão é lavrado no mesmo papel em que a carta-denúncia fora escrita e que já trazia essas informações. O delegado, portanto, apenas registra a ordem de busca sem os demais conteúdos obrigatórios de um mandado. Sua estrutura não apresenta protocolo inicial, somente a ordem em si; traz, entretanto, um protocolo final com data e assinatura, como podemos observar no exemplo abaixo:

(29) Proceda se a bus | ca na Caza in | dicada, e achan | do se vestigios sei | jáõ todos os indiciados
prezos. **Campinas, 9 de Maio de 1871 | Quirino Junior** [Fólio 2r; linhas 46-53]

⁶³ Por tratar-se do gênero *carta* seu estudo será feito separadamente na seção 4.5.2 desta dissertação.

O próximo exemplo é de mais uma peça sem título, mas que, a partir de suas características linguístico-discursivas e finalidade, classificamos como um mandado de intimação. Ele é lavrado e assinado pelo delegado, não apresentando fórmulas de início e/ou encerramento. O protocolo inicial é composto por um cabeçalho, com data e local. No corpo do texto, o escriba elenca as pessoas que devem intimadas. Morfossintaticamente, há a presença de verbos no modo imperativo, indicando que se trata de um texto prescritivo, e no plano discursivo, trata-se de uma peça cujo grau de simetria é descendente.

(30) Delegacia de policia deCampinas | 9 de Maio de 1871 | O Escrivão deste Juízo intime aos | Farmaceuticos – Joaquim Correa | deMello, e Julio Lamam, para | as 4 oras da tarde, na salla das | Audiencias examinare[m] uma | porção de raizes, e mais objectos que | fora[m] aprendidos por este Juízo - | em Caza de Juca de tal Tan | gará; **eprocêda se** em seguida | as averiguações nesseçarias s[o]b | [ar] do us prezos por este Juízo. | ___ | Odelegado [Fólio 4r; linhas122-142]

Os dois mandados nos exemplos (31) e (32) são de intimação de testemunhas para que deem seus depoimentos a respeito do caso investigado. Sua estrutura difere em alguns aspectos em relação aos dois anteriormente apresentados, entretanto, elas guardam semelhanças quanto à finalidade. Destacamos que essa diferença de estrutura pode ser pelo fato de o escriba desses dois mandados ser o escrivão a mando do delegado, que o assina.

Primeiramente, há nos mandados exemplificados abaixo um protocolo inicial com cabeçalho, constando nome e titulação do delegado responsável pela emissão do documento. Depois então, o escrivão redige o conteúdo do mandado. As duas peças iniciam-se com a sentença *mando a qualquer oficial de justiça que sendo-lhe este apresentado indo por mim rubricado*, seguida do nome das testemunhas, local, hora de comparecimento e motivo da intimação. O protocolo final é composto por data e fórmula de encerramento, recorrente nas peças protocolares anteriormente estudadas: *Eu Joaquim Franco de Pontes escrivão que escrevi*; finalizado com a assinatura do delegado. Ressalta-se que o CPC de 1832 traz em seu art.192 a prescrição da estrutura de um mandado de busca. No referido código consta quem deve ser o autor material da peça (escrivão), o responsável pela emissão (juiz/delegado) e o conteúdo do mandado de busca. Todavia, ao compararmos o artigo com o mandado de busca aqui estudado (exemplo 29) percebemos que essas prescrições não são seguidas. No entanto, se as compararmos aos mandados de intimação – lavradas pelo escrivão, assinadas pelo juiz e contendo todos os dados necessários à intimação – percebe-se que há uma semelhança maior entre o mandado de intimação e a prescrição no CPC de 1832 do que há entre o mandado de busca e a prescrição contida no referido Código Processual, como se vê nos exemplos (31) e (32):

(31) O Capitão Joaquim Quirino dos - | Santos Delegado de Policia desta | Cidade de Campinas. | Mando aqual quer official de Jus - | tiça que sendo-lhe este apresen - | tado indo por mim rubricado em seo cumprimento cito a - | José Clemente para compare - | cer amanhã as des horas na - | salla das audiencias afim de - | depôr como testemunha no pro - | cesso crime que se move a José | Tangará e Manoel preto li - | berto, sob as penas da lei. a - | que cumpra. Campinas 11 - | de Maio de 1871. Eu Joaquim | Franco de Pontes | Escrivão escrevi. | Quirino Junior [Fólio 21r; linhas 1050-1069]

(32) O Capitão Joaquim Quirino dos - | Santos Delegado de Policia desta | Cidade e termos deCampinas. | Mando aqual quér official de - | Justica que sendo-lhe este apre - | sentado indo por mim ru -| bricado, cite a Ezequiel Martins | de Siqueira, e Doutor Philemon | de Cuvillom para comparece - | rem amanhã as dés horas do - | dia na salla das audiências | afim dedeporem no processo | crime que se move a José Joa -| quim Penteado, e Manoel preto | liberto, sob as penas da lei. aque - | cumpra. Campinas 12 de Maio | 1871. Eu Joaquim Franco de Pon | tes Escrivão que escrevi. | Quirino Junior [Fólio 24r; linhas 1206-1226]

Os documentos prescritivos nos levam a perceber cada vez mais que um processo-crime abre espaços para diversas realizações linguísticas e que textos com finalidades iguais podem apresentar realizações enunciativas diferentes a depender do escriba, ora tendendo à prescrição e rigidez estrutural, ora tendendo à flexibilidade. Apesar das diferenças, essas peças guardam entre si o mesmo uso de estruturas morfossintáticas (modo imperativo do verbo, com preferência à voz passiva), que garantem o cumprimento da finalidade comunicativa do documento.

4.3 Documentos “narrativos”⁶⁴

As peças processuais apresentadas nesta seção são dois exemplares que separamos dos documentos protocolares e os classificamos como documentos *narrativos*: o auto de busca e apreensão e o auto de prisão. Após o delegado Joaquim Quirino Júnior receber uma carta denunciando Juca Tangará e Manoel de crime de feitiçaria e homicídio, o delegado manda que sejam apreendidos objetos e tudo o que pudesse comprovar a acusação; ordena ainda que os indiciados encontrados no local, durante a diligência, sejam presos. O auto de busca e apreensão e o auto de prisão “narram”, ainda que de forma sucinta, os fatos ocorridos nas diligências feitas a mando do delegado.

Quando utilizamos a palavra “narrar”, de modo algum nos remetemos aos gêneros textuais narrativos, pois não é esse o caso. Aqui a classificação serve tão somente para indicar que esses documentos, lavrados pelo escrivão da Delegacia de Campinas, apesar de apresentarem protocolos de início e fim, tais quais as peças que classificamos como

⁶⁴ Para as peças processuais apresentadas nesta seção e nas seções seguintes (4.1.4, 4.1.5 e 4.1.6) não encontramos definições em Bellotto (2002). Nosso ponto de apoio para a análise foram, em grande medida, os códigos da época (CPC 1932, Regulamento 120) em que o processo-crime foi concebido.

protocolares, possuem uma finalidade a mais e diversa daquela apresentada pelos *protocolares*: elas fazem constar um ato jurídico, mas contam efetivamente qual foi o fato ocorrido. Os documentos *protocolares* não acrescentam informações ao processo, ao passo que os *narrativos* somam informações que serão posteriormente esmiuçadas e apreciadas por outros atores do processo-crime.

Nesses documentos vê-se o recorrente uso das estruturas de voz passiva, tanto sintética, quanto analítica. Além disso, em relação aos aspectos discursivos, esses documentos caracterizam-se pela clareza e objetividade na elaboração do texto. Há outras características discursivas, tais como:

- a) Apresentam protocolos de abertura/fechamento, ainda que não perfaçam a maior parte do texto;
- b) Os protocolos seguem um padrão de fórmulas mais fixas, evidenciando o espaço para as permanências no processo-crime;
- c) São textos, em certa medida, públicos, uma vez que pertencem à esfera pública;
- d) São textos cujo grau de simetria é ascendente, pois são elaborados com o fim de serem remetidos à apreciação do funcionário superior daquele que escreve – no processo-crime analisado, é o escrivão da delegacia quem lavra esses autos, encaminhando-os posteriormente ao delegado.
- e) Sua principal finalidade é narrar fatos ocorridos;
- f) Há fixidez temática;
- g) Há um alto grau de planejamento e controle do textos.

4.3.1 Auto de busca e apreensão

O *auto de busca e apreensão* é intitulado pelo próprio escriba. Essa peça apresenta protocolo inicial composto por título e pela fórmula de abertura “*anno do nascimento de Nosso senhor Jesus christo de [data], [local]*”. No corpo do texto narram-se os fatos ocorridos durante a diligência. O protocolo final é composto pela fórmula de encerramento “*do que para constar lavro este auto [...] Eu Joaquim Franco de Pontes Escrivão escrevi*”, juntamente as assinaturas do delegado e das testemunhas. Exemplo:

(33) Auto da Busca e apreensão. | Anno do Nascimento de Nosso se- | nhor Jesus christo de mil oito | sentos Setenta e um, aos nove - | de Maio nesta Cidade de Cam - | pinas e chacara em que mo - | ra José Joaquim Penteado onde | veio o Delegado de Policia Capitão | Joaquim Quirino dos Santos com - | migo escrivão adiante no - | meado, **ahi procedeo-se** a - | uma menuciosa busca na | casa do mesmo Penteado, e - | **encontrou-se diverços objec - | tos e raizes, pózes e mais | substancias** as quaes o Mere | tissimo Delegado mandou que | **fossem aprehendidos** afim | de se proceder á um exame - | em tudo; **doque para cons - | tar lavro este auto** que o - Juiz assigna com o official de - | Justiça e testemunhas pre | sentes. **Eu Joaquim Franco | de Pontes Escrivão escrevi. | Joaquim Quirino dos Santos | Raphael Lopes Branco | Luiz Gonzaga d'Almeida Magalhaes.** [Fólio 3r; linhas 66-94]

4.3.2 Auto de prisão

Tal como o anterior, o *auto de prisão* enquadra-se como um documento *narrativo*, uma vez que sua finalidade última é também contar os fatos ocorridos durante a diligência procedida na casa dos réus. Partindo da mesma diligência, originaram-se dois documentos: o da busca e apreensão e o da prisão.

Intitulado pelo próprio escriba como *auto de prisão*, esse documento é lavrado no momento seguinte à diligência que faz a busca e apreende objetos na casa dos indiciados, pois, naquele mesmo momento, os acusados são recolhidos à prisão. São exatamente esses fatos que são narrados no auto.

Sua estrutura protocolar inicial é composta por título e pela fórmula de abertura comum a outras peças do processo-crime “*em seguida*”. Na sequência, o escrivão narra a prisão e então encerra a peça com o protocolo de encerramento, cuja fórmula também estava presente no auto de busca e apreensão “*do que para constar lavro este auto. Eu Joaquim Franco de Pontes Escrivão que escrevi e assignei.*”. Exemplo:

(34) Auto de prisaõ. | Em seguida o Meretissimo Juís | ordenou que **recolhessem-se** | aprizaõ José Joaquim Pentea - | do, conhecido por Tangará, | e um preto velho de nome - | Manoel que **foi encontra - | do** na mesma casa, oque - | tudo **foi fielmente cumpri - | do** pelo official de Justiça | da deligencia. **Para constar | lavro este auto. Eu Joa - | quim Franco de Pontes, Escri - | vam que escrevi e assignei. | Joaquim Franco de Pontes**

Note-se que há uma pequena variação na realização dessa fórmula em especial, pois há o acréscimo do verbo *assinar*, diferente dos registros observados nas demais peças do processo-crime sob análise. Mais uma vez houve preferência por parte do escrivão em lavrar o auto com a estrutura de voz passiva.

4.4 Documentos de Perguntas/Respostas

Uma quarta classificação feita às peças do processo-crime refere-se aos documentos que registravam situações de interação entre as partes, cujo resultado geraram autos com estruturas *de perguntas e respostas*.

Tal como observamos até então e como afirmam Simões & Kewitz (2009:715), num documento jurídico há a tendência de repetição de estruturas e fórmulas, pois essas características, além de fazerem parte das tradições discursivas dos textos jurídicos, fazem valer o que está sendo registrado, tornando-os oficiais.

Nessa categoria de documentos – *perguntas e respostas* – há, no entanto, a expectativa de “quebra” desse padrão de repetições, no sentido de que a formulação do texto dependerá sobretudo das respostas dadas pelas pessoas inquiridas, o que, em princípio, daria margem a menor controle do texto por parte do escriba (cf. Maiar 2002, *apud* Moraes de Castilho 2009: 665).

Nesse conjunto de documentos, encontramos inquéritos, autos de perguntas, interrogatórios, autos de exames, entre outras “variedades” que apresentam o que Oesterreicher (2001:203) refere-se como *retextualização*, já aludido no início do presente capítulo. É a partir da “narração” oral de peritos, testemunhas e réus que o escrivão Joaquim Franco de Pontes irá retextualizar esses enunciados e “formatá-los”, adequando-os à forma jurídica/formal que um processo-crime requer.

As peças processuais classificadas como *perguntas e respostas* caracterizam-se pelo discurso indireto, pois não há a reprodução fiel da fala das pessoas a quem as perguntas são dirigidas. Nesse sentido, pode-se dizer que é nesse espaço em que aparecem as “outras” vozes do processo-crime, que não apenas as dos funcionários da justiça. Isso caracteriza todos os documentos que aqui são apresentados.

Outro traço comum a todas as peças desta subseção é presença das tradições discursivas jurídicas, realizadas por meio de fórmulas e estruturas linguísticas próprias ao gênero, com protocolos inicial e final. Além disso, contam com a referenciação a textos jurídicos norteadores da época (CPC 1832; Regulamento 120). os quais trazem em si não apenas as linhas gerais dos ritos processuais, mas também prescrições da forma e conteúdo textual, revelando a importância que a tradição, aquilo que é esperado e previsto, possui em textos da esfera jurídica.

Todas as peças foram compostas seguindo padrões condizentes com as sua própria

finalidade e estruturas protocolares de início e fim. Apesar de esses padrões protocolares conterem fórmulas já observadas em outros documentos descritos em seções anteriores, apresentam fórmulas próprias que ajudaram a distinguir essas peças de outras e a elencá-las num mesmo conjunto de documentos.

No corpo do texto dessas peças registram-se, ainda que indiretamente, as vozes dos diferentes atores/personagens do processo-crime. Apesar das especificidades de cada peça, alguns outros aspectos comuns podem ser delineados, corroborando assim para sua classificação como *documentos de perguntas e respostas*. Cabe ressaltar, ainda, que nessas estruturas, apesar de indiretas, há o uso do ponto de interrogação, correspondendo a uma possível tradição discursiva desse tipo de documento jurídico.

Primeiramente são peças cujos autores intelectuais (ou declarantes) são diferentes do autor material (escrivão), estando os primeiros sempre submetidos aos filtros históricos, sociais, linguísticos e funcionais do segundo. Partindo desse ponto, é passível de observação as permanências e/ou mudanças dentro de uma norma “mais culta e/ou formal”, ou até mesmo “menos culta e/ou informal”, dado que essas peças processuais abrem espaços para o registro da interação entre os interlocutores de um processo-crime, ainda que de maneira indireta. Vale lembrar que os atores desse processo-crime analisado são pessoas de diversas classes sociais e de diferentes graus de instrução, conforme foi apontado na seção 1.5 do primeiro capítulo do presente trabalho.

Os documentos expostos nesta seção contêm suas especificidades quanto aos interlocutores envolvidos (conforme apresentado no capítulo 1, subseções 1.5.1 e .5.2). Há diferentes graus de simetria, finalidade dentro do todo do processo-crime, entre outras condições comunicativas. Contudo, todos possuem em maior ou menor grau as seguintes características, além das já citadas:

- a) Apresentam protocolos de abertura/fechamento, ainda que não perfaçam a maior parte do texto;
- b) Os protocolos seguem um padrão de fórmulas, evidenciando os espaços que tendem às maiores permanências no processo-crime;
- c) São textos, em certa medida, públicos, uma vez que pertencem à esfera pública;
- d) São textos cujo grau de simetria pode ser considerado ascendente do ponto de vista de quem escreve e para quem escreve, já que são documentos lavrados pelo escrivão para a apreciação do delegado/juiz e dos advogados de defesa e acusação. Ao mesmo tempo são

documentos cujo grau de simetria poderia ser considerado igual ou descendente do ponto de vista social, levando-se em conta quem emite o enunciado (réus, testemunhas, peritos) e quem o filtra e o transcreve do meio fônico para o gráfico, isto é, o autor intelectual e o autor material são na maioria das vezes pessoas de diferentes graus social e de instrução.

e) São textos com fixidez temática;

f) Sua principal finalidade é registrar as narrativas das diferentes vozes presentes no processo, ouvidas por meio de interrogatórios.

g) Há um alto/médio grau de planejamento e controle dos textos, uma vez que essas peças precisam seguir as tradições discursivas do gênero de perguntas e respostas em documentos processuais, mas ao mesmo tempo são os registros de fala, cuja característica, dentre outras, é maior grau de espontaneidade.

4.4.1 Auto de Exame

O primeiro documento que aqui expomos é uma peça intitulada pelo escriba como *auto de exame*. Após as buscas e apreensões feitas na casa dos réus, o juiz manda intimar os peritos/farmacêuticos Joaquim Correa de Mello e Júlio Lehmann a fim de examinarem os objetos apreendidos. A peça é escrita pelo escrivão e assinada pelo delegado, peritos e testemunhas. É um documento mais extenso em relação aos apresentados anteriormente.

O *auto de exame* é um texto claro e objetivo, cuja finalidade é esclarecer de maneira científica a função dos objetos apreendidos. Mais que um documento de registro de discurso indireto, o *auto de exame* é “laudo pericial”, transcrito pelo escrivão. A simetria entre as partes (aquele que declara e aquele que escreve), do ponto de vista instrucional, pode ser considerada horizontal/ascendente, visto que são pessoas alfabetizadas. Os peritos são profissionais com ensino superior ou, ao menos, com alto grau de especialização na área em que atuam. Do ponto de vista da hierarquia jurídica, é um documento ascendente, dado que sairá das mãos do escriba para a apreciação dos advogados, delegado e juiz.

O *auto de exame* é composto por três partes distintas: a primeira é o protocolo inicial composto por título e a fórmula de abertura “*anno de nascimento de Nosso senhor Jesus christo* [data], [local] e [pessoas presentes]”, semelhantemente a outras peças de diferente classificação (como no exemplo 33). Salientamos, entretanto, que essa é uma fórmula pouco comum às demais peças estudadas, mas recorrente nos autos em que são lavradas as perguntas e respostas. A segunda fórmula presente nos autos é “*a elles o Juis difirio o juramento dos*

Santos Evangelhos na forma da lei”.

Partindo das fórmulas de juramento, o escriba inicia o corpo do texto propriamente dito que é o parecer dos peritos. Eles identificam ao delegado o que era cada objeto achado na casa dos réus, os “*pózes e raízes*” e qual a finalidade de cada um deles do ponto de vista médico/científico. Há pistas de que o registro escrito acontecia quase simultaneamente ao depoimento dos peritos, ainda que de forma indireta. Tais pistas são, por exemplo, a constatação, no protocolo inicial, da presença física dos peritos no momento de elaboração da peça processual, além das marcas de correção com o marcador *digo*, como se vê no exemplo (35) adiante.

O corpo deste documento tem dois momentos distintos. No primeiro o escrivão apenas lavra o “laudo” dos peritos; no segundo *de pergunta e resposta*, o escrivão registra os esclarecimentos provenientes do “diálogo” de perguntas e respostas dos interlocutores (delegado e peritos). A primeira parte do corpo do texto é uma descrição dos artefatos examinados, em cujo trecho o escriba vale-se, principalmente, de verbos no pretérito perfeito na 3ª pessoa do plural – “*eles declararão*”, “*encontrarão*” etc – e da voz passiva – “*substancia* (...) *fosse dada*” – para fazer a transcrição da fala dos peritos.

A segunda parte do documento é composta pelo registro das perguntas de esclarecimento feitas pelo delegado aos peritos. A maneira pela qual o escrivão opta por fazer a transcrição dessas perguntas e respostas apresenta uma variação em relação às encontradas em outros autos com a mesma finalidade (lavar a fala alheia). Como será visto adiante, a estrutura preferida nesse tipo de documento é “*perguntado se* [e variações]... *respondeo/disse que*”, sem a indicação do agente da passiva. No auto de exame, no entanto, o escrivão opta por utilizar a voz passiva analítica em substituição à estrutura reduzida de participípio, topicalizando o agente da passiva “*Pelo juiz foi perguntado se...; Pelos Peritos foi dito que ...*”.

No protocolo final há a fórmula típica de encerramento, como já mencionamos anteriormente, “*escrivão que escrevi*”. Uma fórmula de finalização verificada apenas em documentos que registram as vozes do processo-crime é: “*e por nada mais terem visto* [e variações como *dito, declarado* etc.], *tudo se lavrou o presente auto que o Juiz assigna com* [nome/função das pessoas envolvidas]”, conferindo fé pública ao documento e as assinaturas das pessoas envolvidas no auto: delegado, escrivão, peritos e testemunhas. No exemplo (35) abaixo expusemos alguns trechos exemplificativos do *auto de exame*:

(35) Auto de exame. | **Anno de Nascimento de Nosso se - | nhor Jesus christo** de mil oito | centos Setenta e um aos nove de - | Maio nesta Cidade de Campi - | nas e Salla das audiencias onde - | veio o Delegado de Policia Capitaõ | Joaquim Quirino dos Santos com - | migo escriptaõ adiante nomeado, | perguntas os Pharmaceuticos Julio - | Agatham Lehman e Joaquim | Corrêa de Mello, á elles o Juis difirio | **o juramento dos Santos Evangelhos | na forma de lei**, e encarregou - | lhes que procedessem á exame | nas raizes e mais objectos in - | contrados [...] | a- | verificar se alguma, ou todas | são venenozas. Passando os Piritos | a fazerem os exames necessarios - | concluidos os quaes **declararaõ** | o seguinte: = Que encontraraõ | deverças raizes taes como a cha | **mada Sipó de cruz, jarrinha, | Amendoirãna, de guiné, gen - | gibre, cascas de Semaruba, e - | casca d’anta;** alem disto in - | contraraõ mais pedaços de - | **fumo, de cêra da térra, pemen - | ta negra, inxõfre, rozarios, | benzos, espinhos de oriços, [eou] - | e** outras substancias, todas conhe- | cidas por elles Piritos, e que as - | reconhece por innocentes. | Declararaõ mais que encontra- | raõ uma mis tura de ploto- | Clurureto de mercurio mistu- | rado com deotoxo de mercu- | rio em porçaõ que calcu- | laraõ em uma oitava de - | peso porçaõ esta que se - | fosse dada á alguém em gerir - | toda de uma vez pelo effeito | pulgativo do proprio **digo**, do | plato cururureto de mercurio | seria illumiado o deotoxo que - | nenhum effeito toxico poderia | produzir, sendo aseu effeito a - | penas de produsir a salaivação | Epor nada mais, **digo**, salivação. | **Pelo Juis foi perguntado** se naõ | era venêno, ou se naõ poderia | ser aplicado como tal um peda - | ço de couro de lagarta, uma fru - | ta de nome – Coroanha e uma - | porçaõ de espinhos de Oriço, | que se achaõ presentes. **Pelos Piritos foi dito** [...] | [...] **Epor nada mais | terem visto e que declarar dêo** - | se por findo o exame ordena - | do, ede tudo se lavrou opre - | sente auto que o Juis assigna - | com os Piritos, etestemunhas. | **Eu Joaquim Franco de Pontes | Escrivaõ que escrevi.** [...] [Fólio 5r-6r; linhas 154-166, 174-186, 206-212, 232-239]

4.4.2 Autos de Qualificação

As peças sob o título de *autos de qualificação* são registradas pelo escrivão Joaquim Franco de Pontes e têm como finalidade fornecer dados da identidade dos supostos criminosos. Importante notar que todas as pessoas que prestam o testemunho são perguntadas preambularmente sobre sua idade, profissão e instrução. Todas são qualificadas, porém, o registro dessa “qualificação” é feito de maneira preambular durante os autos de testemunho. Desse modo, o auto de qualificação é uma peça exclusiva à qualificação dos réus. Tal peculiaridade está prescrita no regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842, art. 171.

Assim sendo, há dois *autos de qualificação* no processo-crime analisado, visto que são dois acusados. É um documento com grau de simetria ascendente, pois, tal qual o anterior, é lavrado pelo escrivão e encaminhado a um superior. A relação entre autores intelectuais (réus) e autor material (escriba) também é assimétrica, pois ambos os réus (autores intelectuais) não têm instrução ou sequer sabem ler e/ou escrever

No primeiro auto, consta um protocolo inicial feito por título e cabeçalho (nome do qualificado, data, local) e referência ao artigo no qual o delegado se embasa para fazer as perguntas de identificação dos réus. Mais uma vez, a fórmula inicial é “*anno de nascimento de nosso senhor jesus christo*”, porém sem o juramento aos Santos Evangelhos.

Já no segundo auto (o do réu Manoel), não há a repetição da data, do local e da presença das autoridades (delegado e escrivão), pois acontece no mesmo dia e em ato seguido ao auto de qualificação anterior (o do réu Juca Tangará). O escrivão limita-se a utilizar a

fórmula de abertura recorrente nesses casos “*elogio em acto sucessivo*”, observada em outros documentos já descritos. Na sequência, o escrivão passa para o registro do corpo do texto, evocando o artigo no qual o *auto de qualificação* se baseia. O corpo do texto é composto pelas respostas às perguntas previstas no artigo 171 do Regulamento de 31/01/1842, conforme se segue:

Art. 171. Na primeira ocasião em que o réo comparecer perante a Autoridade policial, ou criminal, lhe será perguntado o seu nome, filiação, idade, estado, profissão, nacionalidade, o lugar de seu nascimento, e se sabe ler ou escrever, lavrando-se das perguntas, e das respostas, um auto separado, com a denominação de auto de qualificação. (Regulamento 120, 1842, grifo nosso)

No protocolo final, a peça contém a fórmula de encerramento “*eu [nome] escrivão que escrevi*” ou “*escrevi*” e as assinaturas do delegado e do réu, ou nesse caso, a da pessoa que assina a rogo do réu. Ressaltamos que, além dessa fórmula bastante recorrente no processo-crime, há variação de uma fórmula de encerramento presente em todos os autos que contém discurso indireto: “*e como nada mais respondeo, o juiz mandou lavrar o presente auto, que lido assigna*”.

Os dois *autos de qualificação* são de menor extensão se comparados aos demais contendo perguntas e respostas, pois eles objetivam apenas qualificar os réus, não acrescentando nenhuma informação em relação ao conteúdo do processo-crime. Aqui não há a presença de estruturas do tipo “*perguntado (...) respondeo*”, pois apenas são lavradas as respostas, conforme observamos nos exemplos abaixo:

(36) Auto de Qualificação feito á - | José Joaquim Penteado, conheci - | do por Juca Tangará. | Anno de Nasciemnto de Nosso - | Senhor Jesus christo de mil oito | centos setenta e um, aos dés de | Maio nesta Cidade de Campinas | na Salla das audiencias onde - | veio o Delegado de Policia Capitaõ | Joaquim Quirino dos Santos com - | migo escrivão adiante nomea - | do do prezente José Joaquim Pen - | teado, a este o Juis fes as perguntas | do artigo cento e setenta e um - | do Regulamento de trinta e um - | de Janeiro de mil oito centos equa - | renta edois, atudo respondeo - | chamar-se José Joaquim Pentea - | do, filho de Joaquim Antonio | Penteado, ede sua mulher, casado, | de idade cincoenta e tres annos, | natural de Saõ Paulo, e residente | nesta Cidade, onde vive de seo | trabalho, não sabe ler nem escrever. | Ecomo nada mais respondeo, o | Juis mandou lavrar oprezente | auto, que lido assigna com o qua - | lificado sendo arogo ante Joaquim - | digo José Francisco de Camargo Brito. | Eu Joaquim Franco de Pontes escrevi. | Joaquim Quirino dos Santos | José Francisco de Camargo Brito [Fólio 9r; linhas 321-354]

(37) Elogio em acto sucessivo, prezen - | te o preto liberto Manoel, á elle - | o Juis fes as perguntas do arti - | go cento e setenta e um do - | Regulamento de trinta e um - | de Janeiro de mil oito centos | equarenta edois, atudo res - | pondeo pela forma seguim = | te = chamar-se Manoel, filho | de Dom José, e de sua mulher ca - | sado, de idade noventa annos - | mais ou menos Africano, | eque foi escravo do Ca - | pitaõ Brito Dias, eque - | hoje é livre, e morador - | nesta Cidade, não sa - | be ler nem escrever. Eco - | E como nada mais disse | nem foi perguntado man - | dou o Juis lavrar este | auto que assigna com o - | Réo sendo arogo deste José Fran - | cisco de Camargo Brito. Eu - | Joaquim Franco de Pontes | Escrivam que escrevi. | Joaquim Quirino dos Santos | José Francisco de Camargo Brito [Fólio 10v; linhas 434-455]

4.4.3 Auto de perguntas feitas aos Réus

Apesar de haver dois réus, há apenas um *auto de pergunta* dentro do processo-crime, em que são lavradas de modo indireto as perguntas feitas concomitantemente aos dois acusados. Antes do auto de perguntas, porém, o escrivão registra o auto de qualificação de José Joaquim Penteado (Juca Tangará); em ato seguinte, lavra o auto de perguntas, e só então faz um segundo auto de qualificação, dessa vez o de Manoel, o preto liberto.

Essa sequência dos fatos é importante, pois o protocolo inicial desse auto de perguntas apresenta o título e uma remissão ao auto de qualificação por meio da fórmula “*em acto sucessivo*”. Após essa apresentação, o delegado inicia as perguntas, que comporão o corpo do texto.

Conforme anunciado anteriormente, nesse auto de perguntas e nas demais peças descritas adiante, há o uso recorrente da estrutura formada pelas orações subordinadas “*perguntado se (...) respondeo que*”, sem a variação observada no auto de exame (com o uso da voz passiva e a topicalização do agente da passiva).

Além dessas características do protocolo inicial e do corpo do texto, os autos de perguntas dos réus e os demais autos inquisitivos do processo-crime exibem como protocolo final a fórmula mais “genérica”: “*Eu, (nome), escrivão que escrevi*”, junto à fórmula de encerramento para autos desse tipo “*do que para constar o Juis mandou lavrar este auto que assigna*” e as assinaturas do réu (assinado a rogo) e do delegado. Abaixo seguem alguns trechos do auto.

(38) Auto de perguntas feitas a José | Joaquim Penteado - | Em acto sucessivo, presente o Reó Joze - | Joaquim Penteado, a elle o Juis fes | as seguintes perguntas: **Pergun - | tado se** tinha dado remedios | á um mosso que se achava - | doente na sua vizinhança ? | **Respondeo que** o pai do mes - | mo mosso foi chamal-o - | [...] depois de lhe ter esfregado os - | pulços, e os peitos. **Perguntado | se** sabia qual a doença deque - | se achava affetado dito mósso? | **Respondeo que** a doença de - | que **se achava afetado** era | feitiçaria por que o mósso | [...] essas feitiçarias. **Pergunta - | do** com que fim rasgaraõ | o peito e chuparaõ com ca - | nudo de chifre? **Respondeo | que** quem fes essa operação | foi um negro de Indaiatu - | ba de nome Manoel, eque | ofim foi ver se por ali - | tirava alguma feitiçaria. | [...] | sido comidos. **Doque para - | constar o Juis mandou - | lavrar este auto que assig - | na com o Reó. Sendo arogo -| deste José Francisco de Camar - | go Brito. Eu Joaquim Fran- | co de Pontes. Escrivão escrevi. | Joaquim Quirino dos Santos | José Francisco de Camargo Brito.** [Fólio 9v-10v; linhas 355-431]

4.4.4 [Autos testemunhais]

Os autos descritos nesta subseção são intitulados pelo escrivão como “*testemunhas*”. Nessas peças as pessoas que presenciaram os atos de feitiçaria e curandeirismo praticados

pelos réus Joaquim Penteado e Manoel são interrogadas para que o delegado saiba se de fato os acusados foram ou não os causadores da morte de Manoel do Espírito Santo.

A forma como as falas das testemunhas serão tomadas está prevista no CPC de 1832, no capítulo VI “*Das Provas*”, arts. 84 a 88, conforme segue:

Art. 84. As testemunhas serão offerecidas pelas partes, ou mandadas chamar pelo Juiz ex-officio.

Art. 85. As testemunhas serão obrigadas a comparecer no lugar, e tempo, que lhes foi marcado; não podendo eximir-se desta obrigação por privilegio algum.

Art. 86. As testemunhas devem ser juramentadas conforme a Religião de cada uma, excepto se forem de tal seita, que prohiba o juramento.

Devem declarar seus nomes, pronomes, idades, profissões, estado, domicilio, ou residencia; se são parentes, em que gráo; amigos, inimigos, ou dependentes de alguma das partes; bem como o mais, que lhe fôr perguntado sobre o objecto.

Art. 87. A declaração das testemunhas deve ser escripta pelo Escrivão: o Juiz a assignará com a testemunha, que a tiver feito. Perante o Jury se guardará o que está disposto nos arts. 266, e 268.

Se a testemunha não souber escrever, nomeará uma pessoa, que assigne por ella, sendo antes lida a declaração na presença de ambas.

Art. 88. As testemunhas serão inquiridas cada uma de per si; o Juiz providenciará que umas não saibam, ou não oiçam as declarações das outras, nem as respostas do autor ou réo. (Código de Processo Criminal de Primeira Instância 1832, grifo nosso)

As partes dos artigos acima expostos perfazem o que será identificado como protocolo inicial dos autos testemunhais. Tais protocolos ajudam a conferir autoridade e oficialidade ao documento, corroborando o que já foi afirmado ao longo deste capítulo: as estruturas protocolares compostas por fórmulas fixas revelam tradições discursivas próprias do domínio jurídico. Relevam ainda o diálogo de diferentes textos (códigos e processos), pertencentes ao mesmo âmbito discursivo (jurídico).

É pertinente ressaltar que, de acordo com o que se expôs no primeiro capítulo desta dissertação, ao todo são sete testemunhas de diferentes etnias, níveis sociais e graus de instrução. Desse modo a simetria entre declarante e escriba varia de acordo com o testemunho sob análise.

No protocolo inicial desses autos há o título “*Testemunha*”, particularizado quanto ao número/ordem em que aparece no processo (1^a; 2^a etc.). Logo abaixo do título, o escrivão inicia a qualificação da testemunha e a juramenta aos Santos Evangelhos, repetindo a fórmula “*aos costumes jurou aos Santos Evangelhos na forma da lei*”, de acordo com o artigo 86 do CPC 1832. O testemunho é prestado frente às autoridades (delegado e escrivão) e aos réus.

O corpo do texto é composto pela transcrição indireta de perguntas e respostas, com a oração subordinada “*perguntado se ... respondeo que*”, tal como nos autos anteriormente aqui apresentados. Ao final do auto, quando o delegado termina as perguntas que achava

necessárias, a palavra é dada aos réus, que, em alguns testemunhos, se manifestam. Após essa declaração, o auto é lido e assinado pelos presentes. Esses atos são marcados por meio das fórmulas “*dada a palavra aos réos...*” e “*elido assigna com o Juiz, e Réos ...*”. Tais fórmulas se repetem ao fim de todos os autos testemunhais, fazendo parte do protocolo final. Ao todo o processo-crime apresenta seis autos de testemunhas e uma de testemunha informante⁶⁵. Nos exemplos (39) e (40) podem ser observadas as características apontadas.

O primeiro exemplar (39) refere-se à quarta testemunha, pai da vítima Manoel do Espírito Santo. Ao início da peça observamos a sua qualificação, ainda que não tenhamos reproduzido integralmente o seu testemunho. Percebe-se que o corpo do texto deste tipo de auto repete a fórmula com a oração subordinada “*perguntado ... respondeo*”, demonstrando o diálogo ocorrido entre o delegado e testemunha.

(39) Testemunha quarta | João José de Souza, viúvo, de ida - | de sessenta anos, natural da - | Cidade de São Paulo, residente | nesta Cidade, onde vive de | seo trabalho. Aos costumes | disse nada. Jurou aos Santos | Evangelhos na forma da lei, | eprometeo diser averdade - | doque soubesse eperguntado | lhe fosse. **Perguntado** pela - | denuncia, disse que é verda - | de que o doente de nome Mano - | el éra seo filho, eque se achan - | [...] essa noite. **Perguntado por** - | **que** rasaõ o Doutor Cuvillom | não continuou a curar - | seo filho? **Respondeo que** seo - | filho lhe dissera que não - | tinha dinheiro para con - | [...] | sabe. **Dada apalavra** aos - | Réos, não contestaraõ. | **Elido assigna** aseu rogo - | Francisco Borges de Souza, | **com os Réos** sendo arogo - | destes José Francisco de - | Camargo Basto com - | o Juis. Eu Joaquim | Eu Joaquim Franco de - | Pontes Escrivaõ escrevi. | Quirino Junior | Francisco Borges de Souza | José Francisco de Camargo Brito [Fólios 17r-19v; linhas 835-992]

Outro aspecto linguístico observado nos autos testemunhais está nos segundo e terceiro testemunhos. Importante salientar que há duas mulheres que depõem durante o processo. No exemplo (40) abaixo, fica evidente a padronização percebida durante os autos testemunhais, observados no processo-crime analisado. O verbo na formas de particípio, como em “perguntado”, apresenta a possibilidade e a prescrição normativa de flexão de gênero de acordo com quem é perguntado. Contudo, todos os exemplos estudados no processo-crime mantêm a marca de gênero no masculino, independentemente de a testemunha ser homem ou mulher. Conforme podemos observar no exemplo abaixo, a testemunha é Maria Gertrudes, mas o verbo é mantido no masculino, tal como a palavra *morador*.

(40) Testemunha Terceira | Maria Gertrudes da Conceição, | casada de idade trinta annos, natural e **morador** [...] | **Perguntado** - | pela denuncia, **disse** que | sabe que tratou de Manoell Floriano do Espírito Santo, José | Tangará [...] **Perguntado** se sabia qual | o effeito [...] | Respondeo | que ouvio dizer [...] | **Perguntado** se sabe | que fizeraõ cizuras no corpo [...]. [Fólio 14r-14v; linhas 670-673, 681-685, 691-693, 710-711]

⁶⁵ A única diferença entre as testemunhas “normais” e a testemunha informante é que a última não precisa prestar juramento aos evangelhos.

4.4.5 Interrogatório

Ao fim das inquirições às testemunhas, são feitas novas perguntas aos réus, dessa vez na forma de interrogatório. A primeira vez que a versão dos acusados é ouvida acontece no dia 10 de maio de 1871, por meio do auto de perguntas. Posteriormente são inquiridas as primeiras testemunhas e, com base em suas falas, o delegado manda intimar mais pessoas, cujas oitivas acontecem nos dias subsequentes. Ao fim de todas essas audiências, os réus voltam a ser ouvidos, agora sob a forma de interrogatório.

Diferentemente do que acontece no auto de perguntas, feito somente a José Joaquim Penteado, os interrogatórios são realizados com os dois réus e lavrados separadamente. A previsão do que é e de como auto de interrogatório deve ser lavrado está contida nos arts. 97 a 99 do CPC 1832 da seguinte forma:

Art. 97. Toda a vez que o réo, levado á presença do Juiz, requerer que as testemunhas inquiridas em sua ausencia sejam reperguntadas em sua presença, assim lhe será deferido, sendo possível.

Art. 98. O Juiz mandará ler ao réo todas as peças comprobatorias do seu crime, e lhe fará o interrogatorio pela maneira seguinte:

§ 1º Qual o seu nome, naturalidade, residencia, e tempo della no lugar designado?

§ 2º Quaes os seus meios de vida, e profissão?

§ 3º Onde estava ao tempo, em que diz, aconteceu o crime?

§ 4º Se conhece as pessoas, que juraram contra elle, e desde que tempo?

§ 5º Se tem algum motivo particular, a que attribua a queixa, ou denuncia?

§ 6º Se tem factos a allegar, ou provas que o justifiquem, ou mostrem sua innocencia?

Art. 99. As respostas do réo serão escriptas pelo Escrivão, rubricadas em todas as folhas pelo Juiz, e assignadas pelo réo, depois de as ler, e emendar, se quizer, e pelo mesmo Juiz.

Se o réo não souber escrever, ou não quizer assignar, se lavrará termo com esta declaração, o qual será assignado pelo Juiz, e por duas testemunhas, que devem assistir ao interrogatorio. (Código de Processo Criminal de Primeira Instância 1832, grifo nosso)

As peças de interrogatório apresentam como protocolo inicial o título “*interrogatório de*”, seguido do nome do réu. O primeiro interrogatório apresenta a fórmula inicial de data, local e pessoas presentes. Já o segundo interrogatório inicia-se com o sintagma preposicional “*em seguida*”, indicando ser um ato procedido em sequência do primeiro interrogatório.

O corpo do texto é a transcrição em discurso indireto com a oração subordinada “*perguntado se ... respondeo que*”, contendo exatamente todas as perguntas elencadas no art. 98 do CPC de 1832, com as respectivas respostas.

Ao responderem a última pergunta – se haviam algo que comprovava a inocência –

os dois respondem afirmativamente, oferecendo a comprovação por escrito. Dito isso, o delegado encerra o auto, ao que o escrivão lavra recorrendo às fórmulas “*mandou o Juiz lavrar este auto que lido assigna com o Reo sendo arogo deste (...) Eu [nome] escrivão que escrevi*”, seguido das assinaturas. No exemplo abaixo segue um trecho do interrogatório:

(41) Interrogatorio ao Reó Jose Joa - | quim Penteado. Anno do Nas - | cimento de Nosso Senhor Jesus - | christo de mil oito centos | setenta e um, aos dezesete | de Maio nesta Cidade de - | Campinas na Salla de audi - | encias onde veio o Delegado - | de Policia Capitaõ Joaquim Qui - | rino dos Santos com migo escri - | vaõ adiante nomeado, pre - | sente o Réo livre de forro, e sem | coacção passa o Juis a interro - | gal-o do modo seguinte: Perguntado qual o seu nome? Res- | pondeo chamar-se José Joaquim [...] | Perguntado d'onde é - | natural? Respondeo que [...] | Perguntado se tem - | factos á allegar ou provas | que o justifiquem ou mos _ | trem sua innocencia ? | Respondeo que tem, e offe - | rece por escripto, e re - | quer que se junte aos | aos autos. Pelo Juis foi - | deferido. E como nada - | mais respondeo man - | dou o Juis lavrar este | auto que lido assigna | com o Réo, sendo arogo | deste Jose Francisco de - | Camargo Brito. Eu Joa - | quim Franco de Pontes | Escrivão escrevi | Joaquim Quirino dos Santos. | Joze Francisco de Camargo Brito [Fólio 29r; linhas 1484-1503, 1526-1544]

Observamos que o registro das diferentes vozes do processo não se concretiza de maneira homogênea, apesar de apresentarem aspectos semelhantes entre si. Cada voz do processo-crime será colocada em um documento distinto, a depender do papel desempenhado por aquela pessoa no processo-crime (se é testemunha, perito ou réu).

Entretanto, percebemos que, apesar das distinções, há padronização de fórmulas e estruturas que permitem caracterizar documentos cuja principal função é lavrar um auto de perguntas e respostas. Tal padronização é, em larga escala, norteadada por outros documentos, alheios ao processo-crime analisado, mas pertinentes à análise do *corpus*, que são os códigos (CPC 1832; Lei regulamentadora 120) que prescrevem desde os atos até as formas linguístico-discursivas com que devem ser lavrados.

Esta seção corrobora ainda mais a afirmação de que estudar historicamente uma língua requer o estudo de vários tipos de discursos e várias tradições discursivas. Em outras palavras, percebemos que para estudar uma tradição discursiva específica é relevante atentar para outras tradições, ou seja, o diálogo com outros documentos sincrônicos e diacrônicos nos auxilia, em grande medida, a compreender o conteúdo e, principalmente, a forma como os enunciados são/foram realizados.

4.5 Documentos Argumentativos

Ao terminar os trabalhos investigativos e de formação de culpa dos réus, os acusados indicam que será oferecida a defesa por escrito. Nesse ponto, o processo-crime abre espaço

para dois documentos: as alegações da defensoria e as alegações da promotoria. Os dois documentos são lavrados por Delfino Pinheiro e Moraes Salles, defensor e promotor, respectivamente. Essas peças diferem completamente das até então estudadas, pois, ainda que façam parte do âmbito jurídico, suas finalidades são diversas àquelas até agora expostas.

Diferentemente das peças descritas nas seções anteriores, os dois documentos argumentativos não se prestam a ratificar, ordenar, narrar ou transcrever, são, antes de tudo, textos argumentativos. Suas características são:

- a) Não há nenhum tipo de protocolo ou fórmula linguística;
- b) São textos, em certa medida, públicos, pois pertencem a esfera pública;
- c) São textos cujo grau de simetria pode ser considerado horizontal, visto que são escritos por advogados para advogados ou funções similares dentro da esfera jurídica, mas sem subordinação intrínseca;
- e) São textos com tema altamente fixo;
- f) Sua principal finalidade é de argumentação, persuasão e refutação de declarações a favor ou contra os réus;
- g) Os textos apresentam alto grau de planejamento.

4.5.1 [Alegações da Defensoria]

A primeira peça argumentativa do processo-crime em análise é o auto elaborado pela defesa dos réus, a fim de comprovar a sua inocência. Há apenas um auto, válido para os dois, visto que o processo de formação de culpa estava considerando um “crime em conjunto”.

O auto de defesa apresentado por Delfino Pinheiro é um texto mais “espontâneo” se o compararmos aos documentos contendo protocolos, fórmulas ou estruturas fixas. No entanto, é um texto “delimitado” por outro documento: o Código de Processo Criminal de 1832. Segundo o art. 263 do CPC de 1832, “*findo este acto, o Advogado do réo desenvolverá sua defesa, apresentando a Lei, e referindo os factos, que sustentam a innocencia do réo, deduzidos em artigos succintos, e claros*” (grifos nossos). Essa prescrição perpassa todo o texto elaborado pelo defensor.

O texto inicia-se com a alusão a épocas anteriores em que acusados de crime de feitiço poderiam ser torturados com o objetivo de se extrair uma confissão de bruxaria.

Em seguida, o defensor constrói uma argumentação baseada no raciocínio lógico. Ele

alega que a fé em feitiços é algo atrasado de épocas mal iluminadas, e que é compreensível haver resquícios dessa crença, uma vez que a população tem em sua composição heterogênea escravos importados da África. Ao fim, ele afirma que esse processo, baseado na crença de um feitiço, mostra senão o atraso da sociedade brasileira.

Feita essa abertura, o advogado de defesa prossegue em sua exposição lembrando que o Livro Quinto das Ordenações Afonsinas trazia em suas leis previsão de tal crime de feitiço, mas que estava, à época, revogada. Faz alusão também que esse tipo de feiticeiro é bastante comum no interior e na corte, tudo em decorrência do atraso moral da sociedade.

Por fim, tendo descartado a hipótese de feitiço, simplesmente por não ser um crime previsto em lei anterior, o advogado, retomando o início do processo-crime, recorre aos argumentos de autoridade encontrados nos autos de exames e testemunho do doutor Cuvillom, que comprovam o estado de saúde já precário da vítima e a falta de intenção dos réus em cometer o delito. Dessa forma, ele encaminha seus argumentos para a conclusão, dizendo que talvez fosse o caso de aplicar as leis referentes à prática ilegal da medicina e logo refuta essa possível alegação da promotoria, visto que a lei regulamentadora desse tipo de caso ainda não tinha sido executada na província de Campinas.

A exposição final da defesa evidencia outro fato da sociedade brasileira oitocentista: a medicina paralela. Como é exposto durante todo o documento e sumarizado na defesa, a vítima, supostamente assassinada, já sofria de uma enfermidade terminal, tendo recorrido ao médico convencional. Vale lembrar que, a essa época, os médicos eram particulares, o que restringia o acesso à saúde àqueles que podiam pagar. Isso abria espaço para o exercício dos ditos curandeiros. O pai da vítima diz que busca auxílio dos réus somente após o dinheiro ter acabado. Esse fato é explorado pelo defensor ao alegar que os réus não exerciam a medicina de fato, embora fizessem benesses à população que recorria a eles. A seguir destacamos os trechos desse percurso argumentativo feito pelo advogado dos réus.

(42)

(a) Alusão às inquisições passadas: No nosso processo criminal, o interrogatorio do Réo não é, como | **em outras eras mal alumiadas, uma tortura moral**, quando não | o era **taõ bem physica**; é antes de tudo uma pèça de defesa. [Fólio 31r; linhas 1592-1594]

(b) 1º Fato externo ao processo, a fé ultrapassada: [...] Este processo veio a lus *muito* tarde. Elle teria um merito de | occasião, ou viria a proposito, se apparecesse ao tempo, em | **que havia fé robusta nos feitiços, e as Leis criminaes, inspi - | radas por essá fé, tomavaõ ao serio os feiticeiros** impon - | do-lhes penas rigorosas. **Hoje as ideas são outras.** [Fólio 31r; linhas 1598-1602]

(c) 2º Fato externo ao processo, o atraso social: **Comprehende-se facilmente** *que* entre nós, havendo, como há **es | cravos | importados d'África** e *que* de lá trouxeraõ **tradições pra | ticas e costumes extravagantes**, appareçaõ alguns com a pre - | tenção singular de iniciados na sciencia do futuro, ou nos | segredos da feitiçaria.

É um mal social que revella o atraso [Fólio 31r; linhas 1603-1607]

(d) 3º Fato externo ao processo, feitiço não é crime previsto em lei vigente; tão heterogeneos. Não está, **porem, na alçada das leis pe - l naes prevenil-o, nem punil-o. A feitiçaria não é hoje l um delicto.** A ordenação do Livro *Quinto* está revogada. O Codi - l go Criminal não cogitou d'esta especie. Enem sabemos [Fólio 31r; linhas 1609-1612]

(e) Conclusão do raciocínio lógico: **Este processo péca, pois pela base, por que não ha delicto.** [Fólio 31r; linha 1621]

(f) 1º Argumento de autoridade: Que todas as substancias applicadas pelos Reos como me - l dicamentos, eraõ **innocentes. Veja-se o exame afolha 5 e 6 .** [Fólio 31r; linhas 1628-1630]

(g) 2º Argumento de autoridade: Que Manoel Floriano do *Espirito Santo* **sofria de tizica pulmo - l nar e que oseu estado era mortal no Juiso do Medico que o tra - l tou, o Doutor Cuvillon.** Veja-se nos autos o depoimento afolha 25 . [Fólio 31r-31v; linhas 1632- 1634]

(h) 1º Fato interno ao processo: Que **não havia cicatris alguma nem no peito, nem no hom l bro esquerdo do finado, como falsamente se depos.** Veja-se de- l poimento da 6ª testemunha, que depos a este respeito com pleno conhe- l cimento de causa, por que lavou o cadaver. [Fólio 31v; linhas 1641-1644]

(i) 2º Fato interno ao processo: aplicados pelos **Reus, não se daria nunca na especie o cri- l me de homicido, visto como semelhante delicto evidentemente l não estava na intenções dos Reus.** Os proprios Medicos [...] [Fólio 31v; linhas 1651-1653]

(j) Argumento por contra-argumento (refutação): **O delicto que poderia caber neste caso era o do exercício indevido l da profissão medica nos termos l no caso, convem ponderar o seguinte. l Primeiro l Que a ley numero 598 de 14 de setembro de 1850 e o Decreto numero 628 de 29 de l setembro de 1851, que deu-lhe Regulamento, creando l ajunta central l de hygiene publica, ainda não tiveraõ execução nesta Provin- l cia. l [...] Que dos autos não l consta que os Reus estejam no exercicio effecti - l vo e publico da medicina,** no caracter de profissão, mas l que daõ remedios a um ou outro que dap alias que desesperado l da medicina, ou por outro qual quer motivo recorre a elles. [Fólio 31v; linhas 1662-1670, Fólio 32r; 1680-1683]

4.5.2 [Alegações da Promotoria]

O segundo auto a ser observado é o auto da promotoria. Em relação às alegações da promotoria, nada consta no CPC de 1832. Feita a defesa, entretanto, o processo-crime passa para os autos mais “formais” e “protocolares” que fazem constar que o delegado viu os autos, incluindo o de defesa, os quais foram enviados ao promotor para que se pronunciasse em relação ao caso.

Importa ressaltar que, apesar de o defensor não ser aludido em nenhum momento durante a inquirição das testemunhas ou em outra fase do processo, o promotor é intimado a acompanhar todo o processo de formação de culpa.

O auto da é um documento expositivo/argumentativo que acata e refuta ao mesmo tempo as alegações da defesa.

O promotor inicia sua peça alegando ser plausível a despronúncia dos réus, mas não pelas alegações da defesa, pois, em momento algum, havia-se cogitado o crime de feitiço, porque era caduca a lei. Ele alega que todo o processo visava à investigação de homicídio, que poderia ter acontecido por meio da feitiçaria. É interessante notar que, de certa forma,

essa ponderação do promotor corrobora a fala do defensor quando afirma que a crença nos feitiços são resquícios de uma fé antiga, revivida pela diferença que a cultura africana causa no brasileiro branco. O promotor, alega que, mesmo sendo homicídio no intuito de curar, se os réus fossem culpados, deveriam ser punidos. Finaliza afirmando que o depoimento do médico livra os réus dessa culpa.

Essa peça é menos extensa que a do defensor, e parte da refutação às alegações da peça de defesa não se baseia em interrogatórios ou leis. Esse documento é lavrado e assinado pelo próprio promotor. Apresentamos abaixo alguns trechos do auto.

(43)

(a) Acatamento ao pedido de despronuncia: Acho plausível a depro- l nuncia dos *Reus* no pre- l sente processo, mas l por motivos differentes dos ex - l postos na deffesa de *folha*, of [...] [Fólio 32v; linha 1742-1747]

(b) Contra-argumentação, nega os motivos alegados na defesa: **Nunca se cogitou l da feitiçaria** (adoptemos a expres- l são da deffesa alludida) **por que l ella** de si constituísse delicto espe - l cial, **mas porque podia ter dado l lugar a um homicídio**, que devia l ser punido; não ia, pois, o *Meretissimo* Juis l basear-se na caduca Ordem do *Livro* 5º [Fólio 33r; linhas 1749-1756]

(c) Argumento para despronuncia, argumento de autoridade: Entretanto, o l depoimento do *Doutor* l Cuvillon faz l ver que devia determinar a l morte e è sabido que a pro l pria pthysica devia produsir o l symptoma attribuido à beberagem. [Fólio 32v; linhas 1765-1770]

4.6 Outros documentos

Nesta última seção apresentamos dois documentos distintos dos que foram apresentados até aqui. O primeiro é a carta-denúncia que enseja todo esse processo; o segundo é uma nota de recebimento de culpa dos réus. Esses dois documentos são os únicos escritos fora do âmbito jurídico e por pessoas que não eram funcionárias ou faziam parte da justiça. Por essa razão não os dispusemos entre os demais grupos de documentos.

4.6.1 [Carta Denúncia]

O primeiro documento do processo-crime é a carta-denúncia. Assim a classificamos, pois é nela que está contido o oferecimento da denúncia contra os réus José Penteadado e Manuel. Os dispositivos 72 ao 80 do CPC de 1832 tratam das pessoas que podem acusar, além de prescrever os dados que devem estar presentes na “queixa-crime”. Os artigos 74 e 79 do CPC de 1832 preveem:

Art. 74. A denuncia compete ao Promotor Publico, e a qualquer do povo:
§ 1º Nos crimes, que não admittem fiança⁶⁶.
Art. 79. A queixa, ou denuncia deve conter:
§ 1º O facto criminoso com todas as suas circunstancias.
§ 2º O valor provavel do damno soffrido.
§ 3º O nome do delinquente, ou os signaes caracteristicos, se fôr desconhecido.
§ 4º As razões de convicção, ou presumpção.
§ 5º Nomeação de todos os informantes, e testemunhas.
§ 6º O tempo, e o lugar, em que foi o crime perpetrado.” (Código de Processo Criminal de Primeira Instância, 1832, grifo nosso)

Denúncia ou queixa-crime é a oficialização da parte ofendida pelo crime/ofensa perante as autoridades. O peculiar do processo sob análise está no fato de tal denúncia ser feita por meio de uma carta. Nela, o vizinho de um homem chamado Juca Tangará acusa-o de homicídio por meio de feitiçaria. Conforme exposto na seção anterior, feitiçaria não era crime no período em que ocorre o processo. Entretanto, a denúncia segue alegando que um rapaz que fora se tratar com o tal Juca estava doente e, após ser submetido ao “tratamento”, morreu. Essa carta é recebida pelo delegado e encaminhada ao escrivão, com um mandado de busca e apreensão lavrado no mesmo fólio em que a carta fora escrita. A carta apresenta a estrutura de uma carta convencional, com destinatário, data, corpo da mensagem, despedida e remetente. Nota-se que no corpo da mensagem há vários dos elementos que deve haver numa denúncia de acordo com o artigo 79 do CPC /1832.

Do ponto de vista linguístico-discursivo, a carta-denúncia apresenta características bastante diversas das demais peças. Primeiramente, não emana de um órgão ou funcionário público. Trata-se de um documento particular enviado a um funcionário público. A relação entre emissor e receptor da carta é assimétrica e ascendente, pois um cidadão comum envia a carta a uma autoridade pública. Na abertura da carta, o emissor trata o receptor (delegado) com pronome de tratamento bastante cortês e respeitoso: *Illustrissimo senhor* Delegado.

É uma carta de pequena extensão, e seu tema é fixo, girando em torno de seu objetivo comunicativo: denunciar um crime. O texto parece apresentar grau médio de planejamento por parte do escriba; no entanto, chegamos a algumas pistas do seu vernáculo (cf. Simões & Kewitz, 2009), por meio das seguintes características: (i) o texto é escrito praticamente sem pontuação, ou não seguindo a norma então vigente, (ii) não há paragrafação; (iii) os fatos são dispostos de maneira confusa e não cronológica; (iv) observa-se a não aplicação da regra de concordância nominal (*alguma drogas, pouco Dias*); (v) a segmentação de palavras de forma não usual à época (*em Sinando, o fereçoço, im formara*); e (vi) a construção de tópico

⁶⁶ No processo que analisamos o crime de homicídio é definido pelos arts. 192 a 196 do Código Criminal do Imperio de 1830 com penas que vão de prisão a morte.

Partiço a Vossa Senhoria que um meo Visinho | Juca Tangara. Consta que tem um Preto Velho. Apesar desses elementos aqui citados, o escriba adequa-se à tradição discursiva referente à elaboração de uma carta dirigida a uma autoridade (no caso, o Delegado), definindo o destinatário, o protocolo de abertura com data e cumprimento, o conteúdo da carta e a despedida. Mais que isso, o escriba atinge o objetivo da carta, uma vez que a acusação é aceita, e o processo é devidamente instaurado. Destacamos abaixo os elementos próprios da tradição discursiva de uma carta:

(44) Illustrissimo Senhor Delegado | Campinas 9 de Maio 1871 | Partiço a Vossa Senhoria que um meo Visinho | Juca Tangara. **Consta que** tem um Preto Velho | em sua Casa Curando em Sinando a Feitiço | este Tangara apoco Dias o fereçoço para | Curar aqui um moço *que* andava doente | mas andava de Pe. este moço em 3 Dias | moreo Curado pelos os Juca e o Preto Velho | em Casa da Imilia *que* o seaxava o Doente | tem alguma Drogas que **Vossa Senhoria** pode Ver. | e **Vossa Senhoria im formara melhor do portador desta** | *que* e Vesinho muito perto. | **Seo Amigo | obrigado Criado** | Manoel F. Nogueira [Fólio 2r; linhas 27-47]

4.6.2 [Recibo de Nota de Culpa]

Há uma peça dentro do processo crime que não recebe título e a que não encontramos alusão no CPC de 1832. Bellotto (2002: 75) define *nota* como “*um documento não diplomático informativo*”, ou “*comunicação de caráter oficial emanada de altas autoridades*”. Já o CPP de 1941, art. 306 §2º, fundamenta a nota de culpa como um documento para dar ciência ao preso sobre os motivos da prisão, nome do condutor e das testemunhas. Deve ser assinado pela autoridade competente e dado ao preso mediante recibo.

Tendo em mente as definições encontradas e em comparação com a peça do processo sob análise, percebemos que corresponde ao recibo da nota de culpa. Lendo as peças que a precedem, encontramos em “*conclusos*” (fólio 6v) algumas ordens expedidas pelo delegado Joaquim Quirino dos Santos Júnior. Dentre elas estava a que se prosseguisse com o sumário, isto é, com o processo de formação de culpa e que se desse “*notta de culpa aos Reos Jozé Joaquim Penteado, e ao preto velho de nome Manoel*” (fl. 6v, linhas 271-273). Na certidão feita após os *conclusos* não há menção da nota de culpa, mas há uma peça de “juntada” que indica a anexação aos autos da “nota de culpa”.

Por meio de comparação entre a caligrafia do texto e a assinatura de Caetano José da Silva Pessoa, que assina diversas vezes no processo-crime a rogo dos réus, cremos ser ele o escriba dessa peça processual. Por não haver outros documentos para comparação, não é possível afirmar que haja alguma estrutura ou tradição discursiva seguida pelo escriba. Ao fim

do documento, vê-se o protocolo final comum em vários documentos com a data, local e assinatura. Do ponto de vista da função comunicativa, esse documento se “encaixaria” nos classificados como *protocolares*, dado que sua finalidade é, em geral, a de ratificar, certificar, fazer constar, porém não o apresentamos no mesmo conjunto, visto que a nota de culpa não emanou de um funcionário com fé pública.

(45) Recebemos do *Senhor* Joaquim Franco de l Pontes, Escrivão da Delegacia⁶⁷ a nota con<s>- l titucional. Cadea em Campinas 10 de l Maio de 1871 _ l Arogo dos presos José Joaquim da Silva e Manoel _ l Caetano Jose da Silva Costa Pessoa [Fólio 8v; linhas 314-320]

4.7 Conclusões parciais das características e potencialidades do documento

Neste capítulo, constatamos que as palavras de Maia (2002, *apud* Moraes de Castilho 2009) e Bellotto (2002) são complementares e necessárias para realizar o estudo linguístico de um documento com tantas possibilidades, “ritmos” e complexidade como é o processo-crime.

De maneira geral, classificamos os documentos do processo-crime analisado em cinco grandes grupos:

- (a) *Os protocolares*, que dão espaço à repetição de fórmulas, admitindo pouca ou nenhuma variação, tais como *certidão*, *assentada*, *remessa*, *autos de conclusão* etc.;
- (b) Os de cunho *prescritivo*, que mesmo sem protocolos são caracterizados por estruturas morfossintáticas próprias (modo imperativo aliados à voz passiva – *mandados e conclusos*);
- (c) Os documentos “*narrativos*”, que apesar de serem estruturados a partir de protocolos típicos do âmbito jurídico-administrativo, possuem finalidade diferente daquelas observadas em documentos protocolares;
- (d) os autos de *pergunta e resposta*, oscilando entre protocolos mais ou menos fixos, estruturas linguísticas próprias e estruturas morfossintáticas padrão (*perguntado ... respondeo*), como os inquéritos das testemunhas e dos réus; por fim, o grupo formado por peças que não apresentam protocolos ou fórmulas fixas (tais como nos demais grupos), que são os autos da defesa e da promotoria.
- (e) E os *outros documentos*, conforme visto na seção 4.6 e na sub-seção 4.6.1, processos-crime em geral podem guardar em seus autos provas provenientes de

⁶⁷ A palavra *Delegacia* foi inicialmente grafada com “s” (*Delegasia*), tendo sido corrigida inserindo “c” por cima de “s”.

outras esferas que não a judiciária e que interessam aos estudiosos de língua, como é o caso da “*carta-denúncia*”.

Ponderando sobre os cinco grandes grupos e observando peça a peça, podemos perceber que há um encadeamento de atos e procedimentos todos sob a tutela de um autor específico e que não que podem ser feitos ao acaso.

Por fim, acreditamos que as definições de Bellotto (2002: 80-81) e Maia (2002, *apud* Moraes de Castilho 2009) se complementam. O processo é sim um encadeamento de atos conectados, de peças que se articulam, formando esse “*conjunto materialmente indivisível*” de “*ritmo variado*”. Ainda que haja uns mais protocolares para o andamento burocrático do processo e outros mais “livres” para a reconstituição do fato criminoso, esse tipo de documento em sua totalidade revela-se uma rica fonte de para estudos linguísticos, históricos, antropológicos, dentre outras áreas do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando contribuir para a formação de *corpora* do PHPP II, este trabalho teve como um de seus objetivos norteadores a edição semidiplomática de um processo-crime de Campinas de 1871, cujo manuscrito está depositado no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O segundo objetivo concentrava-se na análise macroestrutural do processo-crime. Para tanto, tomamos como base o modelo de Tradições Discursivas, sobretudo a partir dos estudos de Koch & Oesterreicher (1990), Kabatek (2006) e Simões & Kewitz (2006, 2009).

No primeiro capítulo da dissertação, apresentamos o contexto sócio-histórico em que o *corpus* deste trabalho foi produzido. Especificamente, apresentamos algumas características dos ritos processuais no século XIX no Brasil, com base nas leis vigentes, e uma descrição histórica do conceito de feitiçaria. Alertamos que feitiçaria, na época em que o processo-crime foi produzido, não era considerada crime no Brasil. Por fim, descrevemos as personagens que elaboram, assinam ou são citadas/nomeadas no processo, tentando, sempre que possível, contextualizá-las quanto ao grau de instrução, posição social na sociedade da época e funções dentro do processo.

O capítulo 2 centrou-se nos pressupostos teórico-metodológicos que serviram de base para a edição do manuscrito e para a análise de dados linguísticos. Na apresentação das abordagens teóricas, demonstramos que existe um intenso diálogo entre áreas que se conectam e complementam nos estudos linguísticos. Para os propósitos desta dissertação, a Filologia, a Linguística Histórica e as Tradições Discursivas nos forneceram as bases tanto para a seleção do documento manuscrito quanto para os procedimentos de leitura paleográfica, de edição semidiplomática, esta apresentada no Capítulo 3, e da análise da macroestrutura geral do processo-crime editado. Dessa forma, pudemos proceder, no Capítulo 4, a uma classificação dos tipos de documentos que compõem o processo a partir das condições e estratégias comunicativas de cada um e de suas estruturas linguísticas, aliadas a sua finalidade comunicativa e a seus autores.

Não menos importante, os procedimentos de leitura paleográfica nos permitiram identificar as diferentes “vozes” presentes ao longo do processo-crime pela caligrafia e assinatura de cada uma, além, é claro, de poder editar filologicamente o processo na sua totalidade.

No que respeita à análise linguística do processo-crime, apresentada no capítulo 4,

alertamos para o fato de que, à primeira vista, um processo-crime pode parecer um ajuntamento aleatório de vários documentos que, ao fim dos ritos processuais, formará o processo-crime como um todo. Observando mais atentamente um a um, percebemos que existe uma sequência e interdependência entre os documentos que compõem o processo-crime e que há um “diálogo” entre essas partes.

Identificamos seis grandes grupos de textos, cujas características linguísticas permitiram que classificássemos sob um mesmo grupo documentos de tipologias diversas. Tal classificação foi norteada por aspectos como grau de publicidade do texto; grau de simetria entre emissor e receptor; as diferenças identificadas entre documentos com emissor intelectual igual ao emissor material e documentos com emissor intelectual e material diferentes; maior ou menor abertura para a realização de protocolo inicial, preâmbulo e encerramento; finalidades comunicativas, entre outros aspectos. Os grupos de textos foram classificados em: protocolares, prescritivos; “narrativos”; de perguntas e respostas; argumentativos e outros.

A partir dessa classificação, descrevemos cada documento do processo-crime, definindo seus rótulos/títulos, finalidades e características linguísticas. Dessa forma, pudemos compreender o processo-crime em sua macroestrutura, suas diferentes partes e a coesão entre elas.

Nessas análises muitos outros aspectos linguísticos foram observados, mas por questões de tempo e espaço não puderam ser desenvolvidos de forma mais aprofundada. Além disso, focamos no objetivo primeiro, que era o de compreender e descrever a macroestrutura do processo. Para analisar devidamente as microestruturas, seria necessário mais tempo para aprofundarmos conceitos e realizarmos a coleta de dados de forma sistemática e adequada.

De todo modo, registramos aqui alguns desses aspectos que poderão guiar pesquisas futuras. Primeiramente, observamos que processo-crime é um documento que apresenta *padrões* em sua produção, seja nas fórmulas linguísticas utilizadas, seja nas construções sintáticas preferidas pelos escribas. A esse respeito, notamos que parece haver uma relação entre o sujeito (sintático e semântico), o uso das estruturas morfossintáticas da voz passiva e a funcionalidade de cada texto.

Sobre a finalidade do processo-crime, em especial, o processo de formação de culpa, como é o caso do documento manuscrito editado neste trabalho, sabemos de antemão que sua função primeira é reconstruir fatos de um evento criminoso. Nessa reconstrução é imprescindível que os agentes da justiça ajam com a maior objetividade, imparcialidade e o menor grau de intervenção possíveis. Podemos ponderar, portanto, que existe uma

possibilidade de essas características, próprias de uma investigação, serem representadas linguisticamente nos documentos. Aquele(s) que escreve(m) não pode(m) deixar transparecer suas opiniões e/ou posições referentes àquilo que é tratado no processo-crime.

Para que essas características sejam conferidas aos textos, o escriba dos documentos pode se valer de diversos mecanismos dentro de uma língua. Um deles, o de garantir a objetividade e a imparcialidade do autor, foi o recorrente uso de voz passiva. A princípio parecia que era um recurso recorrente na transcrição e registro de outras vozes do processo-crime (nos autos de perguntas e respostas), mas também observamos o uso da voz passiva em documentos como os mandados e conclusos. Mesmo sem fazermos um levantamento quantitativo, percebemos que existe uma recorrente predileção dos escribas por esse tipo de construção, sobretudo aquelas em que se topicaliza o objeto e se apaga o sujeito semântico, uma vez que, na maior parte dos casos observados, o agente da passiva não é mencionado. Essa questão pode ter relação direta com as chamadas tradições discursivas em termos de evocação e de repetição. É provável que tais estruturas sejam recorrentes em diversos outros documentos da esfera jurídica, independentemente do lugar e do tempo em que foram produzidos.

Ainda sobre as padronizações, notamos a repetição da estrutura *perguntado... respondeo...* nos textos de pergunta e resposta pelas mãos do escrivão da delegacia de Campinas, Joaquim Franco de Pontes. Ao longo do mestrado, tivemos acesso a alguns materiais de 1748 e 1752 da Inquisição do Santo Ofício espanhol, arquivados no *Archivo General de la Nacion* (México), no fundo *Inquisição* (61), volume 486⁶⁸. São documentos que evocam o mesmo tema que foi tratado no processo-crime editado neste trabalho, isto é, são testemunhos lavrados por um padre e (segundo esse padre) testificam sobre doenças e moléstias que podem ter suas causas em “brujería” ou malefícios propositadamente causados por alguém a outrem. Além dessa semelhança, há também certa correspondência entre a forma como esses testemunhos são registrados. Para fazer o registro da fala das testemunhas, o padre também se utiliza da estrutura “perguntado (se e variações), respondeo (que)”. Apesar de utilizarem a mesma estrutura, o escrivão do processo-crime de 1871 não aplica a regra de concordância nominal de gênero (*perguntada/perguntado*), conforme apontamos na seção 4.4.4, ainda que o interrogado fosse uma mulher, ao contrário de como registra o padre nos documentos do Santo Ofício espanhol.

⁶⁸ Esses documentos foram coletados pelo professor Joachim Sttefen (Universidade de Kiel/USP) que disponibilizou algumas das imagens dos documentos para podermos citá-las neste trabalho. Esses documentos ainda não foram disponibilizados e encontram-se em fase de edição.

Apesar de serem algumas observações genéricas, seria talvez interessante e relevante investigar mais a fundo as possíveis relações de proximidade e distanciamento existentes entre as tradições discursivas de textos eclesiásticos e jurídicos espanhóis, portugueses e brasileiros.

Por fim, no processo-crime há 11 depoentes, dos quais 8 eram analfabetos, dentre eles 1 africano, e 3 alfabetizados, dois deles estrangeiros (um alemão e um francês). Essas diferenças de nacionalidade, grau de instrução e formação cultural são “apagadas” ao passarem pelo filtro do escrivão, da finalidade comunicativa e da própria situação comunicativa da esfera jurídica. Nesse processo-crime especificamente houve a quebra da expectativa do registro “mais espontâneo” da fala, o que não significa que o processo-crime não abra espaço para esse tipo de registros e que essa “espontaneidade” não possa ser observada em outros processos, já que há outros filtros atuantes, como diferentes escrivães, diferentes maneiras de registrar as falas, entre outras variáveis.

Nem essas considerações aqui esboçadas, tampouco a pesquisa aqui apresentada, esgotam os vários aspectos linguísticos e discursivos presentes no processo-crime editado. Gostaríamos apenas de deixar apontados possíveis caminhos de análise que pretendemos em pesquisas futuras percorrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maíra C. (2015) *Cativeiros em conflito: crimes e comunidades escravas em Campinas (1850-1888)*. Tese de doutorado em História Social, FFLCH, Universidade de São Paulo, disponível em: www.tesesusp.br. Acesso em nov/2015.
- BELLOTTTO, Heloísa L. (2002) *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin (1991). *Noções de Paleografia e diplomática*. Santa Maria: UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas.
- BETHENCOURT, Francisco (2004). *O imaginário da magia: feitiçarias, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras
- BICALHO, Márcia Amélia de Oliveira (2013). *Eu escrevão a escrevi: análise das partículas discursivas jurídicas de um processo criminal do século XIX, à luz da linguística textual de base Coseriana*. Tese (Doutorado em Linguística e ensino) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- BRASIL (1891). *Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 21/09/2015.
- BRASIL. (1832) *Código do Processo Criminal de Primeira Instância*. Lei de 29 de novembro de 1832. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm. Acesso em 12/12/2015.
- BRASIL. *Código de Processo Civil*. Lei 13.105 de 16 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/13105.htm. Acessado em: 22/01/2017
- BRASIL. *Código Criminal*. Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm. Acesso em 06/03/2014.
- BRASIL. (1941) *Código Penal Brasileiro*. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.
- BRASIL (1707) *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707*. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>. Acesso em 11/12/2015.
- BRASIL (1832) *Reformando o Codigo do Processo Criminal*. Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM261.htm. Acesso em 23/08/2015.
- BRASIL (1842) *Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Regulamentos/R120.htm. Acesso em 02/09/2015.
- BRETAS, Marcos Luis. (1998) A Polícia Carioca no Império. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22.
- CAMBRAIA, César Nardelli (2005) *Introdução à crítica textual*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- CASIMIRO, Ana Palmira B. S. (2006a) *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*:

Educação, Lei, Ordem e Justiça no Brasil Colonial. In.: *Navegando na História da Educação Brasileira*. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_005.html. Acesso em 24/05/2016

- CASIMIRO, Ana Palmira B.S. (2006b) Mediações entre educação, história e cultura no Brasil Colonial. In: LOMBARDI, José Claudinei; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt; MAGALHAES, Livia Diana Rocha. (Orgs). *História, Cultura e Educação*. Campinas SP: Autores Associados.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2010) *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão (1890) *Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Acessorias*. Paris: A. ROGER & F. CHERNOVIZ, volumes 1 e 2. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00756310>. Acesso em 10/09/2015.
- COUCEIRO, Luis Alberto A. (2008) *Pai Galvão e a Coroa da Salvação: Crenças e Acusações de Feitiçaria no Império do Brasil*. Dissertação de Mestrado – PPGSA do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.
- DICIONÁRIO, Caldas Aulete. Disponível em < <http://www.aulete.com.br/peça>>. Acesso em 22/01/2017
- FARACO, Carlos Alberto (1991) *Linguística Histórica*. São Paulo: Ática.
- FAUSTO, Boris (2006). *História do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- FERRETTI, Sérgio Figueiredo. (1999) *Nina Rodrigues e as religiões afro-brasileiras*. Cad. Pesq., São Luís, v. 10, n. 1, p. 19-28, jan/jun. Disponível em: [http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%202\(12\).pdf](http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%202(12).pdf).
- FONSECA, Ricardo Marcelo. (2004). A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. In NEDER, Gizlene. *História e Direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Revan.
- HOLLOWAY, Thomas H. (1997). Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV
- JACOB, Daniel (2001) ¿Representatividad lingüística o autonomía pragmática del texto antiguo? El ejemplo del pasado compuesto. In Jacob & Kabatek (eds.) *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica. Descripción gramatical – pragmática histórica – metodología*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana.
- JUBRAN, Clélia (2015 Org.) *A construção do texto falado*. Gramática do Português Culto Falado no Brasil, Vol.1. São Paulo: Contexto.
- KABATEK, Johannes (2006) Tradições Discursivas e Mudança Linguística. In Lobo, T.; Ribeiro, I.; Carneiro, Z.; Almeida, N. (orgs. 2006) *Para a História do Português Brasileiro, vol. VI: Novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA, Tomo II, p. 505-527.
- KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. (1990) *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*. Tübingen: Niemeyer. (Romanistische Arbeitshefte, 31).
- KOSSOY, Boris (2006) *Hercule Florence: a descoberta isolada da fotografia no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 3ª edição.
- LAPA, José Roberto do Amaral (2008) *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: Edusp; Campinas: Ed. da Unicamp, 1ª reimpressão.

- LEONI, Francisco Evaristo (1858). *Genio da língua portugueza, ou causas racionais e philologicas de toas as reformas e derivações da mesma língua* Lisboa: Typ. do “Panorama”. Tomo I e II. Disponível em: http://www.iel.unicamp.br/biblioteca/gramaticaindex.php?fg=arquivos/FranciscoEvaristoLeoni_tomoI.pdf&mn=gramática6menu.php. Acessado em 20/12/2014.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. (1987) *Crime e escravidão. Uma História Social do Trabalho e da Criminalidade Escrava nas Lavouras Paulistas. 1830-1888*.
- MARTINS, Alessandra Ribeiro. (2011) *Requalificação Urbana: A Fazenda Roseira e a Comunidade Jongo Dito Ribeiro Participação Popular no Município de Campinas: Análise e acompanhamento da requalificação da sede da Fazenda Roseira em Casa de Cultura pelos movimentos sociais, culturais e ambientais da região noroeste*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e Tecnológicas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006) *Português Arcaico: Fonologia, Morfologia e Sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org. 2001) *Para a História do Português Brasileiro: primeiros estudos*. Vol.II, Tomos I e II. São Paulo. Humanitas.
- MELLO E SOUZA, Laura de (1986) *O diabo e a terra de Santa Cruz. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 8.^a reimpressão [2002].
- MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. (2007) O Poder Judiciário no Brasil. In: ASSIS, Araken (coord.), et. al *Direito Civil e Processo: Estudos em Homenagem ao Professor Arruda Alvim*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- MORAES DE CASTILHO (2009) Estrutura discursiva dos inventários e testamentos de São Paulo (Séculos XVI-XVII). In Castilho, A.T. de (Org.) *História do Português Paulista*. Vol. I, Série Estudos. Campinas, Publicações/IEL, FAPESP.
- OESTERREICHER, Wulf. (2001) La 'recontextualización' de los géneros medievales como tarea hermenéutica. In Jacob, D. & Kabatek, J. (Eds. 2001) *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica. Descripción gramatical – pragmática histórica – metodología*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana (Linguística Iberoamericana Vol.12).
- OESTERREICHER, Wulf (1996) Lo hablado en el escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a uma tipologia. In: KOTSCHI, T. / OESTERREICHER, W. / Zimmermann, K. (Eds.). *El español hablado y la cultura oral em Espana y Hispanoamérica*. Frankfurt am Main: Vervuert / Madrid: iberoamericana, p. 317-340.
- PIERANGELLI, José Henrique. (1983) *Processo Penal: evolução histórica e fontes legislativas*. Bauru: Jalovi.
- PORTUGAL. (1643) *Ordenações Filipinas*. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. Acesso em 02/01/2015
- QUEIROZ, Rita de Cássia.R. de; SILVA, Daianna Q.S.S. da (2012) Maria Possidonia, “a menor ofendida e enoudada de sangue”: edição semidiplomatica e estudo léxico-semântico de um processo crime do início do século XX. *Cadernos do CNFL*, Vol. XVI, nº04, t.1.

- REIS, João José (1988) “Magia Jeje na Bahia: a invasão do calundu no Pasto de Cachoeira, 1785”, In: *Revista de História – Escravidão*, São Paulo, ANPUH, Marco Zero, v. 8, n. 16, pp. 57-81.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis (2001) Pai Quilombo, o chefe das macumbas do Rio de Janeiro Imperial. In: *Tempo* 11, p.157-169.
- SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel M. (2009) Os Manuscritos e impressos antigos: via filológica. Beatriz Daruj Gil; Elis deAlmeida Cardoso; Vália Gil Condé. (Orgs.). *Modelos deAnálise Linguística*. São Paulo: Contexto, p. 223-234.
- SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento. (2008) Justiça, controle social e escravidão em meados do século XIX. In *.Documentação e Memória*, vol.1. n.1, TPJE, Recife p 94-115.
- SANTOS, Thiago Lima dos (2014) *Navegando em duas águas: Tambor de Mina e Pajelança em São Luís do Maranhão na virada do século XIX para o XX*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão
- SANTOS, Washington. (2001). *Dicionário Jurídico Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte (1993) *História do falar e história da língua*. Campinas: Ed. da Unicamp.
- SIMÕES, José da Silva (2007) *Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro*. Tese (Doutorado) – Curso de Pós Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo.
- SIMÕES, José da Silva; KEWITZ, Verena (2009) Normas linguísticas, história social, contatos linguísticos e tradições discursivas: transformando encruzilhadas em novos caminhos para a constituição de corpora diacrônicos. In Castilho, A.T. de (Org.) *História do Português Paulista*. Vol. I, *Série Estudos*. Campinas, Publicações/IEL, FAPESP.
- SIMÕES, José da Silva; KEWITZ (2006) Traços linguísticos-discursivos em *corpora* do português brasileiro. In: *Estudos linguísticos XXXV*, p. 1018-1027.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1998). *História da Imprensa no Brasil*, 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad.
- SPINA, Segismundo (1977) Introdução à edótica: crítica textual. São Paulo: Cultrix.

ANEXO I – Normas para a edição de documentos manuscritos

A seguir reproduzimos as normas de transcrição adotadas para a edição do processo-crime, ressaltando que algumas das normas foram adaptadas, conforme explicado na seção 2.3.2). Normas publicadas em Mattos e Silva (Org. 2001).

1. A transcrição será conservadora.

2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios:

1. Respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “munto”, que leva a abreviatura “m.to” a ser transcrita “munto”;
2. No caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “Deos” e “Deus”, que levam a abreviatura “D.s” a ser transcrita “Deus”.

3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: “epor ser”; aellas”; “daPiedade”; “ominimo”; dosertaõ”; mostrandoselhe”; “achandose”; “sesegue”.

4. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado [espaço]. Exemplo: “que podem prejudicar [espaço] Osdias passao eninguem comparece”.

5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: “aRepublica”; “docommercio”; “edemarcando tambem lugar”; “Rey D. Jose”; “oRio Pirahý”; “oexercicio”; “que hé *munto* conveniente”.

6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.

7. Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: “nota 1. Pirassocunda por Pirassonunga”; nota 2. “deligoncia por diligencia”; nota 3. “adverdinto por advertindo”.

- 8.** Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferiores entrarão na edição entre os sinais < > na localização indicada. Exemplo: <fica definido que olugar convencionado é acasa depedro nolargo damatriz>.
- 9.** Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplo: todos ninguem dospresentes assignaran”; sahiram sahiram aspressas para oadro”. No caso de repetição que o escriba ou copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] emdireção opaço”.
- 10.** Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer no final do documento informando-se a localização.
- 11.** Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em casos extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem a margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: “não deixe passar neste [registo] de Areas”.
- 12.** Letra ou palavra não legível por deterioração justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível].
- 13.** Trecho de maior extensão não legível por deterioração receberá a indicação [corroídas±5 linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
- 14.** A divisão de linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical: | entre as linhas. A mudança de fólio receberá a marcação com respectivo número na sequência de duas barras verticais: ||1v.||, ||2r.||, ||2v.||, ||3r.||13.
- 15.** Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.
- 16.** As assinaturas simples ou rubricas serão sublinhadas. Os sinais públicos serão indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples Bernardo Jose de Lorena; sinal público: [Bernardo Jose de Lorena].

ANEXO II – Alguns aspectos codicológicos do manuscrito

(a) Todos os processos-crime no APESP são guardados em caixas de alumínio; cada processo é conservado e separado em papéis-cartões brancos, com plásticos rígidos translúcidos sob e sobrepostos aos documentos, amarrados com uma tira de pano, conforme as imagens abaixo:

(b) Cada caixa de alumínio tem um identificação, em que constam os seguintes dados: a natureza do processo (criminal, civil etc), as datas limites dos processos (ex. de 1871 a 1880), o número de documentos dentro da caixa e a referência dentro do arquivo.

(c) O suporte em que o documento foi produzido são, em sua maioria, folhas de papel almaço de diversas marcas (que são perceptíveis pelas marcas d'agua existentes em alguns dos papéis,

se postos contra a luz⁶⁹). Os papéis são de cores e tamanhos diversos e, em sua grande maioria, pautados.

(d) Não há carimbos pertencentes à época em que o manuscrito foi escrito, apenas carimbos do arquivo (conforme imagem ao lado).

(e) Os fólios mais deteriorados foram restaurados com papel japonês.

Imagem do primeiro fólio, que inicia o processo

⁶⁹ Não foi permitido fotografar tais marcas, por normas do APESP de não expor os fólios contra a luz.